



PROCESSO CADASTRADO  
NO SAPIENS



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS**



Cadastrado em 21/06/2016



**Processo disponível para recebimento com código de barras/QR Code**

Identificador:

1363340

ficador: PE 18/16  
53340 19/12/2016.  
10:30h

995 - PEDIDOS, OFERECIMENTOS E INFORMAÇÕES DIVERSAS

### Assunto Detalhado:

**Unidade de Origem:**

**Unidade de Origem:**  
CT - DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (11.01.17.06)

**Criado Por:**

CLAUDIO RUY PORTELA DE VASCONCELOS

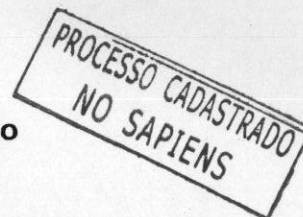
**Observação:**

## MOVIMENTAÇÕES ASSOCIADAS

Data	Destino
21/06/2016	PREFEITURA UNIVERSITÁRIA (11.00.39)
22/06/16	CPU/RV
26/10/16	Sec. Geral. Assessoria
31/10/16	P. U.
04/11/16	CPI
16/11/16	- CPU/RV



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CT - DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO**



**MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 52/2016 - CT-DEP (11.01.17.06)**  
**(Identificador: 201622026)**

**Nº do Protocolo: 23074.037105/2016-21**

**João Pessoa-PB, 21 de Junho de 2016.**

**PREFEITURA UNIVERSITÁRIA**

**Título: Autorização de abertura de processo licitatório**

**Assunto: 995 - PEDIDOS, OFERCIMENTOS E INFORMAÇÕES DIVERSAS**

Prezado Prefeito,

Solicitamos providências de Vossa Senhoria, no sentido de autorizar abertura de processo licitatório, cuja finalidade é o REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa especializada em serviços de remoção, transporte, tratamento e destinação final de resíduos químicos da Universidade Federal da Paraíba.

Atenciosamente,

*(Autenticado em 21/06/2016 11:36)*  
**CLAUDIO RUY PORTELA DE VASCONCELOS**  
**CHEFE DE DEPARTAMENTO - TITULAR**  
**Matrícula: 3363340**

Copyright 2007 - STI - Superintendência de Tecnologia da Informação - UFPB

Portal de Compras do Governo Federal

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO  
Brasília, 21 de junho de 2016**Comprasnet**

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO

Portal de Compras Governamentais

SIASG - Ambiente Produção

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte**Ata de Realização do Pregão Eletrônico - Complementar Nº 1**  
Nº 00005/2016 (SRP)

Às 10:00 horas do dia 25 de abril de 2016, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal Portaria 114/2015-PROAD de 17/09/2015, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 5.450 de 31 de maio de 2005, referente ao Processo nº 23077004991201687, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 00005/2016. Objeto: Pregão Eletrônico - Pregão eletrônico SISRP - Contratação de empresa especializada em serviços de remoção, transporte, tratamento e destinação final de resíduos químicos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, contemplando o fornecimento de recipientes, conforme especificações constantes no edital e seus anexos, pelo período de 12 (doze) meses., tendo em vista Após análise de recurso, a pregoeira e equipe técnica acatou procedente as razões de recurso da empresas PLANETA INDUSTRIA E SERVICOS LTDA - ME e SANIPLAN ENGENHARIA E SERVICOS AMBIENTAIS LTDA, por este motivo estamos retornando a fase para darmos continuidade ao processo licitatório..

**Item: 1****Descrição:** Coleta de Lixo - Residencial / Comercial / Industrial**Descrição Complementar:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM REMOÇÃO, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS QUÍMICOS Remoção, transporte, tratamento e destinação final de resíduos químicos de composição variada (exemplo: solventes orgânicos clorados e não clorados, sais de metais tóxicos sólidos e em solução) oriundos de diferentes unidades e laboratórios da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e provenientes de atividades de ensino, pesquisa e extensão, acondicionados de maneiras variadas (recipientes de vidro âmbar de 1 litro, bombonas plásticas, etc), em sua maioria sem identificação de conteúdo. (dmp - 3978000000025).**Tratamento Diferenciado:** -**Aplicabilidade Decreto 7174:** Não**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não**Quantidade:** 70.000**Unidade de fornecimento:** KG**Valor estimado:** R\$ 12,4000**Situação:** Aceito e Habilitado com intenção de recurso**Aceito para:** AMBSERV TRATAMENTO DE RESIDUOS LTDA, pelo melhor lance de R\$ 4,2700 e a quantidade de 70.000 KG .**Item: 2****Descrição:** Coleta de Lixo - Residencial / Comercial / Industrial**Descrição Complementar:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM REMOÇÃO, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS QUÍMICOS Remoção, transporte, tratamento e destinação final de resíduos químicos compostos de solventes orgânicos clorados e não clorados, sais de metais tóxicos sólidos e em solução. (dmp - 39780000000026).**Tratamento Diferenciado:** -**Aplicabilidade Decreto 7174:** Não**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não**Quantidade:** 15.000**Unidade de fornecimento:** KG**Valor estimado:** R\$ 10,5000**Situação:** Aceito e Habilitado com intenção de recurso**Aceito para:** AMBSERV TRATAMENTO DE RESIDUOS LTDA, pelo melhor lance de R\$ 4,2700 e a quantidade de 15.000 KG .

07.067.001/0001-00



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2016 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXXXX.XXXXXX/2016-XX

TERMO DE REFERÊNCIA

**1 – Do Objeto e Respectivo Valor Estimado**

---

**1.1 – Contratação de empresa especializada em serviços de remoção, transporte, tratamento e destinação final de resíduos químicos da Universidade Federal da Paraíba, contemplando o fornecimento de recipientes, conforme especificações constantes no termo e seus anexos.**

**1.2 – A estimativa de custo total do objeto licitado é de RS280.000,00 (Duzentos e oitenta mil reais).** Os valores estimados servirão apenas de subsídios para que as empresas licitantes formulem suas propostas. Portanto, os valores estimados não constituem qualquer compromisso futuro das licitantes com a Universidade Federal da Paraíba ou com os órgãos participantes.

**1.2.1 – O valor estimado tem como base a pesquisa do preço de referência no site comprasnet.gov.br, do Governo Federal, levando em consideração o quantitativo do passivo existente na UFPB.**

**1.3 – O local de recolhimento do objeto deste pregão está definido neste Termo de Referência, mais abaixo, no tópico que discorre sobre condições de execução dos serviços.**

**2 – Das Justificativas**

---

**2.1 – Com a preocupação de garantir que esses resíduos sejam descartados de maneira adequada, uma vez que se trata de resíduos considerados perigosos, segundo a NBR 10004/2004, de forma a garantir a preservação ambiental e a saúde da comunidade universitária desta Universidade, faz-se necessária a contratação de uma empresa especializada na prestação de serviços de remoção, transporte, tratamento e destinação final de resíduos químicos, que seja portadora de licença ambiental, possuindo profissionais habilitados para a realização de serviços e seguindo rigorosamente as normas vigentes relativas aos serviços citados.**

**2.2 – O quantitativo de resíduos, disposto no item RECOLHIMENTO, no tópico 6 deste termo, tem como base as visitas nos laboratórios que produzem resíduos químicos, tomando como elementos para o cálculo, a densidade, área e volume ocupado por esses resíduos.**

**3 – Do Objetivo da Contratação**

---

**3.1 – O objetivo do presente pregão é prover a CONTRATANTE de condições necessárias ao desempenho das suas atividades cotidianas, conforme demanda identificada nas requisições juntadas ao processo do presente pregão.**

#### 4 – Das Obrigações da CONTRATANTE

4.1 - emitir Nota de Empenho a crédito da **CONTRATADA** no valor correspondente ao serviço respectivamente fornecido ou executado;

4.2 – enviar por e-mail a Nota de Empenho digitalizada e emitida em favor do fornecedor ou, na indisponibilidade desta tecnologia, enviá-la por outros meios (fax, postal etc.);

4.3 – permitir o acesso do pessoal da **CONTRATADA** às dependências da **CONTRATANTE**, para o fornecimento de material ou prestação de serviço, conforme o caso;

4.4 – impedir que pessoas não autorizadas pela **CONTRATADA** executem o objeto do presente pregão;

4.5 – oferecer todas as condições e fornecer todas as informações necessárias para que a **CONTRATADA** possa prestar os serviços, conforme o caso, de acordo com as especificações exigidas no Relatório de Serviços Licitados, anexo do presente termo, pautando-se sempre pelas normas previstas no presente termo e por outras que venham a ser emitidas após a celebração da Ata de Registro de Preços – ARP;

4.6 – acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, através de representante da Administração, especialmente designado, a quem caberá registrar em livro, documento ou sistema próprio todas as ocorrências referentes ao fornecimento do material ou à prestação do serviço, conforme o caso, determinando o que for necessário à regularização das faltas, senões ou defeitos observados;

4.7 – solicitar à **CONTRATADA** a retificação de qualquer prestação de serviço cujo padrão de qualidade esteja aquém das especificações contidas no presente termo e seus anexos;

4.8 – comunicar à **CONTRATADA**, tão logo constate casos de irregularidades, defeitos, vícios ou incorreções, durante a execução do serviço, conforme o caso, para que a mesma adote medidas indispensáveis à adequação às especificações e regras constantes do presente termo e seus anexos;

4.9 – observar para que, durante a vigência do Contrato/Ata de Registro de Preços – ARP, sejam mantidas pela **CONTRATADA** todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratação, bem como a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.10 – exigir da **CONTRATADA** responsabilidade integral pela entrega/execução do objeto do presente pregão em perfeita consonância com as especificações e regras estabelecidas no presente termo e seus anexos;

4.11 – rejeitar no todo ou em parte o serviço prestado, conforme o caso, em desacordo com as especificações do objeto contratado constantes do presente termo e seus anexos;

4.12 – notificar por escrito a **CONTRATADA**, quando ocorrer eventuais imperfeições durante a prestação de serviço, conforme o caso, fixando prazo para sua correção;

4.13 – acompanhar e fiscalizar o Registro de Preços, através da Comissão Especial, a fim de garantir sua perfeita execução;

5.14 – providenciar o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, visando à formação de cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da Ata de Registro de Preços – ARP, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21 do Dec. nº 7.892/2013;

4.15 – respeitar a ordem de classificação dos licitantes registrados na Ata de Registro de Preços – ARP;

4.16 – Divulgar a Ata de Registro de Preços – ARP no Portal de Compras do Governo Federal ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)), deixando-a disponível neste portal durante sua vigência;

4.17 – emitir o Termo de Recebimento Provisório ou o Termo de Recebimento Definitivo em conformidade com as exigências estabelecidas no presente termo;

4.18 – efetuar o pagamento à **CONTRATADA** nas condições e prazo estabelecidos no presente termo;

4.19 – solicitar, via fax ou telefone, o eventual entrega/prestação do material/serviço licitado, cujos preços encontram-se registrados na Ata de Registro de Preços – ARP;

4.20 – A fiscalização exercida pela **CONTRATANTE** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da **CONTRATADA** pela perfeita entrega/execução do objeto do presente pregão.

## **5 – Das Obrigações da CONTRATADA**

5.1 – assinar e devolver a Ata de Registro de Preços – ARP até 2 (dois) dias úteis após seu recebimento;

5.2 – arcar com todas as despesas diretas ou indiretas, tais como salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras devidas ao seu pessoal, no cumprimento das obrigações do Sistema de Registro de Preços – **SRP**, ficando a **CONTRATANTE** isenta de qualquer vínculo empregatício, responsabilidade solidária ou subsidiária;

5.3 – realizar acesso diário ao seu e-mail, informado no Sistema Integrado de Cadastramento de Fornecedores – **SICAF**, ou no Portal de Compras do Governo Federal ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)) quando da retirada do termo, e confirmar, quando da abertura das mensagens eletrônicas, o recebimento das Notas de Empenho enviadas eletronicamente pela **CONTRATANTE**;

5.4 – manter sempre atualizado o seu endereço, número de telefone fixo, celular, fax, e-mail ou outro meio de contato junto à **CONTRATANTE**;

5.5 – atender prontamente quaisquer exigências do representante da **CONTRATANTE** inerentes ao objeto licitado;

5.6 – renovar a documentação relativa à habilitação e qualificação exigidas para contratação e à compatibilidade da natureza de sua atividade com as obrigações assumidas, sempre que forem se vencendo os prazos de validade dos documentos;

5.7 – executar o objeto do contrato acompanhado da **Nota Fiscal** ou **Fatura** correspondentes, tendo em vista que o ônus decorrente da inobservância desta obrigação será unicamente seu;

5.8 – informar na **Nota Fiscal** ou **Fatura** a descrição do serviço executado, conforme o caso, de acordo com as especificações constantes da **Nota de Empenho** e do Relatório de Serviços Licitados, anexo do presente termo;

5.9 – pagar pontualmente aos fornecedores e obrigações fiscais inerentes a prestação de serviço, objeto do presente pregão, com base no respectivo termo e seus anexos, exonerando a **CONTRATANTE** de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;

5.10 – pagar todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir direta e indiretamente sobre os serviços prestados, conforme o caso, bem como as despesas eventuais de frete;

5.11 – manter durante a vigência da Ata de Registro de Preços – ARP e/ou do Contrato todas as condições de habilitação exigidas no presente termo, sob pena de serem retidos os valores a ela devidos, até sua regularização, e de serem aplicadas as demais penalidades, sem ônus para a **CONTRATANTE**;

5.12 – responsabilizar-se pelo perfeito cumprimento do Ata de Registro de Preços – ARP/Contrato, ressarcindo os eventuais prejuízos causados à **CONTRATANTE** ou a terceiros, provocados por ineficiência, imprudência ou imperícia de seu pessoal envolvido na prestação de serviço, conforme o caso, respondendo integralmente, quando constada sua culpa ou dolo, estando ciente de que o controle e fiscalização exercidos pela **CONTRATANTE** não exclui nem diminui sua responsabilidade;

5.13 – prestar os serviços, conforme o caso, atendendo às especificações, marcas, prazos de validade em conformidade com Ata de Registro de Preço – ARP e nos locais designados pela **CONTRATANTE**;

5.14 – prestar os serviços, conforme o caso, direta e pessoalmente, não podendo transferir esta responsabilidade a nenhuma outra empresa ou instituição, seja qual for sua natureza, salvo quando houver expressa anuência da **CONTRATANTE**;

5.15 – participar de todas as reuniões convocadas pela **CONTRATANTE**, com a finalidade de tratar de assuntos

6

relacionados com o objeto do contrato;

**5.16**– responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade dos serviços prestados, conforme o caso;

**5.17** – responder por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas o seu pessoal, quando da prestação dos serviços, conforme o caso;

**5.18**– fornecer por escrito, **até 3 (três) dias depois de recebimento da Nota de Empenho**, o nome, número do telefone fixo e/ou do celular, fax ou e-mail de uma pessoa sua que ficará responsável pelo seu contato direto com a **CONTRATANTE**;

**5.19**– prestar os serviços, conforme o caso, observando especialmente o **prazo e condições de recebimento** estabelecidos neste Termo de Referência e também as especificações e exigências estabelecidas no presente termo e demais anexos;

**5.20**– refazer os serviços reprovados, nos termos e prazos estipulados neste **Termo de Referência**, anexo do presente termo;

**5.21**– responder pelas perdas e danos causados por seu pessoal, ainda que involuntariamente, às instalações do prédio, máquinas, equipamentos e demais bens da **CONTRATANTE**, durante a prestação de serviços, conforme o caso, fazendo as correções necessárias em prazo que lhe será expressamente estabelecido pela **CONTRATANTE**;

**5.22**– ser proativa no sentido de prover-se de condições que possibilitem o atendimento às condições firmadas, a partir da data da assinatura da Ata de Registro de Preços – **ARP** e/ou Instrumento de Contrato;

**5.23**– providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela Comissão de Licitação, referentes à forma de execução do objeto contratado e ao cumprimento das demais obrigações assumidas na Ata de Registro de Preços – **ARP/Contrato**;

## **6 – Da Execução dos serviços**

**6.1** – A execução dos serviços deverá ocorrer em até **180 (cento e oitenta) dias** corridos contados a partir da emissão da ordem de serviços.

**6.2** - O aceite dos serviços dar-se-á por intermédio de representante designado pela xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx e será:

**6.2.1** - Provisório: na entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade dos serviços com as especificações solicitadas.

**6.2.2** - Definitivo: após a apresentação da prova da remoção, acondicionamento e tratamento dos resíduos e sua consequente aceitação, que ocorrerá no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos.

**6.3** - Fornecer todos os equipamentos, materiais e mão-de-obra especializada indispensáveis ao cumprimento do objeto contratual.

**6.4** – Fornecer todo o equipamento de proteção individual (EPI) necessário à execução dos serviços.

**6.5** – Responsabilizar, perante o CREA ou CRQ, mediante anotação de ART, pelos serviços prestados, obrigando-se a corrigir quaisquer erros.

## **RECOLHIMENTO**

**6.6** - O recolhimento dos resíduos químicos será efetuado nos laboratórios e/ou locais de armazenamento dos departamentos citados abaixo, da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB, em data e horário a serem acordados pelas partes.

<b>Locais de Recolhimento</b>	<b>Quantidade (Kg)</b>
Cbiotec (Centro de Biotecnologia)	24.000
DCF (Departamento de Ciências Farmacêuticas)	6.000
DQ (Departamento de Química)	24.000

6

DSE (Departamento de Sistemática e Ecologia)	3.000
DBM (Departamento de Biologia Molecular)	3.000
Editora Universitária	100
CRAS (Centro de Referência em Atenção à Saúde)	1.000
CT (Centro de Tecnologia)	4.000

**TOTAL: 65.100 Kg**

## ACONDICIONAMENTO

**6.7** - Os resíduos químicos deverão ser transferidos ou re-embalados, por conta exclusiva da empresa licitada, em continentes adequados para suportar os riscos normais de carregamento, transporte e descarregamento. Para tanto, a contratada deverá fornecer todas as embalagens necessárias, tais como: tambores de aço, bombonas de polietileno, dentre outras.

## TRANSPORTE

**6.8** - O transporte até as instalações de processamento será efetuado de acordo com Regulamento para Transporte de Produtos Perigosos e Normas Técnicas aplicáveis, com veículo devidamente sinalizado e equipado, conduzido por motorista especialmente habilitado para transporte de cargas perigosas. O transporte dos resíduos oriundos da UFPB poderá ser compartilhado com o de terceiros.

## DESTINAÇÃO

**6.9** - Todo e qualquer processo de tratamento/destinação será executado em instalações licenciadas pelos Órgãos ambientais competentes e deverá ser comprovado pelo respectivo **Certificado de Destinação**, a ser fornecido à UFPB, após a execução do serviço.

## 7 – Do Resultado Esperado

**7.1** – Espera-se que o objeto deste pregão, seja executado em conformidade total com os termos e prazos estabelecidos no presente termo e respectivos anexos.

## 8 – Do Prazo, aceite ou recusa dos serviços

**8.1** – O objeto do presente pregão deverá ser prestado, conforme o caso, nos laboratórios e/ou locais de armazenamento dos departamentos citados neste anexo, da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB, em data e horário a serem acordados pelas partes.

**8.1.1** – Todo e qualquer ônus decorrente da realização do objeto deste pregão, inclusive frete, será de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**.

**8.1.2** – Caso ocorra a inobservância do subitem anterior, a **CONTRATADA** poderá sofrer a aplicação das sanções administrativas previstas no presente termo.

**8.2** – O prazo de execução do objeto do presente pregão deverá ser no máximo de **180 (cento e oitenta) dias**, contados a partir do recebimento, pelo fornecedor, da Nota de Empenho.

**8.3** – O objeto deste pregão será aceite:

**8.3.1 – Provisoriamente:** na coleta dos resíduos, para efeito de posterior verificação da conformidade dos serviços com as especificações solicitadas. Verificada qualquer irregularidade, o objeto deverá ser refeito e analisado, no todo ou em parte, conforme o caso, por conta e ônus da **CONTRATADA**.

**8.3.2 – Definitivamente:** após a apresentação da prova da remoção, acondicionamento e tratamento dos resíduos e sua conseqüente aceitação, que ocorrerá no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos. Depois de verificada a qualidade, quantidade e compatibilidade com o objeto contratado e sua conseqüente aceitação mediante carimbo e assinaturas (atesto e visto) apostos no verso da nota fiscal;

(8) 107

**8.3.3** – O recebimento do objeto deste pregão, provisório ou definitivo, não eximirá a **CONTRATADA** da responsabilidade civil ou ético-profissional, ou de qualquer outra natureza, em relação à qualidade, inclusive no que concerne às especificações exigidas e normas aplicáveis, cabendo-lhe sanar, às suas expensas, quaisquer irregularidades detectadas e reprovadas pela fiscalização.

**8.4** – Todos os fatos anormais, verificados no decorrer da execução do objeto contratado, deverão ter suas ocorrências anotadas em livro ou sistema próprio, no qual deverão ser registradas também as providências tomadas pela **CONTRATADA**.

**8.5** – Caberá à **CONTRATANTE** rejeitar total ou parcialmente o objeto em desacordo com as especificações ou com irregularidades.

**8.6** – Caso ocorra a inobservância de qualquer condição determinada nas subdivisões deste item, a **CONTRATADA** poderá sofrer sanções administrativas, aplicadas conforme este Termo de Referência, anexo do presente termo.

## **9 – Da Fiscalização e Controle**

**9.1** – não obstante a **CONTRATADA** seja a única e exclusiva responsável pelo objeto licitado, reservar-se-á à **CONTRATANTE** o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o serviço;

**9.2** – a **CONTRATADA** deverá aceitar antecipadamente todos os métodos de inspeção, verificação e controle, adotados na fiscalização, obrigando-se a fornecer dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessários à execução destes métodos;

**9.3** – a **CONTRATANTE**, através do responsável por receber o objeto licitado, deverá fiscalizar e registrar em sistema próprio todas as ocorrências relacionadas ao recebimento, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

**9.4** – a fiscalização poderá exigir que seja substituído o objeto executado em desacordo com as especificações, visando ao interesse dos serviços ou à integridade do patrimônio e da comunidade da **CONTRATANTE**, desde que o faça por escrito;

**9.5** – as decisões que extrapolem a competência da equipe de recebimento do objeto contratado deverão ser solicitadas formalmente à autoridade administrativa imediatamente superior, a qual deverá adotar em tempo hábil as medidas pertinentes.

## **10 – Do Pagamento e da Compensação Financeira**

**10.1** – O pagamento será efetuado pela **CONTRATANTE** até o 30º (trigésimo) dia corrido após o recebimento definitivo das partes do objeto divisível e a apresentação da Nota Fiscal ou Fatura devidamente atestada pelo setor competente.

**10.2** – O pagamento será creditado na conta corrente da **CONTRATADA**, através de ordem bancária contra qualquer instituição bancária indicada na proposta, devendo, para isso, ficar explicitado: banco, agência, localidade e conta corrente em que deverá ser efetuado o crédito.

**10.3** – O pagamento somente será liberado para a **CONTRATADA** após o recolhimento de eventuais multas que lhe tenham sido impostas em decorrência de inadimplência contratual e apresentação do demonstrativo dos fornecimentos e/ou prestação de serviços efetuados.

**10.4** – A critério da **CONTRATANTE**, o valor das multas porventura aplicadas, bem como das indenizações a terceiros, por culpa ou dolo da **CONTRATADA**, serão descontadas dos faturamentos a que **CONTRATADA** fizer jus.

**10.5** – Nenhum pagamento será realizado pela **CONTRATANTE** sem a prévia e necessária consulta ao SICAF, para comprovar a regularidade da situação da **CONTRATADA**, inclusive no que tange ao recolhimento das contribuições sociais – FGTS e Previdência Social – correspondentes ao mês da última competência vencida.

**10.6** – Qualquer erro ou omissão na documentação fiscal ou na fatura da **CONTRATADA** deverá ser por ela prontamente corrigido, suspendendo-se o prazo de pagamento até que a correção seja realizada.

**10.7** – À **CONTRATANTE** reserva-se o direito de suspender o pagamento, se os materiais/serviços forem entregues/prestados em desacordo com as especificações constantes do Relatório de Serviços Licitados ou da Ata de Registro de Preços/Contrato, anexos do presente termo.

**10.8** – O pagamento estará condicionado ao atesto pela seção responsável no respectivo documento fiscal.

**10.9** – A não indicação pela **CONTRATADA** da situação do particular quanto à opção ou não junto ao **SIMPLES** implicará, por ocasião do pagamento, o desconto dos tributos e contribuições estabelecidas pela Secretaria da Receita Federal.

**10.9.1** – A **CONTRATADA** optante pelo **SIMPLES** – Sistema Integrado de Pagamentos de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, não sofrerá a retenção na fonte, devendo apresentar para fins de comprovação da condição de optante cópia do termo de opção, nos termos do Art. 4º, XI, da IN/SRT nº 1.234/2012.

**10.10** – No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para isso, serão devidos pela **CONTRATANTE** encargos moratórios, à taxa nominal de 6% (seis por cento) ao ano, capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , onde:

**EM** = Encargos moratórios devidos;

**N** = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

**I** = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e

**VP** = Valor da prestação em atraso.

**10.11** – A **CONTRATANTE** pagará tão somente pelos fornecimentos efetivamente realizados, de acordo com o preço ofertado no presente pregão.

**10.12** – O pagamento estará condicionado ao atendimento ao prazo e condições de recebimento constantes deste Termo de Referência.

## **11 – Das Sanções Administrativas**

**11.1** – A licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar documentação exigida neste termo, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento do fornecimento/realização de seu objeto, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e de contratar com a União e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

**11.2** – O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor, sem justificativa aceita pela Administração, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, as seguintes sanções:

**11.2.1** – Advertência.

**11.2.2** – Multas (que serão recolhidas de acordo com instruções fornecidas pela **CONTRATANTE**):

**I** – Multa de 10% (dez inteiros por cento) sobre o valor de sua proposta final vencedora, se der causa a pelo menos um dos inadimplementos estabelecidos a seguir:

- a) Não aceitar a Nota de Empenho no prazo de validade de sua proposta vencedora;
- b) Deixar de entregar, ainda que parcialmente, documentação, inclusive a proposta final vencedora ou documentos de habilitação, exigidos nos termos e prazos do presente termo;
- c) Deixar de entregar no prazo estabelecido no instrumento convocatório, devidamente assinado, o contrato,

conforme disposições contidas no termo;

d) Apresentar documentação falsa, ainda que parcialmente;

e) Não mantiver sua proposta integralmente nos termos e valores em que foi regularmente apresentada e aceita pelo pregoeiro;

f) Comportar-se de modo inidôneo;

g) Fizer declaração falsa, ainda que parcialmente, quanto a qualquer dos requisitos de habilitação exigidos e/ou quanto ao cumprimento de quaisquer das demais exigências previstas no respectivo termo e seus anexos;

h) Cometer fraude fiscal;

II – Multa de mora de **0,33% (trinta e três décimos por cento) por dia de atraso, na entrega de bens ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, limitada ao percentual máximo de 10,00% (dez por cento);**

III – Multa compensatória de **2% (dois por cento) sobre o valor total da ARP, ou do Contrato (se houver)**, quanto constatado item/lote vencido, sem prejuízo da aplicação do disposto no inciso “II” deste Subitem, à juízo da Administração (Lei 8.666/1996, art. 86, § 1º).

**11.2.3** – Impedimento de licitar e de contratar com a União e o descredenciamento da empresa junto ao SICAF, pelo **prazo de até 5 (cinco) anos**, sem prejuízo das multas previstas em termo e no contrato e das demais cominações legais em conformidade o previsto no art. 7º da Lei nº 10.520/02.

**11.2.4** – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que o fornecedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes ou depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

**11.3** – As sanções previstas nos incisos “I”, “II” e “III” do subitem **12.2.2** poderão ser aplicadas de forma concomitante com as sanções previstas nos subitens **12.2.1**, **12.2.3** e **12.2.4**, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, **no prazo de 05 (cinco) dias úteis**.

**11.4** – As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de impedimento de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Termo e na Ata de Registro de Preços e das demais cominações legais.

**11.5** – Caberá aos órgãos participantes, e órgãos não participantes (carona) aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

**11.6** – Deverá ser observado o Princípio do Devido Processo Legal na hipótese de aplicação das penalidades, devendo em qualquer hipótese de aplicação de penalidade ser assegurados ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

**11.7** – A aplicação das sanções previstas neste termo não exclui a possibilidade de aplicações de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causado à Administração.

## **12 – Da Dotação Orçamentária**

**12.1** – A dotação orçamentária somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, conforme o § 2º do art. 7º do Dec. nº 7.892/2013.

## **13 – Da Vigência**

**13.1** – A vigência será a Ata de registro de Preços – **ARP**, que será de 12 (doze) meses.

#### 14 – Da Aprovação e Autorização da Contratação

14.1 – A autoridade competente da Universidade Federal da Paraíba – UFPB aprova o presente Termo de Referência e autoriza a contratação do objeto do presente pregão.

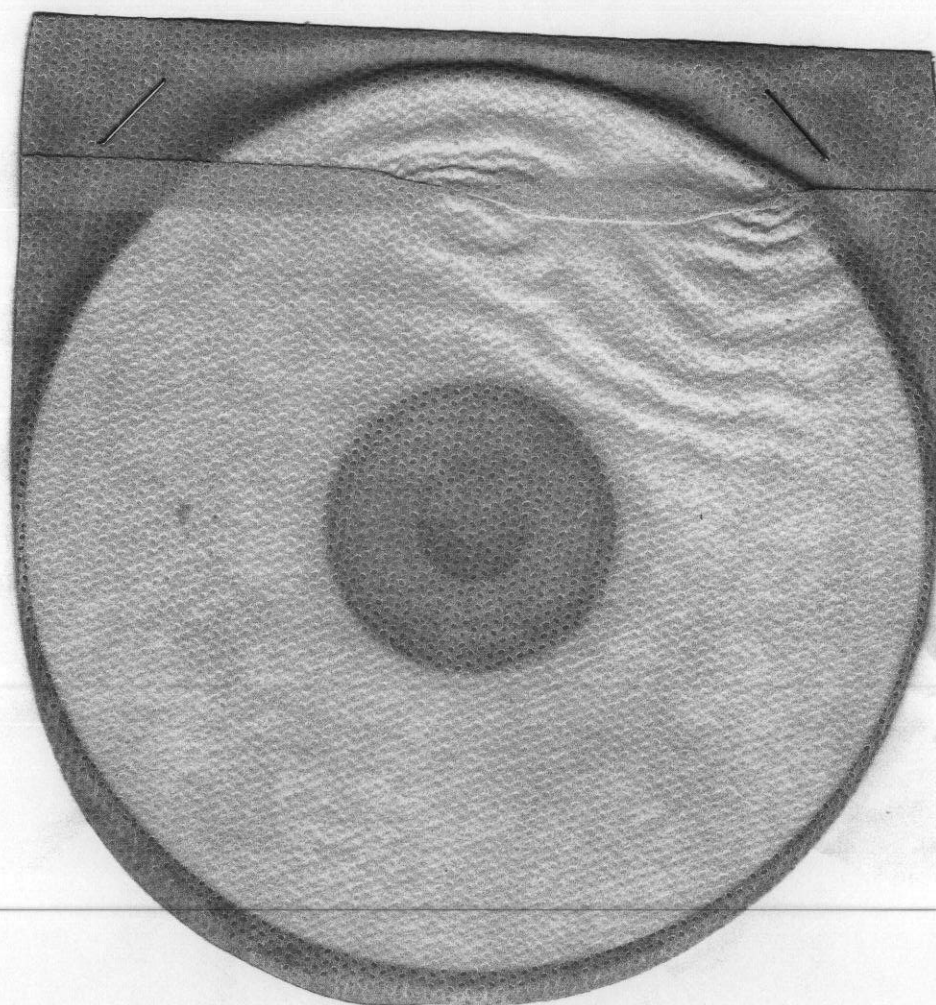
João Pessoa (PB), ..... de ..... 2016.

.....  
xxxxxxxxxxxxxx  
Pró-Reitor de Administração da UFPB

EW  
Pessoa

# TERMO DE REFERÊNCIA DIGITALIZADO

ATUALIZADO





UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA  
PARAÍBA

FI. 013/GP/PU/UFPA

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA - PU

PROCESSO 23074.037137/2016-27

JOÃO PESSOA, 22 DE JUNHO DE 2016.

À: COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS - CPL-PU

Prezada Comissão,

Aprovo o presente Termo de Referência, e encaminho o procedimento administrativo pra dar prosseguimento à abertura do processo licitatório.

Atenciosamente,

  
JANDIR DE SANTANA  
Prefeito Universitário  
Mat. SIAPE 332469



**Universidade Federal da Paraíba  
Prefeitura Universitária  
Comissão Permanente de Licitação**



UFPB/PU/CPL/MEMO Nº 047/2016

João Pessoa, 27 de Junho de 2016.

**DA: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**ENG. AUGUSTO C. T. OLIVEIRA**

**AO: PREFEITO UNIVERSITÁRIO**

**ENG. JANDIR DE SANTANA**

**Assunto: PROCESSO 23074.037137/2016-27**

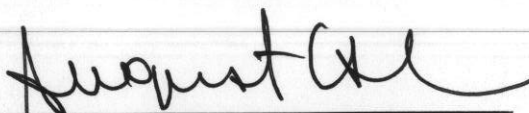
**EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE REMOÇÃO, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS QUÍMICOS DA UFPB.**

Senhor Prefeito Universitário,

1. O Termo de Referência associado ao serviço em epígrafe veio acompanhado de uma ata complementar SRP da UFRN, como prova de pesquisa de preços.
2. Ocorre que o Pregão Nº 005/2016 realizado por aquela Entidade não se encontra adjudicado, nem, por conseguinte, homologado.
3. Dessa forma, não há como se confirmar se os preços estão válidos para se iniciar o procedimento da fase externa da licitação.
4. Devolvemos o processo para justificativas.
5. Aproveitamos a oportunidade para solicitar que o processo em epígrafe seja devidamente **carimbado, numerado e rubricado**.

Aproveitamos para renovar votos de estima e respeito.

Atenciosamente,

  
**Augusto César Temóteo de Oliveira**  
Siape 1655398  
Coordenador da CPL-PU





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

**Termo de Adjudicação do Pregão Eletrônico**  
Nº 00005/2016 (SRP)



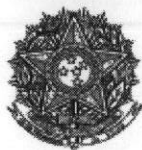
Às 14:42 horas do dia 06 de maio de 2016, após analisado o resultado do Pregão nº 00005/2016, referente ao Processo nº 23077004991201687, o pregoeiro, Sr(a) ANDREA LOPES DE FIGUEIREDO, ADJUDICA aos licitantes vencedores os respectivos itens, conforme indicado no quadro Resultado da Adjudicação.

**\*\*OBS:** Itens com recursos serão adjudicados pela Autoridade competente e constarão no termo de julgamento.

**Resultado da Adjudicação**

**Este pregão não possui termo de adjudicação.**

**Fim do documento**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte



**Termo de Julgamento de Recursos do Pregão Eletrônico**  
Nº 00005/2016 (SRP)

Às 14:42 horas do dia 06 de maio de 2016, após analisado o resultado do Pregão nº 00005/2016, referente ao Processo nº 23077004991201687, o pregoeiro, Sr(a) ANDREA LOPES DE FIGUEIREDO, ADJUDICA aos licitantes vencedores os respectivos itens, conforme indicado no quadro Resultado da Adjudicação.

**\*\*OBS:** Itens sem recurso serão adjudicados pelo Pregoeiro e constarão do termo de adjudicação.

**Resultado do Julgamento de Recursos**

**Item: 3**

**Descrição:** Coleta de Lixo - Residencial / Comercial / Industrial

**Descrição Complementar:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM REMOÇÃO, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS QUÍMICOS Remoção, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos como estopas, flanelas, vidrarias e outros, contaminados com agentes perigosos, acondicionados em caixas de papelão, bombonas ou outros recipientes. (dmp - 3978000000027).

**Tratamento Diferenciado:** Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP

**Aplicabilidade Decreto 7174:** Não

**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não

**Quantidade:** 3.000

**Valor estimado:** R\$ 3,0000

**Unidade de fornecimento:** KG

**Situação:** Cancelado na aceitação

**Visualizar Recurso do Item**

**Eventos do Item**

Evento	Data	Observações
Volta de Fase	20/04/2016 17:16:18	Volta de Fase para Aceitação
Cancelado na aceitação	05/05/2016 15:22:08	Item cancelado na aceitação. Motivo: Ítem cancelado. Os licitantes participantes não atenderam as exigências do edital.

**Fim do documento**



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
Prefeitura Universitária  
Gabinete do Prefeito  
Assessoria do Prefeito



FOLHA DE DESPACHO  
PROCESSO 23074.037137/2016-27

João Pessoa, 28 de junho de 2016

Ao: Departamento de Engenharia de Produção  
Prof.<sup>a</sup> Claudio Ruy Portela de Vasconcelos

Prezado Chefe,

Encaminho o presente processo para que sejam atendidos aos pontos elencados pela Comissão Permanente de Licitação.

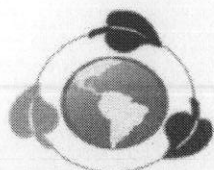
Atenciosamente,

Francisco Pereira da Silva Júnior  
Prefeito Substituto  
Mat. SIAPE: 2475893



PU/GP/ASSESORIA  
CAMPUS I - JOÃO PESSOA/PB - ☎ 3216-7271





**Global**  
Soluções Ambientais

## WORLD RESÍDUOS LTDA-ME

AV. LOURENÇO DE SOUZA FRANCO, 2662/02 – JUNDIAPEBA - MOGI DAS CRUZES/SP  
CNPJ: 10.837.412/0001-34 I.E: 454.350.767.112  
TEL: (11) 4722-3991  
[www.gsambientais.com.br](http://www.gsambientais.com.br)

### PROPOSTA COMERCIAL

Nº 5900/16

27 DE JULHO DE 2016

2ª Opção: Transporte a ser realizado em Montana Furgão/Aberta

3ª Opção: Transporte a ser realizado em HR Baú

OS RESÍDUOS DEVEM SER ACONDICIONADOS EM TAMBORES, BIG BAGS, SACOS, CAIXAS OU BOMBONAS E IDENTIFICADOS, EM SEGUIDA COLOCADOS EM PALLETS DE MODO A FACILITAR O CARREGAMENTO.

TODA E QUALQUER INFORMAÇÃO IMPORTANTE DEVE SER COMUNICADA A GLOBAL, POR EXEMPLO A NECESSIDADE DO MOTORISTA LEVAR CONSIGO UM OU MAIS AJUDANTES, BEM COMO A DISPOSIÇÃO DE ALGUM EQUIPAMENTO QUE O CLIENTE NÃO POSSUA, OS VALORES NÃO ESTÃO INCLUSOS E DEVEM SER CONSULTADOS ANTECIPADAMENTE.

#### 3. PREÇOS E CONDIÇÕES

Produto e/ou Serviço (Condições a serem pagas diretamente pelo CLIENTE)			
Resíduo	Tipo de Tratamento	Preço	Prazo de pagamento
1. Resíduos químicos	Incineração	R\$ 8,00/kg – Faturamento para 30 toneladas	15 dias após coleta

Transporte (Condições a serem pagas diretamente pelo CLIENTE)			
Veículo / Capacidade	Deslocamento	Preço	Prazo de pagamento
1. Carreta até 30 ton	Raio de 3000km	Incluso no preço de descarte	15 dias após coleta

**VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$ 240.000,00**

Informações adicionais sobre Produtos e/ou Serviços					
Acondicionamento dos resíduos	( ) Sacos	( ) Bags	( ) Tambor	( ) Caixas	( ) Outros:
Empresa dispõe de ajudantes?	( ) Sim			( ) Não	
Empresa dispõe de equipamentos para carregar o caminhão?	( ) Sim			( ) Não	
A carga está palletizada?	( ) Sim			( ) Não	
Caso há acondicionamento em tambores e/ou bombonas, as mesmas estão fechadas?	( ) Sim			( ) Não	

#### 4. PROCESSO DE CONTROLE DE DOCUMENTOS

##### RELATÓRIO DE DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS (Fornecimento de Certificado)

Após realizar a coleta e transporte dos resíduos, será fornecido Ticket de Balança, com os respectivos documentos que comprovam a destinação final dos resíduos e o Certificado constando o volume total da coleta.



### PROPOSTA COMERCIAL:

**COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS CLASSE I E RECICLÁVEIS COM DESTINO FINAL LICENCIADO.**

**Locação, Coleta e Transporte de Resíduos Classe I, Tratamento e destino final licenciado.**

Atividades	Qde	Valor Unitário
Locação, Coleta e transporte e destino final de resíduos do tipo classe I (Contaminados, perigosos químicos e EPI's - estopas contaminadas, latas de tintas e solventes, resíduos de varrição de oficina, resíduos em geral contaminados com óleo ou graxa) em caminhões licenciados importará o valor de:	01	
VIA LIMPA/PB > UFPB > ATERRO INDUSTRIAL LICENCIADO CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS – CTR/PE.		
** Resíduos Sólidos		R\$ 2,25 / Kg Caçamba 5m³
		R\$ 3,30 / Kg Caçamba 38m³
** Resíduos Líquidos		R\$ 3,25 / Kg Caçamba 5m³
		R\$ 4,30 / Kg Caçamba 38m³
Obs: Tratamento incluso		

### \*\*\* Observações:

Peso mínimo recolhido 1.000 kg por equipamento; sendo o peso recolhido por remoção menor que o citado, será cobrado o mesmo, como peso mínimo por remoção.

Equipamentos locados com capacidade para 5m³ no mínimo 01 (uma) coleta semanal;

Para os equipamentos com capacidade para 38m³ com no mínimo 02 (duas) coletas mensal.

### **VALIDADE DA PROPOSTA**

30 dias.

### **CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO**

OS serviços serão realizados conforme solicitação previa.

R. Severino Luiz de França, 140 Jardim Beta—Cabedelo/ PB  
CNPJ 13.583.598/0001-30  
Fone: (83) 9658-2000 / (83) 3229-2832

**AMBSERV**  
TRATAMENTO DE RESÍDUOS

20

São José dos Pinhais, 27 de Julho de 2016

Proposta Comercial AMB 568/2016

<b>Requisitante:</b>	Universidade Federal da Paraíba		
<b>Entidade:</b>	Pública	<b>Local:</b>	João Pessoa-PB
<b>Contato:</b>	Alexandre Batista	<b>Telefone:</b>	
<b>Email:</b>	abl.alexandre01@gmail.com		

Contato Ambserv

<b>Razão Social:</b>	Ambserv Tratamento de Resíduos Ltda.		
<b>CNPJ nº</b>	07.067.001/0001-00		
<b>Consultor:</b>	Julie Nodari	<b>Telefone:</b>	(41)3398-2377
<b>Email:</b>	licitacaopr@ambserv.com.br		

**1. Objetivo(s) do(s) Serviço(s):**

- a) Segregação de resíduos classe I na unidade da AmbServ em São José dos Pinhais-PR.
- b) Encaminhamento para destinação ambientalmente adequada dos resíduos classe I - perigosos, visando uma disposição segura e ambientalmente adequada.

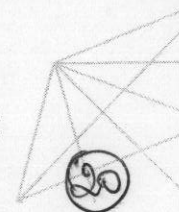
**2. Dados do(s) Serviço(s):**

Segregação, coleta, armazenamento, transporte e destinação final dos resíduos classe I - perigosos e emissão do certificado de tratamento. A AmbServ executará as atividades citadas de acordo com a Lei Federal 12305/2010 e normas aplicáveis tais como: ABNT NBR 10004/2004, ABNT NBR 7500/2005, ABNT NBR 9735/2005, ABNT NBR 13221/2005, ABNT NBR 7503/2006, Resolução ANTT nº 420/2004.

**3. Acondicionamento e Transporte:** A segregação e acondicionamento dos resíduos serão de responsabilidade do estabelecimento gerador. A AmbServ será responsável pela coleta dos resíduos, utilizando funcionários treinados para a atividade, executando o transporte em veículos especiais, devidamente licenciados e identificados para esta atividade.

**4. Valores:**

ITEM	RESÍDUOS	QUANTIDADE	PERIODICIDADE	VALOR
1	Classe I – Perigosos	35.000/Kg	Semestral/Anual	R\$ 16,80/Kg

**5. Prazo de Início dos Serviços:** 10 (dez) dias**6. Condições de Pagamento:** 20 (vinte) dias**7. Validade da Proposta:** 30 (trinta) dias  
AMBSERV TRATAMENTO DE RESÍDUOS



**Universidade Federal da Paraíba**  
**Reitoria**  
**Comissão de Gestão Ambiental**

**DESPACHO**

**Processo:** 23074.037137/2016-27

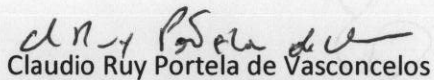
**Interessado:** Claudio Ruy Portela de Vasconcelos

**Assunto:** Pedidos oferecimentos e informações diversas.

**De ordem,** à Prefeitura Universitária para que possa dar andamento ao processo licitatório uma vez que as pendências foram sanadas por meio da inserção de três novas propostas comerciais.

Em João Pessoa, 02 de agosto de 2016.

Respeitosamente,

  
Claudio Ruy Portela de Vasconcelos

**Vice-coordenador da Comissão de Gestão Ambiental**



UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA  
PARAÍBA

FI. 022/GP/PU/UFPB

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA - PU

PROCESSO 23074.037137/2016-27

JOÃO PESSOA, 03 DE AGOSTO DE 2016

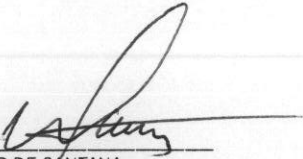
À: COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS - CPL-PU

ENGº AUGUSTO CÉSAR TEMÓTEO DE OLIVEIRA

Senhor Presidente,

Devolvo o presente processo administrativo para conhecimento do despacho do **Sr. Cláudio Ruy Portela de Vasconcelos (fl. 21)**, e demais providências legais.

Atenciosamente,

  
JANDIR DE SANTANA  
Prefeito Universitário  
Mat. SIAPE nº. 332469



**Universidade Federal da Paraíba**  
**Prefeitura Universitária**  
**Comissão Permanente de Licitação**

**UFPB/PU/CPL/MEMO nº 069/2016**

**JOÃO PESSOA, 10 DE AGOSTO DE 2016.**

**DE:           ENGº AUGUSTO CÉSAR TEMÓTEO DE OLIVEIRA**  
**COORDENADOR DA CPL-PU**

**PARA:       JANDIR DE SANTANA/FRANCISCO PEREIRA JUNIOR**  
**PREFEITO UNIVERSITÁRIO/SUBSTITUTO**

**Assunto:   PROCESSO 23074.037137/2016-27**  
**RESÍDUOS QUÍMICOS**

Senhor Prefeito Universitário,

Encaminhamos Processo em epígrafe para providências com a argumentação a seguir:

1.       Após nosso **Memo nº 047, de 27/06/2016**, o processo retornou com algumas pesquisas realizadas, ao que concluímos o seguinte:

- a) O Termo de Referência faz menção ao valor total de **R\$ 280.000,00** (fls. 03);
- b) Pesquisa de Preços com **World Resíduos** totalizando **R\$ 240.000,00** (fls. 18);
- c) Pesquisa de Preços com **Via Limpa** apresentando valores unitários diversos, sem finalizar uma totalização em sua proposta para comparativo com as demais. (fls. 19);
- d) Pesquisa de Preços com **Ambserv** apresentando valor unitário de **R\$ 16,80/kg** para um quantitativo de **35.000kg**, totalizando **R\$ 588.000,00** (fls. 20).





2. Não há uma planilha analítica para tais pesquisas de preços, que defina qual foi o método utilizado para se chegar ao valor global anual definido pelo Termo de Referência, de R\$ **280.000,00 (Duzentos e Oitenta Mil Reais)**. Ainda assim, há uma divergência considerável entre os preços considerados na pesquisa.

3. Senhor Prefeito, o Tribunal de Contas da União afirmou que **pregoeiro, comissão de licitação e autoridade competente (V.Sa)**, embora não tenhamos como responsabilidade a elaboração da pesquisa de preços, posto que esta é realizada na fase de planejamento, devemos fiscalizar, observar, avaliar essa pesquisa de preços, quando formos exercitar nossas competências.

4. Ora, muitas decisões se pautam na pesquisa de preços e por isso é importante que nos certifiquemos sobre a regularidade e atualidade da pesquisa de preços.

5. De acordo com o TCU: "...É da competência da comissão permanente de licitação, do pregoeiro **e da autoridade superior** verificar se houve recente pesquisa de preço junto a fornecedores do bem a ser licitado e se essa pesquisa observou critérios aceitáveis".

6. O mesmo TCU, reiteradamente, tem deliberado no sentido de impor à Administração a obrigatoriedade de apurar os custos necessários à satisfação das suas necessidades, não em **termos meramente aparentes, mas de forma ampla e eficaz**.

7. Assim, para proporcionar a fidedignidade da pesquisa, o ideal é **retirar os preços muito dissonantes da média**, para não haver oscilações fora da média do mercado para mais ou para menos.

8. Determina a Instrução Normativa nº 5/2014, alterada pela IN nº 7/2014, que, para a obtenção do resultado da pesquisa de preços, não poderão ser considerados os **preços inexequíveis ou os excessivamente elevados**, conforme critérios fundamentados e descritos no processo administrativo.





9. Durante a pesquisa, recomenda-se desprezar aferições de preços que não reflitam o preço praticado a partir de certa época, pois a contratação mais vantajosa não é, sempre, a mais econômica para o Poder Público.

10. Deve-se verificar sempre se a pesquisa de preços, dentre outras coisas, permite um julgamento adequado (pois pode-se avaliar quando um preço é excessivo ou inexecutável) e se influencia a execução do contrato: problemas na execução podem decorrer de preços inexequíveis ou pode-se realizar contratação desvantajosa se o preço contratado foi acima do que o praticado no mercado.

11. Deste modo, muitas decisões do pregoeiro, da comissão de licitação e da autoridade competente se pautam pela pesquisa de preços é importante que eles não apenas tomem-na por base, mas também se certifiquem que ela esta atualizada e que foi realizada consoante critérios aceitáveis.

12. Dois fatores se revelam imprescindíveis para a qualidade da pesquisa de preços, quais sejam: a análise da adequação dos valores considerados em vista da realidade de mercado e a ampliação e diversificação das fontes das informações coletadas com o objetivo de definir o valor estimado da contratação.

13. A experiência tem indicado bons resultados quando a Administração amplia as fontes de pesquisa e, principalmente, realiza a depuração dos valores pesquisados.

14. Para que não se incorra em atos administrativos falhos, com o consequente desatendimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, enumeramos parte do vasto entendimento do TCU sobre o tema aqui tratado:

Estimativa do valor da contratação, mediante comprovada pesquisa de mercado:  
**Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público** a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atenderem ao disposto na LRF. [Lei de Responsabilidade Fiscal]





Segundo determina a LRF, a estimativa da despesa e do seu impacto orçamentário-financeiro é peça fundamental dos procedimentos de licitação e deve estar acompanhada das premissas e da metodologia de cálculo utilizadas para determiná-la.

A Administração tem de avaliar a situação concreta da futura contratação e **estará infringindo seus deveres** se formular estimativas unilateralmente, sem recorrer, efetivamente, à pesquisa de preços praticados pelo mercado.

15. Coletânea de decisões do TCU a seguir transcritas:

15.1. **Decisão 495/1998/Plenário** – Recomendação para que seja aferida a **compatibilidade dos preços propostos com os cotados** no ramo comercial correspondente ao objeto licitado por meio de pesquisa de preços.

15.2. **Acórdão 1.656/2003 – Plenário** – Para a regularidade do certame é necessário que a Administração elabore uma estimativa de preços que reflitam os efetivamente praticados no mercado.

15.3. **Acórdão 1.705/2003/Plenário** – Proceda, quando da realização de licitação, dispensa ou inexigibilidade, à consulta de preços correntes no mercado, ou fixados por órgão oficial competente ou, ainda, constantes do sistema de registro de preços;

15.4. **Acórdão 1.060/2003/Plenário** – Observe-se o comando expresso no art. 40, § 2º, inciso II, da Lei 8.666, de 1993, fazendo constar dos editais de licitação, ou de seus anexos, demonstrativo do orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários;

15.5. **Acórdão 1.272/2004/Primeira Câmara** – Anexação aos processos de licitação da impressão da relação de preços praticados para o bem pretendido, extraída do módulo gerencial de COMPRASNET/SIASG-CONSULTA PREÇOS PRATICADOS;

15.6. **Acórdão 1.182/2004/Plenário** – Realização de ampla pesquisa de preços no mercado, a fim de estimar o custo do objeto a ser adquirido, em harmonia com os arts. 7º, § 2º, inciso III, e 43, incisos IV e V, todos da Lei 8.666/1993;

15.7. **Acórdão 861/2004/Segunda Câmara** – Elabore-se orçamento com vistas à estimativa de custos do objeto licitado, prévio à fase externa da licitação;





- 15.8. Acórdão 64/2004/Segunda Câmara** – Observem-se as informações e valores constantes do orçamento prévio mencionado no item anterior, utilizando-os como parâmetro para avaliação das propostas apresentadas;
- 15.9. Acórdão 1.544/2004/Segunda Câmara** – Realize-se pesquisa de preço para verificação das propostas apresentadas com os preços de mercado;
- 15.10. Acórdão 828/2004 – Segunda Câmara** – Promova-se, em todos os procedimentos licitatórios, a realização de pesquisa de preços em pelo menos duas empresas pertencentes ao do objeto licitado ou consulta a sistema de registro de preços;
- 15.11. Acórdão 100/2004/Segunda Câmara** – Efetue-se pesquisa de preços ou outro procedimento que permita verificar a conformidade das propostas com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, **fazendo constar dos respectivos processos licitatórios o procedimento utilizado;**
- 15.12. Acórdão 90/2004/Segunda Câmara** – Proceda-se ao levantamento prévio dos custos para a aquisição de materiais, evitando, desta forma, a realização de despesas em valores superiores aos praticados no mercado;
- 15.13. Acórdão 463/2004/Plenário** – Cuide-se para que as estimativas de preços, nas futuras licitações, sejam coerentes com os valores praticados no mercado;
- 15.14. Acórdão 064/2004/Segunda Câmara** – Quando da elaboração do orçamento prévio para fins de licitação, em qualquer modalidade, o **faça detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os custos unitários (...)** de forma realista e fidedigna em relação aos valores praticados pelo mercado;
- 15.15. Acórdão 064/2004/Segunda Câmara** – Os preços estimados e o critério de aceitabilidade de preços são fundamentais para o futuro julgamento pelo pregoeiro. Contratar com preços superiores ao orçado, sem justificativa ou comprovação, **é falta grave e pode ensejar multa;**
- 15.16. Acórdão 845/2005/Segunda Câmara** – Providenciar, nas licitações na modalidade pregão, **orçamento atualizado e detalhado que possa subsidiar o preço de referência;**
- 15.17. Acórdão 301/2005/Plenário** – Realize pesquisa de preços como forma de cumprir a determinação contida no art. 43, inciso IV, da Lei de Licitações, fazendo constar formalmente dos documentos dos certames **a informação sobre a equivalência dos preços;**





15.18.

**Acórdão 2.188/2005/Segunda Câmara** – Quando se realizar licitação para contratação de obras ou serviços, custeados com recursos federais, atente-se para a elaboração de orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários;

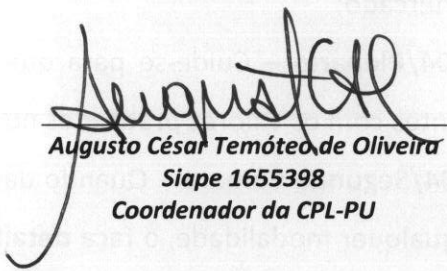
15.19.

**Acórdão 2.349/2010/Plenário** – Observe-se a necessidade de fazer constar, dos autos dos processos licitatórios relativos a licitações na modalidade pregão, o orçamento estimado.

Por oportuno, considere ainda a eventual obrigatoriedade de **licenciamento ambiental** para objeto dessa natureza, tema a ser levado em conta pela Procuradoria Jurídica em seu parecer.

Aproveitamos para apresentar votos de estima e respeito.

Atenciosamente,

  
**Augusto César Temóteo de Oliveira**  
**Siape 1655398**  
**Coordenador da CPL-PU**



PROCESSO 23074.037137/2016-27

JOÃO PESSOA, 23 DE AGOSTO DE 2016

AO: CENTRO DE TECNOLOGIA

PROF. CLAUDIO RUY PORTELA DE VASCONCELOS

Senhor Diretor,

Encaminho o presente procedimento administrativo para conhecimento do despacho da Comissão de Permanente de Licitação/PU vide (fls.23 a 25v) e demais providências que entender necessárias.

Atenciosamente,



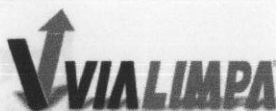
**Francisco Pereira da Silva Júnior**

Prefeito Universitário  
Mat. SIAPE: 24758937

27/10

# WORLD RESÍDUOS LTDA-ME

AV. LOURENÇO DE SOUZA FRANCO, 2002/02 - JARDIM BETA - CABELO/ PB  
CNPJ: 10.957.412/0001-30 - LE: 464.355.797, 112  
TEL: (35) 4782-5881  
WWW.WORLDRESIDUOS.COM.BR



## PROPOSTA COMERCIAL

### PROPOSTA COMERCIAL:

#### PROPOSTA COMERCIAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE PARA DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS GERADOS PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO

#### Remoção, Transporte e Tratamento de Resíduos Classe I;

Descrição do Serviço	Qde.	Valor Unitário
Remoção, transporte, tratamento e destinação final de resíduos classe I contaminados, perigosos e químicos de composição variada (exemplo: solventes orgânicos clorados e não clorados, sais de metais tóxicos sólidos e em solução, resíduos sólidos como estopas, flanelas, vidrarias e outros contaminados com agentes perigosos, acondicionados em caixas de papelão, bombonas ou outros recipientes) oriundos de diferentes unidades e laboratórios da Universidade Federal da Paraíba e provenientes de atividades de ensino, pesquisa e extensão, acondicionados de maneiras variadas (recipientes de vidro âmbar de 1 litro, bombonas plásticas, etc), em sua maioria sem identificação de conteúdo.	68 Toneladas	R\$ 7,80 Kg

### OBSERVAÇÕES:

- As operações somente terão início após a assinatura do contrato.
- A Contratante deverá apresentar cópia de sua licença ambiental à via limpa para efeitos de inclusão da empresa em questão como gerador em sua licença de transporte. Os serviços somente poderão ser executados após inclusão do cliente em nossa licença;
- Atendimento 24 horas após a solicitação.
- Para serem transportados, os resíduos deverão obrigatoriamente estar no estado sólido ou pastoso.

### VALIDADE DA PROPOSTA

30 dias.

Assinado?

R. Severino Luiz de França, 140 Jardim Beta - Cabedelo/ PB  
CNPJ 13.583.598/0001-30  
Fone: (83) 9658-2000 / (83) 3229-2832



ecoblending

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO  
PROPOSTA COMERCIAL – ANEXO I

CNPJ: 07.958.062/0001-50  
Insc Est 10411 929-2  
ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA  
Rod. GO 545 km s/n Zona Rural  
Cep. 76.195-000 CEZARINA GC

CÓPIA?

Dispensa de Licitação  
Disputa dia 29/09/2016

Objeto: **Serviços especializado de remoção, transporte, tratamento e destinação final de resíduos químicos da Universidade Federal da Paraíba.**

EMPRESA		ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA EPP			
CNPJ		07.958.062/0001-50			
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	Unid	Qtd	R\$ Unit	R\$ Total
1	Remoção, transporte, tratamento e destinação final de resíduos químicos de composição variada (exemplo: solventes orgânicos clorados e não clorados, sais de metais tóxicos sólidos e em solução) oriundos de diferentes unidades e laboratórios da Universidade Federal da Paraíba e provenientes de atividades de ensino, pesquisa e extensão, acondicionados de maneiras variadas (recipientes de vidro âmbar de 1 litro, bombonas plásticas, etc), em sua maioria sem identificação de conteúdo.	Kg	68.000	4,05	275.400,00
<b>VALOR TOTAL R\$ 275.400,00 (Duzentos e setenta e cinco mil e quatrocentos reais).</b>					

Validade da Proposta: 90 (noventa) dias

Pagamento: Nota de Empenho

Prazo de Execução do Serviço: 60(SESSENTA) dias.

Local de Coleta: Unidade de Armazenamento Temporário de Resíduos (UATR) da Universidade Federal da Paraíba localizado no Campus Universitário Central, João Pessoa/PB.

**DADOS BANCÁRIOS:**

BANCO BRADESCO 237

AG.2137

C/C 23881-3

b) CNPJ / MF: 07.958.062/0001-50

c) End.: Rod BR-545 Km-1 Zona Rural, Fazenda Boa Vista, Cezarina CEP:76195000.

d) Telefone(s) / Fax: (62) 3251-2165

e) Endereço eletrônico (e-mail):

[andreia.lima@ecoblending.com.br](mailto:andreia.lima@ecoblending.com.br)

f) INSCRIÇÃO ESTADUAL N.º 10.411.929-2

g) INSCRIÇÃO MUNICIPAL N.º 731

CEZARINA-GO, 29 de Setembro de 2016.

**DADOS DA EMPRESA:**

a) Razão social: ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA.

ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA CNPJ: 07.958.062/0001-50  
Inácio Camargo da Silva Macedo – Diretor Executivo/ Procurador  
CPF: 002.652.251-36 RG: 4.214.796 DGPC/GO.



ecoparticipações



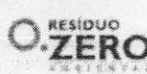
ecofarmacos



ecoblending



ecologic





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2016 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXXXX.XXXXXX/2016-XX**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1 – Do Objeto e Respectivo Valor Estimado**

---

**1.1 – Contratação de empresa especializada em serviços de remoção, transporte, tratamento e destinação final de resíduos químicos da Universidade Federal da Paraíba, contemplando o fornecimento de recipientes, conforme especificações constantes no termo e seus anexos.**

**1.2 – A estimativa de custo total do objeto licitado é de RS495.040,00 (Quatrocentos e noventa e cinco mil e quarenta reais). Os valores estimados servirão apenas de subsídios para que as empresas licitantes formulem suas propostas. Portanto, os valores estimados não constituem qualquer compromisso futuro das licitantes com a Universidade Federal da Paraíba ou com os órgãos participantes.**

**1.2.1 – O valor estimado tem como base a pesquisa do preço de referência por meio de propostas comerciais solicitadas às empresas, sob as mesmas exigências de serviços, em relação ao quantitativo total de resíduos (68.000 Kg). O Preço de referência foi determinado através da média aritmética de três propostas.**

**1.3 – O local de recolhimento do objeto deste pregão está definido neste Termo de Referência, mais abaixo, no tópico que discorre sobre condições de execução dos serviços.**

**2 – Das Justificativas**

---

**2.1 – Com a preocupação de garantir que esses resíduos sejam descartados de maneira adequada, uma vez que se trata de resíduos considerados perigosos, segundo a NBR 10004/2004, de forma a garantir a preservação ambiental e a saúde da comunidade universitária desta Universidade, faz-se necessária a contratação de uma empresa especializada na prestação de serviços de remoção, transporte, tratamento e destinação final de resíduos químicos, que seja portadora de licença ambiental, possuindo profissionais habilitados para a realização de serviços e seguindo rigorosamente as normas vigentes relativas aos serviços citados.**

**2.2 – O quantitativo de resíduos, disposto no item RECOLHIMENTO, no tópico 6 deste termo, tem como base as visitas nos laboratórios que produzem resíduos químicos, tomando como elementos para o cálculo, a densidade, área e volume ocupado por esses resíduos. A quantidade em Quilograma, deve-se à multiplicação, da área ocupada, pela densidade média dos resíduos.**

**3 – Do Objetivo da Contratação**

---

**3.1 – O objetivo do presente pregão é prover a **CONTRATANTE** de condições necessárias ao desempenho das suas atividades cotidianas, conforme demanda identificada nas requisições juntadas ao processo do presente pregão.**

#### 4 – Das Obrigações da CONTRATANTE

- 4.1 - emitir Nota de Empenho a crédito da **CONTRATADA** no valor correspondente ao serviço respectivamente fornecido ou executado;
- 4.2 – enviar por e-mail a Nota de Empenho digitalizada e emitida em favor do fornecedor ou, na indisponibilidade desta tecnologia, enviá-la por outros meios (fax, postal etc.);
- 4.3 – permitir o acesso do pessoal da **CONTRATADA** às dependências da **CONTRATANTE**, para o fornecimento de material ou prestação de serviço, conforme o caso;
- 4.4 – impedir que pessoas não autorizadas pela **CONTRATADA** executem o objeto do presente pregão;
- 4.5 – oferecer todas as condições e fornecer todas as informações necessárias para que a **CONTRATADA** possa prestar os serviços, conforme o caso, de acordo com as especificações exigidas no Relatório de Serviços Licitados, anexo do presente termo, pautando-se sempre pelas normas previstas no presente termo e por outras que venham a ser emitidas após a celebração da Ata de Registro de Preços – ARP;
- 4.6 – acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, através de representante da Administração, especialmente designado, a quem caberá registrar em livro, documento ou sistema próprio todas as ocorrências referentes ao fornecimento do material ou à prestação do serviço, conforme o caso, determinando o que for necessário à regularização das faltas, senões ou defeitos observados;
- 4.7 – solicitar à **CONTRATADA** a retificação de qualquer prestação de serviço cujo padrão de qualidade esteja aquém das especificações contidas no presente termo e seus anexos;
- 4.8 – comunicar à **CONTRATADA**, tão logo constate casos de irregularidades, defeitos, vícios ou incorreções, durante a execução do serviço, conforme o caso, para que a mesma adote medidas indispensáveis à adequação às especificações e regras constantes do presente termo e seus anexos;
- 4.9 – observar para que, durante a vigência do Contrato/Ata de Registro de Preços – ARP, sejam mantidas pela **CONTRATADA** todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratação, bem como a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 4.10 – exigir da **CONTRATADA** responsabilidade integral pela entrega/execução do objeto do presente pregão em perfeita consonância com as especificações e regras estabelecidas no presente termo e seus anexos;
- 4.11 – rejeitar no todo ou em parte o serviço prestado, conforme o caso, em desacordo com as especificações do objeto contratado constantes do presente termo e seus anexos;
- 4.12 – notificar por escrito a **CONTRATADA**, quando ocorrer eventuais imperfeições durante a prestação de serviço, conforme o caso, fixando prazo para sua correção;
- 4.13 – acompanhar e fiscalizar o Registro de Preços, através da Comissão Especial, a fim de garantir sua perfeita execução;
- 5.14 – providenciar o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, visando à formação de cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da Ata de Registro de Preços – ARP, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21 do Dec. nº 7.892/2013;
- 4.15 – respeitar a ordem de classificação dos licitantes registrados na Ata de Registro de Preços – ARP;
- 4.16 – Divulgar a Ata de Registro de Preços – ARP no Portal de Compras do Governo Federal ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)), deixando-a disponível neste portal durante sua vigência;
- 4.17 – emitir o Termo de Recebimento Provisório ou o Termo de Recebimento Definitivo em conformidade com as exigências estabelecidas no presente termo;
- 4.18 – efetuar o pagamento à **CONTRATADA** nas condições e prazo estabelecidos no presente termo;

**4.19** – solicitar, via fax ou telefone, o eventual entrega/prestação do material/serviço licitado, cujos preços encontram-se registrados na Ata de Registro de Preços – ARP;

**4.20** – A fiscalização exercida pela **CONTRATANTE** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da **CONTRATADA** pela perfeita entrega/execução do objeto do presente pregão.

## **5 – Das Obrigações da CONTRATADA**

---

**5.1** – assinar e devolver a Ata de Registro de Preços – ARP **até 2 (dois) dias úteis após seu recebimento**;

**5.2** – arcar com todas as despesas diretas ou indiretas, tais como salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras devidas ao seu pessoal, no cumprimento das obrigações do Sistema de Registro de Preços – **SRP**, ficando a **CONTRATANTE** isenta de qualquer vínculo empregatício, responsabilidade solidária ou subsidiária;

**5.3** – realizar acesso diário ao seu e-mail, informado no Sistema Integrado de Cadastramento de Fornecedores – **SICAF**, ou no Portal de Compras do Governo Federal ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)) quando da retirada do termo, e confirmar, quando da abertura das mensagens eletrônicas, o recebimento das Notas de Empenho enviadas eletronicamente pela **CONTRATANTE**;

**5.4** – manter sempre atualizado o seu endereço, número de telefone fixo, celular, fax, e-mail ou outro meio de contato junto à **CONTRATANTE**;

**5.5** – atender prontamente quaisquer exigências do representante da **CONTRATANTE** inerentes ao objeto licitado;

**5.6** – renovar a documentação relativa à habilitação e qualificação exigidas para contratação e à compatibilidade da natureza de sua atividade com as obrigações assumidas, sempre que forem se vencendo os prazos de validade dos documentos;

**5.7** – executar o objeto do contrato acompanhado da **Nota Fiscal** ou **Fatura** correspondentes, tendo em vista que o ônus decorrente da inobservância desta obrigação será unicamente seu;

**5.8** – informar na **Nota Fiscal** ou **Fatura** a descrição do serviço executado, conforme o caso, de acordo com as especificações constantes da **Nota de Empenho** e do Relatório de Serviços Licitados, anexo do presente termo;

**5.9** – pagar pontualmente aos fornecedores e obrigações fiscais inerentes a prestação de serviço, objeto do presente pregão, com base no respectivo termo e seus anexos, exonerando a **CONTRATANTE** de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;

**5.10** – pagar todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir direta e indiretamente sobre os serviços prestados, conforme o caso, bem como as despesas eventuais de frete;

**5.11** – manter durante a vigência da Ata de Registro de Preços – ARP e/ou do Contrato todas as condições de habilitação exigidas no presente termo, sob pena de serem retidos os valores a ela devidos, até sua regularização, e de serem aplicadas as demais penalidades, sem ônus para a **CONTRATANTE**;

**5.12** – responsabilizar-se pelo perfeito cumprimento do Ata de Registro de Preços – ARP/Contrato, ressarcindo os eventuais prejuízos causados à **CONTRATANTE** ou a terceiros, provocados por ineficiência, imprudência ou imperícia de seu pessoal envolvido na prestação de serviço, conforme o caso, respondendo integralmente, quando constada sua culpa ou dolo, estando ciente de que o controle e fiscalização exercidos pela **CONTRATANTE** não exclui nem diminui sua responsabilidade;

**5.13** – prestar os serviços, conforme o caso, atendendo às especificações, marcas, prazos de validade em conformidade com Ata de Registro de Preço – ARP e nos locais designados pela **CONTRATANTE**;

**5.14** – prestar os serviços, conforme o caso, direta e pessoalmente, não podendo transferir esta responsabilidade a nenhuma outra empresa ou instituição, seja qual for sua natureza, salvo quando houver expressa anuência da **CONTRATANTE**;

**5.15** – participar de todas as reuniões convocadas pela **CONTRATANTE**, com a finalidade de tratar de assuntos

relacionados com o objeto do contrato;

**5.16**– responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade dos serviços prestados, conforme o caso;

**5.17** – responder por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas o seu pessoal, quando da prestação dos serviços, conforme o caso;

**5.18**– fornecer por escrito, **até 3 (três) dias depois de recebimento da Nota de Empenho**, o nome, número do telefone fixo e/ou do celular, fax ou e-mail de uma pessoa sua que ficará responsável pelo seu contato direto com a **CONTRATANTE**;

**5.19**– prestar os serviços, conforme o caso, observando especialmente o prazo e condições de recebimento estabelecidos neste Termo de Referência e também as especificações e exigências estabelecidas no presente termo e demais anexos;

**5.20**– refazer os serviços reprovados, nos termos e prazos estipulados neste Termo de Referência, anexo do presente termo;

**5.21**– responder pelas perdas e danos causados por seu pessoal, ainda que involuntariamente, às instalações do prédio, máquinas, equipamentos e demais bens da **CONTRATANTE**, durante a prestação de serviços, conforme o caso, fazendo as correções necessárias em prazo que lhe será expressamente estabelecido pela **CONTRATANTE**;

**5.22**– ser proativa no sentido de prover-se de condições que possibilitem o atendimento às condições firmadas, a partir da data da assinatura da Ata de Registro de Preços – ARP e/ou Instrumento de Contrato;

**5.23**– providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela Comissão de Licitação, referentes à forma de execução do objeto contratado e ao cumprimento das demais obrigações assumidas na Ata de Registro de Preços – ARP/Contrato;

## **6 – Da Execução dos serviços**

**6.1** – A execução dos serviços deverá ocorrer em até **180 (cento e oitenta) dias** corridos contados a partir da emissão da ordem de serviços.

**6.2** - O aceite dos serviços dar-se-á por intermédio de representante designado pela xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx e será:

**6.2.1** - Provisório: na entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade dos serviços com as especificações solicitadas.

**6.2.2** - Definitivo: após a apresentação da prova da remoção, acondicionamento e tratamento dos resíduos e sua consequente aceitação, que ocorrerá no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos.

**6.3** - Fornecer todos os equipamentos, materiais e mão-de-obra especializada indispensáveis ao cumprimento do objeto contratual.

**6.4** – Fornecer todo o equipamento de proteção individual (EPI) necessário à execução dos serviços.

**6.5** – Responsabilizar, perante o CREA ou CRQ, mediante anotação de ART, pelos serviços prestados, obrigando-se a corrigir quaisquer erros.

## **RECOLHIMENTO**

**6.6** - O recolhimento dos resíduos químicos será efetuado nos laboratórios e/ou locais de armazenamento dos departamentos citados abaixo, da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB, em data e horário a serem acordados pelas partes.

<b>Locais de Recolhimento</b>	<b>Quantidade (Kg)</b>
Cbiotec (Centro de Biotecnologia)	24000
DCF (Departamento de Ciências Farmacêuticas)	7900
DQ (Departamento de Química)	25.000

DSE (Departamento de Sistemática e Ecologia)	3.000
DBM (Departamento de Biologia Molecular)	3.000
Editora Universitária	100
CRAS (Centro de Referência em Atenção à Saúde)	1.000
CT (Centro de Tecnologia)	4.000

**TOTAL: 68.000 Kg**

## ACONDICIONAMENTO

**6.7** - Os resíduos químicos deverão ser transferidos ou re-embalados, por conta exclusiva da empresa licitada, em continentes adequados para suportar os riscos normais de carregamento, transporte e descarregamento. Para tanto, a contratada deverá fornecer todas as embalagens necessárias, tais como: tambores de aço, bombonas de polietileno, dentre outras.

## TRANSPORTE

**6.8** - O transporte até as instalações de processamento será efetuado de acordo com Regulamento para Transporte de Produtos Perigosos e Normas Técnicas aplicáveis, com veículo devidamente sinalizado e equipado, conduzido por motorista especialmente habilitado para transporte de cargas perigosas. O transporte dos resíduos oriundos da UFPB poderá ser compartilhado com o de terceiros.

## DESTINAÇÃO

**6.9** - Todo e qualquer processo de tratamento/destinação será executado em instalações licenciadas pelos Órgãos ambientais competentes e deverá ser comprovado pelo respectivo **Certificado de Destinação**, a ser fornecido à UFPB, após a execução do serviço.

## 7 – Do Resultado Esperado

**7.1** – Espera-se que o objeto deste pregão, seja executado em conformidade total com os termos e prazos estabelecidos no presente termo e respectivos anexos.

## 8 – Do Prazo, aceite ou recusa dos serviços

**8.1** – O objeto do presente pregão deverá ser prestado, conforme o caso, nos laboratórios e/ou locais de armazenamento dos departamentos citados neste anexo, da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB, em data e horário a serem acordados pelas partes.

**8.1.1** – Todo e qualquer ônus decorrente da realização do objeto deste pregão, inclusive frete, será de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**.

**8.1.2** – Caso ocorra a inobservância do subitem anterior, a **CONTRATADA** poderá sofrer a aplicação das sanções administrativas previstas no presente termo.

**8.2** – O prazo de execução do objeto do presente pregão deverá ser no máximo de **180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do recebimento, pelo fornecedor, da Nota de Empenho.**

**8.3** – O objeto deste pregão será aceito:

**8.3.1 – Provisoriamente:** na coleta dos resíduos, para efeito de posterior verificação da conformidade dos serviços com as especificações solicitadas. Verificada qualquer irregularidade, o objeto deverá ser refeito e analisado, no todo ou em parte, conforme o caso, por conta e ônus da **CONTRATADA**.

**8.3.2 – Definitivamente:** após a apresentação da prova da remoção, acondicionamento e tratamento dos resíduos e sua consequente aceitação, que ocorrerá no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos. Depois de verificada a qualidade, quantidade e compatibilidade com o objeto contratado e sua consequente aceitação mediante carimbo e assinaturas (atesto e visto) apostos no verso da nota fiscal;

**8.3.3** – O recebimento do objeto deste pregão, provisório ou definitivo, não eximirá a **CONTRATADA** da responsabilidade civil ou ético-profissional, ou de qualquer outra natureza, em relação à qualidade, inclusive no que concerne às especificações exigidas e normas aplicáveis, cabendo-lhe sanar, às suas expensas, quaisquer irregularidades detectadas e reprovadas pela fiscalização.

**8.4** – Todos os fatos anormais, verificados no decorrer da execução do objeto contratado, deverão ter suas ocorrências anotadas em livro ou sistema próprio, no qual deverão ser registradas também as providências tomadas pela **CONTRATADA**.

**8.5** – Caberá à **CONTRATANTE** rejeitar total ou parcialmente o objeto em desacordo com as especificações ou com irregularidades.

**8.6** – Caso ocorra a inobservância de qualquer condição determinada nas subdivisões deste item, a **CONTRATADA** poderá sofrer sanções administrativas, aplicadas conforme este Termo de Referência, anexo do presente termo.

## **9 – Da Fiscalização e Controle**

---

**9.1** – não obstante a **CONTRATADA** seja a única e exclusiva responsável pelo objeto licitado, reservar-se-á à **CONTRATANTE** o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o serviço;

**9.2** – a **CONTRATADA** deverá aceitar antecipadamente todos os métodos de inspeção, verificação e controle, adotados na fiscalização, obrigando-se a fornecer dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessários à execução destes métodos;

**9.3** – a **CONTRATANTE**, através do responsável por receber o objeto licitado, deverá fiscalizar e registrar em sistema próprio todas as ocorrências relacionadas ao recebimento, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

**9.4** – a fiscalização poderá exigir que seja substituído o objeto executado em desacordo com as especificações, visando ao interesse dos serviços ou à integridade do patrimônio e da comunidade da **CONTRATANTE**, desde que o faça por escrito;

**9.5** – as decisões que extrapolem a competência da equipe de recebimento do objeto contratado deverão ser solicitadas formalmente à autoridade administrativa imediatamente superior, a qual deverá adotar em tempo hábil as medidas pertinentes.

## **10 – Do Pagamento e da Compensação Financeira**

---

**10.1** – O pagamento será efetuado pela **CONTRATANTE** até o 30º (trigésimo) dia corrido após o recebimento definitivo das partes do objeto divisível e a apresentação da Nota Fiscal ou Fatura devidamente atestada pelo setor competente.

**10.2** – O pagamento será creditado na conta corrente da **CONTRATADA**, através de ordem bancária contra qualquer instituição bancária indicada na proposta, devendo, para isso, ficar explicitado: banco, agência, localidade e conta corrente em que deverá ser efetuado o crédito.

**10.3** – O pagamento somente será liberado para a **CONTRATADA** após o recolhimento de eventuais multas que lhe tenham sido impostas em decorrência de inadimplência contratual e apresentação do demonstrativo dos fornecimentos e/ou prestação de serviços efetuados.

**10.4** – A critério da **CONTRATANTE**, o valor das multas porventura aplicadas, bem como das indenizações a terceiros, por culpa ou dolo da **CONTRATADA**, serão descontadas dos faturamentos a que **CONTRATADA** fizer jus.

**10.5** – Nenhum pagamento será realizado pela **CONTRATANTE** sem a prévia e necessária consulta ao SICAF, para comprovar a regularidade da situação da **CONTRATADA**, inclusive no que tange ao recolhimento das contribuições sociais – FGTS e Previdência Social – correspondentes ao mês da última competência vencida.

**10.6** – Qualquer erro ou omissão na documentação fiscal ou na fatura da **CONTRATADA** deverá ser por ela prontamente corrigido, suspendendo-se o prazo de pagamento até que a correção seja realizada.

**10.7** – À **CONTRATANTE** reserva-se o direito de suspender o pagamento, se os materiais/serviços forem entregues/prestados em desacordo com as especificações constantes do Relatório de Serviços Licitados ou da Ata de Registro de Preços/Contrato, anexos do presente termo.

**10.8** – O pagamento estará condicionado ao atesto pela seção responsável no respectivo documento fiscal.

**10.9** – A não indicação pela **CONTRATADA** da situação do particular quanto à opção ou não junto ao **SIMPLES** implicará, por ocasião do pagamento, o desconto dos tributos e contribuições estabelecidas pela Secretaria da Receita Federal.

**10.9.1** – A **CONTRATADA** optante pelo **SIMPLES** – Sistema Integrado de Pagamentos de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, não sofrerá a retenção na fonte, devendo apresentar para fins de comprovação da condição de optante cópia do termo de opção, nos termos do Art. 4º, XI, da IN/SRT nº 1.234/2012.

**10.10** – No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para isso, serão devidos pela **CONTRATANTE** encargos moratórios, à taxa nominal de 6% (seis por cento) ao ano, capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , onde:

**EM** = Encargos moratórios devidos;

**N** = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

**I** = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e

**VP** = Valor da prestação em atraso.

**10.11** – A **CONTRATANTE** pagará tão somente pelos fornecimentos efetivamente realizados, de acordo com o preço ofertado no presente pregão.

**10.12** – O pagamento estará condicionado ao atendimento ao prazo e condições de recebimento constantes deste Termo de Referência.

## **11 – Das Sanções Administrativas**

**11.1** – A licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar documentação exigida neste termo, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento do fornecimento/realização de seu objeto, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e de contratar com a União e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

**11.2** – O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor, sem justificativa aceita pela Administração, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, as seguintes sanções:

**11.2.1** – Advertência.

**11.2.2** – Multas (que serão recolhidas de acordo com instruções fornecidas pela **CONTRATANTE**):

**I** – Multa de 10% (dez inteiros por cento) sobre o valor de sua proposta final vencedora, se der causa a pelo menos um dos inadimplementos estabelecidos a seguir:

a) Não aceitar a Nota de Empenho no prazo de validade de sua proposta vencedora;

b) Deixar de entregar, ainda que parcialmente, documentação, inclusive a proposta final vencedora ou documentos de habilitação, exigidos nos termos e prazos do presente termo;

c) Deixar de entregar no prazo estabelecido no instrumento convocatório, devidamente assinado, o contrato,

conforme disposições contidas no termo;

d) Apresentar documentação falsa, ainda que parcialmente;

e) Não mantiver sua proposta integralmente nos termos e valores em que foi regularmente apresentada e aceita pelo pregoeiro;

f) Comportar-se de modo inidôneo;

g) Fizer declaração falsa, ainda que parcialmente, quanto a qualquer dos requisitos de habilitação exigidos e/ou quanto ao cumprimento de quaisquer das demais exigências previstas no respectivo termo e seus anexos;

h) Cometer fraude fiscal;

**II – Multa de mora de 0,33% (trinta e três décimos por cento) por dia de atraso, na entrega de bens ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, limitada ao percentual máximo de 10,00% (dez por cento);**

**III – Multa compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor total da ARP, ou do Contrato (se houver), quanto constatado item/lote vencido, sem prejuízo da aplicação do disposto no inciso “II” deste Subitem, à juízo da Administração (Lei 8.666/1996, art. 86, § 1º).**

**11.2.3 – Impedimento de licitar e de contratar com a União e o descredenciamento da empresa junto ao SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em termo e no contrato e das demais cominações legais em conformidade o previsto no art. 7º da Lei nº 10.520/02.**

**11.2.4 – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que o fornecedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes ou depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.**

**11.3 – As sanções previstas nos incisos “I”, “II” e “III” do subitem 12.2.2 poderão ser aplicadas de forma concomitante com as sanções previstas nos subitens 12.2.1, 12.2.3 e 12.2.4, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.**

**11.4 – As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de impedimento de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Termo e na Ata de Registro de Preços e das demais cominações legais.**

**11.5 – Caberá aos órgãos participantes, e órgãos não participantes (carona) aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;**

**11.6 – Deverá ser observado o Princípio do Devido Processo Legal na hipótese de aplicação das penalidades, devendo em qualquer hipótese de aplicação de penalidade ser assegurados ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.**

**11.7 – A aplicação das sanções previstas neste termo não exclui a possibilidade de aplicações de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causado à Administração.**

## **12 – Da Dotação Orçamentária**

---

**12.1 – A dotação orçamentária somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, conforme o § 2º do art. 7º do Dec. nº 7.892/2013.**

## **13 – Da Vigência**

---

**13.1 – A vigência será a Ata de registro de Preços – ARP, que será de 12 (doze) meses.**

**14 – Da Aprovação e Autorização da Contratação**

**14.1** – A autoridade competente da Universidade Federal da Paraíba – UFPB aprova o presente Termo de Referência e autoriza a contratação do objeto do presente pregão.

João Pessoa (PB), ..... de ..... 2016.

.....  
xxxxxxxxxxxxxxxxx  
Pró-Reitor de Administração da UFPB

?

.

## ESCOLHA DO PREÇO BASE

( PREÇO DE REFERÊNCIA )

Sob as mesmas exigências de serviços, as empresas enviaram propostas comerciais descritas abaixo:

EMPRESA	VALOR (R\$) / Kg
AMBSERV	16,80
VIA LIMPA	7,80
WORLD RESÍDUOS (GLOBAL SOLUÇÕES AMBIENTAIS)	10,00
ECOBLENDING	4,05

Tendo em vista a grande disparidade no preço fornecido pela empresa AMBSERV, foi necessário excluí-lo, restando apenas três propostas, nas quais, foi realizada uma medida estatística (média aritmética) dos três valores restantes.

Segue abaixo o cálculo realizado para escolha do preço base:

$$(7,80 + 10,00 + 4,05) / 3 = \text{R\$ } 7,28$$

ASSINATURA ?



Declaro para os devidos fins, que a Universidade Federal da Paraíba, não necessita de licença ambiental para contratação de empresas especializadas na remoção, transporte, tratamento e destinação final de resíduos químicos conforme termo de referência, ficando a responsabilidade total às empresas participantes do pregão, tendo em vista que este é um dos requisitos exigidos.



João de Araújo Moraes Júnior  
Matrícula SIAPE 1668651

**DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA CIVIL E AMBIENTAL**  
**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE GESTÃO AMBIENTAL**



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS  
EMITIDO EM 26/10/2016 15:00

flh/  
cg

**Processo nº. 23074.037137/2016-27**

**Assunto:** 995 - PEDIDOS, OFERCIMENTOS E INFORMAÇÕES DIVERSAS

### **DESPACHO FAVORÁVEL**

de ordem a assessoria geral da reitoria para que solicite abertura de processo licitatorio.

atenciosamente

(Autenticado digitalmente em 26/10/2016 13:23)  
JOACIO DE ARAUJO MORAIS JUNIOR  
REITORIA - COMISSÃO DE GESTÃO AMBIENTAL (11.00.46.03)  
PRESIDENTE

SIPAC | STI - Superintendência de Tecnologia da Informação - | Copyright © 2005-2016 - UFRN - sistemas-  
a.bbn.ufpb.br.sistemas-a



Processo nº: \_\_\_\_\_

DESPACHO

Se ordem ao Profeta Universitário  
para encaminhamento e pendências  
cabíveis

31/10/16

*Aline Monte*

Aline Nadege de M. S. Monte  
Chefe de Gabinete / UFPB

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA - PU

FOLHA Nº 43  
GABINETE DO PREFEITO

PROCESSO 23074.037137/2016-27

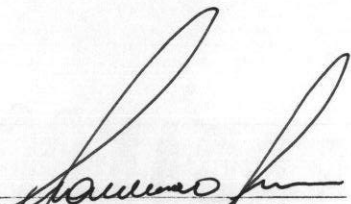
JOÃO PESSOA, 01 DE NOVEMBRO DE 2016

À: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-PU

Prezada Comissão,

Reencaminho o presente procedimento administrativo para conhecimento análise e demais providências legais.

Atenciosamente,



Francisco Pereira da Silva Júnior  
Prefeito Universitário em Exercício  
Mat. SIAPE: 24758937



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA  
GABINETE DO PREFEITO**

**PROCESSO Nº UFPB/PU/Nº 23074.037137/2016-27**

**DO: PREFEITO UNIVERSITÁRIO**

**AO: PREGOEIRO DA PU**

**DATA: 27 DE OUTUBRO DE 2016.**

**JUSTIFICATIVA E ENCAMINHAMENTO**

Sr. Pregoeiro,

Encaminho o presente processo autorizando a continuidade do procedimento licitatório tipo Pregão Eletrônico (SRP), que tem como objeto **o registro de preços para eventual contratação de empresa especializada em serviços de remoção, transporte, tratamento e destinação final de resíduos químicos da Universidade Federal da Paraíba, contemplando o fornecimento de recipientes, conforme especificações constantes no Edital e em todos os seus anexos.**

As despesas da presente licitação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União, para o exercício 2016, a cargo da UFPB e recursos decorrentes de descentralização voluntária, cujos programas de trabalho e elemento de despesas específicas constarão da Nota de Empenho.

Em atenção ao que rege o art. 9º, II, § 1º do Decreto nº 5.450/05 e art. 8º, IV do Decreto nº 3.555/00, bem como o Decreto nº 7.892/2013 e após analisada a justificativa elaborada pela Diretoria de Material e Patrimônio faz-se necessária a contratação de uma empresa especializada na prestação de serviços de remoção, transporte, tratamento e destinação final de resíduos químicos, que seja portadora de licença ambiental, possuindo profissionais habilitados para a realização de serviços e seguindo rigorosamente as normas vigentes relativas aos serviços citados, com a finalidade de garantir a preservação ambiental e a saúde da comunidade universitária desta Universidade, com a preocupação de garantir que esses resí-

Francisco Pereira da S. Junior  
Ed.º Civil-CREA 160051303-4  
E. GAPE 2475893

duos sejam descartados de maneira adequada, uma vez que se trata de resíduos considerados perigosos, segundo a NBR 10004/2004.



Solicito ainda que seja aberto processo de Intenção de Registro de Preços IRP, de modo a verificar se há algum interessado em particular do presente certame.

### APROVAÇÃO

Por fim, como ordenador de despesas desta Unidade, **aprovo** o Termo de Referência e autorizo a abertura de processo licitatório.

Atenciosamente,

  
\_\_\_\_\_  
**FRANCISCO PEREIRA DA SILVA JÚNIOR**  
Prefeito Universitário



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA UNIVERSITÁRIA**  
Gabinete do Prefeito



**PORTARIA/UFPB/PU Nº 021/2016**

**O PREFEITO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**, no uso das suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo **23074.018302 / 2016 - 41**.


**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar como pregoeiros da Prefeitura Universitária os Servidores: **AUGUSTO CÉSAR TEMÓTEO DE OLIVEIRA, MAT. 1655398, ANDERLEY DIAS DA CUNHA, MAT. 2029947, CAROLINA AZEVEDO TORRES, MAT. 2028797, SEVERINO CIDALINO DE ALMEIDA NETO, MAT. 2032177, LUIZ FELIPE PESSOA CUNHA, MAT. 2100579 e LUIZ GUSTAVO BRAGA FREIRE, MAT. 1058528.**

Art. 2º - Quando em um Pregão um dos Servidores acima estiver atuando como Pregoeiro, os demais integrarão a equipe de apoio.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

João Pessoa, 10 de abril de 2016.

  
**JANDIR DE SANTANA**  
Prefeito Universitário





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**EDITAL DE LICITAÇÃO (MINUTA)  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP UFPB/CPL-PU Nº 018/2016  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23074.037137/2016-27**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Universidade Federal da Paraíba – UFPB, por intermédio do Pregoeiro designado pela PORTARIA/UFPB/PU nº 021/2016, de 10 de abril de 2016, por meio da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Universitária (CPL-PU), sediada na Cidade Universitária, Castelo Branco, João Pessoa – PB, CEP nº 58051-900, realizará licitação para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, **do tipo menor preço global anual por grupo**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005; do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto 2.271, de 7 de julho de 1997, das Instruções Normativas SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008, e nº 02, de 11 de outubro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

**Data da sessão: XX/XX/2016.**

**Horário: XXh:XXmin (horário de Brasília – DF).**

**Local: Portal de Compras do Governo Federal – [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)**



**1. DO OBJETO**

**1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços para eventual contratação de empresa especializada em serviços de remoção, transporte, tratamento e destinação final de resíduos químicos da Universidade Federal da Paraíba, contemplando o fornecimento de recipientes, conforme especificações constantes neste Edital e em todos os seus anexos.**

**1.2.** A licitação será constituída por um único item, constante de planilha inserida no Termo de Referência (Anexo I), devendo o licitante oferecer proposta para tal item, não podendo ultrapassar o valor estimado pela Administração.

**2. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**2.1.** A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

**2.2.** Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

**2.3.** As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

**2.4.** As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao máximo do quádruplo do valor estimado do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

**2.5.** Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.



2.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

2.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

### 3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), com a solicitação de “login” e senha pelo interessado.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

### 4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da IN SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;



4.2.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.3. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.4. Que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.5. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.3. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às declarações contidas no **Anexo III**.

4.3.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.3.1.1. A assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte;

4.3.1.2. As M.E's e E.P.P's ainda terão tratamento diferenciado, no que couber, previsto pela Lei Complementar nº 123, de 2006 (alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07/08/2014) e o Decreto nº 8.538, de 06/10/2015.

4.3.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

4.3.3. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.3.4. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

4.3.5. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.



## 5. DO ENVIO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

5.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

5.6. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.6.1. **Valor total da licitação: R\$ 495.040,00 (Quatrocentos e Noventa e Cinco Mil e Quarenta Reais), conforme planilha constante no Termo de Referência (Anexo I).**

5.6.2. **Todas as especificações, quantitativos, bem como a produtividade a ser adotada para a execução dos serviços objeto deste pregão estão contidas em item (ns) específico (s) no Termo de Referência (Anexo I).**

5.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

5.9. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI, o licitante deverá incluir, no campo das condições da proposta do sistema eletrônico, o valor correspondente à contribuição prevista no art. 18-B da Lei Complementar n. 123, de 2006.

5.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.





## 6. DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
- 6.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5.1. O lance deverá ser ofertado **pelo menor valor global anual por grupo**.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).
- 6.7.1. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação.
- 6.7.2. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 6.8. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.



6.8.1. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três segundos.

6.9. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.10. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.11. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.12. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

6.13. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

6.15. Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.16. Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.17. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.





6.18. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa, empresa de pequeno porte e sociedade cooperativa que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.19. Ao presente certame não se aplica o sorteio como critério de desempate. Lances equivalentes não serão considerados iguais, vez que a ordem de apresentação das propostas pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.

6.20. Ao final do procedimento, após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

6.20.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

## **7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**

7.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

7.2. Como condição prévia à aceitação da proposta, caso o licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar tenha usufruído do tratamento diferenciado previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, o Pregoeiro poderá consultar o Portal da Transparência do Governo Federal, seção “Despesas – Gastos Diretos do Governo – Favorecido (pessoas físicas, empresas e outros)”, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ele recebidas, no exercício anterior, extrapola o limite de R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), previsto no artigo 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, ou o limite proporcional de que trata o artigo 3º, § 2º, do mesmo diploma, em caso de início de atividade no exercício considerado.

7.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

7.4. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações

de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.5. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993, a exemplo das enumeradas no §3º, do art. 29, da IN SLTI/MPOG nº 2, de 2008.

7.6. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, não sendo possível a sua imediata desclassificação por inexequibilidade, será obrigatória a realização de diligências para o exame da proposta.

7.7. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.8. Na fase de Aceitação de Propostas, o Pregoeiro convocará o licitante melhor classificado para enviar a documentação digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no "chat" prazo máximo de 02 (duas) horas, nos moldes da Instrução Normativa do SLTI/MPOG nº 01 de 26/03/2014, sob pena de não aceitação da proposta.

7.8.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, por meio do e-mail [cplpu@prefeitura.ufpb](mailto:cplpu@prefeitura.ufpb), formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro, a seu critério exclusivo.

7.9. O formato da documentação enviada deverá ser de fácil compatibilidade com os sistemas operacionais usualmente disponíveis, preferencialmente Windows, em todas as suas versões e os aplicativos tradicionais, como Word, Excel, Adobe Reader, ou equivalentes, além de editores de imagens usuais. As extensões comumente aceitáveis são .xls, .doc, .jpg, e .pdf. Caso haja necessidade de compactação de arquivos, ou conjunto de arquivos, poderão ser usadas extensões ".zip" e ".rar", não sendo estas últimas, extensões de aplicativos, mas de compactadores de arquivos. Anexos enviados com arquivos incompatíveis com o nosso sistema não serão aceitos.

7.9.1. Todos os dados informados pelo licitante em sua proposta deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

7.9.2. O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados pela licitante com aqueles praticados no mercado;





7.9.3. Erros de cálculo no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço proposto.

7.9.3.1. Considera-se erro no preenchimento da planilha a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, exceto para atividades de prestação de serviços previstas nos §§5º-B a 5º-E, do artigo 18, da LC 123, de 2006.

7.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.11. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.12. Antes de formalizar a aceitação de uma proposta, O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, concedendo ao fornecedor o prazo de 20 (vinte) minutos, nos moldes do Acórdão 2637/2015 do TCU, nesses termos: "Nas licitações realizadas mediante pregão, constitui poder-dever da Administração a tentativa de negociação para reduzir o preço final do contrato, tendo em vista a maximização do interesse público em obter-se a proposta mais vantajosa mesmo que eventualmente o valor da oferta tenha sido inferior à estimativa da licitação, conforme art. 24, §§ 8º e 9º, do Decreto 5.450/05."

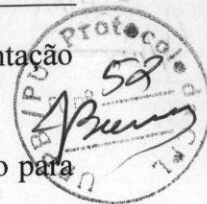
7.12.1. Os §§ 8º e 9º do Decreto 5450/2005 assim se expressam:

7.12.2. § 8º Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

7.12.3. § 9º A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.12.4. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.13. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.



7.14. Havendo empate ficto, o critério de desempate seguirá orientação estabelecida pelo **Decreto nº 8.538, de 06/10/2015**, na seguinte forma:

7.14.1. Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

7.14.2. Entende-se haver empate quando as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até cinco por cento superiores ao menor preço.

7.14.3. Esse disposto somente se aplicará quando a melhor oferta válida não houver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.14.4. A preferência de que trata as Sub-Cláusulas será concedida da seguinte forma:

7.14.4.1. Ocorrendo o empate, a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor;

7.14.4.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

7.14.5. Após o encerramento dos lances, a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de cinco minutos por item em situação de empate, sob pena de preclusão.

## 8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

8.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

8.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;





8.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.1.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.2. O Pregoeiro, então, consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme disposto nos arts. 4º, *caput*, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43, III, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

8.2.1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

8.2.2. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, conforme estatui o Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015.

8.3. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista, nas condições seguintes:

8.4. **Habilitação jurídica:**

8.4.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

8.4.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.4.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.4.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC;

8.4.6. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante, sucursal, filial ou agência;

8.4.7. A apresentação do contrato social da empresa e sua última alteração são documentos de apresentação obrigatória;

8.4.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.5. **Regularidade fiscal e trabalhista:**

8.5.1. A comprovação de **regularidade fiscal** das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida **para efeito de contratação**, e não como condição para participação na licitação. (Redação dada pelo Art. 4º do Decreto nº 8.538, de 06/10/2015, em vigor desde 06/01/2016);

8.5.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.5.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de



02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.5.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.5.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.5.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.5.7. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

8.5.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.5.9. Caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação, para efeito de contratação.

8.5.10. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF no nível da Qualificação econômico-financeira, conforme Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação:

8.6. **Qualificação econômico-financeira:**

8.6.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

8.6.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis **do último exercício social**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de

apresentação da proposta, nos moldes do inciso I do art. 31 da Lei nº 8.666/1993 c/c art. 1.078 do Código Civil, em consonância com o Acórdão 1999/2014 TCU-Plenário;

8.6.2.1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

8.6.3. Comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

8.6.4.

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.6.5. Comprovação de patrimônio líquido de **10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

8.7. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

8.7.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.7.2. A Contratada deve zelar pela perfeita execução dos serviços contratados, e que as falhas que porventura venham a ocorrer, sejam sanadas segundo critérios, indicadores, índices e parâmetros fixados pelos órgãos ambientais, bem como as Resoluções do CONAMA e Normas Técnicas (ABNT), no que couber, além do que estabelece o Termo de Referência (Anexo I deste Edital).





8.7.2.1. Os atestados referir-se-ão a contratos já concluídos ou já decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior, apenas aceito mediante declaração da contratante.

8.7.2.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados.

8.7.3. Declaração de Sustentabilidade Ambiental e às Normas de Proteção do Meio Ambiente, conforme **Anexo IV**.

8.7.4. Declaração de Conhecimento dos Locais e Dificuldades do Serviço / Entrega de Bens, conforme modelo do **Anexo V**.

8.8. O licitante enquadrado como Microempreendedor Individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

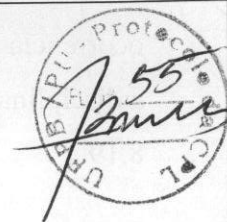
8.9. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema de Compras Governamentais (*upload*), no prazo de 02 (duas) horas, após solicitação no sistema eletrônico, nos moldes do Art. 3º da Instrução Normativa do SLTI/MPOG nº 01 de 26/03/2014, prorrogável por até igual período mediante solicitação do fornecedor, preferencialmente via e-mail e dentro do prazo de convocação, a critério do pregoeiro.

8.10. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail [cplpu@prefeitura.ufpb.br](mailto:cplpu@prefeitura.ufpb.br) no mesmo prazo de 02 (duas) horas. Neste caso, a CPL-PU disponibilizará em sua página na internet, aos interessados e ao público em geral, cópia escaneada da documentação enviada.

8.11. Uma vez convocada, a licitante vencedora encaminhará, oficialmente, no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, para fins de habilitação, a documentação física (todos **originais ou cópias autenticadas**, assim como a proposta atualizada) para análise, nos moldes da Portaria Normativa SLTI-MPOG Nº 05, de 19/12/2002 ao Protocolo Geral ou Via Postal (preferencialmente SEDEX), com AR (Aviso de Recebimento) enviado para o e-mail: [cplpu@prefeitura.ufpb.br](mailto:cplpu@prefeitura.ufpb.br). Uma vez aprovada tal documentação, a licitante será declarada habilitada.

8.12. No caso de envio postal, o endereço da CPL-PU é o seguinte:

Universidade Federal da Paraíba – Campus I (Reitoria)  
A/C Comissão Permanente de Licitação (CPL-PU)  
Gabinete da Reitoria (Sala 09 – Antiga Sala de Reuniões)  
Cidade Universitária, S/N  
João Pessoa, PB – CEP: 58.051-900  
E-mail: cplpu@prefeitura.ufpb.br



8.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa, empresa de pequeno porte, ou sociedade cooperativa equiparada, seja declarada vencedora, desde que atenda a todas as demais exigências do edital.

8.13.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.


8.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição não-fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.15. A não-regularização no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.

8.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.





8.18. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.19. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

8.20. **Da existência de Sócio em Comum.**

8.20.1. Conforme o TCU (Acórdão nº 754/2015 – Plenário), a ocorrência de “empresas com sócios em comum que apresentem propostas para o mesmo item de determinada licitação” e a “existência de licitantes reiteradamente desclassificados por não atenderem aos editais ou não honrarem suas propostas” sugerem o possível enquadramento nas condutas tipificadas o art. 7º da Lei n. 10.520/2005 e que é necessária a instauração de processo administrativo com vistas à apenação das empresas que praticarem, injustificadamente, ato ilegal, que tem caráter abrangente e abarca condutas relacionadas não apenas à contratação em si, mas também ao procedimento licitatório e à execução da avença”, concluindo que os responsáveis pelos procedimentos licitatórios poderão ser responsabilizados em caso de omissão.

**9. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

9.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

9.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

9.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

9.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

9.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

9.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

**10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

**11. DOS RECURSOS**

11.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo 20 (vinte) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente,





sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## **12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **13. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

13.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

13.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente justificado e aceito pela Administração.

13.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

13.4.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;



#### **14. GARANTIA DE EXECUÇÃO**

14.1. O adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do Termo de Contrato, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do total Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

14.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

14.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993;

14.2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

14.3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

14.3.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

14.3.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;


14.3.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

14.3.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber.

14.4. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, mencionados no art. 19, XIX, b da IN SLTI/MPOG 02/2008, observada a legislação que rege a matéria.

14.5. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.





14.6. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

14.7. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.

14.8. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

14.9. Será considerada extinta a garantia:

14.9.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

14.9.2. no prazo de três meses após o término da vigência, caso a Contratante não comunique a ocorrência de sinistros.

## 15. DO TERMO DE CONTRATO

15.1. Dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o Termo de Contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados de sua convocação, cuja vigência será de 12 (doze) meses.

15.2. O prazo de vigência da Ata do Registro de Preços é de 12 (doze) meses, não podendo ser prorrogado.

15.3. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta “on line” ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

15.3.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital e anexos.

15.4. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

15.5. O prazo previsto para assinatura ou aceite poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.6. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

## **16. DO REAJUSTE**

16.1. O preço é fixo e irrevogável.

16.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, nos moldes do § 1º do art. 12 do Decreto nº 7.892/2013.

## **17. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

17.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

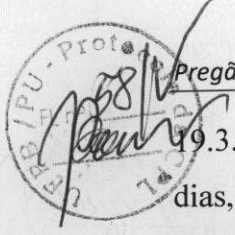
## **18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

## **19. DO PAGAMENTO**

19.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

19.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.



19.3. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir.

19.4. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados e aos materiais empregados.

19.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

19.6. Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

19.6.1. não produziu os resultados acordados;

19.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

19.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

19.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

19.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

19.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

19.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a

ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

19.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

19.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

19.13. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

19.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

19.14.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

19.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplimento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP, \text{ sendo:}$$

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$



**20. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

20.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

20.1.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

20.2. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

20.3. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

**21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

21.1.1. não assinar a ata de registro de preços quando convocado dentro do prazo de validade da proposta ou não assinar o termo de contrato decorrente da ata de registro de preços;

21.1.2. apresentar documentação falsa;

21.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

21.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;

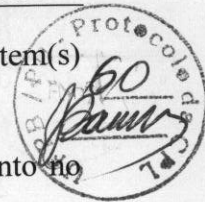
21.1.5. não mantiver a proposta;

21.1.6. cometer fraude fiscal;

21.1.7. comportar-se modo inidôneo.

21.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:



- 21.3.1. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 21.3.2. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
- 21.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.
- 21.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 21.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade,
- 21.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 21.8. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

## **22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- 22.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 22.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, preferencialmente pelo e-mail [cplpu@prefeitura.ufpb.br](mailto:cplpu@prefeitura.ufpb.br) ou por petição dirigida ou protocolada no endereço da Universidade Federal da Paraíba – UFPB (Campus I – Reitoria), Cidade Universitária s/nº, João Pessoa, PB – CEP: 58.051-900, Gabinete da Reitoria (Sala 09 – Antiga Sala de Reuniões), à Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Universitária (CPL-PU).
- 22.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.
- 22.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 22.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura





da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

22.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

22.8. Qualquer dúvida de ordem técnica desta licitação poderá ser sanada junto ao setor responsável da Prefeitura Universitária, no que couber, a depender da especificidade da demanda.

### **23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

23.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.



23.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.9. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <http://www.prefeitura.ufpb.br/cplpu>, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço da Universidade Federal da Paraíba – UFPB (Campus I – Reitoria), Cidade Universitária s/nº, João Pessoa, PB – CEP: 58.051-900, Gabinete da Reitoria (Sala 09 – Antiga Sala de Reuniões), nos dias úteis, no horário das 08h:00min horas às 12h:00min horas e das 14h:00min às 17h:00min, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

23.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

23.10.1. ANEXO I – Termo de Referência;

23.10.2. ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços;

23.10.3. ANEXO III – Declarações;

23.10.4. ANEXO IV – Declaração de Sustentabilidade Ambiental;

23.10.5. ANEXO V – Declaração de Conhecimento dos Locais e Dificuldades do Serviço / Entrega de Bens;

23.10.6. ANEXO VI – Minuta de Termo de Contrato;

23.10.7. ANEXO VII – Modelo de Carta-Proposta;

23.10.8. ANEXO VIII – Modelo do Acordo de Níveis de Serviço – ANS.

João Pessoa – PB, 1º de novembro de 2016.

  
**FRANCISCO PEREIRA DA SILVA JUNIOR**  
Prefeito Universitário – UFPB



EM BRANCO



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO**

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP UFPB/CPL-PU Nº 018/2016**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23074.037137/2016-27**

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1 – DO OBJETO E RESPECTIVO VALOR ESTIMADO**

**1.1 – Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada em serviços de remoção, transporte, tratamento e destinação final de resíduos químicos da Universidade Federal da Paraíba, contemplando o fornecimento de recipientes, conforme especificações constantes no Edital e em todos os seus anexos, inclusive neste Termo de Referência.**

**1.2 – A estimativa de custo total do objeto licitado é de R\$ 495.040,00 (Quatrocentos e Noventa e Cinco Mil e Quarenta Reais).** Os valores estimados servirão apenas de subsídios para que as empresas licitantes formulem suas propostas. Portanto, os valores estimados não constituem qualquer compromisso futuro das licitantes com a Universidade Federal da Paraíba ou com os órgãos participantes.

**1.2.1 – O valor estimado tem como base a pesquisa de preço de referência por meio de propostas comerciais solicitadas às empresas, sob as mesmas exigências de serviços, em relação ao quantitativo total de resíduos (68.000 kg). O preço de referência foi determinado através da média aritmética de 03 (três) propostas.**



Descrição	Quantidade Anual Estimada (Kg) (A)	R\$/Kg Unitário Anual (*) (B)	R\$/Kg Total Anual (A x B)
Remoção, transporte, tratamento e destinação final de resíduos químicos da UFPB, contemplando o fornecimento de recipientes, conforme especificações constantes no Edital e em todos os seus anexos.	68.000,00	7,28	495.040,00

(\*) O valor estimado foi obtido pela média dos valores da pesquisa de mercado, conforme consta dos Autos, às Fls. 39.

1.3 – O local de recolhimento do objeto deste pregão está definido neste Termo de Referência, mais abaixo, no tópico que discorre sobre condições de execução dos serviços.

## 2 – DAS JUSTIFICATIVAS

2.1 – Com a preocupação de garantir que esses resíduos sejam descartados de maneira adequada, uma vez que se trata de resíduos considerados perigosos, segundo a NBR 10004/2004, de forma a garantir a preservação ambiental e a saúde da comunidade universitária desta Universidade, faz-se necessária a contratação de uma empresa especializada na prestação de serviços de remoção, transporte, tratamento e destinação final de resíduos químicos, que seja portadora de licença ambiental, possuindo profissionais habilitados para a realização de serviços e seguindo rigorosamente as normas vigentes relativas aos serviços citados.

2.2 – O quantitativo de resíduos, disposto no item RECOLHIMENTO, no tópico 6 deste termo, tem como base as visitas nos laboratórios que produzem resíduos químicos, tomando como elementos para o cálculo, a densidade, área e volume ocupado por esses resíduos.

## 3 – DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1 – O objetivo do presente pregão é prover a **CONTRATANTE** de condições necessárias ao desempenho das suas atividades cotidianas, conforme demanda identificada nas requisições juntadas ao processo do presente pregão.

## 4 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1 – emitir Nota de Empenho a crédito da **CONTRATADA** no valor correspondente ao serviço respectivamente fornecido ou executado;

4.2 – enviar por e-mail a Nota de Empenho digitalizada e emitida em favor do fornecedor ou, na indisponibilidade desta tecnologia, enviá-la por outros meios (fax, postal etc.);

4.3 – permitir o acesso do pessoal da **CONTRATADA** às dependências da **CONTRATANTE**, para o fornecimento de material ou prestação de serviço, conforme o caso;

4.4 – impedir que pessoas não autorizadas pela **CONTRATADA** executem o objeto do presente pregão;

4.5 – oferecer todas as condições e fornecer todas as informações necessárias para que a **CONTRATADA** possa prestar os serviços, conforme o caso, de acordo com as especificações exigidas no Relatório de Serviços Licitados, anexo do presente termo, pautando-se sempre pelas normas previstas no presente termo e por outras que venham a ser emitidas após a celebração da Ata de Registro de Preços – ARP;

4.6 – acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, através de representante da Administração, especialmente designado, a quem caberá registrar em livro, documento ou sistema próprio todas as ocorrências referentes ao fornecimento do material ou à prestação do serviço, conforme o caso, determinando o que for necessário à regularização das faltas, senões ou defeitos observados;

4.7 – solicitar à **CONTRATADA** a retificação de qualquer prestação de serviço cujo padrão de qualidade esteja aquém das especificações contidas no presente termo e seus anexos;

4.8 – comunicar à **CONTRATADA**, tão logo constate casos de irregularidades, defeitos, vícios ou incorreções, durante a execução do serviço, conforme o caso, para que a mesma adote medidas indispensáveis à adequação às especificações e regras constantes do presente termo e seus anexos;

4.9 – observar para que, durante a vigência do Contrato/Ata de Registro de Preços – ARP, sejam mantidas pela **CONTRATADA** todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratação, bem como a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.10 – exigir da **CONTRATADA** responsabilidade integral pela entrega/execução do objeto do presente pregão em perfeita consonância com as especificações e regras estabelecidas no presente termo e seus anexos;


4.11 – rejeitar no todo ou em parte o serviço prestado, conforme o caso, em desacordo com as especificações do objeto contratado constantes do presente termo e seus anexos;

4.12 – notificar por escrito a **CONTRATADA**, quando ocorrer eventuais imperfeições durante a prestação de serviço, conforme o caso, fixando prazo para sua correção;

4.13 – acompanhar e fiscalizar o Registro de Preços, através da Comissão Especial, a fim de garantir sua perfeita execução;

4.14 – providenciar o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, visando à formação de cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da Ata de Registro de





Preços – ARP, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21 do Dec. nº 7.892/2013;

**4.15** – respeitar a ordem de classificação dos licitantes registrados na Ata de Registro de Preços – ARP;

**4.16** – Divulgar a Ata de Registro de Preços – ARP no Portal de Compras do Governo Federal ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)), deixando-a disponível neste portal durante sua vigência;

**4.17** – emitir o Termo de Recebimento Provisório ou o Termo de Recebimento Definitivo em conformidade com as exigências estabelecidas no presente termo;

**4.18** – efetuar o pagamento à **CONTRATADA** nas condições e prazo estabelecidos no presente termo;

**4.19** – solicitar, via fax ou telefone, o eventual entrega/prestação do material/serviço licitado, cujos preços encontram-se registrados na Ata de Registro de Preços – ARP;

**4.20** – A fiscalização exercida pela **CONTRATANTE** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da **CONTRATADA** pela perfeita entrega/execução do objeto do presente pregão.

## **5 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**5.1** – assinar e devolver a Ata de Registro de Preços – ARP **até 2 (dois) dias úteis após seu recebimento**;

**5.2** – arcar com todas as despesas diretas ou indiretas, tais como salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras devidas ao seu pessoal, no cumprimento das obrigações do Sistema de Registro de Preços – **SRP**, ficando a **CONTRATANTE** isenta de qualquer vínculo empregatício, responsabilidade solidária ou subsidiária;

**5.3** – realizar acesso diário ao seu e-mail, informado no Sistema Integrado de Cadastramento de Fornecedores – SICAF, ou no Portal de Compras do Governo Federal ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)) quando da retirada do termo, e confirmar, quando da abertura das mensagens eletrônicas, o recebimento das Notas de Empenho enviadas eletronicamente pela **CONTRATANTE**;

**5.4** – manter sempre atualizado o seu endereço, número de telefone fixo, celular, fax, e-mail ou outro meio de contato junto à **CONTRATANTE**;

**5.5** – atender prontamente quaisquer exigências do representante da **CONTRATANTE** inerentes ao objeto licitado;

**5.6** – renovar a documentação relativa à habilitação e qualificação exigidas para contratação e à compatibilidade da natureza de sua atividade com as obrigações assumidas, sempre que forem se vencendo os prazos de validade dos documentos;

5.7 – executar o objeto do contrato acompanhado da **Nota Fiscal** ou **Fatura** correspondentes, tendo em vista que o ônus decorrente da inobservância desta obrigação será unicamente seu;

5.8 – informar na **Nota Fiscal** ou **Fatura** a descrição do serviço executado, conforme o caso, de acordo com as especificações constantes da **Nota de Empenho** e do Relatório de Serviços Licitados, anexo do presente termo;

5.9– pagar pontualmente aos fornecedores e obrigações fiscais inerentes a prestação de serviço, objeto do presente pregão, com base no respectivo termo e seus anexos, exonerando a **CONTRATANTE** de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;

5.10 – pagar todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir direta e indiretamente sobre os serviços prestados, conforme o caso, bem como as despesas eventuais de frete;

5.11– manter durante a vigência da Ata de Registro de Preços – ARP e/ou do Contrato todas as condições de habilitação exigidas no presente termo, sob pena de serem retidos os valores a ela devidos, até sua regularização, e de serem aplicadas as demais penalidades, sem ônus para a **CONTRATANTE**;

5.12– responsabilizar-se pelo perfeito cumprimento do Ata de Registro de Preços – ARP/Contrato, ressarcindo os eventuais prejuízos causados à **CONTRATANTE** ou a terceiros, provocados por ineficiência, imprudência ou imperícia de seu pessoal envolvido na prestação de serviço, conforme o caso, respondendo integralmente, quando constada sua culpa ou dolo, estando ciente de que o controle e fiscalização exercidos pela **CONTRATANTE** não exclui nem diminui sua responsabilidade;

5.13 – prestar os serviços, conforme o caso, atendendo às especificações, marcas, prazos de validade em conformidade com Ata de Registro de Preço – ARP e nos locais designados pela **CONTRATANTE**;

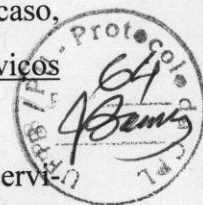
5.14– prestar os serviços, conforme o caso, direta e pessoalmente, não podendo transferir esta responsabilidade a nenhuma outra empresa ou instituição, seja qual for sua natureza, salvo quando houver expressa anuência da **CONTRATANTE**;

5.15– participar de todas as reuniões convocadas pela **CONTRATANTE**, com a finalidade de tratar de assuntos relacionados com o objeto do contrato;

5.16– responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade dos serviços prestados, conforme o caso;

5.17 – responder por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas o seu pessoal, quando da prestação dos serviços, conforme o caso;

5.18– fornecer por escrito, até 3 (três) dias depois de recebimento da Nota de Empenho, o nome, número do telefone fixo e/ou do celular, fax ou e-mail de uma pessoa sua que ficará





responsável pelo seu contato direto com a **CONTRATANTE**;

**5.19**– prestar os serviços, conforme o caso, observando especialmente o prazo e condições de recebimento estabelecidos neste Termo de Referência e também as especificações e exigências estabelecidas no presente termo e demais anexos;

**5.20**– refazer os serviços reprovados, nos termos e prazos estipulados neste Termo de Referência, anexo do presente termo;

**5.21**– responder pelas perdas e danos causados por seu pessoal, ainda que involuntariamente, às instalações do prédio, máquinas, equipamentos e demais bens da **CONTRATANTE**, durante a prestação de serviços, conforme o caso, fazendo as correções necessárias em prazo que lhe será expressamente estabelecido pela **CONTRATANTE**;

**5.22**– ser proativa no sentido de prover-se de condições que possibilitem o atendimento às condições firmadas, a partir da data da assinatura da Ata de Registro de Preços – ARP e/ou Instrumento de Contrato;

**5.23**– providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela Comissão de Licitação, referentes à forma de execução do objeto contratado e ao cumprimento das demais obrigações assumidas na Ata de Registro de Preços – ARP/Contrato.

## **6 – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**6.1** – A execução dos serviços deverá ocorrer em até **180 (cento e oitenta) dias** corridos contados a partir da emissão da ordem de serviços.

**6.2** - O aceite dos serviços dar-se-á por intermédio de representante designado pela Prefeitura Universitária e será:

**6.2.1** - Provisório: na entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade dos serviços com as especificações solicitadas.

**6.2.2** - Definitivo: após a apresentação da prova da remoção, acondicionamento e tratamento dos resíduos e sua conseqüente aceitação, que ocorrerá no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos.

**6.3** - Fornecer todos os equipamentos, materiais e mão-de-obra especializada, indispensáveis ao cumprimento do objeto contratual.

**6.4** – Fornecer todo o equipamento de proteção individual (EPI) necessário à execução dos serviços.

6.5 – Responsabilizar, perante o CREA ou CRQ, mediante anotação de ART, pelos serviços prestados, obrigando-se a corrigir quaisquer erros.



## 7 – RECOLHIMENTO

7.1 – O recolhimento dos resíduos químicos será efetuado nos laboratórios e/ou locais de armazenamento dos departamentos citados abaixo, da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB, em data e horário a serem acordados pelas partes.

Locais de Recolhimento	Quantidade (Kg)
Cbiotec (Centro de Biotecnologia)	24.000
DCF (Departamento de Ciências Farmacêuticas)	7.900
DQ (Departamento de Química)	25.000
DSE (Departamento de Sistemática e Ecologia)	3.000
DBM (Departamento de Biologia Molecular)	3.000
Editora Universitária	100
CRAS (Centro de Referência em Atenção à Saúde)	1.000
CT (Centro de Tecnologia)	4.000
<b>TOTAL:</b>	<b>68.000</b>

## 8 – ACONDICIONAMENTO

8.1 – Os resíduos químicos deverão ser transferidos ou re-embalados, por conta exclusiva da empresa licitada, em continentes adequados para suportar os riscos normais de carregamento, transporte e descarregamento. Para tanto, a contratada deverá fornecer todas as embalagens necessárias, tais como: tambores de aço, bombonas de polietileno, dentre outras.

## 9 – TRANSPORTE

9.1 - O transporte até as instalações de processamento será efetuado de acordo com Regulamento para Transporte de Produtos Perigosos e Normas Técnicas aplicáveis, com veículo devidamente sinalizado e equipado, conduzido por motorista especialmente habilitado para transporte de cargas perigosas. O transporte dos resíduos oriundos da UFPB poderá ser compartilhado com o de terceiros.



## 10 – DESTINAÇÃO

**10.1** – Todo e qualquer processo de tratamento/destinação será executado em instalações licenciadas pelos Órgãos ambientais competentes e deverá ser comprovado pelo respectivo **Certificado de Destinação**, a ser fornecido à UFPB, após a execução do serviço.

## 11 – DO RESULTADO ESPERADO

**11.1** – Espera-se que o objeto deste pregão, seja executado em conformidade total com os termos e prazos estabelecidos no presente termo e respectivos anexos.

## 12 – DO PRAZO, ACEITE OU RECUSA DOS SERVIÇOS

**12.1** – O objeto do presente pregão deverá ser prestado, conforme o caso, nos laboratórios e/ou locais de armazenamento dos departamentos citados neste anexo, da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB, em data e horário a serem acordados pelas partes.

**12.1.1** – Todo e qualquer ônus decorrente da realização do objeto deste pregão, inclusive frete, será de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**.

**12.1.2** – Caso ocorra a inobservância do subitem anterior, a **CONTRATADA** poderá sofrer a aplicação das sanções administrativas previstas no presente termo.

**12.2** – O prazo de execução do objeto do presente pregão deverá ser no máximo de **180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do recebimento, pelo fornecedor, da Nota de Empenho.**

**12.3** – O objeto deste pregão será aceito:

**12.3.1 – Provisoriamente:** na coleta dos resíduos, para efeito de posterior verificação da conformidade dos serviços com as especificações solicitadas. Verificada qualquer irregularidade, o objeto deverá ser refeito e analisado, no todo ou em parte, conforme o caso, por conta e ônus da **CONTRATADA**.

**12.3.2 – Definitivamente:** após a apresentação da prova da remoção, acondicionamento e tratamento dos resíduos e sua consequente aceitação, que ocorrerá no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos. Depois de verificada a qualidade, quantidade e compatibilidade com o objeto contratado e sua consequente aceitação mediante carimbo e assinaturas (atesto e visto) apostos no verso da nota fiscal;

**12.3.3** – O recebimento do objeto deste pregão, provisório ou definitivo, não eximirá a **CONTRATADA** da responsabilidade civil ou ético-profissional, ou de qualquer outra natureza, em relação à qualidade, inclusive no que concerne às especificações exigidas e normas aplicáveis, cabendo-lhe sanar, às suas expensas, quaisquer irregularidades detecta-

das e reprovadas pela fiscalização.



**12.4** – Todos os fatos anormais, verificados no decorrer da execução do objeto contratado, deverão ter suas ocorrências anotadas em livro ou sistema próprio, no qual deverão ser registradas também as providências tomadas pela **CONTRATADA**.

**12.5** – Caberá à **CONTRATANTE** rejeitar total ou parcialmente o objeto em desacordo com as especificações ou com irregularidades.

**12.6** – Caso ocorra a inobservância de qualquer condição determinada nas subdivisões deste item, a **CONTRATADA** poderá sofrer sanções administrativas, aplicadas conforme este Termo de Referência, anexo do presente termo.

### **13 – DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**

**13.1** – não obstante a **CONTRATADA** seja a única e exclusiva responsável pelo objeto licitado, reservar-se-á à **CONTRATANTE** o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o serviço;

**13.2** – a **CONTRATADA** deverá aceitar antecipadamente todos os métodos de inspeção, verificação e controle, adotados na fiscalização, obrigando-se a fornecer dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessários à execução destes métodos;

**13.3** – a **CONTRATANTE**, através do responsável por receber o objeto licitado, deverá fiscalizar e registrar em sistema próprio todas as ocorrências relacionadas ao recebimento, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

**13.4** – a fiscalização poderá exigir que seja substituído o objeto executado em desacordo com as especificações, visando ao interesse dos serviços ou à integridade do patrimônio e da comunidade da **CONTRATANTE**, desde que o faça por escrito;

**13.5** – as decisões que extrapolem a competência da equipe de recebimento do objeto contratado deverão ser solicitadas formalmente à autoridade administrativa imediatamente superior, a qual deverá adotar em tempo hábil as medidas pertinentes.

### **14 – DO PAGAMENTO E DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA**

**14.1** – O pagamento será efetuado pela **CONTRATANTE** até o 30º (trigésimo) dia corrido após o recebimento definitivo das partes do objeto divisível e a apresentação da Nota Fiscal ou Fatura devidamente atestada pelo setor competente.

**14.2** – O pagamento será creditado na conta corrente da **CONTRATADA**, através de ordem bancária contra qualquer instituição bancária indicada na proposta, devendo, para isso, ficar



explicitado: banco, agência, localidade e conta corrente em que deverá ser efetuado o crédito.

**14.3** – O pagamento somente será liberado para a **CONTRATADA** após o recolhimento de eventuais multas que lhe tenham sido impostas em decorrência de inadimplência contratual e apresentação do demonstrativo dos fornecimentos e/ou prestação de serviços efetuados.

**14.4** – A critério da **CONTRATANTE**, o valor das multas porventura aplicadas, bem como das indenizações a terceiros, por culpa ou dolo da **CONTRATADA**, serão descontadas dos faturamentos a que **CONTRATADA** fizer jus.

**14.5** – Nenhum pagamento será realizado pela **CONTRATANTE** sem a prévia e necessária consulta ao SICAF, para comprovar a regularidade da situação da **CONTRATADA**, inclusive no que tange ao recolhimento das contribuições sociais – FGTS e Previdência Social – correspondentes ao mês da última competência vencida.

**14.6** – Qualquer erro ou omissão na documentação fiscal ou na fatura da **CONTRATADA** deverá ser por ela prontamente corrigido, suspendendo-se o prazo de pagamento até que a correção seja realizada.

**14.7** – À **CONTRATANTE** reserva-se o direito de suspender o pagamento, se os materiais/serviços forem entregues/prestados em desacordo com as especificações constantes do Relatório de Serviços Licitados ou da Ata de Registro de Preços/Contrato, anexos do presente termo.

**14.8** – O pagamento estará condicionado ao atesto pela seção responsável no respectivo documento fiscal.

**14.9** – A não indicação pela **CONTRATADA** da situação do particular quanto à opção ou não junto ao **SIMPLES** implicará, por ocasião do pagamento, o desconto dos tributos e contribuições estabelecidas pela Secretaria da Receita Federal.

**14.9.1** – A **CONTRATADA** optante pelo **SIMPLES** – Sistema Integrado de Pagamentos de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, não sofrerá a retenção na fonte, devendo apresentar para fins de comprovação da condição de optante cópia do termo de opção, nos termos do Art. 4º, XI, da IN/SRT nº 1.234/2012.

**14.10** – No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para isso, serão devidos pela **CONTRATANTE** encargos moratórios, à taxa nominal de 6% (seis por cento) ao ano, capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula:

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

**EM** = Encargos moratórios devidos;

N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e

VP = Valor da prestação em atraso.



**14.11** – A **CONTRATANTE** pagará tão somente pelos fornecimentos efetivamente realizados, de acordo com o preço ofertado no presente pregão.

**14.12** – O pagamento estará condicionado ao atendimento ao prazo e condições de recebimento constantes deste Termo de Referência.

## **15 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**15.1** – A licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar documentação exigida neste termo, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento do fornecimento/realização de seu objeto, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e de contratar com a União e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

**15.2** – O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor, sem justificativa aceita pela Administração, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, as seguintes sanções:

**15.2.1** – Advertência.

**15.2.2** – Multas (que serão recolhidas de acordo com instruções fornecidas pela **CONTRATANTE**):

I – Multa de 20% (vinte inteiros por cento) sobre o valor de sua proposta final vencedora, se der causa a pelo menos um dos inadimplementos estabelecidos a seguir:

- a) Não aceitar a Nota de Empenho no prazo de validade de sua proposta vencedora;
- b) Deixar de entregar, ainda que parcialmente, documentação, inclusive a proposta final vencedora ou documentos de habilitação, exigidos nos termos e prazos do presente termo;
- c) Deixar de entregar no prazo estabelecido no instrumento convocatório, devidamente assinado, o contrato, conforme disposições contidas no termo;
- d) Apresentar documentação falsa, ainda que parcialmente;
- e) Não manter sua proposta integralmente nos termos e valores em que foi regularmente apresentada e aceita pelo pregoeiro;
- f) Comportar-se de modo inidôneo;



g) Fizer declaração falsa, ainda que parcialmente, quanto a qualquer dos requisitos de habilitação exigidos e/ou quanto ao cumprimento de quaisquer das demais exigências previstas no respectivo termo e seus anexos;

h) Cometer fraude fiscal;

II – Multa de mora de **0,33% (trinta e três décimos por cento) por dia de atraso, na entrega de bens ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, limitada ao percentual máximo de 20,00% (vinte por cento);**

III – Multa compensatória de **2% (dois por cento) sobre o valor total da ARP, ou do Contrato (se houver)**, quanto constatado item/lote vencido, sem prejuízo da aplicação do disposto no inciso “II” deste Subitem, à juízo da Administração (Lei 8.666/1996, art. 86, § 1º).

**15.2.3** – Impedimento de licitar e de contratar com a União e o descredenciamento da empresa junto ao SICAF, pelo **prazo de até 5 (cinco) anos**, sem prejuízo das multas previstas em termo e no contrato e das demais cominações legais em conformidade o previsto no art. 7º da Lei nº 10.520/02.

**15.2.4** – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que o fornecedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes ou depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

**15.3** – As sanções previstas nos incisos “I”, “II” e “III” do subitem referente a Multas poderão ser aplicadas de forma concomitante com as sanções previstas nos subitens seguintes (rescisão, impedimentos, inidoneidade), facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, na forma da Lei.

**15.4** – As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de impedimento de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Termo e na Ata de Registro de Preços e das demais cominações legais.

**15.5** – Caberá aos órgãos participantes, e órgãos não participantes (carona) aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

**15.6** – Deverá ser observado o Princípio do Devido Processo Legal na hipótese de aplicação das penalidades, devendo em qualquer hipótese de aplicação de penalidade ser assegurados ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

**15.7** – A aplicação das sanções previstas neste termo não exclui a possibilidade de aplicações

de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causado à Administração.



## **16 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**16.1** – A dotação orçamentária somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, conforme o § 2º do art. 7º do Dec. nº 7.892/2013.

## **17 – DA VIGÊNCIA**

**17.1** – A vigência será a Ata de registro de Preços – ARP, que será de 12 (doze) meses.

## **18 – DA APROVAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

**18.1** – A autoridade competente da Universidade Federal da Paraíba – UFPB aprova o presente Termo de Referência e autoriza a contratação do objeto do presente pregão.

**João Pessoa – PB, 1º de novembro de 2016.**

---

**Setor Requisitante**

**De acordo.**

**Declaro aprovado o presente TERMO DE REFERÊNCIA e demais anexos, conforme a legislação em vigor. Retorne-se ao Pregoeiro e sua equipe de apoio, para devido prosseguimento do feito.**

**João Pessoa – PB, 1º de novembro de 2016.**



---

**FRANCISCO PEREIRA DA SILVA JUNIOR**  
**Prefeito Universitário – UFPB**

EM BRANCO



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP UFPB/CPL-PU Nº 018/2016**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23074.037137/2016-27**

**ANEXO II**

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

N.º .....

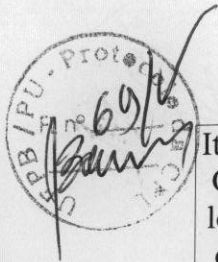
A Universidade Federal da Paraíba, com sede no bairro do Castelo Branco, na cidade de João Pessoa – PB, inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº ..... de ..... de ..... de 200..., publicada no ..... de ..... de ....., inscrito(a) no CPF sob o nº ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../20..., publicada no ..... de ...../...../20..., processo administrativo nº ....., RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual prestação de serviço de ....., especificado(s) no(s) item(ns)..... do ..... Termo de Referência, anexo ..... do edital de *Pregão* nº ...../20..., que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:



Item Ou lote do TR	Prestador do serviço ( <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> )						
	Especificação	Unidade de medida ou tarefa	Valor Unitário	Valor global ou total	Frequência	Periodicidade	Garantia

### 3. ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S) (quando houver)

3.1. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes

### 4. VALIDADE DA ATA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir do(a)....., não podendo ser prorrogada.

### 5. REVISÃO E CANCELAMENTO

5.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

5.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

5.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

5.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

5.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

5.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

5.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

5.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

5.9.1. por razão de interesse público; ou

5.9.2. a pedido do fornecedor.

## 6. CONDIÇÕES GERAIS

6.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

6.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos moldes do §1º do art. 12 do Decreto nº 7.892/2013.

6.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os serviços com preços iguais ao do licitante vencedor



do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2013, no que couber.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data  
Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s)  
fornecedor(es) registrado(s)



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP UFPB/CPL-PU N° 018/2016**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 23074.037137/2016-27**

**ANEXO III**

**DECLARAÇÕES**

**As declarações abaixo deverão ser enviadas pelos fornecedores na forma virtual, ou seja, no momento da elaboração e envio da proposta, não havendo necessidade de remeter esses documentos por meio de fax e das originais pelo correio.**

**Declaro:**

***sob as penas da Lei, que cumpro os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, em seu Art. 34, que essa Empresa/Cooperativa está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.***

☒ **SIM**

☐ **NÃO**



*que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpro plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital.*

☐ *SIM*

☐ *NÃO*

*sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a minha habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.*

☐ *SIM*

☐ *NÃO*

*para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.*

☐ *SIM*

☐ *NÃO*

*que a proposta apresentada para essa licitação foi elaborada de maneira independente, de acordo com o que é estabelecido na Instrução Normativa Nº 2 de 16 de setembro de 2009 da SLTI/MP.*

☐ *SIM*

☐ *NÃO*

**Obs.:** Os itens, cujo campo de proposta estiver em branco, não serão cadastrados, podendo ser encaminhados posteriormente.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP UFPB/CPL-PU Nº 018/2016**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23074.037137/2016-27**

**ANEXO IV**

***(Em papel timbrado do licitante – Um documento para cada Lote)***

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO COM A  
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

Declaramos, sob as penas da lei, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico, instaurado pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, de que atendemos aos critérios de sustentabilidade ambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, conforme estabelece a Instrução Normativa nº 01/2010, Decreto nº 7.746/2012, nos casos em que a referida instrução se aplica ao objeto.

Declaramos também, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

A – A proponente está ciente de sua responsabilidade ambiental e se compromete a cumprir a legislação específica para a atividade que desenvolve, e em adotar práticas ecologicamente corretas.

B – A empresa reconhece sua responsabilidade com o meio ambiente, adotando todas as medidas necessárias para evitar, atenuar ou reparar os impactos resultantes desta atividade, mantendo-se disponível à fiscalização pelos órgãos responsáveis.

C – Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

João Pessoa – PB, ..... de ..... de 2016.

***(Assinatura e carimbo do representante legal da empresa licitante)***

EM BRANCO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP UFPB/CPL-PU Nº 018/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23074.037137/2016-27

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES LOCAIS

E DIFICULDADES DO SERVIÇO E(OU) ENTREGA DOS BENS

*(Em papel timbrado do licitante)*

Declaramos para os fins de participação na licitação em referência,  
que a empresa ..... Representada pelo(a)  
..... Seu(sua) Responsável Legal Sr.(a)  
....., tomou conhecimento do local onde será executada o  
(a) serviço/entrega dos bens do objeto presente neste certame, **qual seja, o registro de preços para eventual contratação de empresa especializada em serviços de remoção, transporte, tratamento e destinação final de resíduos químicos da Universidade Federal da Paraíba, contemplando o fornecimento de recipientes, conforme especificações constantes no Edital e em todos os seus anexos**, obtendo todas as informações necessárias referente às condições e às dificuldades pertinentes ao seu local de execução dos serviços/entrega de bens.

João Pessoa, ..... De ..... De 2016.

*(Assinatura e carimbo do RESPONSÁVEL TÉCNICO, com CPF e registro de classe)*

*(ASSINATURA E CARIMBO DO REPRESENTANTE LEGAL)*

EM BRANCO



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP UFPB/CPL-PU Nº 018/2016**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23074.037137/2016-27**

**ANEXO VI**

**MINUTA DE TERMO DE CONTRATO**

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO  
DE SERVIÇOS Nº...../..... QUE FAZEM EN-  
TRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA –  
UFPB E A EMPRESA.....CNPJ....., DE  
ACORDO COM AS CLÁUSULAS E CON-  
DIÇÕES A SEGUIR:**

A União, por intermédio do(a)..... (órgão ou entidade pública), com sede no(a) ....., na cidade de ..... /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº ....., de .... de ..... de 20..., publicada no DOU de .... de ..... de ....., inscrito(a) no CPF nº ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº ...../20..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:



## CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de ....., que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

Objeto da contratação:

ITEM (SERVIÇO)	LOCAL DE EXECUÇÃO	QUANTIDADE	HORÁRIO/ PERÍODO	VALORES

*Nota explicativa: A tabela acima é meramente ilustrativa, aplicável na hipótese em que a licitação tenha sido dividida em itens ou grupos, devendo compatibilizar-se com as especificações dos serviços estabelecidas no Termo de Referência e reproduzir o preço e demais condições ofertadas na proposta vencedora.*

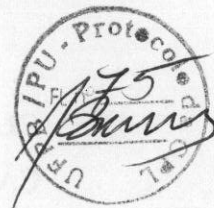
## CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de ...../...../..... e encerramento em ...../...../.....

## CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

O valor mensal da contratação é de R\$ (numérico e por extenso), mensais, perfazendo o valor total de R\$ (numérico e por extenso).

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



#### **CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2016, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

PI:

#### **CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital.

#### **CLÁUSULA SEXTA – INEXISTÊNCIA DE REAJUSTE**

O preço é fixo e irreajustável.

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, nos moldes do §1º do art. 12 do Decreto nº 7.892/2013.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**



A CONTRATADA prestará garantia no valor de R\$ .....  
(.....), na modalidade de ....., correspondente a 5% (cinco por cento)  
de seu valor total, no prazo de....., observadas as condições previstas no Edital.

#### **CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

#### **CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO**

O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.



O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

Indenizações e multas.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES**

É vedado à CONTRATADA:

Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

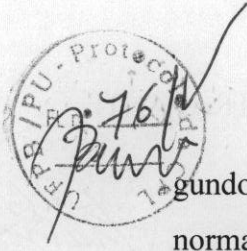
Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplimento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**

Eventuais alterações contratuais poderão ocorrer, a critério da Administração, na forma da lei.

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, nos moldes do §1º do art. 12 do Decreto nº 7.892/2013.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**



Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO**

Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO**

O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de João Pessoa (PB) - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

....., ..... de.....

de 2016.

\_\_\_\_\_  
Representante legal da CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP UFPB/CPL-PU Nº 018/2016**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23074.037137/2016-27**

**ANEXO VII**

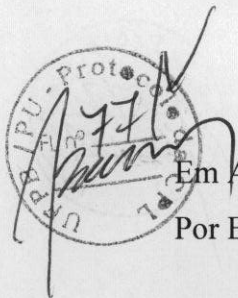
*(Em papel timbrado do licitante – Um documento para cada Lote, conforme o caso)*

**MODELO DA CARTA-PROPOSTA**

A Firma ....., inscrita no CNPJ sob Nº ....., Insc. Est. Nº ....., com sede à **(endereço completo)** através de seu representante legal o(a) Sr.(a) ....., portador (a) da Carteira de Identidade nº ..... e CPF nº ....., apresenta a sua proposta para o **PREGÃO ELETRÔNICO SRP UFPB/CPL-PU Nº 018/2016, que tem por objeto o registro de preços para eventual contratação de empresa especializada em serviços de remoção, transporte, tratamento e destinação final de resíduos químicos da Universidade Federal da Paraíba, contemplando o fornecimento de recipientes, conforme especificações constantes no Edital e em todos os seus anexos, na forma a seguir:**

**Licitação do tipo menor preço global anual por grupo (Conforme Planilha abaixo):**

Descrição	Quantidade Anual Estimada (Kg)	R\$/Kg Unitário Anual	R\$/Kg Total Anual
	(A)	(B)	(A x B)
Remoção, transporte, tratamento e destinação final de resíduos químicos da UFPB, contemplando o fornecimento de recipientes, conforme especificações constantes no Edital e em todos os seus anexos.	68.000,00		



Em Algarismos: R\$ \_\_\_\_\_

Por Extenso: ( \_\_\_\_\_ )

1. **Prazo de Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias**, contados a partir da data fixada nesta licitação, para a apresentação das propostas.
2. **Prazo para Execução dos Serviços:** O prazo para conclusão da execução dos serviços objeto deste PREGÃO será de **(.....) dias**, contados a partir da data do recebimento da Ordem de Serviços emitida pela Prefeitura Universitária, conforme Cronograma Físico-Financeiro apresentado em anexo à presente proposta de preços.
3. Declaramos que serão de nossa responsabilidade todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto da referida licitação. Responsabilizamos-nos integralmente pelos prejuízos e danos causados à Universidade Federal da Paraíba e/ou a terceiros, decorrentes do não atendimento de tais obrigações.
4. Declaramos que recebemos todos os documentos relativos ao Edital e todos os seus anexos; visitamos os locais onde serão executados os serviços; tomamos conhecimento de todas as informações, dificuldades e demais condições para o cumprimento das obrigações inerentes ao objeto da presente licitação.
5. Declaramos que aceitamos a forma de pagamento estabelecida no presente Edital.

João Pessoa, ..... de ..... de 2016.

*(Assinatura e carimbo do representante legal.)*

**REFERÊNCIAS BANCÁRIAS:**

BANCO: .....

Nº DO BANCO: .....

Nº DA AGÊNCIA: .....

Nº DA CONTA: .....



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP UFPB/CPL-PU Nº 018/2016**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23074.037137/2016-27**

**ANEXO VIII**

**ACORDOS DE NÍVEL DE SERVIÇO (ANS)**

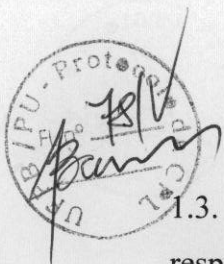
**1. FINALIDADE**

Este anexo descreve os serviços essenciais que serão providos pela CONTRATADA e que darão suporte aos serviços objeto do Pregão em epígrafe. Não bastasse o disposto no diploma legal que dispõe que o serviço em tela deve ser terceirizado, temos ainda que considerar as necessidades da prestação desse serviço ao bom andamento da UFPB.

Descreve, também, a forma que eles serão medidos, controlados e acompanhados pela CONTRATANTE durante o período de vigência do contrato, assim como, a definição dos acordos de nível de serviço (ANS) desejados e suas respectivas penalidades.

1.1. Os serviços exigidos estão definidos e classificados no Termo de Referência, **Anexo I** do Edital.

1.2. Os serviços objeto do Pregão serão os especificados no Termo de Referência, constante do **Anexo I** do Edital. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:



1.3. A avaliação da qualidade e o aceite dos serviços serão de responsabilidade da fiscalização dos contratos por meio de instrumentos de controle que compreendam a mensuração, entre outros, dos seguintes aspectos:

- a) Resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- b) Adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
- c) Cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato, e
- d) Satisfação do público usuário.

1.4. A fiscalização do contrato verificará a qualidade e aceite dos serviços por intermédio do RELATÓRIO MENSAL DE ACOMPANHAMENTO DE CONTRATOS.

## **2. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

2.1. A forma da prestação de serviços, bem como as obrigações e as sanções previstas obedecerão ao disposto no Termo de Referência, **Anexo I** do Edital.

## **3. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

3.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

## **4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

4.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.



## **5. ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO (ANS)**

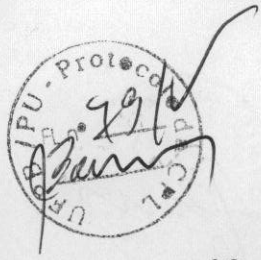
5.1. O principal elemento para medir a qualidade e eficácia dos serviços prestados será o acordo de nível de serviço (ANS). Com relação a esse item, levaremos em consideração os seguintes aspectos:

- a) O ANS será aplicado tanto aos serviços essenciais de infraestrutura como às solicitações ou incidentes registrados que dizem respeito à CONTRATADA;
- b) Objetivando a qualidade, a CONTRATADA deverá estabelecer procedimentos e condições que permitam a melhoria continua dos serviços prestados;
- c) A periodicidade de medição dos indicadores de nível de serviço será definida pelo setor responsável da Prefeitura Universitária.
- d) O não cumprimento de um ou vários indicadores do ANS ocasionará a aplicação de multas por parte da CONTRATADA, conforme descrito no Termo de Referência.
- e) É necessário que os relatórios apresentados contemplem informações que sirvam ao CONTRATANTE como subsídios para averiguação dos acordos de nível de serviços.
- f) A seguir, constam todas as definições do ANS de nível de serviço no detalhamento de cada serviço:

## **6. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

6.1. A prestação dos serviços será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da Contratante, devidamente designado como fiscal do contrato, de acordo com o previsto no Art. 67 da Lei 8.666/93.

6.2. A escolha do Fiscal deve recair sobre pessoa que tenha um conhecimento técnico suficiente do objeto que está sendo fiscalizado, pois falhas na fiscalização podem vir a alcançar o agente público que o nomeou, por culpa *in eligendum*.



6.3. A contratante poderá nomear terceiros, a fim de auxiliar o fiscal com o fornecimento de informações técnicas para que ele possa se posicionar quanto à correta execução do contrato.

6.4. A fiscalização será exercida no interesse da contratante e não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa adjudicatária, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e/ou prepostos.

6.5. **Fiscalização diária**

a. Dependerá da Ordem de Serviço.

6.6. **Fiscalização especial:**

a. Dependerá da Ordem de Serviço.

6.6.1. A Fiscalização do contrato não permitirá, sob nenhuma hipótese, que empregados da licitante contratada executem tarefas em desacordo com aquelas estabelecidas no instrumento contratual.

6.6.2. A Fiscalização do contrato poderá exigir, uma vez comprovada a necessidade, o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da contratada que, por justas razões, vier a desmerecer a confiança, e embarace a fiscalização ou ainda que venha a se conduzir de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções para qual lhe foram delegadas.

6.6.3. O Fiscal do contrato verificará o cumprimento por parte da Contratada, das obrigações e encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, exigir as devidas comprovações dos pagamentos de salários, encargos e obrigações, no que couber.

6.6.4. Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto e termos deste Edital deverão ser prontamente atendidas pela adjudicatária, sem ônus para a contratante.

6.6.5. As providências que ultrapassarem a competência do Fiscal do contrato deverão ser comunicadas por este em tempo hábil à contratante, para a adoção das medidas necessárias à continuidade da execução do contrato.

6.6.6. Os motivos de rescisão do contrato são os estabelecidos nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, observado as sanções estabelecidas nos arts. 81 a 99 da mesma lei.



## **7. PAGAMENTO DOS SERVIÇOS**

7.1. O pagamento será efetuado mediante a apresentação da Fatura pela contratada, devidamente atestadas pelo Fiscal da Administração, conforme disposto no art. 73 da Lei nº 8.666, de 1993, observado o disposto no art. 35 da Instrução Normativa - MPOG nº 02/2008, conjuntamente com o disposto no artigo 19-A da Instrução Normativa - MPOG nº 03 de 15 de outubro de 2009 e, obrigatoriamente, ser acompanhada das seguintes comprovações:

7.2. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados conforme fórmulas estabelecidas em Edital.

7.2.1. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

7.3. Considerar-se-á como último dia útil para pagamento, o de emissão da respectiva Ordem Bancária pelo SIAFI (Sistema da administração Financeira do Governo Federal);

7.4. Poderá ser deduzido da Fatura / Nota Fiscal o valor de multa aplicada. Uma vez adotados os procedimentos administrativos cabíveis, se julgada procedente a defesa da Contratada, o valor deduzido será devolvido;

7.5. A Prefeitura Universitária da UFPB será responsável pelo pagamento das notas fiscais/faturas a serem emitidas para o adimplemento dos serviços.

## **8. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1. Com fundamento no art. 7º da Lei nº. 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5



(cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência aquele que:

- a. Não celebrar o contrato;
- b. Deixar de apresentar ou apresentar documentação falsa;
- c. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- d. Não manter a proposta;
- e. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- f. Comportar-se de modo inidôneo;
- g. Fizer declaração falsa;
- h. Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Termo de Referência, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos ao objeto da licitação;

8.2.2. Multas estabelecidas em Edital;

8.2.3. Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a União, por intermédio da unidade contratante, por prazo de até 02 (dois) anos, pela inexecução parcial do Contrato, quando essa falta acarretar significativo prejuízo ao serviço contratado;

8.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso III do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, por inexecução total do Contrato que acarrete grave prejuízo ao serviço contratado ou por apresentar informação e/ou documentos falsos.

8.3. As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração do contratante, e impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas



à contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

8.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com o estabelecido em Edital.

8.5. Para as penalidades previstas será garantido à Contratada o direito ao contraditório e à ampla defesa, dentro do prazo de 05 (cinco) dias contados do dia seguinte ao da notificação que lhe poderia ser aplicada, cabendo recurso à instância superior, em igual prazo, da decisão proferida por aquela autoridade.

João Pessoa, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

(Assinam as Partes)



**Universidade Federal da Paraíba  
Prefeitura Universitária  
Comissão Permanente de Licitação**



**UFPB/PU/CPL/**

**João Pessoa, 1º de Novembro de 2016.**

**DE:           ENGº AUGUSTO CÉSAR TEMÓTEO DE OLIVEIRA  
COORDENADOR DA CPL-PU**

**Assunto:   PROCESSO 23074.037137/2016-27  
JUSTIFICATIVA SOBRE A UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE RE-  
GISTRO DE PREÇOS**

Senhor Procurador,

De acordo com o Decreto nº 7.892/2013, se faz mister que a Administração justifique expressamente a circunstância autorizadora da utilização pelo Sistema de Registro de Preços.

A presente licitação vale-se dos incisos I e II do art. 3º do Decreto nº 7.892/2013 para justificar a utilização do referido registro de preços. Senão, vejamos:

*Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:*

*I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;*

*II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;*

*III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou*



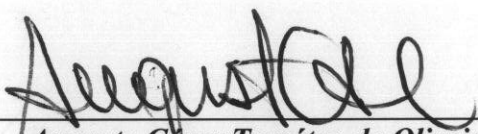


*IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração. (grifo nosso).*

Desta forma, sem mais considerações a serem explanadas, referido processo licitatório seguirá seus trâmites legais com o devido prosseguimento do feito.

Em tempo, apresentamos votos de estima e consideração.

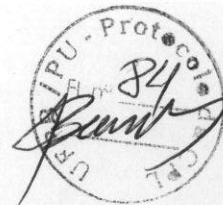
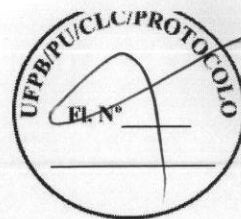
Atenciosamente,

  
Augusto César Temóteo de Oliveira  
Siape 1655398  
Coordenador (Pregoeiro) da CPL-PU





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



**DO: Pregoeiro da PU**

**AO: Prefeito Universitário**

**DATA: 09 de novembro de 2016.**

**Sr. Prefeito,**

Solicito que seja encaminhada à Procuradoria Jurídica a minuta do **Pregão Eletrônico SRP nº 018/2016**, que tem como objeto o **registro de preços para eventual contratação de empresa especializada em serviços de remoção, transporte, tratamento e destinação final de resíduos químicos da Universidade Federal da Paraíba, contemplando o fornecimento de recipientes, conforme especificações constantes no Edital e em todos os seus anexos**, para exame e aprovação, de acordo com o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666/93 c/c art. 11 da Lei Complementar nº 73/1993, bem como o art. 131 da Constituição Federal.

Por oportuno, lembramos a necessidade de aposição da assinatura dos responsáveis e suas respectivas peças editalícias.

**Atenciosamente,**

**AUGUSTO CÉSAR TEMÓTEO DE OLIVEIRA**  
Coordenador / CPL-PU



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA  
GABINETE DO PREFEITO**

**PROCESSO: 23074.037137/2016-27**

**DO: PREFEITO UNIVERSITÁRIO:**

ENG. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA JÚNIOR

**À: PROCURADORIA JURÍDICA**

DR. CARLOS OCTAVIANO DE MEDEIROS MANGUEIRA

**DATA: 09 DE NOVEMBRO DE 2016.**

---

Senhor Procurador,

Encaminho o presente processo referente à **Minuta do Edital do Pregão Eletrônico SRP N° 018/2016**, para que seja analisada e emitida Nota Técnica, de acordo com o parágrafo único do artigo 38 da Lei n° 8.666/93 c/c art. 11 da Lei Complementar n° 73/1993, bem como o art. 131 da Constituição Federal.

Atenciosamente,

---

**FRANCISCO PEREIRA DA SILVA JÚNIOR**  
Prefeito Universitário



**MODALIDADE PREGÃO (FORMATO ELETRÔNICO) – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**LISTA DE VERIFICAÇÃO**

São os atos administrativos e documentos previstos na Lei nº 10.520/02 e no regulamento do pregão eletrônico (Decreto nº 5.450/05), conjugados com as regras da Lei nº 8.666/93, de aplicação subsidiária, a instruir a fase interna do procedimento licitatório na modalidade pregão, no formato eletrônico:

**Processo nº: 23074.037137/2016-27 – CPL-PU/UFPB**

**Pregão Eletrônico (SRP) nº: 018/2016**

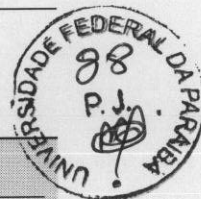
ATOS ADMINISTRATIVOS E DOCUMENTOS A SEREM VERIFICADOS	SIM / NÃO	FOLHA	OBS.
1. Abertura de processo administrativo devidamente autuado, protocolado e numerado (art. 3º, III, da Lei nº 10.520/02, art. 30, <i>caput</i> , do Decreto nº 5.450/05, art. 38, <i>caput</i> , da Lei nº 8.666/93, e item 5.1 da Portaria Normativa SLTI/MPOG nº 5, de 19.12.02)?			
2. Consta a solicitação/requisição do objeto, elaborada pelo agente ou setor competente? Acórdão 254/2004-Segunda Câmara-TCU			
3. A autoridade competente justificou a necessidade da contratação (art. 3º, I da Lei nº 10.520/02, arts. 9º, III, § 1º e 30, I, do Decreto 5.450/05 e art. 2º, <i>caput</i> , e parágrafo único, VII, da Lei nº 9.784/99)?			
4. Consta a autorização da autoridade competente para a abertura da licitação (art. 38, <i>caput</i> , da Lei nº 8.666/93 e arts. 8º, III e 30, V, do Decreto 5.450/05)?			
5. Há termo de referência (art. 9º, I, § 2º do Decreto nº 5.450/05)?			
6. Consta a aprovação motivada do termo de referência pela autoridade competente (art. 9º, II, § 1º do Decreto nº 5.450/05)?			
7. Foi realizada a pesquisa de preços praticados pelo mercado do ramo do objeto da licitação (art. 3º, III, da Lei nº 10.520/02, art. 9º, § 2º, do Decreto nº 5.450/05 e arts. 15, III e 43, IV da Lei nº 8.666/93)? 7.1 Tratando-se de serviço, existe orçamento detalhado em planilhas que expresse a composição de todos os seus custos unitários baseado em pesquisa de preços praticados no mercado do ramo do objeto da contratação (art. 7º, § 2º, II, art. 15, XII, “a”, da IN/SLTI 02/2008), assim como a respectiva pesquisa de preços realizada (art. 43, IV da Lei nº 8.666/93, art. 15, XII, “b”, IN/SLTI 02/2008)? Acórdão 1512/2006-Plenário-TCU			
8. Há previsão de recursos orçamentários, com indicação das respectivas rubricas (art. 30, IV, do Decreto nº 5.450/05 e arts. 7º, § 2º, III, 14 e 38, <i>caput</i> , da Lei nº 8.666/93)?			





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
PROCURADORIA FEDERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

PROCESSO CADASTRADO  
NO SAPIENS



DISTRIBUIÇÃO PROCESSUAL

1. DADOS DO PROCESSO:

PROCESSO Nº: 23074.037137/2016-27  
ASSUNTO:  
AUTOR/RÉU:

2. ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA DISTRIBUIÇÃO E ACOMPANHAMENTO:

- ☒ Secretaria de Apoio Administrativo  
☐ Secretaria de Apoio ao Contencioso Judicial

3. PRAZOS E OBSERVAÇÕES:

Prazo: 15 dias

Digitalizar e juntar no SAPIENS os documentos de fls. \_\_\_\_\_

Tramitação prioritária (art. 69-A da lei 9.784/99):

☒ NÃO

☐ SIM – ESPECIFICAR MOTIVO:

Pedido de urgência:

☒ NÃO

☐ SIM – ESPECIFICAR MOTIVO:

Despacho do Chefe da PF-UFPB:

A Secretaria para arquivar  
a data e hora do recebimento. *Carlos Octaviano*

4. ESTAGIÁRIO RESPONSÁVEL PELA ANÁLISE PRÉVIA DO PROCESSO:

- ☐ El Santos de Freitas Cavalcanti  
☐ Juliene Alves Moreira  
☐ Maria Caroline Santiago Galiza

- ☐ Rosiene dos Santos Dias Paulino  
☐ Taciana Florentino de Lima  
☐ Wegna Ianni Souza Henriques

5. PROCURADOR RESPONSÁVEL PELO PROCESSO:

- ☒ Francisco das Chagas Gil Messias  
☐ Flávio Pereira Gomes

- ☐ Rosana Nóbrega de Freitas Dias  
☐ Carlos Octaviano de Medeiros Mangueira

João Pessoa, 10/11/2016.

*Carlos Octaviano*  
CARLOS OCTAVIANO DE MEDEIROS MANGUEIRA  
PROCURADOR-CHEFE  
PROCURADORIA FEDERAL - UFPB



Universidade Federal da Paraíba

João Pessoa, 10 de Novembro de 2016

ENTRAR NO SISTEMA

CONSULTA DO PROCESSO 23074.037137/2016-27

## DADOS GERAIS DO PROCESSO

Processo: 23074.037137/2016-27

Origem do Processo: Interno

Data de Autuação: 21/06/2016 12:03

Usuário de Autuação: CLAUDIO RUY PORTELA DE VASCONCELOS

Assunto do Processo: 995 - PEDIDOS, OFERECIMENTOS E INFORMAÇÕES DIVERSAS

Assunto Detalhado:

Natureza do Processo: OSTENSIVO

Unidade de Origem: CT - DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (11.01.17.06)

Status: ATIVO

Data de Cadastro: 21/06/2016

Observação:



## INTERESSADOS DESTE PROCESSO

Tipo	Identificador	Nome
Servidor	1363340	CLAUDIO RUY PORTELA DE VASCONCELOS

## DOCUMENTOS DO PROCESSO

Tipo	Data	Número Origem	Obs.
MEMORANDO	21/06/2016	201622026 CT-DEP (11.01.17.06)	

## MOVIMENTAÇÕES DO PROCESSO

Data Origem	Unidade Origem	Unidade Destino	Enviado Por	Recebido Em	Recebido Por
21/06/2016 12:02	CT - DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (11.01.17.06)	PREFEITURA UNIVERSITÁRIA (11.00.39)	ruyportela	22/06/2016 10:46	gabriellasilma
22/06/2016 10:46	PREFEITURA UNIVERSITÁRIA (11.00.39)	PU - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO (11.01.12.17)	gabriellasilma	27/06/2016 10:31	acto
27/06/2016 15:31	PU - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO (11.01.12.17)	PREFEITURA UNIVERSITÁRIA (11.00.39)	acto	28/06/2016 12:19	fjunior
28/06/2016 - Despacho Ordinatório - PREFEITURA UNIVERSITÁRIA (11.00.39)					
28/06/2016 12:20	PREFEITURA UNIVERSITÁRIA (11.00.39)	CT - DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (11.01.17.06)	fjunior	02/08/2016 16:30	ruyportela
02/08/2016 16:31	CT - DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (11.01.17.06)	PREFEITURA UNIVERSITÁRIA (11.00.39)	ruyportela	03/08/2016 11:21	gabriellasilma
03/08/2016 11:22	PREFEITURA UNIVERSITÁRIA (11.00.39)	PU - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO (11.01.12.17)	gabriellasilma	03/08/2016 16:05	carolinaazevedo
10/08/2016 16:55	PU - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO (11.01.12.17)	PREFEITURA UNIVERSITÁRIA (11.00.39)	acto	12/08/2016 08:59	gabriellasilma
23/08/2016 11:40	PREFEITURA UNIVERSITÁRIA (11.00.39)	CT - DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (11.01.17.06)	gabriellasilma		
25/10/2016 15:45	CT - DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (11.01.17.06)	REITORIA - COMISSÃO DE GESTÃO AMBIENTAL (11.00.46.03)		25/10/2016 15:45	joacio
26/10/2016 - Despacho Decisório - REITORIA - COMISSÃO DE GESTÃO AMBIENTAL (11.00.46.03)					
26/10/2016 13:24	REITORIA - COMISSÃO DE GESTÃO AMBIENTAL (11.00.46.03)	REITORIA - SECRETARIA GERAL DAS ASSESSORIAS (11.01.50)	joacio	26/10/2016 15:02	claudiafraga
31/10/2016 11:32	REITORIA - SECRETARIA GERAL DAS ASSESSORIAS (11.01.50)	PU - GABINETE DO PREFEITO (11.00.39.13)	bia		
31/10/2016 11:56	PU - GABINETE DO PREFEITO (11.00.39.13)	PREFEITURA UNIVERSITÁRIA (11.00.39)		31/10/2016 11:56	arleneps
04/11/2016 12:28	PREFEITURA UNIVERSITÁRIA (11.00.39)	PU - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO (11.01.12.17)	arleneps	10/11/2016 15:05	acto
10/11/2016 15:06	PU - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO (11.01.12.17)	PU - GABINETE DO PREFEITO (11.00.39.13)	acto		
10/11/2016 15:21	PU - GABINETE DO PREFEITO (11.00.39.13)	PREFEITURA UNIVERSITÁRIA (11.00.39)		10/11/2016 15:21	arleneps
10/11/2016 15:25	PREFEITURA UNIVERSITÁRIA (11.00.39)	PROCURADORIA JURIDICA (11.01.05)	arleneps	10/11/2016 16:13	augusto.lima

## OCORRÊNCIAS CADASTRADAS PARA ESTE PROCESSO

Ocorrência	Data do Cadastro	Data da Ocorrência	Usuário
Não há ocorrências disponíveis para visualização.			

## ARQUIVOS ANEXADOS AO PROCESSO

Nome	Descrição	Download
Termo de Referência	Termo de referencia que tem toda a base de informações para que seja aberto o processo licitatório.	Download
Pesquisa de preço base no site comprasnet		Download

&lt;&lt; Voltar

----- **PROCESSO** -----

NUP: 23074.037137/2016-27 (PROT/PFUFPB)  
Espécie: CONSULTIVO COMUM  
Abertura: 21-06-2016 00:00  
Procedência: UFPB - PREFEITURA UNIVERSITÁRIA  
Assunto: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS  
DE DIREITO PÚBLICO  
Interessado: UFPB - PREFEITURA UNIVERSITÁRIA  
Título: PREGÃO ELETRONICO 018/2016



EM BRANCO



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
DEPARTAMENTO DE CONSULTORIA E ACESSORAMENTO JURÍDICO  
PRÉDIO DA REITORIA, 2º ANDAR, CIDADE UNIVERSITÁRIA CAMPUS I, BAIRRO CASTELO  
BRANCO JOÃO PESSOA-PB. CEP: 58059-900

**PARECER n. 00162/2016/DEPJUR/PFUFPPB/PGF/AGU**

**NUP: 23074.037137/2016-27**

**INTERESSADOS: UFPB - PREFEITURA UNIVERSITÁRIA**

**ASSUNTOS: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO**

Ao Procurador-Chefe:

1. Em síntese, trata-se de processo administrativo que tem por objeto a realização de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico (SRP), para a aquisição/contratação de serviços de remoção, transporte, tratamento e destinação final de resíduos químicos, contemplando o fornecimento de recipientes, para atender necessidades da UFPB, conforme descrição constante do Termo de Referência de fls. 62 a 68.
2. Os autos foram remetidos a esta Procuradoria, em observância ao disposto no art. 11 da Lei Complementar n.º 73/1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União) c/c o art. 38, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), segundo o qual “As minutas dos editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração”.
3. Portanto, a presente análise, considera, exclusivamente, os elementos constantes, até esta data, da minuta do Edital e do contrato (quando for o caso) integrantes do processo administrativo ora analisado. Por força do que preveem o art. 131 da vigente Carta Política e a legislação de regência, incumbe a este órgão da Advocacia-Geral da União (AGU) prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo se pronunciar sobre a conveniência e a oportunidade dos atos praticados no âmbito da entidade autárquica, tampouco analisar aspectos de natureza exclusivamente técnico-administrativa. A unidade acadêmica/administrativa responsável pela aquisição/contratação de que trata os presentes autos deve observar rigorosamente, no que couber, as disposições do Decreto 8.540, de 09/10/2015, que trata de redução de despesas no âmbito da Administração federal. Quando o objeto da licitação for a aquisição/contratação de bens/serviços de informática, inclusive cartuchos e tonners, devem ser observadas, no que couber, as disposições da Lei 8.248/91 e dos Decretos 5.906/06 e 7.174/10, bem como da IN SLTI/MP 04, de 12/11/2010.



4. Passemos à análise da modalidade licitatória eleita pelo administrador, do disposto na Lei n.º 10.520/2002, in verbis:

Art. 1º. Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Art. 11. As compras e contratações de bens e serviços comuns, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, quando efetuadas pelo sistema de registro de preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, poderão adotar a modalidade de pregão, conforme regulamento específico.

5. Versando, especificamente, sobre a modalidade eletrônica, que deve ser adotada preferencialmente para a realização do certame, preceitua o Decreto n.º 5.450/2005, nos termos de seu art. 4.º, caput e parágrafos:

Art. 4º. Nas licitações para aquisição de bens e serviços comuns será obrigatória a modalidade pregão, sendo preferencial a utilização da sua forma eletrônica.

§ 1º. O pregão deve ser utilizado na forma eletrônica, salvo nos casos de comprovada inviabilidade, a ser justificada pela autoridade competente.

§ 2º. Na hipótese de aquisições por dispensa de licitação, fundamentadas no inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, as unidades gestoras integrantes do SISG deverão adotar, preferencialmente, o sistema de cotação eletrônica, conforme disposto na legislação vigente.

6. Em regra, o pregão eletrônico representa a modalidade de licitação a ser adotada quando a Administração pretenda adquirir bens e serviços comuns, sendo irrelevante para seu emprego o valor da contratação.

7. O bem/serviço a ser licitado, por sua vez, deve ser “comum” (art. 1.º, caput e parágrafo único, da Lei n.º 10.520/2002 c/c art. 2.º, parágrafo único, do Decreto n.º 5.450/2005), isto é, passível de definição objetiva – em termos de padrão qualidade e desempenho – a partir de especificações usualmente empregadas no mercado, as quais deverão constar expressamente do Edital.

8. Trata-se, evidentemente, do caso veiculado nos autos, consoante se verifica do Termo de Referência. A realização de pregão como modalidade licitatória é, pois, obrigatória, impondo-se a utilização de sua forma eletrônica.

9. No que respeita à adoção do Sistema de Registro de Preços, tem-se que as vantagens por ele propiciadas autorizam a interpretação de que sua instituição é obrigatória para todos os entes administrativos, não se tratando de mera escolha discricionária, consoante assevera Justen Filho (2012, p. 218), em seus Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

10. No entanto, para a adoção do referido sistema, necessário se faz que a Administração justifique expressamente a circunstância autorizadora do registro, com base nas hipóteses previstas no art. 3º do recém-editado Decreto n.º 7.892/2013, que



regulamentou o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei n.º 8.666/1993, revogando os Decretos 3.931/2001 e 4.342/2002, in verbis:

Art. 3º. O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

11. DEVE-SE ATENTAR PARA O DISPOSTO NO ART. 48 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14/12/2006, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 147, DE 07/08/2014, SEGUNDO O QUAL A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DEVERÁ REALIZAR PROCESSO LICITATÓRIO DESTINADO EXCLUSIVAMENTE A PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NOS ITENS DE CONTRATAÇÃO CUJO VALOR SEJA DE ATÉ R\$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS), BEM COMO ESTABELECE, EM CERTAMES PARA AQUISIÇÃO DE BENS DE NATUREZA DIVISÍVEL, COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) DO OBJETO PARA A CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, RESSALVADAS AS EXCEÇÕES PREVISTAS NO ART. 49 DA REFERIDA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, AS QUAIS DEVERÃO SER NECESSARIAMENTE JUSTIFICADAS NO PROCESSO.
12. Foi elaborado Termo de Referência contendo descrição detalhada do objeto pretendido, devendo ser aprovado pela autoridade competente.
13. Finalmente, cumpre proceder ao exame de conteúdo do Instrumento Editalício e anexos. Observa-se de início a ausência da minuta da Ata de Registro de Preços, omissão que deverá ser devidamente sanada pela unidade responsável pela licitação.
14. Devem estar presentes no Edital os requisitos previstos no art. 40 da Lei n.º 8.666/1993 c/c art. 4º, III, da Lei n.º 10.520/2002, quais sejam: a) número de ordem em série anual; b) nome do órgão promotor da licitação; c) modalidade e tipo de licitação; d) regime de execução do objeto da licitação; e) data e horários para recebimento de propostas e lances; e (f) menção ao regime da Lei n.º 10.520/2002 e, subsidiariamente, da Lei n.º 8.666/93 e legislação correlata.
15. Além disso, devem estar devidamente previstas no Edital: a) as condições de participação no certame; b) as instruções e normas referentes a eventuais recursos (arts. 40, XV, e 109, da Lei n.º 8.666/1993, e art. 26, do Decreto n.º 5.450/2005); c) o prazo e as condições para a execução/recebimento do objeto da licitação, bem como as de fiscalização e aceite dos produtos (art. 40, XVI, da Lei n.º 8.666/1993); d) os critérios de aceitação e de julgamento das propostas e dos lances; e (e) as condições de habilitação, as obrigações das partes, as condições de pagamento e as sanções administrativas cabíveis (art. 40, XIV e III, da Lei n.º 8.666/1993).



16. É necessário que a minuta editalícia contemple os requisitos mínimos elencados no art. 9.º do novo Decreto n.º 7.892/2013, in verbis:

Art. 9.º O edital de licitação para registro de preços observará o disposto nas Leis n.º 8.666, de 1993, e n.º 10.520, de 2002, e contemplará, no mínimo:

I – a especificação ou descrição do objeto, que explicitará o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para a caracterização do bem ou serviço, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

II – estimativa de quantidades a serem adquiridas pelo órgão gerenciador e órgãos participantes;

III – estimativa de quantidades a serem adquiridas por órgãos não participantes, observado o disposto no § 4º do art. 22, no caso de o órgão gerenciador admitir adesões;

IV – quantidade mínima de unidades a ser cotada, por item, no caso de bens;

V – condições quanto ao local, prazo de entrega, forma de pagamento, e nos casos de serviços, quando cabível, frequência, periodicidade, características do pessoal, materiais e equipamentos a serem utilizados, procedimentos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados;

VI – prazo de validade do registro de preço, observado o disposto no caput do art. 12;

VII – órgãos e entidades participantes do registro de preço;

VIII – modelos de planilhas de custo e minutas de contratos, quando cabível;

IX – penalidades por descumprimento das condições;

X – minuta da ata de registro de preços como anexo; e

XI – realização periódica de pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade.

17. Com referência ao instrumento contratual, assim estabelece a Lei n.º 8.666/1993, a teor de seu art. 62, caput e parágrafo 1º, verbis:

Art. 62. O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

§ 1º. A minuta do futuro contrato integrará sempre o edital ou ato convocatório da licitação.

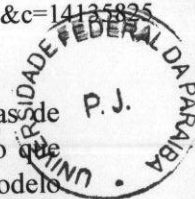
[omissis]

§ 4º. É dispensável o “termo de contrato” e facultada a substituição prevista neste artigo, a critério da Administração e independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive a assistência técnica.

18. Nesse sentido, a Administração deixou clara sua opção pela não substituição do termo de contrato, conforme o teor do Edital e seus anexos, retro. Por não se tratar o objeto do contrato de aquisição/contratação de serviços continuados, não pode haver a prorrogação da vigência do mesmo por até sessenta meses, nos termos do art. 57 da Lei n.º 8.666/93.



19. A dispensa do termo de contrato, quando for o caso, justifica-se principalmente quando existir contratação direta.
20. Considera o Tribunal de Contas da União que o objetivo do permissivo legal acima transcrito é tão somente “[...] desburocratizar o procedimento de compras naquelas hipóteses em que esteja evidenciado que o contrato será de pouca serventia para a Administração Pública [...]” (Acórdão n.º 367/2003, Plenário, Rel. Min. Lincoln Magalhães Rocha, item 3, in fine).
21. Com relação às demais peças que devem instruir o Edital, dele fazendo parte integrante, eis que o art. 40, § 2º, da Lei n.º 8.666/1993 elenca: a) o projeto básico e/ou executivo; b) o orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários; c) a minuta da ata de registro de preços; e d) as especificações complementares e as normas de execução pertinentes à licitação.
22. O Termo de Referência deve atender os itens apontados no art. 9.º, § 2.º, do Decreto n.º 5.450/2005, textualmente:
- § 2º O termo de referência é o documento que deverá conter elementos capazes de propiciar avaliação do custo pela administração diante de orçamento detalhado, definição dos métodos, estratégia de suprimento, valor estimado em planilhas de acordo com o preço de mercado, cronograma físico-financeiro, se for o caso, critério de aceitação do objeto, deveres do contratado e do contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, prazo de execução e sanções, de forma clara, concisa e objetiva.
23. Quanto à adesão de outros órgãos e entidades públicas à Ata de Registro de Preços, deve-se observar rigorosamente as disposições do Decreto n.º 7.892, que data de 23 de janeiro de 2013, notadamente de seu artigo 22, §§ 3º e 4º. Deve-se verificar a regularidade jurídico-fiscal-trabalhista da empresa com a qual se fará a aquisição, bem como a existência de dotação orçamentária para fazer frente à despesa.
24. A responsabilidade pela adequação do Edital e anexos às recomendações feitas nesta manifestação jurídica pertence à unidade administrativa que está a promover o procedimento licitatório ora analisado. Em consequência, as recomendações que já estiverem atendidas nos presentes autos devem ser desconsideradas, posto que redundantes; ao passo que aquelas que eventualmente não o estiverem, devem ser estritamente observadas. TENDO EM VISTA A EDIÇÃO DO DECRETO Nº 8.250/2014, QUE INTRODUZIU MODIFICAÇÕES NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, RECOMENDO QUE O SETOR COMPETENTE PELA ELABORAÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS FAÇA A DEVIDA ADEQUAÇÃO DO INSTRUMENTO EDITALÍCIO ÀS NOVAS NORMAS DO REFERIDO DECRETO, NO QUE COUBER.
25. EM CONCLUSÃO, opino pela viabilidade do procedimento licitatório que se pretende realizar, bem como das minutas do edital e seus anexos, desde que respeitadas as observações, recomendações e ressalvas feitas acima, SOB PENA DE NULIDADE DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. Por oportuno, CHAMO A ATENÇÃO da unidade responsável pela aquisição objeto da presente licitação, para a necessidade de observar, como procedimento prévio, as disposições da Instrução Normativa Nº 5, de 25 de junho de 2014, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.



26. Finalmente, objetivando a uniformidade dos modelos de editais, atas de registro de preços, termos de referência e contratos no âmbito da UFPB, recomendo sejam adotados os modelos elaborados pela Advocacia-Geral da União, bem como o modelo de lista de verificação dos documentos dos processos de licitações, disponíveis no endereço eletrônico: [http://www.agu.gov.br/sistemas/site/TemplateRexto.aspx?idConteudo=244392&ordenação=3&id\\_site=12542](http://www.agu.gov.br/sistemas/site/TemplateRexto.aspx?idConteudo=244392&ordenação=3&id_site=12542)



À consideração superior.

João Pessoa, 11 de novembro de 2016.

FRANCISCO DAS CHAGAS GIL MESSIAS  
PROCURADOR FEDERAL

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 23074037137201627 e da chave de acesso ae47e4ec



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
DEPARTAMENTO DE CONSULTORIA E ASSESSORAMENTO JURÍDICO  
PRÉDIO DA REITORIA, 2º ANDAR, CIDADE UNIVERSITÁRIA CAMPUS I, BAIRRO CASTELO  
BRANCO JOÃO PESSOA-PB. CEP: 58059-900

**DESPACHO n. 00775/2016/DEPJUR/PFUFPPB/PGF/AGU**

**NUP: 23074.037137/2016-27**

**INTERESSADOS: UFPB - PREFEITURA UNIVERSITÁRIA**

**ASSUNTOS: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO**

Fundado na competência decorrente dos artigos 7º e 8º da PORTARIA/AGU/Nº 1.399, de 5 de outubro de 2009, aprovo o Parecer n.º 162/2016/PF-UFPB/PGF/AGU.

Com os cumprimentos de estilo, devolvam-se os autos à origem.

João Pessoa, 14 de novembro de 2016.

CARLOS OCTAVIANO DE MEDEIROS MANGUEIRA  
PROCURADOR FEDERAL  
PROCURADOR-CHEFE DA PF/UFPB

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 23074037137201627 e da chave de acesso ae47e4ec

Documento assinado eletronicamente por CARLOS OCTAVIANO DE MEDEIROS MANGUEIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 14372168 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): CARLOS OCTAVIANO DE MEDEIROS MANGUEIRA. Data e Hora: 14-11-2016 12:19. Número de Série: 1362945317460090364. Emissor: AC CAIXA PF v2.

PROCESSO 23074.037137/2016-27

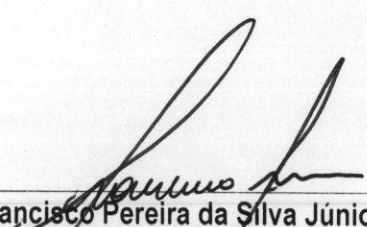
JOÃO PESSOA, 16 DE NOVEMBRO DE 2016

À: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-PU

Prezada Comissão,

Reenvio o presente processo, Pregão Eletrônico **SRP Nº 018/2016** – Volume I – Objeto Serviços de remoção, transporte, tratamento e destinação final de resíduos químicos da UFPB, para dar continuidade ao certame fazendo as devidas correções conforme registrado na Parecer Nº **000162/2016/DEPJUR/PFUFPPB/PGF/AGU**, da Procuradoria Jurídica contido as (fls. 91 a 97), e em de acordo com a Legislação vigente, desde que respeitadas as observações, recomendações e ressalva neste parecer.

Atenciosamente,

  
Francisco Pereira da Silva Júnior  
Prefeito Universitário em Exercício  
Mat. SIAPE: 24758937



Gestor de Compras

IRP

Manifestar Interesse

Analisar IRP

Quadro de IRP

Sair

Ambiente: PRODUÇÃO

Manter IRP

17/11/2016 12:17:18

Objeto

Gestor

Itens

Divulgar IRP

Órgão da UASG

UASG

Nº da IRP

26240 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

153066 - PREFEITURA UNIVERSITARIA DA UFPB

153066 - 00021/2016

Situação

\* Modalidade de Licitação

\* Tipo de Licitação

\* Data Provável da Licitação

\* Prazo Estimado de Validade da Ata

Aberta

Pregão Eletrônico

Menor Preço

06/12/2016



12 mês(es)

\* Objeto

Registro de Preços para Eventual Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Remoção, Transporte, Tratamento E Destinação Final de Resíduos Químicos da Universidade Federal da Paraíba, Contemplando o Fornecimento de Recipientes, Conforme Especificações Constantes no Edital e em todos os seus Anexos.

172 caracter(es) disponível(eis)

Salvar

Cancelar IRP

Reativar

Disponibilizar para Inclusão do Aviso

( \* ) Campo de preenchimento obrigatório.

Solução SERPRO



**RELAÇÃO DE ITENS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00018/2016-000 SRP**

**1 - Itens da Licitação**

**1 - Coleta de Lixo - Residencial / Comercial / Industrial**

**Descrição Detalhada:** Remoção, Transporte, Tratamento e Destinação Final de Resíduos Químicos da UFPB, Contemplando o Fornecimento de Recipientes, conforme Especificações constantes no Edital e em todos os seus Anexos.

**Tratamento Diferenciado:** Não

**Aplicabilidade Decreto 7174/2010:** Não

**Quantidade Total:** 68000

**Local de Entrega (Quantidade):** João Pessoa/PB (68000)

**Critério de Julgamento:** Menor Preço

**Unidade de Fornecimento:** Kg



gação de vigência do contrato original passando o mesmo a vigorar até 30/12/2017. Fundamento Legal: Inc. II, Art. 57 da Lei nº 8.666/1993. Vigência: 25/12/2016 a 30/12/2017. Data de Assinatura: 17/11/2016.

(SICON - 05/12/2016) 153289-15229-2016NE800039

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2016 - UASG 153289

Número do Contrato: 51/2012. Nº Processo: 2307203898201248. DISPENSA Nº 64/2012. Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. CNPJ Contratado: 18720938000141. Contrato: FUNDACAO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA. Objeto: Prorrogação de vigência do contrato original passando o mesmo a vigorar até 26/12/2017. Fundamento Legal: Inc. II, Art. 57 da Lei nº 8.666/1993. Vigência: 26/12/2016 a 26/12/2017. Data de Assinatura: 05/12/2016.

(SICON - 05/12/2016) 153289-15229-2016NE800039

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2016 - UASG 153289

Número do Contrato: 54/2012. Nº Processo: 23072038981201261. DISPENSA Nº 67/2012. Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. CNPJ Contratado: 18720938000141. Contrato: FUNDACAO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA. Objeto: Prorrogação de vigência do contrato original passando o mesmo a vigorar até 26/12/2017. Fundamento Legal: Inc. II, Art. 57 da Lei nº 8.666/1993. Vigência: 26/12/2016 a 26/12/2017. Data de Assinatura: 17/11/2016.

(SICON - 05/12/2016) 153289-15229-2016NE800039

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2016 - UASG 153289

Número do Contrato: 42/2012. Nº Processo: 23072038969201257. DISPENSA Nº 45/2012. Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. CNPJ Contratado: 18720938000141. Contrato: FUNDACAO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA. Objeto: Prorrogação de vigência do contrato original passando o mesmo a vigorar até 25/12/2017. Fundamento Legal: Inc. II, Art. 57 da Lei nº 8.666/1993. Vigência: 25/12/2016 a 25/12/2017. Data de Assinatura: 17/11/2016.

(SICON - 05/12/2016) 153289-15229-2016NE800039

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 4/2016 - UASG 153289

Número do Contrato: 80/2011. Nº Processo: 23072038932001172. DISPENSA Nº 96/2011. Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. CNPJ Contratado: 18720938000141. Contrato: FUNDACAO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA. Objeto: Prorrogação de vigência do contrato original, passando o mesmo a vigorar até 30/01/2017. Fundamento Legal: Inc. II, Art. 57 da Lei nº 8.666/1993. Vigência: 20/12/2016 a 30/01/2017. Data de Assinatura: 17/11/2016.

(SICON - 05/12/2016) 153289-15229-2016NE800039

### UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA

#### AVISO DE ADIAMENTO PREGÃO Nº 35/2016

Comunicamos o adiamento da licitação supracitada, publicada no D.O.U. de 25/11/2016, Entrega das Propostas: a partir de 25/11/2016, às 08h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Abertura das Propostas: 12/12/2016, às 09h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de materiais e equipamentos para o Laboratório de técnica Operatória e Cirurgia Experimental e salas de manutenção e manipulação de animais da Universidade Federal do Oeste da Bahia, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no Termo de Referência.

HUGO LIMA GAMA  
Pregoeiro

(SICON - 05/12/2016) 158717-26447-2016NE800114

### UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 42/2016 - UASG 153063

Nº Processo: 018623/2016. DISPENSA Nº 1676/2016. Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - CNPJ Contratado: 05572870000159. Contrato: FUNDACAO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA. Objeto: Execução do Projeto: "Brinquedos de Saúde: Ludicidade, Lazer e Educação Popular para a Produção de Cidadania e Saúde Mental". Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Vigência: 06/12/2016 a 23/03/2017. Valor Total: R\$510.000,00. Fonte: 100000000 - 2016NE804070. Data de Assinatura: 01/12/2016.

(SICON - 05/12/2016) 153063-15230-2016NE801629

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 44/2016 - UASG 153063

Nº Processo: 025256/2016. DISPENSA Nº 1733/2016. Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - CNPJ Contratado: 05572870000159. Contrato: FUNDACAO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA. Objeto: Execução do Projeto: "Curso de Pós-Graduação Lato Sensu Especialização em Engenharia da Qualidade". Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Vigência: 06/12/2016 a 31/03/2018. Valor Total: R\$145.135,80. Fonte: 250157566 - 2016NE804310. Data de Assinatura: 21/11/2016.

(SICON - 05/12/2016) 153063-15230-2016NE801629

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 0003201612060064

### UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

#### RESULTADOS DE JULGAMENTOS PREGÃO Nº 38/2016

Foram vencedoras e fazem parte da Ata de Registro de Preços do presente Pregão, as empresas: Inovart Comércio de Equipamentos EIRELI EPP; Vendramini Comércio e Serviços de Equipamentos EIRELI; Simbel Comércio de Equipamentos Ltda ME.

ISABELLE VERUSKA BEZERRA TRIGUEIRO  
Pregoeira

(SICON - 05/12/2016) 153065-15231-2016NE800018

#### PREGÃO Nº 56/2016

Foram vencedoras e fazem parte da Ata de Registro de Preços do presente Pregão, as empresas: Maria de Fátima da Silva Nunes ME; V.L.Carvalho EIRELI ME; Scienlabor Equipamentos Industriais Ltda EPP; Master Tec Comércio e Serviços EIRELI ME.

(SICON - 05/12/2016) 153065-15231-2016NE800018

#### PREGÃO Nº 60/2016

Foram vencedoras e fazem parte da Ata de Registro de Preços do presente Pregão, as empresas: Gold Comércio de Equipamentos Ltda EPP, CNPJ nº 11.464.383/0001-75; Agnus Comércio de Máquinas e Equipamentos Ltda EPP, 14.676.091/0001-94.

CECÍLIA CORDOLINA DA SILVA  
Pregoeira

(SICON - 05/12/2016) 153065-15231-2016NE800018

### HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEY

#### EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

SRP PE 53/2016  
Processo nº. 23539.000727/2016-90. Pregão Eletrônico SRP nº. 53/2016. Objeto: Eventual aquisição de Produtos Medicamentosos. CNPJ: 01.784.792/0001-03 - EQUIPLEX INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA. Item-46, Valor Unitário R\$ 1,30, Valor Global R\$ 179.530,00. Item-50, Valor Unitário R\$ 1,60, Valor Global R\$ 108.000,00. Item-53, Valor Unitário R\$ 1,75, Valor Global R\$ 118.125,00. Total do Fornecedor R\$ 405.655,00. CNPJ: 06.628.333/0001-46 - FARMACE - INDUSTRIA QUIMICO-FARMACEUTICA CEARENSE LTDA. Item-4, Valor Unitário R\$ 0,12, Valor Global R\$ 27.000,00. Total do Fornecedor R\$ 27.000,00. CNPJ: 07.316.691/0001-86 - FORMULAS MAGISTRAIS MANIPULACOES ESPECIAIS LTDA - EPP. Item-2, Valor Unitário R\$ 24,70, Valor Global R\$ 9.880,00. Total do Fornecedor R\$ 9.880,00. CNPJ: 08.766.992/0001-74 - METHABIO FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA - EPP. Item-5, Valor Unitário R\$ 0,189, Valor Global R\$ 14.175,00. Item-7, Valor Unitário R\$ 4,04, Valor Global R\$ 136.350,00. Item-8, Valor Unitário R\$ 6,89, Valor Global R\$ 50.062,50. Item-9, Valor Unitário R\$ 7,83, Valor Global R\$ 155.025,00. Item-15, Valor Unitário R\$ 1,37, Valor Global R\$ 8.220,00. Item-16, Valor Unitário R\$ 5,00, Valor Global R\$ 15.000,00. Item-17, Valor Unitário R\$ 9,10, Valor Global R\$ 40.950,00. Item-18, Valor Unitário R\$ 12,84, Valor Global R\$ 19.260,00. Item-19, Valor Unitário R\$ 1,87, Valor Global R\$ 7.480,00. Item-22, Valor Unitário R\$ 138,00, Valor Global R\$ 155.250,00. Item-23, Valor Unitário R\$ 138,00, Valor Global R\$ 51.750,00. Item-29, Valor Unitário R\$ 0,32, Valor Global R\$ 2.560,00. Item-35, Valor Unitário R\$ 2,14, Valor Global R\$ 19.260,00. Item-36, Valor Unitário R\$ 16,72, Valor Global R\$ 75.240,00. Item-37, Valor Unitário R\$ 2,16, Valor Global R\$ 12.960,00. Item-38, Valor Unitário R\$ 14,39, Valor Global R\$ 72.950,00. Item-39, Valor Unitário R\$ 5,00, Valor Global R\$ 5.000,00. Item-44, Valor Unitário R\$ 3,41, Valor Global R\$ 78.430,00. Item-49, Valor Unitário R\$ 3,80, Valor Global R\$ 68.780,00. Item-51, Valor Unitário R\$ 3,35, Valor Global R\$ 75.375,00. Item-52, Valor Unitário R\$ 2,12, Valor Global R\$ 63.600,00. Item-54, Valor Unitário R\$ 2,64, Valor Global R\$ 59.400,00. Item-56, Valor Unitário R\$ 3,50, Valor Global R\$ 78.590,00. Total do Fornecedor R\$ 1.324.402,00. CNPJ: 23.312.871/0001-46 - EXEMPLARMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME. Item-47, Valor Unitário R\$ 3,24, Valor Global R\$ 70.956,00. Total do Fornecedor R\$ 70.956,00. CNPJ: 49.324.221/0008-80 - PRESENTUS KABI BRASIL LTDA. Item-43, Valor Unitário R\$ 2,18, Valor Global R\$ 167.860,00. Item-48, Valor Unitário R\$ 2,03, Valor Global R\$ 186.557,00. Item-55, Valor Unitário R\$ 2,13, Valor Global R\$ 229.066,59. Total do Fornecedor R\$ 5.843,59. CNPJ: 49.324.221/0015-00 - PRESENTUS KABI BRASIL LTDA. Item-12, Valor Unitário R\$ 90,00, Valor Global R\$ 67.864,50. Total do Fornecedor R\$ 135.364,50. CNPJ: 49.351.786/0010-71 - BAXTER HOSPITALAR LTDA. Item-10, Valor Unitário R\$ 32,00, Valor Global R\$ 296.000,00. Total do Fornecedor R\$ 296.000,00. Valor Global da Ata R\$ 2.852.741,09. Nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 7.892, de 2013; aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 1993 e as demais normas legais correlatas. Assinatura: 24.11.2016. Vigência: 24.11.2016 a 23.11.2017.

### PREFEITURA UNIVERSITÁRIA CAMPUS I

#### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2016 - UASG 153066 - SRP

Nº Processo: 23074037137201627. Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de Preços para Eventual Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Remoção, Transporte, Tratamento e Destinação Final de Resíduos Químicos da Universidade Federal da Paraíba, Con-

templando o Fornecimento de Recipientes, Conforme Especificações Constantes no Edital e em todos os seus Anexos. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 06/12/2016 de 08h00 às 12h00 e de 13h00 às 17h00. Endereço: Campus I - Cidade Universitária Castelo Branco - JOAO PESSOA - PB ou [www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/153066-05-18-2016](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/153066-05-18-2016). Entrega das Propostas: a partir de 06/12/2016 às 08h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Abertura das Propostas: 19/12/2016 às 10h30 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

JOAO MARCELO ALVES MACEDO  
Prefeito

(SICON - 05/12/2016) 153066-15231-2016NE800001

### UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

#### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 156/2016 - UASG 153079

Nº Processo: 209349/2016-11. Objeto: Aparelhos de medição e orientação - Setor de Tecnologia. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso XXI da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Despesa com esta UASG. Declaração de Dispensa em 02/12/2016. HORACIO TERTULIANO DOS SANTOS FILHO, Diretor do Setor de Tecnologia, Ratificação em 02/12/2016. LUCIA REGINA ASSUMPCAO MONTANHINI, Pró-reitora de Planejamento, Orçamento e Finanças. Valor Global: R\$ 10.400,00. CNPJ CONTRATADA: Estrangeiro TAYLOR HOBSON LIMITED.

(SICON - 05/12/2016) 153079-15232-2016NE800117

#### AVISOS DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 5/2016 - UASG 153079

Nº Processo: 151450/2016-67. Objeto: Concessão de uso de espaço físico situado nas dependências do Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná, visando implantação e exploração comercial de serviços de reprografia e encadernação. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 06/12/2016 de 08h00 às 12h00 e de 13h00 às 17h00. Endereço: Rua XV de Novembro, 1299 Centro - CURITIBA - PR ou [www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/153079-03-5-2016](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/153079-03-5-2016). Entrega das Propostas: 16/01/2017 às 14h30

(SICON - 05/12/2016) 153079-15232-2016NE800117

#### CONCORRÊNCIA Nº 6/2016 - UASG 153079

Nº Processo: 130793/2016-98. Objeto: Concessão de uso de espaço físico no Centro Politécnico para instalação de agência bancária. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 06/12/2016 de 08h00 às 12h00 e de 13h00 às 17h00. Endereço: Rua XV de Novembro, 1299 Centro - CURITIBA - PR ou [www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/153079-03-6-2016](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/153079-03-6-2016). Entrega das Propostas: 17/01/2017 às 14h30

DIOGO AMILTON VENANCIO  
Presidente da Comissão de Licitação

(SICON - 05/12/2016) 153079-15232-2016NE800117

#### RETIFICAÇÃO

No Extrato de Contrato Nº 65/2016 publicado no DOU de 13/10/2016, Seção 3, Pág. 68. Onde se lê: "Fundamento Legal: Art.24.III c/c art.13, caput da Lei 8666/93" Leia-se: "Fundamento Legal: Art.25, inciso II c/c art. 13, caput da Lei 8666/93"

(SICON - 05/12/2016) 153079-15232-2016NE800117

### PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS SEÇÃO DE RELAÇÕES CONTRATUAIS

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 83/2016

Processo: 23075.089353/2015-67. Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR - CNPJ 75.095.679/0001-49. Contratada: SC SEG SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA-EPP - CNPJ - 11.967.535/0001-52. Objeto: Prestação de serviços terceirizados para atender as Fazendas Experimentais da UFPR que compõem o Centro de Ensino Aplicado em Ciências Agrárias localizadas em Pinhais, Rio Negro, São João do Triunfo, Setor Palotina e Campus Maripá juntamente com o Departamento de Engenharia Florestal da UFPR, visando preenchimento de 58 postos de trabalho. Valor do Contrato: R\$ 3.219.110,88. Vigência: 10/12/2016 a 10/12/2017. Data de assinatura: 21/11/2016 Assina pela UFPR: Prof. Edelvino Razzolini Filho - Pró-Reitor de Administração. Assina pela empresa: Sr. Cassiano Hilário Bernardo da Silva- Representante Legal.

#### EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Registro de Preços objetivando aquisição parcelada, conforme necessidade, de eletrodomésticos e itens diversos destinados às diversas unidades da UFPR. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 129/2016. Processo: 146574/2016-21. Ata nº 566/2016. CNPJ: 07.323.661/0001-05, WALLNOX DO BRASIL COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA. - ME, item 31, Total R\$ 52.185,00. Ata nº 570/2016. CNPJ: 13.729.630/0001-43, P. L. DO B. GUTMARAES - PLB PRODUTOS - ME, itens 1, 6, e 23, Total R\$ 53.080,81. Data de assinatura: 03/11/2016. Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP UFPB/CPLPU/Nº 12/2016**

**PROCESSO Nº 23074.037137/2016-27**

**CHECK-LIST – ANEXO I**

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA SEGES Nº 2, DE 06 DE JUNHO DE 2016**



1. O procedimento licitatório foi iniciado com a abertura de processo administrativo devidamente autuado e numerado, quando processo físico, ou registrado quando processo eletrônico? **SIM**
2. Consta a solicitação/requisição do objeto, elaborada pelo agente ou setor competente? **SIM**
3. Encontra-se prevista a exigência de amostra ou prova de conceito para algum item? **N/A**
  - 3.1. A exigência está clara, precisa e acompanhada de metodologia de análise? **N/A**
  - 3.2. A exigência está prevista na fase de aceitação, após a etapa de lances, e apenas para o vencedor? **N/A**
4. A autoridade competente da unidade demandante justificou a necessidade da contratação e aprovou o Termo de Referência? **SIM**
  - 4.1. No caso de contratação por registro de preços, a autoridade competente justificou a utilização do SRP com base em alguma das hipóteses previstas no artigo 3º do Decreto nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013? **SIM – JUSTIFICATIVA AJUSTADA PELO COORDENADOR DA CPL-PU**
5. A autoridade competente da unidade demandante definiu o objeto do certame de forma precisa, suficiente e clara? **SIM**
6. Há autorização da autoridade competente permitindo o início do procedimento licitatório? **SIM**



7. A autoridade competente designou o pregoeiro e a respectiva equipe de apoio? **SIM – A SER DESIGNADA ON-LINE**

7.1. A equipe de apoio é formada, na sua maioria, por servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego público, preferencialmente, na entidade promotora da licitação? **SIM**

8. No caso de licitação para registro de preços a Administração realizou o procedimento de Intenção de Registro de Preços – IRP, visando o registro e a divulgação dos itens a serem licitados? **SIM (IRP DESERTA)**

8.1. No caso de dispensa da divulgação da Intenção de Registro de Preços – IRP há justificativa do órgão gerenciador? **N/A**

8.2. No caso de existir órgãos ou entidades participantes, a Administração consolidou as informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização? **N/A**

8.3. A Administração confirmou junto aos órgãos ou entidades participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos, preços estimados e termo de referência? **N/A**

9. Foi realizada ampla pesquisa de preços do objeto da licitação baseada em critérios aceitáveis na forma prevista na IN SLTI/MP nº 5, de 27 de junho de 2014? **SIM, PORÉM NÃO ESTAVAM ASSINADAS.**

9.1. Tratando-se de serviço, existe orçamento detalhado em planilhas que expresse a composição de todos os seus custos unitários baseado em pesquisa de preços praticados no mercado do ramo do objeto da contratação? **A ANÁLISE DAS PESQUISAS DE PREÇOS NÃO ESTÁ ASSINADA.**



9.2. Para fins de orçamentação e análise de vantajosidade nas licitações de bens e serviços, foram priorizados os parâmetros previstos nos incisos I (Portal de Compras Governamentais) e III (contratações similares de outros entes públicos) do art. 2º da IN SLTI/MP nº 5, de 2014? **SIM.**

10. O procedimento licitatório possui a indicação do recurso próprio para a despesa, caso não seja SRP? **N/A**

11. Há minuta de Edital e anexos? **SIM.**

11.1. Termo de Referência; **SIM.**

11.2. Contrato ou documento assemelhado; **SIM, (MINUTA).**

11.3. Ata de Registro de Preços, se for o caso; **SIM, (MINUTA).**

11.4. Planilha de Quantitativos e Custos Unitários, se for o caso (serviço).

**SIM, NO MODELO DE PROPOSTA.**

12. No caso de realizada a licitação por pregão presencial, consta a justificativa válida quanto à inviabilidade de utilizar-se o formato eletrônico? **N/A**

13. O Edital prevê a forma de apresentação da proposta comercial, com a indicação precisa de como o valor deve ser ofertado (total ou por item), incluindo, caso necessário, a apresentação da planilha de custos? **SIM.**

14. O Edital estabelece prazo razoável de validade das propostas comerciais compatível com a duração do certame e dentro dos prazos previsto na legislação vigente? **SIM.**

15. O Edital fixa o prazo de envio de documentos complementares à habilitação de acordo com a IN nº 1, de 26 de março de 2014 (mínimo 120 minutos), pela ferramenta de convocação de anexo? **SIM**

16. Foram consultados os decretos que dispõem sobre margem de preferência? **SIM**



17. Foi prevista a aplicação dos benefícios dispostos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, e seu regulamento, o Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015? **SIM**

18. Os autos foram instruídos com parecer jurídico? **SIM**

18.1. Houve alteração sugerida pela assessoria jurídica, bem como o retorno dos autos para parecer conclusivo, caso aquela tenha requerido?  
**NÃO**

18.2. Houve algum ponto em que não foi aceita a recomendação da assessoria jurídica com a devida justificativa para tanto? **NÃO**

19. O prazo definido para publicação é adequado ao objeto da licitação, considerando a complexidade do objeto, em respeito aos princípios da publicidade e da transparência? **SIM**

19.1. Quanto ao âmbito de publicação houve obediência ao disposto no art. 17 do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005 e IV, §1º, art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011? **SIM**

PREGOEIRO OFICIAL:

AUGUSTO CÉSAR TEMÓTEO DE OLIVEIRA

EQUIPE DE APOIO:

DEFINIDA ON-LINE

**Endereço de Correspondência / Remetente:**

ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA. (Fazenda Boa Vista, BR-545, Km-1, Zona Rural – CEP: 76.195-000 – Cezarina - GO) – CNPJ. 07.958.062/0001-50

**Endereço de Destino:**

Universidade Federal da Paraíba – Campus I (Reitoria)

A/C Comissão Permanente de Licitação (CPL-PU)

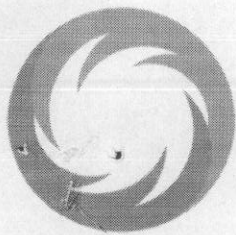
Gabinete da Reitoria (Sala 09 – Antiga Sala de Reuniões)

Cidade Universitária, S/N

João Pessoa, PB – CEP: 58.051-900

E-mail: [cplpu@prefeitura.ufpb.br](mailto:cplpu@prefeitura.ufpb.br)

PE 018/2016 SRP de 19/12/2016  
DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO



CNPJ: 07.958.062/0001-50  
Insc. Est. 10411.929-2  
ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA  
Rod. GO 545 km s/n Zona Rural  
Cep: 76.195-000 CEZARINA GO



# ecoblending

Ofício n.093/2016

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n.º 018/2016 – SRP  
Processo Administrativo n.º 23074.037137/2016-27

Assg n.º 153066  
Data da sessão: 19/12/2016  
Horário: 10:30h

Relação dos Documentos Enviados – Índice:

A empresa ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA., estabelecida na Rodovia BR-545, Km-1, Zona Rural – Fazenda Boa Vista – CEP: 76.195-000 – Cezarina - Goiás, inscrita no CNPJ sob n.º 07.958.062/0001-50, vem por meio deste ofício, DECLARAR que, está enviando os documentos relacionados abaixo, referente ao Processo Licitatório PE 018/2016 S.R.P. de 19/12/2016:

- ÍNDICE DOS DOCUMENTOS – PÁG. 01;
- PROPOSTA COMERCIAL, DECLARAÇÕES, PROCURAÇÃO + DOC – PÁG. 02 À 08;
- ÚLTIMA ALTERAÇÃO CONTRATUAL CONSOLIDADA + DOC DOS SOCIOS – PÁG. 09 À 20;
- CREA/CRQ ECOBLENDING – PÁG. 21 À 23;
- CREA PF RESPONSÁVEIS TÉCNICOS – PÁG. 08 E 24;
- CND FALÊNCIA OU CONCORDATA – PÁG. 25;
- BALANÇO PATRIMONIAL 2015 + JUCEG – PÁG. 26 À 34;
- ATESTADOS DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA – PÁG. 35 À 59.

CEZARINA-GO, 19 de Dezembro de 2016.

Andréia Siqueira

ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA CNPJ: 07.958.062/0001-50

Andréia Siqueira – Licitações – Fone: 62-3251-2165 – E-mail: andreia.lima@ecoblending.com.br



ecoparticipações



ecofarmacos



ecoblending



ecologic





# ecoblending

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



CNPJ: 07.958.062/0001-50  
Insc. Est. 10411.929-2  
ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA.  
Rod. GO 545 km s/n Zona Rural  
Cep: 76.195-000 CEZARINA GO

Pregão Eletrônico n.º 018/2016 – SRP  
Processo Administrativo n.º 23074.037137/2016-27

Uasg n.º 153066  
Data da sessão: 19/12/2016  
Horário: 10:30h

## ANEXO VII – PROPOSTA COMERCIAL

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS (Serviço de recolhimento, transporte, tratamento e destinação final de Resíduos Químicos (Revelador e fixador radiológicos e filmes inutilizados) e Material Elétrico (lâmpadas e reatores).**

A Firma ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA, inscrita no CNPJ sob Nº 07.958.062/0001-50, Insc. Est. Nº 10.411.929-2, com sede à ROD GO 545 KM-1 Fazenda Boa Vista – Zona Rural – Cezarina – Goiás – CEP 76.195-000, através de seu representante legal o Sr. Inácio Camargo da Silva Macedo, portador (a) da Carteira de Identidade nº 4.214.796 DGPC/GO e CPF nº 002.652.251-36, apresenta a sua proposta para o PREGÃO ELETRÔNICO SRP UFPB/CPL-PU Nº 018/2016, que tem por objeto o registro de preços para eventual contratação de empresa especializada em serviços de remoção, transporte, tratamento e destinação final de resíduos químicos da Universidade Federal da Paraíba, contemplando o fornecimento de recipientes, conforme especificações constantes no Edital e em todos os seus anexos, na forma a seguir:

Licitação do tipo menor preço global anual por grupo (Conforme Planilha abaixo):

Item	Descrição	Qtd.	Und.	Valor Unitário	Valor Total
1	Remoção, transporte, tratamento e destinação final de resíduos químicos da UFPB, contemplando o fornecimento de recipientes, conforme especificações constantes no Edital e em todos os seus anexos.	68.000	KG	R\$ 3,58	R\$ 243.440,00
<b>TOTAL GLOBAL ESTIMADO: R\$ 243.440,00 (Duzentos e quarenta e três mil quatrocentos e quarenta reais).</b>					

Validade da Proposta: **60 (sessenta) dias** – Conforme edital.

Periodicidade: **180 (cento e oitenta) dias** – Conforme edital.

Pagamento: 15 (Quinze) dias – conforme edital



ecoparticipações

Inacio Camargo  
Gerente Industrial  
Ecoblending Ambiental LTDA



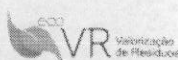
ecofarmacos



ecoblending



ecologic

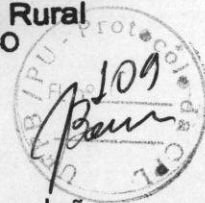


02



# ecoblending

CNPJ: 07.958.062/0001-50  
Insc Est 10411 929-2  
ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA.  
Rod. GO 545 km s/n Zona Rural  
Cep: 76.195-000 CEZARINA GO



## Local da Coleta:

O recolhimento dos resíduos químicos será efetuado nos laboratórios e/ou locais de armazenamento dos departamentos citados abaixo, da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB, em data e horário a serem acordados pelas partes.

Locais de Recolhimento	Quant. (Kg)	Locais de Recolhimento	Quant. (Kg)
Cbiotec (Centro de Biotecnologia)	24.000	DBM (Departamento de Biologia Molecular)	3.000
DCF (Departamento de Ciências Farmacêuticas)	7.900	Editora Universitária	100
DQ (Departamento de Química)	25.000	CRAS (Centro de Referência em Atenção à Saúde)	1.000
DSE (Departamento de Sistemática e Ecologia)	3.000	CT (Centro de Tecnologia)	4.000
<b>TOTAL:</b>			<b>68.000</b>

## Declaramos:

- Nos preços de cada item estão incluídos, impostos, fretes, taxas e demais incidências;
- Que cumpre e atende os Acordos de Níveis de Serviços (ANS) – Anexo III;
- Fornecer bombonas para armazenamento de cada tipo de material a ser descartado, adequadas ao seu acondicionamento e mão-de-obra especializada no ato da coleta sob supervisão de profissional habilitado para executar identificação e segregação dos tipos de material, respeitadas a compatibilidade entre os mesmos, segundo legislação vigente, bem como fornecer aos seus funcionários, os equipamentos de proteção individual necessário à operação;
- Prazo para Execução dos Serviços:** O prazo para conclusão da execução dos serviços objeto deste PREGÃO será de **180 (Cento e oitenta) dias**, contados a partir da data do recebimento da Ordem de Serviços emitida pela Prefeitura Universitária, conforme Cronograma Físico-Financeiro apresentado em anexo à presente proposta de preços.
- Que serão de nossa responsabilidade todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto da referida licitação. Responsabilizamos-nos integralmente pelos prejuízos e danos causados à Universidade Federal da Paraíba e/ou a terceiros, decorrentes do não atendimento de tais obrigações.
- Que recebemos todos os documentos relativos ao Edital e todos os seus anexos; visitamos os locais onde serão executados os serviços; tomamos conhecimento de todas as informações, dificuldades e demais condições para o cumprimento das obrigações inerentes ao objeto da presente licitação.
- Declaramos que aceitamos a forma de pagamento estabelecida no presente Edital.
- Atender e cumprir as normas estabelecidas no Edital e seus Anexos.



ecoparticipações



ecofármacos



ecoblending



ecologic



Inacio Camargo  
Gerente Industrial  
Ecoblending Ambiental LTDA

03



ecoblending

CNPJ- 07.958.062/0001-50  
Insc Est 10411 929-2  
ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA.  
Rod. GO 545 km s/n Zona Rural  
Cep. 76.195-000 CEZARINA GO



**a) Dados da empresa para faturamento e envio do contrato:**

b) Razão social: ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA.

c) CNPJ / MF: 07.958.062/0001-50

d) Endereço: ROD 545 KM-1, Fazenda Boa Vista, Zona Rural – Cezarina/GO CEP: 76.195-000

e) Telefone(s) / Fax: (62) 3251-2165

f) Endereço eletrônico (e-mail): [andreia.lima@ecoblending.com.br](mailto:andreia.lima@ecoblending.com.br)

g) INSCRIÇÃO ESTADUAL N.º 10.411.929-2

h) INSCRIÇÃO MUNICIPAL N.º 731

**i) DADOS BANCÁRIOS:**

j) BANCO BRADESCO 237

k) AG.2137

l) C/C 23881-3

CEZARINA-GO, 19 de Dezembro de 2016.

  
Inacio Camargo  
Gerente Industrial  
Ecoblending Ambiental LTDA

Inácio Camargo da Silva Macedo – Diretor Executivo/ Procurador  
CPF: 002.652.251-36 RG: 4.214.796 DGPC/GO.



ecoparticipações



ecofármacos



ecoblending



ecologic



048



ecoblending

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
Pregão Eletrônico n.º 018/2016 – SRP  
Processo Administrativo n.º 23074.037137/2016-27  
Uasg n.º 153066  
Data da sessão: 19/12/2016  
Horário: 10:30h



CNPJ: 07.958.062/0001-50  
Insc Est 10411 929-2  
ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA.  
Rod. GO 545 km s/n Zona Rural  
Cep. 76.195-000 CEZARINA GO

### ANEXO III

ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA., estabelecida na Rodovia BR-545, Km-1, Zona Rural – Fazenda Boa Vista – CEP: 76.195-000 – Cezarina - Goiás, inscrita no CNPJ sob n.º 07.958.062/0001-50, por seu procurador abaixo assinado, vem por meio deste, **DECLARAR sob as penas da lei**, que:

### DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS

Que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

### DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO ÀS NORMAS DE SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

Sob as penas da Lei, que atende às normas de saúde e segurança do trabalho.

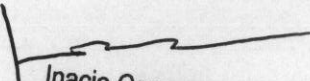
### DECLARAÇÃO 8.7.2

Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados, e que as falhas que porventura venham a ocorrer, sejam sanadas segundo critérios, indicadores, índices e parâmetros fixados pelos órgãos ambientais, bem como as Resoluções do CONAMA e Normas Técnicas (ABNT), no que couber, além do que estabelece o Termo de Referência (Anexo I deste Edital).

### DECLARAÇÃO SOBRE EMPREGADOS MENORES

1. Que não possui em seu quadro funcional menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e nem menores de dezesseis anos em qualquer atividade, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, nos termos da Lei nº 9.854/99, regulamentada pelo Decreto nº 4.358 de 05/09/2002, observando disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;
2. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal.

CEZARINA-GO, 19 de Dezembro de 2016.

  
Inacio Camargo  
Gerente Industrial  
Ecoblending Ambiental LTDA

Inácio Camargo da Silva Macedo – Diretor Executivo/ Procurador  
CPF: 002.652.251-36 RG: 4.214.796 DGPC/GO.



ecoparticipações



ecofármacos



ecoblending



ecologic



OS



# ecoblending

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
Pregão Eletrônico n.º 018/2016 – SRP  
Processo Administrativo n.º 23074.037137/2016-27  
Uasg n.º 153066  
Data da sessão: 19/12/2016  
Horário: 10:30h



CNPJ: 07 958.062/0001-50  
Insc Est 10411 929-2  
ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA.  
Rod. GO 545 km s/n Zona Rural  
Cep: 76.195-000 CEZARINA GO

A empresa ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA., estabelecida na Rodovia BR-545, Km-1, Zona Rural – Fazenda Boa Vista – CEP: 76.195-000 – Cezarina - Goiás, inscrita no CNPJ sob n.º 07.958.062/0001-50, neste ato representada pelo Diretor de Produção e Procurador Sr. Inácio Camargo da Silva Macedo, PF: 002.652.251-36 RG: 4.214.796 DGPC/GO, **DECLARAR** sob as penas da lei, que:

## **ANEXO V – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES LOCAIS E DIFICULDADES DO SERVIÇO E(ou) ENTREGA DOS BENS**

Tomou conhecimento do local onde será executada o (a) serviço/entrega dos bens do objeto presente neste certame, qual seja, o registro de preços para eventual contratação de empresa especializada em serviços de remoção, transporte, tratamento e destinação final de resíduos químicos da Universidade Federal da Paraíba, contemplando o fornecimento de recipientes, conforme especificações constantes no Edital e em todos os seus anexos, obtendo todas as informações necessárias referente às condições e às dificuldades pertinentes ao seu local de execução dos serviços/entrega de bens.

## **ANEXO V – DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO COM A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

Na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico, instaurado pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, de que atendemos aos critérios de sustentabilidade ambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, conforme estabelece a Instrução Normativa nº 01/2010, Decreto nº 7.746/2012, nos casos em que a referida instrução se aplica ao objeto.

Declaramos também, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

A – A proponente está ciente de sua responsabilidade ambiental e se compromete a cumprir a legislação específica para a atividade que desenvolve, e em adotar práticas ecologicamente corretas.

B – A empresa reconhece sua responsabilidade com o meio ambiente, adotando todas as medidas necessárias para evitar, atenuar ou reparar os impactos resultantes desta atividade, mantendo-se disponível à fiscalização pelos órgãos responsáveis.

C – Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

**CEZARINA-GO, 19 de Dezembro de 2016.**

**Inácio Camargo da Silva Macedo – Diretor Executivo/ Procurador**  
CPF: 002.652.251-36 RG: 4.214.796 DGPC/GO.

Inácio Camargo  
Gerente Industrial  
Ecoblending Ambiental LTDA



ecoparticipações



ecofármacos



ecoblending



ecologic



doj



**CNPJ: 07.958.062/0001-50**  
**Insc. Est. 10411 929-2**  
**ECOBLENDDING AMBIENTAL LTDA.**  
 Rod. GO 545 km s/n Zona Rural  
 Cep: 76.195-000 CEZARINA GO



## PROCURAÇÃO PARTICULAR

Por meio deste instrumento particular, a Empresa **OUTORGANTE** ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA – CNPJ 07.958.062/0001-50, por intermédio do Sr. Sérgio Roriz de Oliveira, RG 3.126.626 2º VIA DGPC/GO, CPF 607.345.151-20, nomeia e constitui seu bastante procurador, **OUTORGADO** o Sr. INÁCIO CAMARGO DA SILVA MACEDO, natural de Goiânia, solteiro, Gerente Industrial, carteira de identidade n.º 4.214.796 DGPC/GO, CPF 002.662.251-36, residente no endereço Rua 6-A nº 138 apto. 201 – Ed. Sandalos, Setor Aeroporto – Goiânia-Go, com poderes para praticar todos os atos relativos à processos licitatórios, notadamente, para formular ofertas escritas e verbais, negociar preços, assinar documentos de habilitação, atas e instrumento de compromisso, interpor recursos e renunciar ao direito de propô-los, enfim todos e quaisquer atos indispensáveis ao bom e fiel cumprimento do presente mandato.

Goiânia, 25 de Julho de 2016.



**ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA**  
CNPJ nº 07.958.062/0001-56



ecoparticipações



ecofármacos

ecoblendino

ecologic

VR Valorização de Resíduos

RESIDUO  
\*ZERO

078

República Federativa do Brasil  
Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia  
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia  
Carteira de Identidade Profissional

**CREA-GO**  
Registro Crea Nº  
15054/D-GO

Nome  
**INACIO CAMARGO DA SILVA MACEDO**

Data do Registro no Crea-GO  
31/10/2008

Título Profissional  
**ENGENHEIRO AMBIENTAL  
ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO**

Registro Nacional  
1064452330  
Data de Emissão  
10/02/2016

Presidente do Crea-GO

Vale como Documento de Identidade em todo o território nacional e tem Fé Pública, conforme o § 2º do art. 56 da Lei nº 5194 de 24/12/66 e a Lei nº 6268 de 07/09/73.

República Federativa do Brasil  
Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia  
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia  
Carteira de Identidade Profissional

**CREA-GO**

Nome  
**INACIO CAMARGO DA SILVA MACEDO**

Filiação  
**CRISTINA RIOS SILVA MACEDO  
WAGNER DA COSTA MACEDO**

Nascimento  
17/08/1983

CPF  
002.662.251-36

Doc. de Identidade  
4214796 DGPC-GO

Nacionalidade  
**BRASILEIRA**

Naturalidade  
**GOIÂNIA-GO**

Tipo Sang.  
Título de Eleitor  
1731901/194

PIS/PASEP

Presidente do Crea-GO



**CARTÓRIO ANTÔNIO DO PRADO**  
CARTÓRIO INTELIGENTE E DIGITAL

**AUTENTICAÇÃO**  
CONFERE COM ORIGINAL.  
Goiânia-GO, 01/03/2016.

SARA NAYME SILVA LIMA - SUB-OFICIAL E ESCRIVENTE  
Selo Eletrônico nº 0198160301101064900494  
Consulte: <http://extrajudicial.tjgo.jus.br/selo>

[www.cartorioantoniodoprado.com.br](http://www.cartorioantoniodoprado.com.br)

Rua Geraldo Ney, esq. cl Av. 24 de Outubro, nº 156, Setor Campinas Goiânia-GO, CEP - 74.515-020, Fone: 62\* 3233-0055

**RECISTRAÇÃO E AUTENTICAÇÃO**  
TABELAÇÃO DE NOTAS

Francisco Taveira

Av. Tocantins, 283 - Centro  
CEP 74015-010 - Goiânia - GO  
Telefax: 62 - 3212 1030

A presente cópia CONFERE com o original apresentado. Dou Fé. 0143  
\*GSD 275AF-50364D-92  
Goiânia, 04 de maio de 2016.

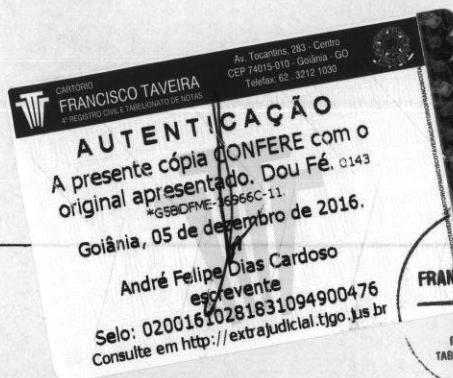
Diogenes Rolison Rodrigues da Silva  
Escrivente  
Selo: 02001603281847094924341  
Consulte em <http://extrajudicial.tjgo.jus.br>

**CARTÓRIO ANTÔNIO DO PRADO EM BRANCO**

**CARTÓRIO ANTÔNIO DO PRADO EM BRANCO**

**CARTÓRIO ANTÔNIO DO PRADO EM BRANCO**

88



## ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA.

CNPJ nº 07.958.062/0001-50 - NIRE nº 52202290100

### 8ª ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

SÉRGIO RORIZ DE OLIVEIRA, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, empresário, natural de Goiânia-GO, nascido em 23/7/1974, filho de Walter Salvador de Oliveira e de Josete Roriz de Oliveira, domiciliado nesta capital na Rua 131, nº 107, Setor Sul, CEP 74093-200, portador do RG nº 32126626/2ª via, DGPC/GO, e de CPF nº 607.345.151-20;

ECO PARTICIPAÇÕES LTDA., pessoa jurídica de direito privado com sede social na Rua 131, nº 107, Setor Sul, Goiânia-GO, CEP 74093-200, registrada na JUCEG com o NIRE nº 52202987666, em 29/8/2011, inscrita no CNPJ nº 14.309.661/0001-08, neste ato representada pelo sócio administrador Sr. Sérgio Roriz de Oliveira, já qualificado acima;

Únicos sócios da sociedade ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA, com sede social na Rodovia GO 545, Km 1, Fazenda Boa Vista, sentido Cezarina a Fábrica de Cimento, margem direita, Zona Rural, Cezarina-GO, CEP 76195-000, inscrita no CNPJ nº 07.958.062/0001-50, devidamente registrada na JUCEG em 3/4/2006 com o NIRE nº 52202290100, resolvem, na melhor forma, alterar e consolidar o presente Contrato Social conforme as disposições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA: ALTERAÇÃO DE ATIVIDADES DA MATRIZ

1.1 A partir deste ato a sociedade terá como objetivo e finalidade os seguintes ramos de atividades:

1) Coleta, transporte e mistura de resíduos passíveis de co-processamento em forno industrial de produção de clínquer; 2) Tratamento de resíduos orgânicos e inorgânicos; 3) Incineração de resíduos industriais; 4) Desenvolvimento e execução de programas ambientais com vista ao atendimento de agências em estudos de impacto ambiental e/ou relatório de impacto ao meio-ambiente (EIA-RIMA); 5) Recuperação de áreas degradadas; 6) Obras de urbanização e paisagismo; 7) Limpeza, remoção e coleta de lixo; 8) Operações e construções de aterro sanitários e industriais; 9) Projeto, execução e monitoramento em área ambiental; 10) Reciclagem; 11) Comercialização de resíduos industriais e biomassas; 12) Plantio e reflorestamento; 13) Tratamento e disposição de lodo de Estação de Tratamento de Efluentes; 14) Elaboração de projetos e consultoria ambiental; 15) Incineração de resíduos de serviço de saúde; 16) Coleta de Resíduos Perigosos;

#### CLÁUSULA SEGUNDA: ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO DA FILIAL DE Nº 01

2.1 A partir deste ato a filial de nº 01 terá alterado seu endereço para a Alameda "E", Quadra CHC, Lote 250 E, nº 0, Chácara São Pedro, Aparecida de Goiânia - Goiás, CEP: 74.923-210.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato Social.

À vista das modificações ora ajustadas, consolida-se o Contrato Social, que passa a ter as novas redação e estrutura seguintes:

#### CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

SÉRGIO RORIZ DE OLIVEIRA, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, empresário, natural de Goiânia-GO, nascido em 23/7/1974, filho de Walter Salvador de Oliveira e de Josete Roriz de Oliveira,

098



domiciliado nesta capital na Rua 131, nº 107, Setor Sul, CEP 74093-200, portador do RG nº 32126626/2ª via, DGPC/GO, e do CPF nº 607.345.151-20;

ECO PARTICIPAÇÕES LTDA., pessoa jurídica de direito privado com sede social na Rua 131, nº 107, Setor Sul, Goiânia-GO, CEP 74093-200, registrada na JUCEG com o NIRE nº 52202987666, em 29/8/2011, inscrita no CNPJ nº 14.309.661/0001-08, neste ato representada pelo sócio administrador Sr. Sérgio Roriz de Oliveira, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, empresário, natural de Goiânia-GO, nascido em 23/7/1974, filho de Walter Salvador de Oliveira e de Josete Roriz de Oliveira, domiciliado nesta capital na Rua 131, nº 107, Setor Sul, CEP 74093-200, portador do RG nº 32126626/2ª via, DGPC/GO, e do CPF nº 607.345.151-20,

Únicos sócios da sociedade ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA, com sede social na Rodovia GO 545, Km 1, Fazenda Boa Vista, sentido Cezarina a Fábrica de Cimento, margem direita, Zona Rural, Cezarina-GO, CEP 76195-000, inscrita no CNPJ nº 07.958.062/0001-50, devidamente registrada na JUCEG em 3/4/2006 com o NIRE nº 52202290100, resolvem, na melhor forma, celebrar a presente Alteração Contratual consolidada, passando a ser da seguinte forma:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – Da Denominação, Sede e Filiais:** A sociedade tem denominação social de ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA, com sede social na Rodovia GO 545, Km 1, Fazenda Boa Vista, sentido Cezarina a Fábrica de Cimento, margem direita, Zona Rural, Cezarina-GO, CEP 76195-000 e pode estabelecer filiais, agências, depósitos ou sucursais em qualquer parte do território nacional.

**Parágrafo Primeiro – Do Nome de Fantasia da Matriz –** O nome fantasia da sociedade é ECOBLENDING.

**Parágrafo Segundo – da Filial de nº 01 –** Tem sede social na Alameda "E", Quadra CHC, Lote 250 E, nº 0, Chácara São Pedro, Aparecida de Goiânia - Goiás, CEP: 74.923-210, registrada na JUCEG com o NIRE nº 52900620334, em 26/09/2011, inscrita no CNPJ nº 07.958.062/0002-30, com as atividades de: Tratamento e disposição de resíduos não-perigosos. (38.21-1/00), Tratamento e disposição de resíduos perigosos. (38.22-0/00), Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos. (39.00-5/00).

**Parágrafo Terceiro – Do Nome de Fantasia da Filial de nº 01 –** O nome fantasia da sociedade é ECOFARMACOS.

**CLÁUSULA SEGUNDA – Do Objetivo Social:** 1) Coleta, transporte e mistura de resíduos passíveis de processamento em forno industrial de produção de clínquer; 2) Tratamento de resíduos orgânicos e inorgânicos; 3) Incineração de resíduos industriais; 4) Desenvolvimento e execução de programas ambientais com vista ao atendimento de agências em estudos de impacto ambiental e/ou relatório de impacto ao meio-ambiente (EIA-RIMA); 5) Recuperação de áreas degradadas; 6) Obras de urbanização e paisagismo; 7) Limpeza, remoção e coleta de lixo; 8) Operações e construções de aterro sanitários e industriais; 9) Projeto, execução e monitoramento em área ambiental; 10) Reciclagem; 11) Comercialização de resíduos industriais e biomassas; 12) Plantio e reflorestamento; 13) Tratamento e disposição de lodo de Estação de Tratamento de Efluentes; 14) Elaboração de projetos e consultoria ambiental; 15) Incineração de resíduos de serviço de saúde; 16) Coleta de Resíduos Perigosos;

**CLÁUSULA TERCEIRA – Do Início das Atividades e da Duração da Sociedade:** A sociedade iniciou suas atividades em 9/3/2006 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

**CLÁUSULA QUARTA – Do Capital Social da Sociedade:** O Capital Social é de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), dividido em: 800.000 (oitocentas mil) quotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente do país, e assim distribuído:

SÓCIA	NÚMERO DE QUOTAS	VALOR (R\$)	PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SOCIAL
Sérgio Roriz de Oliveira	729.000	R\$ 729.000,00	91,12%
Eco Participações Ltda.	71.000	R\$ 71.000,00	8,88%
<b>TOTAL</b>	<b>800.000</b>	<b>R\$ 800.000,00</b>	<b>100%</b>

FRANCISCO TAVEIRA  
PROCURADOR GERAL DO ESTADO DE GOIÁS  
Av. Tocantins, 283 - Centro  
CEP 74015-010 - Goiânia - GO  
Telefax: 62. 3212 1030

**AUTENTICAÇÃO**  
A presente cópia CONFERE com o original apresentado. Dou Fé. 0143  
\*GSDMRXA 369671-10  
Goiânia, 05 de dezembro de 2016.  
André Felipe Dias Cardoso  
escrivente  
Selo: 02001610291831094900477  
Consulte em <http://extrajudicial.tjgo.jus.br>



108



**CLÁUSULA QUINTA – Da Responsabilidade e Obrigações dos Sócios:** A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, respondendo solidariamente pela integralização do capital social.

**Parágrafo Primeiro** – As obrigações dos sócios tiveram início na data mencionada neste contrato e apenas terminam quando, liquidada a Sociedade, extinguiem-se as responsabilidades sociais, ficando ressaltado o dever de lealdade dos sócios, um para com o outro, sob pena de exclusão extrajudicial da sociedade.

**CLÁUSULA SEXTA – Da Administração da Sociedade:** A administração da sociedade cabe ao **SÉRGIO RORIZ DE OLIVEIRA**, já qualificado anteriormente, que assina *isoladamente*, com poderes para uso do nome empresarial em todos os negócios, representando a sociedade, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, e em todos os seus atos, vedado, no entanto em atividades estranhas ao interesse social;

**Parágrafo Primeiro** – Os instrumentos de procurações outorgados pela sociedade conterão, expressamente, os poderes conferidos e período de validade determinado de no máximo um ano, salvo aqueles outorgados para fins judiciais, que podem ter prazo indeterminado.

**CLÁUSULA SÉTIMA – Do administrador não sócio:** A sociedade pode nomear administrador não sócio, mediante deliberação unânime.

**Parágrafo Primeiro** – São ressaltados os deveres de diligência e lealdade do administrador que devem ser observados, bem como o dever de responder pelas obrigações tributárias, sob pena de estar obrigado a indenizar a Sociedade por perdas e lucros cessantes.

**Parágrafo Segundo** – No tocante à responsabilidade tributária dos administradores, estes apenas não são responsabilizados se a inadiplência da sociedade advier de inexistência de numerário em caixa por motivo que não lhe seja imputável.

**CLÁUSULA OITAVA – Das Deliberações Sociais:** As deliberações sociais são tomadas pela maioria representativa do Capital Social, por escrito, em documento de que conste a matéria objeto das decisões, promovendo-se a sua averbação à margem do registro competente, dispensando-se convocação da reunião.

**CLÁUSULA NONA – Do Conselho Fiscal:** A sociedade não tem conselho fiscal.

**CLÁUSULA DÉCIMA – Do Uso da Denominação Social:** O uso da Denominação Social é exclusivo dos negócios da sociedade, sendo expressamente proibido seu uso em fins e objetos estranhos ao interesse social ou para assumir obrigações em favorecimento pessoal de qualquer sócio quotista ou a favor de terceiros, bem como onerar bens imóveis da sociedade sem autorização dos demais sócios ou mesmo financiar, avaliar, abonar e endossar ao benefício de outrem.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da retirada Pró-labore:** O administrador tem direito a uma retirada a título de pró-labore, limitada ao máximo permitido pelo regulamento do Imposto de Renda, para que seja levado a débito da conta de despesa da sociedade, desde que esteja desempenhando suas funções na administração da sociedade.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Da cessão e Transferência das quotas:** As quotas de Capital são indivisíveis, não podendo ser cedidas ou transferidas por qualquer dos sócios sem prévio e expresso consentimento do outro. Em caso de retirada de um dos sócios, caberá aos outros o direito de preferência, em igualdade de condições de preço, o que deverá ser notificado com antecedência mínima de 60 (sessenta dias), e seus haveres lhe serão reembolsados na forma da Cláusula Décima Terceira.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Da exclusão de sócio:** É de pleno direito excluir da sociedade o sócio declarado falido, com recuperação judicial, ou aquela cuja quota tenha sido liquidada nos termos do parágrafo único do art. 1.026 do Código Civil. Em caso de exclusão de qualquer um dos sócios, a Sociedade continuará suas atividades sem nenhum prejuízo em função da exclusão daquela. Não sendo possível ou inexistindo o interesse do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da exclusão, verificada em balanço especialmente levantado.

**CARTÓRIO**  
**FRANCISCO TAVEIRA**  
O REGISTRO CIVIL E TABELIONATO DE NOTAS

Av. Tocantins, 283 - Centro  
CEP 74015-010 - Goiânia - GO  
Telefone: 62. 3212.1030

### AUTENTICAÇÃO

A presente cópia **CONFERE** com o original apresentado. Dou Fé. 0143  
\*GSDN7390-163671-65.

Goiânia, 05 de dezembro de 2016.

André Felipe Dias Cardoso  
escrevente

Selo: 02001610291831094900478  
Consulte em <http://extrajudicial.tjgo.jus.br>



Certifico que este documento da empresa ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA, Nire: 52 20229010-0, foi ~~decretado~~ e arquivado na Junta Comercial do Estado de Goiás. Para validar este documento, acesse <http://www.juceg.go.gov.br/> e informe: N° do protocolo 16/299009-0 e o código de segurança LBBgo. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 20/10/2016 14:03:36 por Paula Nunes Lobo – Secretária Geral.

117



**Parágrafo Primeiro** – O representante legal do sócio excluído assumirá suas quotas de capital, sendo este que representará na sociedade até que se resolva a situação especificada nesta cláusula, entretanto, não havendo por parte deste, interesse em participar da mesma, a sócia remanescente pagará a quem de direito suas quotas de capital, e o Lucro Líquido apurado em balanço especialmente levantado; em 12 (doze) prestações iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 120 (cento e vinte) dias após a data do balanço especial, obedecendo aos critérios estabelecidos pela Legislação vigente. Os valores serão corrigidos mês a mês pelo IGP-M.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Do Sócio Remisso:** O sócio remisso deverá ser notificado pela Sociedade, para em um prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação, cumprir com sua obrigação. Caso contrário, responderá pelo dano emergente independente da natureza de sua contribuição.

**Parágrafo único** – Os sócios poderão optar pela exclusão da remissa ao invés de receber a indenização prevista. Neste caso, a sociedade pagará a excluída o crédito ao seu aporte (deduzidos os juros moratórios ou a indenização de direito), reduzindo o Capital Social ou mantendo-o, caso as outras sócias decidam por suprir as quotas da excluída.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Do Balanço Geral:** O Balanço Geral será levantado em 31 (Trinta e um) de dezembro de cada ano, extraordinariamente em qualquer época que se fizer necessário, sendo que os lucros ou prejuízos verificados serão distribuídos ou suportados por ambos os sócios, de acordo com a participação de cada uma no capital da sociedade. Os lucros apurados no final de cada exercício poderão ser usados para aumento do capital da sociedade se assim julgarem convenientes seus respectivos sócios.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Dos Casos Omissos:** Nas omissões do Capítulo do Código Civil regente da sociedade limitada, bem como assim, nas do presente contrato, far-se-á aplicação supletiva das normas da sociedade anônima no que não se conflitarem ou colidirem com as regências que lhe são próprias.

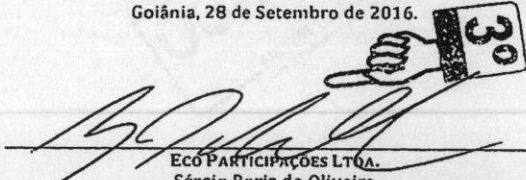
**Parágrafo Primeiro** - O Administrador declara, sob as penas da Lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo. Fé pública ou a propriedade.

**Parágrafo Segundo** – Os sócios, em comum acordo, elegem o foro da Comarca de Goiânia-GO, para solucionar os casos omissos oriundos do presente contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

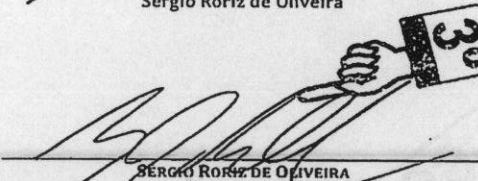
E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 1 (uma) via, destinada a registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado de Goiás, para que produza os efeitos legais.

Goiânia, 28 de Setembro de 2016.

**Sócia:**

  
ECO PARTICIPAÇÕES LTDA.  
Sérgio Roriz de Oliveira

**Sócio:**

  
SÉRGIO RORIZ DE OLIVEIRA

<b>JUCEG</b> JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE GOIÁS	
CERTIFICO O REGISTRO EM:	18/10/2016
SOB O NÚMERO:	52162990090
Protocolo:	16/299009-0
Empresa: 52 2 0229010-0	
ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA	
SECRETÁRIA-GERAL - PAULA NUNES LOBO ROSSI	



Certifico que este documento da empresa ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA. Nire: 52 20229010-0, foi deferido e arquivado na Junta Comercial do Estado de Goiás. Para validar este documento, acesse <http://www.juceg.go.gov.br/> e informe: N° do protocolo 16/299009-0 e o código de segurança LBBgo. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em: 20/10/2016 14:03:36 por Paula Nunes Lobo – Secretária Geral.

12



**3º** Tabelionato de Notas Goiânia - Goiás  
Fone: (62) 3223 2471  
Ana Maria Longo - Tabeliã

Reconheço por VERDADEIRO a assinatura de  
SÉRGIO ROBERTO DE OLIVEIRA, que assina por  
PARTICIPADOES LTDA, e por sua própria pessoa, do que dou  
fé, em 07 de Outubro de 2016.

Em Testemunha  
JHEANFER MARTINS XAVIER

Selo Eletrônico nº 0203160914124109460211  
Consulte em <http://extrajudicial.tjgo.jus.br/selo>

3º Tabelionato de Notas  
Jheanfer Martins Xavier  
Goiânia - GO

**3º** Tabelionato de Notas Goiânia - Goiás  
Fone: (62) 3223 2471  
Ana Maria Longo - Tabeliã

Reconheço por VERDADEIRO a assinatura de  
SÉRGIO ROBERTO DE OLIVEIRA, que assina por  
PARTICIPADOES LTDA, e por sua própria pessoa, do que dou  
fé, em 07 de Outubro de 2016.

Em Testemunha  
JHEANFER MARTINS XAVIER

Selo Eletrônico nº 0203160914124109460211  
Consulte em <http://extrajudicial.tjgo.jus.br/selo>

3º Tabelionato de Notas  
Jheanfer Martins Xavier  
Goiânia - GO

**CARTÓRIO**  
**FRANCISCO TAVEIRA**  
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Av. Tocantins, 283 - Centro  
CEP 74015-010 - Goiânia - GO  
Telefone: 62 - 3212 1030

**AUTENTICAÇÃO**  
A presente cópia CONFERE com o  
original apresentado. Dou Fé. 0-143  
\*G4X3J9C9-369676-98.  
Goiânia, 05 de dezembro de 2016.

André Felipe Dias Cardoso  
escrevente  
Selo: 02001610281831094900480  
Consulte em <http://extrajudicial.tjgo.jus.br>

**FRANCISCO TAVEIRA**  
REGRISTRO DE NOTAS  
GOIÂNIA - GO

Certifico que este documento da empresa ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA, Nire: 52 20229010-0, foi deferido e arquivado na Junta Comercial do Estado de Goiás. Para validar este documento, acesse <http://www.juceg.go.gov.br/> e informe: N° do protocolo 16/299009-0 e o código de segurança LBBgo. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 20/10/2016 14:03:36 por Paula Nunes Lobo - Secretária Geral.

138



1

**ECO PARTICIPAÇÕES LTDA.**  
**PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL CONSOLIDADA**

**SÉRGIO RORIZ DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, empresário, natural de Goiânia, Goiás, nascido aos 23/julho/1974, filho de Walter Salvador de Oliveira e Josete Roriz de Oliveira, residente e domiciliado em Goiânia, Goiás, na Rua 131, nº 107, Setor Sul, CEP 74.093-200, portador da CI 3126626 DGPC/GO, CPF/MF 607.345.151-20 e CNH-DETRAN-GO nº 02419657712;

**MELISSA CAMPOS DUARTE RORIZ**, brasileira, casada sob regime de comunhão parcial de bens, empresária, nascida em Goiânia, Goiás no dia 20/06/1975, portadora do CPF/MF 836.387.251-20 e RG 1979774, SSP/GO Filha de Djair Mesquita Duarte e Maria Jose Campos Duarte, residente e domiciliada em Goiânia, Goiás, na Rua 131, nº 107, Setor Sul, CEP 74.093-200;

**MARIA DUARTE RORIZ**, brasileira, solteira, menor, absolutamente incapaz, nascida em Goiânia, Goiás, no dia 06/02/2003, portadora do CPF/MF 042.236.721-42 e RG 5663334, SSP/GO expedida em 14/08/2008. Filha de Sergio Roriz de Oliveira e Melissa Campos Duarte Roriz, residente e domiciliada em Goiânia, Goiás, na Rua 131, nº 107, Setor Sul, CEP 74.093-200, neste ato representada pelos pais, Sérgio Roriz de Oliveira e Melissa Campos Duarte Roriz, qualificados anteriormente;

**LUISA DUARTE RORIZ**, brasileira, solteira, menor, absolutamente incapaz, nascida em Goiânia, Goiás no dia 28/10/2005, portadora do CPF/MF 042.235.531-35 e RG 5663335, SSP/GO em 14/08/2008. Filha de Sergio Roriz de Oliveira e Melissa Campos Duarte Roriz, residente e domiciliada em Goiânia, Goiás, na Rua 131, nº 107, Setor Sul, CEP 74.093-200, neste ato representada pelos pais, Sérgio Roriz de Oliveira e Melissa Campos Duarte Roriz, qualificados anteriormente;

Na qualidade de únicos sócios da empresa ECO PARTICIPAÇÕES LTDA, com sede social na Rua 131, nº 107, Setor Sul, CEP 74.093-200, devidamente registrada na JUCEG em 01/09/2011 sob o NIRE 52202987666 e CNPJ/MF 14.309.661/0001-08, resolvem de comum acordo e na melhor forma do direito celebrar a Primeira Alteração Contratual Consolidada que se regerá pelas Clausulas e Condições seguintes:

**CLAUSULA PRIMEIRA** - A administração da sociedade caberá ao sócio **SERGIO RORIZ DE OLIVEIRA**, que assina isoladamente, com os poderes para uso do nome empresarial e em todos os negócios, podendo para tanto representá-la ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, sendo que para onerar ou alienar bens do ativo permanente da sociedade, é necessária a assinatura em conjunto do Sócio Administrador o Sr. Sergio Roriz de Oliveira e a Sócia Melissa Campos Duarte Roriz. (artigos 997, VI; 1.013. 1.015, 1064, CC/2002);

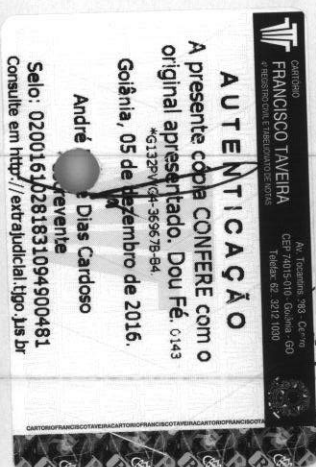
Permanece inalteradas as demais clausulas e fica assim consolidado o contrato social:

**CLAUSULA PRIMEIRA:** A Sociedade gira sob a denominação social de **ECO PARTICIPAÇÕES LTDA**, com sede na Rua 131, nº 107, Setor Sul, CEP 74.093-200.

**CLAUSULA SEGUNDA:** A sociedade iniciou suas atividades em 15 de Agosto de 2011, com prazo de duração por tempo indeterminado;



148





2

**CLAUSULA TERCEIRA:** O objetivo social é a participação no capital de outras empresas, comerciais ou civis, como sócia, acionista ou quotista;

**CLAUSULA QUARTA:** A sociedade, atendidos os requisitos legais, poderá criar e manter filiais em qualquer parte do país;

**CLAUSULA QUINTA:** O capital social da sociedade é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) dividido em 50.000 (cinquenta mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país, no ato da assinatura do presente contrato, estando assim distribuído:

Sócios	Qtd	Valor	%
Sergio Roriz de Oliveira	25.000	25.000,00	50,00
Melissa Campos Duarte Roriz	12.500	12.500,00	25,00
Maria Duarte Roriz	6.250	6.250,00	12,50
Luiza Duarte Roriz	6.250	6.250,00	12,50
<b>TOTAL</b>	<b>50.000</b>	<b>50.000,00</b>	<b>100,00</b>

**Parágrafo Único** - A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social (art. 1052, CC/2002);

**CLAUSULA SEXTA** - A administração da sociedade cabe ao sócio **SERGIO RORIZ DE OLIVEIRA**, que assina isoladamente, com os poderes para uso do nome empresarial em todos os negócios, podendo para tanto representá-la ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, sendo que para onerar ou alienar bens do ativo permanente da sociedade, é necessária a assinatura em conjunto do Sócio Administrador o Sr. Sergio Roriz de Oliveira e a Sócia Melissa Campos Duarte Roriz. (artigos 997, VI; 1.013. 1.015, 1064, CC/2002);

**CLAUSULA SÉTIMA** - O Administrador declara, sob as penas da lei que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (art. 1.011, § 1º, CC/2002);

**CLAUSULA OITAVA** - As quotas do capital são indivisíveis, e entre os sócios serão livremente transferíveis, mas nenhum deles poderá ceder, transferir, ou de qualquer forma aliená-las a terceiros, sem o consentimento prévio e expresso dos outros quotistas, os quais terão referência em igualdade de condições;

**CLAUSULA NOVA** - O exercício social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, data em que será levantado o Balanço geral da sociedade e os lucros líquidos que foram apurados terão destino que derem os sócios em reunião que realizará para o específico objetivo e fim, e os prejuízos que eventualmente forem verificados, serão cobertos com as reservas existentes, e na inexistência das mesmas, ou sendo insuficiente, os prejuízos e excessos permanecerão em conta especial, para serem compensados com lucros futuros;

**CLAUSULA DECIMA** - Em caso de falecimento ou inabilitação de qualquer sócio durante a vigência do presente contrato, a sociedade não se dissolverá, assumindo a sociedade os herdeiros do sócio falecido ou inabilitado;



154



3

**CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA** - Os sócios administradores farão jus a uma retirada mensal a ser fixada anualmente e dentro dos limites permitidos pela Lei;

**CLAUSULA DECIMA SEGUNDA:** - Os casos omissos serão regidos supletivamente pela Lei 6.404/76, ficando desde já eleito o foro da comarca de Goiânia, estado de Goiás, para a solução de quaisquer divergências oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

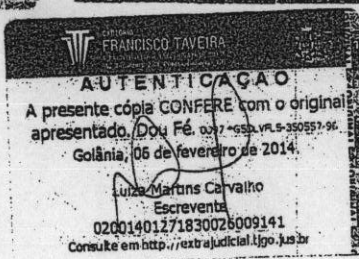
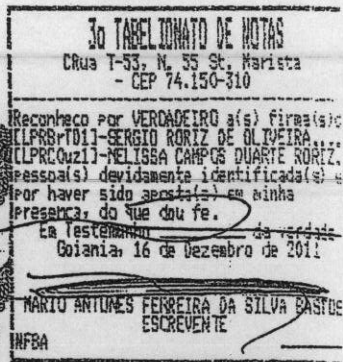
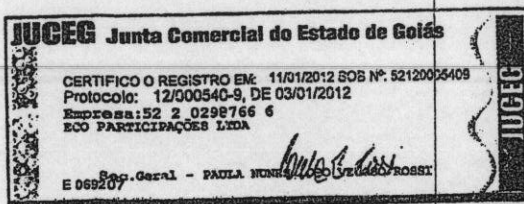
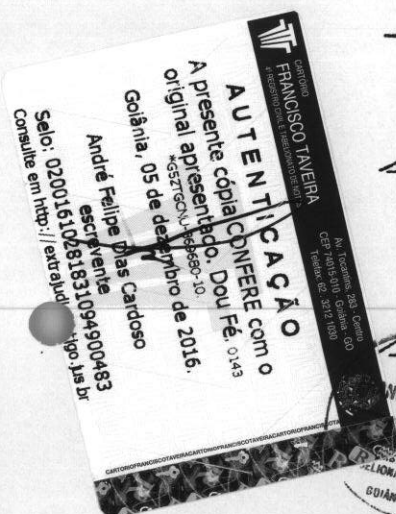
Goiânia/GO 23 de Novembro de 2011.

  
Sergio Roriz de Oliveira

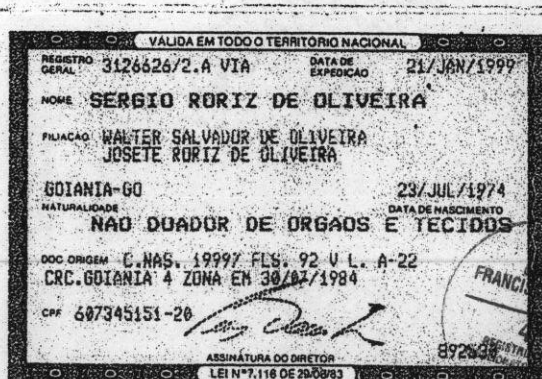
  
Melissa Campos Duarte Roriz

  
Maria Duarte Roriz  
Representada pelos pais  
Sergio Roriz de Oliveira e Melissa Campos Duarte Roriz

  
Luisa Duarte Roriz  
Representada pelos pais  
Sergio Roriz de Oliveira e Melissa Campos Duarte Roriz

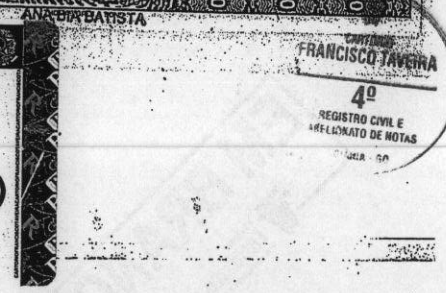
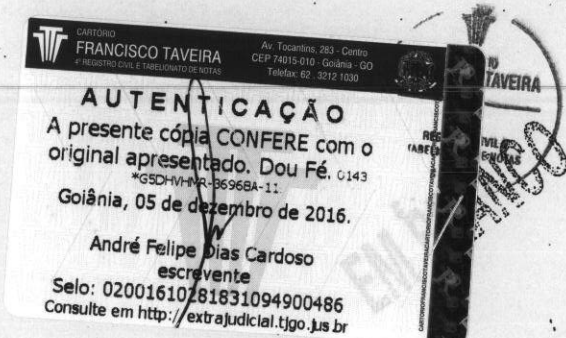
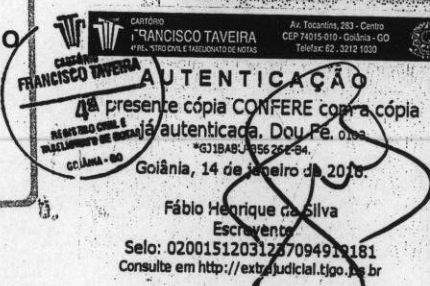


168



17

18



Poder Judiciário do Estado de Goiás  
Selo Digital de Fiscalização  
019815072908241286095  
Consulte: <http://extrajudicial.tjgo.jus.br/selo>



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS  
**CERTIDÃO DE CASAMENTO**

NOMES:  
**SERGIO RORIZ DE OLIVEIRA e MELISSA CAMPOS DUARTE**

MATRÍCULA:  
**024919 01 55 2001 2 00291 041 0058041 93**

**Nomes Completos de Solteiro, Nacionalidades, Datas e Locais de Nascimento e Filiações dos Conjuges**

**SERGIO RORIZ DE OLIVEIRA**, brasileiro, nascido(a) no dia 23 de julho de 1974 em Goiânia-GO, filho(a) de WALTER SALVADOR DE OLIVEIRA e JOSETE RORIZ DE OLIVEIRA.

**MELISSA CAMPOS DUARTE**, brasileira, nascido(a) no dia 20 de junho de 1975 em Goiânia-GO, filho(a) de DJAIR MESQUITA DUARTE e MARIA JOSÉ CAMPOS DUARTE.

**Data de Registro do Casamento por Extenso**

NOVE DE MAIO DE DOIS MIL E UM

**Dia Mês Ano**

09 05 2001

**Regime de Bens do Casamento**

COMUNHÃO PARCIAL DE BENS, de acordo com a Lei nº 6.515, de 26/DEZEMBRO/1977

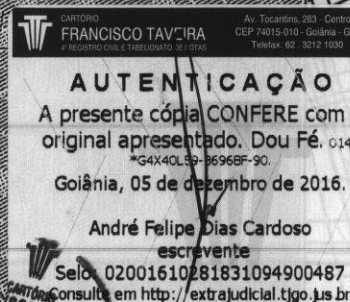
**Nome que cada um dos conjuges passou a utilizar (quando houver alteração)**

SERGIO RORIZ DE OLIVEIRA - O MESMO NOME

MELISSA CAMPOS DUARTE RORIZ

**Observações/Averbações**

Sem Informação



Emolumentos: 26,35  
Taxa Judiciária: 11,07  
SS: 1,32  
Total: 38,73



CARTÓRIO ANTÔNIO DO PRADO

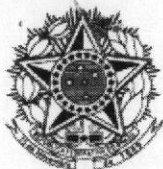
2º Registro Civil e Tabelionato de Notas

Rua Geraldo Ney, esquina com Av. 24 de Outubro, nº156, Setor Campinas, Goiânia-GO.  
CEP: 74.515-020 Fone: 62\*3233-0055  
[www.cartorioantoniodoprado.com.br](http://www.cartorioantoniodoprado.com.br)

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou Fé.  
Goiânia / GO  
13 de janeiro de 2016

GRAZIELLY DIAS DOS REIS  
SUB-OFICIAL E ESCRIVENTE

208



Serviço Público Federal  
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia  
Estado de Goiás

**CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO** N.: 48371/2016-INT

Válida até: 11/02/2017

Razão social.: ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA - EPP  
Sede.....: ROD.GO-545 KM 1 FAZENDA BOA VISTA  
ZONA RURAL  
Cidade.....: CEZARINA UF: GO  
Capital.....: R\$ 800.000,00  
Registro nr.: 11733/RF Data do registro....: 23/05/2007  
CNPJ.....: 07.958.062/0001-50

OBJETIVOS SOCIAIS:

- 1) Coleta, transporte e mistura de resíduos passíveis de co-processamento em forno industrial de produção de clínquer;
- 2) Tratamento de resíduos orgânicos e inorgânicos;
- 3) Incineração de resíduos industriais;
- 4) Desenvolvimento e execução de programas ambientais com vista ao atendimento de agências em estudos de impacto ambiental e/ou relatório de impacto ao meio-ambiente (EIA-RIMA);
- 5) Recuperação de áreas degradadas;
- 6) Obras de urbanização e paisagismo;
- 7) Limpeza, remoção e coleta de lixo;
- 8) Operações e construções de aterro sanitários e industriais;
- 9) Projeto, execução e monitoramento em área ambiental;
- 10) Reciclagem;
- 11) Comercialização de resíduos industriais e biomassas;
- 12) Plantio e reflorestamento;
- 13) Tratamento e disposição de lodo de estação de tratamento de efluentes;
- 14) Elaboração de projetos e consultoria ambiental;
- 15) Incineração de resíduos de serviço de saúde.

R E S P O N S Á V E I S T É C N I C O S

Nome.....: INACIO CAMARGO DA SILVA MACEDO  
Título(s):  
ENGENHEIRO AMBIENTAL E ENG.DE SEGURANÇA DO TRABALHO  
Carteira.....: 15054/D-GO Data da Expedição : 31/10/2008  
Data admissão: 21/07/2015  
Atribuições...: ARTIGO 2 DA RESOLUÇÃO 447/2000 E ARTIGO 4 DA RESOLUÇÃO 359/91, AMBAS DO CONFEA.

CERTIFICAMOS que a pessoa jurídica, acima citada se encontra registrada neste Conselho, nos termos da Lei n. 5.194, de 24 de dezembro de 1966. CERTIFICAMOS, ainda, face ao estabelecido nos artigos 63, 68 e 69 da referida Lei, que a pessoa jurídica mencionada, bem como seus responsáveis técnicos, não se encontram em débito com o CREA-GO.

Continua...



Serviço Público Federal  
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia  
Estado de Goiás



CONTINUAÇÃO DA CERTIDÃO N.: 48371/2016-INT

PAG:02

CERTIFICAMOS, mais, que esta Certidão não concede à firma o direito de executar quaisquer serviços técnicos sem a participação real, efetiva e insofismável dos responsáveis técnicos acima citados, dentro de suas respectivas atribuições.

OBS.: a) Os dados supra referem-se à situação da pessoa jurídica e de seus responsáveis técnicos na presente data.

b) A presente Certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer modificação posterior dos elementos nela contidos e desde que não represente a situação correta ou atualização do registro.

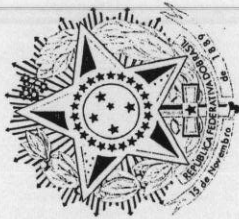
Certidão expedida gratuitamente, via Internet, com base na Portaria número 114/2009-CREA-GO, de 15 de setembro de 2009.

Emitida às 08:37:11 hs do dia 13/12/2016 (hora e data de Brasília).

Código de controle da certidão: 00F9931031

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página do CREA-GO na Internet, no endereço <http://www.crea-go.org.br>, item Serviços -> Certidões -> Confirmação da Autenticidade da Certidão.

----- F I M -----



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

1111/14

**CONSELHO FEDERAL DE QUÍMICA**  
**CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA XII REGIÃO**  
JURISDIÇÃO Distrito Federal, Goiás e Tocantins

**CERTIFICADO DE REGISTRO**

Nº 002974

ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA EPP

CERTIFICAMOS que a Firma

sediada a Rod GO 545, Km 01

ESTADO GO

CIDADE / MUNICÍPIO Cezarina

com estabelecimento de Prestação de Serviços situada a (MESMO)

Tratamento e disposição de resíduos perigosos

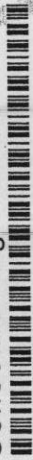
explorando o ramo de

**SERVIÇOS AUXILIARES DIVERSOS**

com atividade química em

está registrada neste

Conselho Regional de Química sob o número acima, de acordo com a Lei nº 2.800 de 18 de Junho de 1956



Validador...: 01170001111400297492016021665

Autenticação: 42c9d82b13a6f90acbf9e111f1d0f3a

Goiania, 16 de fevereiro de 20 16

*[Assinatura]*  
PRESIDENTE



CARLOS FRANCISCO

2016  
FEANCISJL/VEIRA  
FEE-PROBULET-BUC-DE-SUP

**AUTENTICAÇÃO**

A presente cópia CONFERE com o original apresentado: Dou Fé. 0139  
\*GJ1602-19125-97  
Goiania, 09 de maio de 2016.

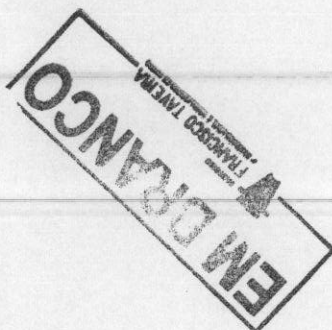
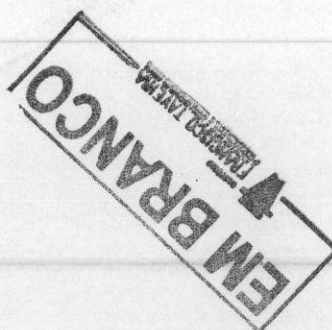
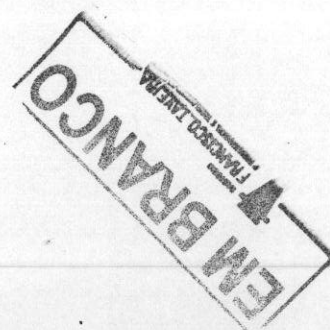
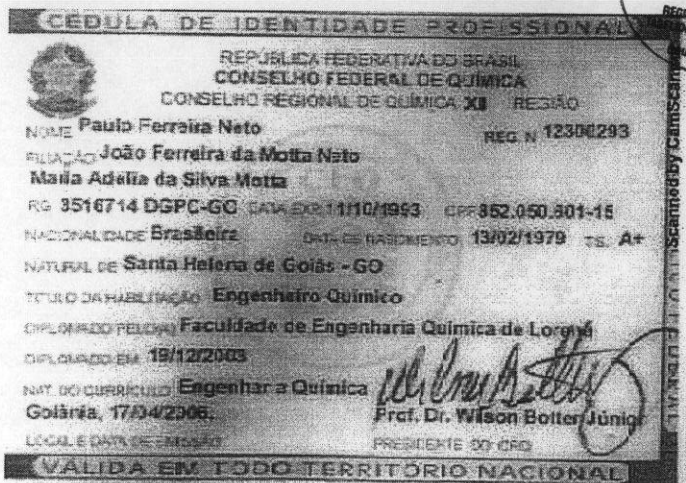
Diógenes Rulison Rodrigues da Silva  
Escrevente

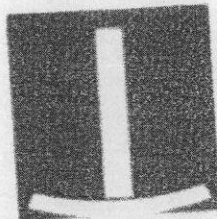
Selo: 02887601091133094922315  
Consulte em: <http://extratrabalho.tron.br>

VALIDO PARA O ESTABELECIMENTO LOCAL  
POR SI SÓ PROVA DE REGULAÇÃO

...A, DEVENDO SER AFIXADO EM LOCAL VISIVEL, NÃO CONSTITUINDO AÇÕES JUNTAS A ESTE C.R.Q.







Estado de Goiás

Poder Judiciário

Comarca de PALMEIRAS DE GOIÁS

Distribuidor de Palmeiras de Goiás

Dr. (a), escrivão(a) do Cartório  
Distribuidor da Comarca de PALMEIRAS DE  
GOIÁS, Estado de Goiás, na forma da lei,  
etc.



## CERTIDÃO NEGATIVA - CÍVEL

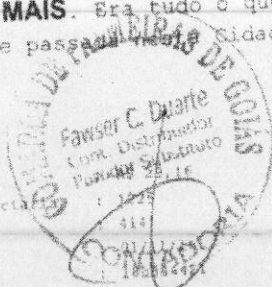
**CERTIFICA** a requerimento da parte interessada que, revendo os registros do Banco de dados informatizado do Sistema de Primeiro Grau (SPG) e do Processo Judicial Digital (PROJUDI), consultando a distribuição de ações cíveis em geral, ou seja, execuções, execuções patrimoniais, execuções fiscais, falências, concordatas e recuperação judicial, em andamento, verifica-se **NADA CONSTAR** contra:

Identificação:  
Requerente  
CNPJ

ECOBLINDING AMBIENTAL LTDA  
07958902000150

**NADA MAIS**. Era tudo o que foi pedido para **CERTIFICAR**, do que se reporta e da fé. Dada e passada nesta Cidade e Comarca, do Estado de Goiás em 1 de novembro de 2016.

Valor da ação  
Valor da taxa judicial  
Total:  
Data da receita  
Cota no



Esta Certidão abrange a Comarca de Palmeiras de Goiás e Distrito de Cezarina,  
Linda Vista.

ESTA CERTIDÃO ABRANGE AS AÇÕES QUE PARITAM NOS JUÍZADOS ESPECIAIS.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Realmente em 01/11/2016 - 14:50:50

9919950391, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica>

CARTÓRIO  
FRANCISCO TAVEIRA  
1º REGISTRO CIVIL E TABELIONATO DE NOTAS

Av. Tocantins, 283 - Centro  
CEP 74015-010 - Goiânia - GO  
Telefone: 62 3212 1030

### AUTENTICAÇÃO

A presente cópia CONFERE com o original apresentado. Dou Fé. c143

\*GSDHV-11U-425074-10

Goiânia, 03 de novembro de 2016.

André Felipe Dias Cardoso  
escrevente

Selo: 02001609151805094921293  
Consulte em <http://extrajudicial.tjgo.jus.br>



25A

## BALANÇO PATRIMONIAL



Entidade: ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA EPP

Período da Escrituração: 01/01/2015 a 31/12/2015

CNPJ: 07.958.062/0001-50

Número de Ordem do Livro: 14

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015



Descrição	Saldo Inicial	Saldo Final
<b>Ativo</b>	<b>R\$ 12.826.126,75</b>	<b>R\$ 13.501.779,68</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>R\$ 2.987.397,86</b>	<b>R\$ 2.965.166,79</b>
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXAS	R\$ 435.594,19	R\$ 200.776,83
CAIXA GERAL	R\$ 2.845,11	R\$ 658,75
BANCOS CONTA MOVIMENTO	R\$ 21.711,32	R\$ 118,08
(-) TRANSITORIA DE BANCOS	R\$ 24.239,00	R\$ (0,00)
APLICACOES DE LIQUIDEZ IMEDIATA	R\$ 386.798,76	R\$ 200.000,00
OUTROS CREDITOS	R\$ 2.551.803,67	R\$ 2.764.389,96
CLIENTES	R\$ 2.516.387,38	R\$ 2.145.099,30
(-) CHEQUES EM COBRANCA	R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
ADIANTAMENTO A TERCEIROS	R\$ 435,50	R\$ 497.324,53
ADIANTAMENTO A FUNCIONARIOS	R\$ 3.124,74	R\$ 7.370,39
IMPOSTOS A RECUPERAR	R\$ 31.856,05	R\$ 104.595,74
INVESTIMENTOS TEMPORARIOS	R\$ (0,00)	R\$ 10.000,00
(-) ESTOQUES	R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
(-) ALMOXARIFADO	R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
(-) DESPESAS ANTECIPADAS	R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
(-) DESPESAS ANTECIPADAS A APROPRIAR	R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
(-) CONTAS CORRENTES	R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
(-) CONTAS CORRENTES	R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
<b>ATIVO NAO CIRCULANTE</b>	<b>R\$ 9.838.728,89</b>	<b>R\$ 10.536.612,89</b>
<b>REALIZAVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>R\$ 2.739.558,79</b>	<b>R\$ 2.807.594,80</b>
DEPOSITOS JUDICIAIS	R\$ (0,00)	R\$ 6.108,13
CREDITOS DE PESSOAS LIGADAS	R\$ 2.739.558,79	R\$ 2.801.486,67
<b>ATIVO IMOBILIZADO</b>	<b>R\$ 7.099.170,10</b>	<b>R\$ 7.729.018,09</b>
IMOBILIZACOES TECNICAS	R\$ 7.898.228,70	R\$ 8.579.639,58
(-) ( ) DEPRECIACAO ACUMULADA	R\$ (850.283,14)	R\$ (911.606,03)
IMOBILIZACOES EM ANDAMENTO	R\$ 50.275,00	R\$ 60.035,00
<b>ATIVO INTANGIVEL</b>	<b>R\$ 949,54</b>	<b>R\$ 949,54</b>
<b>Passivo</b>	<b>R\$ 12.826.126,75</b>	<b>R\$ 13.501.779,68</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>R\$ 8.947.941,75</b>	<b>R\$ 7.007.910,88</b>
FORNECEDORES	R\$ 6.223.793,27	R\$ 1.850.617,54
FORNECEDORES	R\$ 6.223.793,27	R\$ 1.850.617,54
FINANCIAMENTOS E EMPRESTIMOS	R\$ 1.579.247,77	R\$ 3.466.801,47

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 3.3.6 do Visualizador

Página 1 de 2

# BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA EPP

Período da Escrituração: 01/01/2015 a 31/12/2015

CNPJ: 07.958.062/0001-50

Número de Ordem do Livro: 14

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015



Descrição	Saldo Inicial	Saldo Final
FINANCIAMENTOS	R\$ 1.043.373,13	R\$ 1.417.731,72
(-) ( ) ENCARGOS SOBRE FINANCIAMENTOS	R\$ (146.238,49)	R\$ (116.146,12)
EMPRESTIMOS	R\$ 776.113,76	R\$ 1.005.977,15
(-) ( ) ENCARGOS SOBRE EMPRESTIMOS	R\$ (94.000,63)	R\$ (126.035,95)
DUPLICATAS DESCONTADAS	R\$ 0,00	R\$ 1.285.274,67
OBRIGACOES DIVERSAS	R\$ 1.144.900,71	R\$ 1.690.491,87
OBRIGACOES FISCAIS A RECOLHER	R\$ 899.114,37	R\$ 1.260.498,09
OBRIGACOES SOCIAIS E TRABALHISTAS	R\$ 245.786,34	R\$ 375.224,80
ADIANTAMENTO DE CLIENTES	R\$ 0,00	R\$ 0,00
LUCROS E DIVIDENDOS A PAGAR	R\$ 0,00	R\$ 54.768,98
PASSIVO NAO CIRCULANTE	R\$ 2.876.523,23	R\$ 1.050.549,18
FORNECEDORES	R\$ 1.206.958,48	R\$ 86.500,00
FORNECEDORES	R\$ 1.206.958,48	R\$ 86.500,00
FINANCIAMENTOS E EMPRESTIMOS	R\$ 1.662.618,34	R\$ 964.049,18
FINANCIAMENTOS	R\$ 1.435.952,61	R\$ 1.008.003,40
(-) ( ) ENCARGOS SOBRE FINANCIAMENTOS	R\$ (123.877,88)	R\$ (67.763,74)
EMPRESTIMOS	R\$ 366.426,53	R\$ 24.039,31
(-) ( ) ENCARGOS SOBRE EMPRESTIMOS	R\$ (15.882,92)	R\$ (229,79)
EMPRESTIMOS	R\$ 6.946,41	R\$ 0,00
EMPRESTIMOS A SOCIOS	R\$ 0,00	R\$ 0,00
EMPRESTIMOS EMPRESAS LIGADAS	R\$ 6.946,41	R\$ 0,00
PATRIMONIO LIQUIDO	R\$ 1.001.661,77	R\$ 5.443.319,62
CAPITAL SOCIAL	R\$ 800.000,00	R\$ 800.000,00
CAPITAL INTEGRALIZADO	R\$ 800.000,00	R\$ 800.000,00
(-) CAPITAL A INTEGRALIZAR	R\$ 0,00	R\$ 0,00
RESERVAS	R\$ 0,00	R\$ 0,00
RESERVA ESPECIAL DE AGIO	R\$ 0,00	R\$ 0,00
RESULTADO ACUMULADO	R\$ 201.661,77	R\$ 4.643.319,62
RESULTADOS ACUMULADOS	R\$ 201.661,77	R\$ 4.643.319,62

27

# DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



Entidade: ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA EPP

Período da Escrituração: 01/01/2015 a 31/12/2015

CNPJ: 07.958.062/0001-50

Número de Ordem do Livro: 14

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015

Demonstração da filial:



Descrição	Valor da última DRE	Valor
Receita	null	R\$ 2.633.753,37
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	null	R\$ 20.090.652,55
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	null	R\$ 24.449.123,97
RECEITA DE SERVICOS PRESTADOS	null	R\$ 24.330.347,02
RECEITAS DE COMERCIALIZACAO	null	R\$ 118.776,95
(-) ( - ) DEDUCOES DA RECEITA BRUTA	null	R\$ (4.358.471,42)
(-) VENDAS CANCELADAS / DEVOLUCOES	null	R\$ (3.059.557,03)
(-) ISS	null	R\$ (495.075,17)
(-) PIS	null	R\$ (139.135,06)
(-) COFINS	null	R\$ (642.161,39)
(-) ICMS	null	R\$ (22.542,77)
(-) CUSTO DE MERCADORIAS VENDIDAS E SERVICOS PRESTADOS	null	R\$ (8.669.430,52)
(-) CUSTOS SERVICOS PRESTADOS	null	R\$ (8.669.430,52)
(-) CUSTOS DE SERVICOS PRESTADOS	null	R\$ (8.669.430,52)
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	null	R\$ (8.787.468,66)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS	null	R\$ (2.675.894,59)
(-) DESPESAS COM PESSOAL	null	R\$ (1.056.295,25)
(-) MATERIAIS	null	R\$ (253.371,22)
(-) IMPOSTOS E TAXAS DIVERSAS	null	R\$ (60.667,46)
(-) GASTOS GERAIS	null	R\$ (1.305.560,66)
(-) DESPESAS COMERCIAIS	null	R\$ (2.303.517,91)
(-) DESPESAS COM PESSOAL	null	R\$ (688.682,34)
(-) MATERIAIS	null	R\$ (101.199,98)
(-) IMPOSTOS E TAXAS DIVERSAS	null	R\$ (6.348,00)
(-) GASTOS GERAIS	null	R\$ (1.507.287,59)
(-) DESPESAS TRIBUTARIAS	null	R\$ (33.150,78)
(-) DESPESAS TRIBUTARIAS	null	R\$ (33.150,78)
(-) RESULTADO FINANCEIRO LIQUIDO	null	R\$ (1.499.945,51)
(-) DESPESAS FINANCEIRAS	null	R\$ (1.572.511,38)
RECEITAS FINANCEIRAS	null	R\$ 72.565,92
(-) VARIACOES DE OBRIGACOES	null	R\$ (0,08)
VARIACOES DE CREDITOS	null	R\$ 0,03
OUTRAS REC.E DESP.OPERACIONAIS	null	R\$ 75.845,03
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	null	R\$ 75.845,03
(-) DESPESAS INDEDUTIVEIS	null	R\$ (4.668,20)
(-) DESPESAS INDEDUTIVEIS	null	R\$ (4.668,20)

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 3.3.6 do Visualizador

Página 1 de 2

28

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA EPP

Período da Escrituração: 01/01/2015 a 31/12/2015

CNPJ: 07.958.062/0001-50

Número de Ordem do Livro: 14

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015

Demonstração da filial:



Descrição	Valor da última DRE	Valor
(-) PROVISÕES	null	R\$ (2.346.136,70)
(-) PROVISAO PARA IMPOSTO DE RENDA	null	R\$ (1.718.436,88)
(-) PROVISAO PARA CONTRIBUICAO SOCIAL	null	R\$ (627.699,82)
(-) DESPESAS COM PESSOAL	null	R\$ (3.117.910,74)
(-) MATERIAIS	null	R\$ (982.362,49)
(-) IMPOSTOS E TAXAS DIVERSAS	null	R\$ (39.429,78)
(-) GASTOS GERAIS	null	R\$ (4.529.727,51)
TRANSFERENCIA DE CUSTOS	null	R\$ 8.669.430,52

29

Goiânia, 07 de Junho de 2016.

A empresa Ecoblending Ambiental LTDA, cadastrada sob o Nº 07.958.062/0001-50, vêm através desta, informar os índices financeiros;

Ano Base	2014	2015
Ativo Circulante	2.987.397,86	2.965.166,79
Ativo Realizável a Longo Prazo	2.739.558,79	2.807.594,80
Ativo Imobilizado	7.099.170,10	7.729.018,09
<b>Total do Ativo</b>	<b>12.826.126,75</b>	<b>13.501.779,68</b>
Passivo Circulante	8.947.941,75	7.007.910,88
Passivo Não Circulante	2.876.523,23	1.050.549,18
Patrimônio Líquido	1.001.661,77	5.443.319,62
<b>Total do Passivo</b>	<b>12.826.126,75</b>	<b>13.501.779,68</b>

Líquidez Geral	0,48	0,72
Solvência Geral	1,08	1,68
Líquidez Corrente	0,33	0,42

Formúla:

Líquidez Geral

$$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

Solvência Geral

$$\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

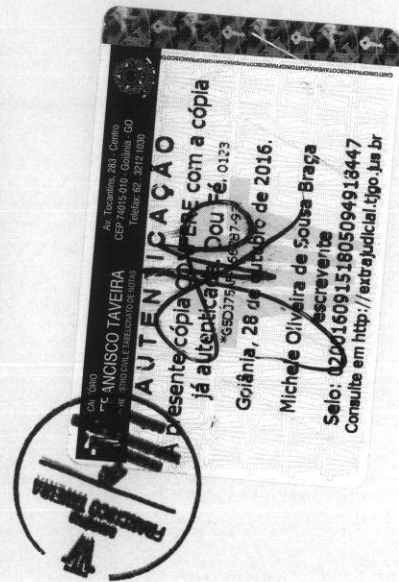
Líquidez Corrente

$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Sergio Roriz de Oliveira  
CPF: 607.345.151-20

Fonseca & Associados Serviços  
Contábeis e Gestão Empresarial LTDA  
CRC/GO 002134/O

Fonseca & Associados Serviços  
Contábeis e Gestão Empresarial LTDA - ME  
CRC/GO 002134/O  
Arthur Andre Fonseca  
Contador - CRC/GO 013971/O



3º Tabelionato de Notas  
Jennifer Martins Xavier  
Goiânia-GO



30/6



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL  
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped

Versão: 3.3.6

## RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

### IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

<b>NIRE</b> 52202290100	<b>CNPJ</b> 07.958.062/0001-50
<b>NOME EMPRESARIAL</b> ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA EPP	

### IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

<b>FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL</b> Livro Diário	<b>PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO</b> 01/01/2015 a 31/12/2015
<b>NATUREZA DO LIVRO</b> DIÁRIO GERAL	<b>NÚMERO DO LIVRO</b> 14
<b>IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)</b> D9.25.A1.94.63.0A.F1.47.19.BA.41.25.EE.43.BE.CF.99.73.A4.BD	

### ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTE CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE
Diretor	60734515120	SERGIO RORIZ DE OLIVEIRA:60734515120	710796497179460185291 28167316516880295	29/06/2015 a 27/06/2018
Contador	80082270104	ARTHUR ANDRE FONSECA:80082270104	4128208924874869381	26/04/2016 a 26/04/2019

### NÚMERO DO RECIBO:

D9.25.A1.94.63.0A.F1.47.19.BA.41.25.  
EE.43.BE.CF.99.73.A4.BD-6

Escrituração recebida via Internet  
pelo Agente Receptor SERPRO

em 31/05/2016 às 10:21:36

19.61.64.E6.AD.BC.E4.02  
8F.F7.04.FF.52.60.54.AD

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo. A comprovação da autenticação dá-se por este recibo. Esta autenticação dispensa a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

314

# TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO



Entidade: ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA EPP

Período da Escrituração: 01/01/2015 a 31/12/2015

CNPJ: 07.958.062/0001-50

Número de Ordem do Livro: 14



## TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA EPP

NIRE 52202290100

CNPJ 07.958.062/0001-50

Número de Ordem 14

Natureza do Livro DIARIO GERAL

Município 31122015

Data do arquivamento dos atos constitutivos 03/04/2006

Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária

Data de encerramento do exercício social 31/12/2015

Quantidade total de linhas do arquivo digital 108636

## TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA EPP

Natureza do Livro DIARIO GERAL

Número de ordem 14

Quantidade total de linhas do arquivo digital 108636

Data de inicio 01/01/2015

Data de término 31/12/2015

329

**CERTIDÃO SIMPLIFICADA**

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.


 NOME EMPRESARIAL ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA

 NATUREZA JURÍDICA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

NIRE (Sede)	CNPJ	DATA DE ARQUIVAMENTO DO ATO CONSTITUTIVO	DATA DE INÍCIO DE ATIVIDADE
52 20229010-0	07.958.062/0001-50	03/04/2006	09/03/2006

 ENDEREÇO RODOVIA GO 545 KM 1

 NÚMERO SN COMPLEMENTO FAZ BOA VISTA SENTIDO CEZARINA A FABRICA DE BAIRRO ZONA RURAL

 MUNICÍPIO CEZARINA ESTADO GO
**OBJETO SOCIAL / ATIVIDADE ECONÔMICA**

38.22-0-00 - TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS PERIGOSOS  
 38.21-1-00 - TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS  
 39.00-5-00 - DESCONTAMINAÇÃO E OUTROS SERVIÇOS DE GESTÃO DE RESÍDUOS  
 38.11-4-00 - COLETA DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS  
 49.30-2-03 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PRODUTOS PERIGOSOS  
 74.90-1-99 - OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE  
 81.30-3-00 - ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS  
 42.22-7-01 - CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGAÇÃO  
 71.20-1-00 - TESTES E ANÁLISES TÉCNICAS  
 33.19-8-00 - MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE  
 46.87-7-02 - COMÉRCIO ATACADISTA DE RESÍDUOS E SUCATAS NÃO-METÁLICOS, EXCETO DE PAPEL E PAPELÃO  
 02.30-6-00 - ATIVIDADES DE APOIO À PRODUÇÃO FLORESTAL  
 71.12-0-00 - SERVIÇOS DE ENGENHARIA  
 38.12-2-00 COLETA DE RESÍDUOS PERIGOSOS

 CAPITAL R\$ 800.000,00
OITOCENTOS MIL REAIS

MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (Lei n 123/2006)

Nºo

 CAPITAL INTEGRALIZADO R\$ 800.000,00
OITOCENTOS MIL REAIS

PRAZO DE DURAÇÃO

Indeterminado
**SÓCIOS / PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL / VÍNCULO / TÉRMINO DO MANDATO**

NOME / CPF ou CNPJ	PARTICIPAÇÃO (R\$)	VÍNCULO	ADMINISTRADOR	TÉRMINO DO MANDATO
SERGIO RORIZ DE OLIVEIRA 607.345.151-20	729.000,00	SOCIO	Administrador	XXXXXXXXXXXXXX
ECO PARTICIPACOES LTDA 14.309.661/0001-08	71.000,00	SOCIO		XXXXXXXXXXXXXX
SERGIO RORIZ DE OLIVEIRA 607.345.151-20	0,00	REPRESENTANTE	Administrador	XXXXXXXXXXXXXX

**ADMINISTRADOR NOMEADO / TÉRMINO DO MANDATO**

NOME	CPF	TÉRMINO DO MANDATO
SERGIO RORIZ DE OLIVEIRA	607.345.151-20	XXXXXXXXXXXXXX

**ÚLTIMO ARQUIVAMENTO**

DATA <u>18/10/2016</u>	NÚMERO <u>52162990090</u>
ATO <u>ALTERAÇÃO</u>	SITUAÇÃO <u>REGISTRO ATIVO</u>
EVENTO(S) <u>ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)</u> <u>ALTERAÇÃO DE FILIAL NA UF DA SEDE</u>	STATUS <u>XXXXXXXXXXXXXX</u>

33

# CERTIDÃO SIMPLIFICADA

continuação

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.



NOME EMPRESARIAL ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA

NATUREZA JURÍDICA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

NIRE (Sede)	CNPJ
52 20229010-0	07.958.062/0001-50

## FILIAL(AIS) NESTA UNIDADE DA FEDERAÇÃO OU FORA DELA

- NIRE: 52 90062033-4

CNPJ: 07.958.062/0002-30

Endereço Completo (Logradouro, N° e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP)

ALAMEDA 'E', QD CHC, LT 250, ESQ C/ ALAMEDA 'F', LOTEAMENTO CHÁCARAS SÃO PEDRO, APARECIDA DE GOIÂNIA, GO, 74923-210, Brasil

### Signature Not Verified

Digitally signed by PAULA NUNES LOBO VELOSO ROSSI 90076664104  
Date: 2016.10.28 15:21:05 BRST  
Reason: Autenticação de Certidão Simplificada  
Location: Goiânia - GO

Protocolo: 169930724

Chave de segurança: seX7z

A autenticidade deste documento pode ser verificadas através do endereço: <http://servicos.juceg.go.gov.br/>



*Paula Nunes Lobo Rossi*

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi  
SECRETÁRIA-GERAL

Certidão Simplificada emitida para  
ARTHUR ANDRE FONSECA, 80082270104  
Goiânia, 28 de Outubro de 2016

348



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA  
BASE AÉREA DE ANÁPOLIS



**Atestado de Capacidade Técnica**

Dados do atestado de capacidade técnica

**1.1. Dados da Obra/Serviço**

Empenho/Contrato 2016NE801025 (PE 09/2016)

Local da Coleta: RODOVIA BR 414 KM 04 – ANÁPOLIS/GO CEP 75.024-970.

Local do Tratamento/Destinação: Rod. 545, km1 Fazenda Boa Vista Zona Rural – Cezarina - GO, CEP: 76.195-000

Período para Execução: 10 DIAS (26/10/2016 à 06/11/2016).

**1.2. Dados do Contratante**

A) Razão Social GRUPAMENTO DE APOIO DE ANÁPOLIS

B) CNPJ 00.394.429/0178-52

C) Fone (62) 3329-7049

**1.3. Dados da Contratada**

Razão Social ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA

CNPJ 07.958.062/0001-50

**1.4. Dados do Responsável Técnico**

Nome Completo Inácio Camargo da Silva Macedo

Profissional RNP Engenheiro Ambiental e Engenheiro de Segurança do Trabalho

Registro no Crea n.º 15054/D-GO

**1.5. Descrição dos Serviços Realizados**

Serviços Coleta, Transporte, Tratamento e Destinação Final de Resíduos Químicos – Classe I

**1.6. Satisfação e Serviço realizado:**

O GRUPAMENTO DE APOIO DE ANÁPOLIS – CNPJ 00.394.429/0178-52, atesta para fins de comprovação técnica que a empresa ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA - CNPJ 07.958.062/0001-50, forneceu satisfatoriamente, no que diz respeito à realização de serviço, prazo de execução, os serviços abaixo relacionados. Acrescentamos também que os serviços executados apresentam bom desempenho operacional.

Data da Execução (início/fim) e Valor	Descrição (material/serviço)	Características Técnicas (material, dimensões, range, escopo detalhado do serviço e etc.)
04/11/2016 – R\$ 63.200,00 (Sessenta mil e duzentos reais).	Coleta, Transporte, Tratamento e Destinação Final de Resíduos Classe I	Resíduos Químicos Perigosos Classe I – 8.000kg.



1  
8035

1.7. Identificação do Signatário:

Representante do Contratante:

Nome Completo: FELIPE TORRES DE MELLO 1º Ten Esp Sup

Cargo/Função: Chefe da Seção de Planejamento

CPF: 315.537.508-61



Assinatura:

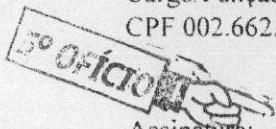
*Felipe Torres de Mello*  
1º Ten Esp Sup Tec

1.8. Profissional Habilitado:

Nome Completo: Inácio Camargo

Cargo/Função: Gerente Industrial

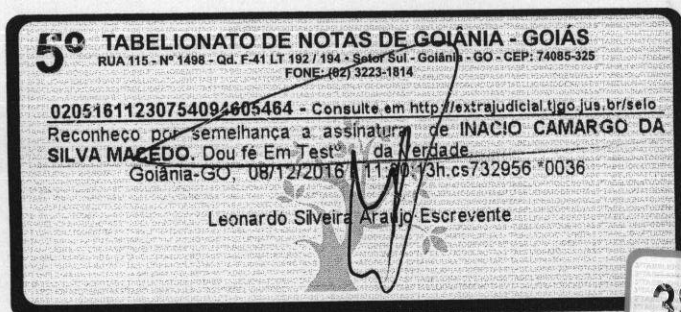
CPF 002.662.251-36



Assinatura:

*Inacio Camargo*  
Gerente Industrial  
Ecoblending Ambiental LTDA

Anápolis-GO, 21 de Novembro de 2016.



NOTA DE EMPENHO

PAGINA: 1

EMISSAO : 26Out16 NUMERO: 2016NE801025 ESPECIE: EMPENHO DE DESPESA  
EMITENTE : 120624/00001 - GRUPO DE APOIO DE ANAPOLIS  
CNPJ : 00394429/0178-52 FONE: 62 33297000  
ENDERECO : RODOVIA BR 414 KM 04  
MUNICIPIO : 9221 - ANAPOLIS UF: GO CEP: 75024-970

CREDOR : 07958062/0001-50 - ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA - EPP  
ENDERECO : GO 545 KM 1 SN FAZ BOA VIS ZONA RURAL  
MUNICIPIO : 9785 - CEZARINA UF: GO CEP: 76195-000  
TAXA CAMBIO:

OBSERVACAO / FINALIDADE

PAM/S 10/EINFRA/2015. PAG 355/BAAN/2015. S.C.0297. PPM Nº 26/PLN/2016.

ESM - RECOLHIMENTO DE RESIDUOS QUIMICO NO ESM. PZ DE ENT. 30 DIAS

PROC ORIGEM: 2016PR00009

CLASS : 1 52111 05151205820480001 086132 0100000000 339039 120038 A0000016500  
TIPO : GLOBAL MODALIDADE DE LICITACAO: PREGAO  
ANEXO: INCISO: PROCESSO: 67281025812201514  
UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: GO /  
ORIGEM DO MATERIAL :  
REFERENCIA DA DISPENSA: NUM. ORIG.:

VALOR EMPENHO : 63.200,00  
SESSENTA E TRES MIL E DUZENTOS REAIS\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 339039 SUBITEM: 51 -SERVICOS DE ANALISES E PESQUIS  
SEQ.: 1 QUANTIDADE: 8.000 VALOR UNITARIO: 7,90  
VALOR DO SEQ. : 63.200,00

TRATAMENTO DE RESIDUOS  
000024708

Tratamento de Residuos - TRATAMENTO E DESTINACAO FINAL DE RESIDUOS QUIMICOS P  
ERIGOSOS - CLASSE 1 - DE ACORDO COM A NECESSIDADE DA OM. O SERVICO DEVERA SER  
EXECUTADO POR KG (QUILOGRAMA).

TOTAL : 63.200,00

PEDRO GUSTAVO S. SILOTO  
ORDENADOR

GESTOR FINANCEIRO  
Everton Faria de Oliveira Cap Int  
Gestor de Obtenções



37



ESTADO DE GOIÁS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEZARINA  
25.043.530/0001-48  
NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

Número da Nota  
0000005040  
Data e Hora de Emissão  
04/11/2016 13:34:32  
Código de Verificação  
3a25



ecoblending

PRESTADOR DE SERVIÇOS

Razão Social: ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA - EPP  
Nome Fantasia: ECOBLENDING  
CNPJ: 07.958.062/0001-50 Inscrição Municipal: 731  
Endereço: RODOVIA GO-545 KM1 FAZ. BOA VISTA SENTIDO CEZARINA A FABR. DE CIMENTO, CEP: 76.195-000, ZONA R  
Município: CEZARINA - GO Telefone:

TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome/Razão Social: COMANDO DA AERONAUTICA  
CNPJ/CPF: 00.394.429/0178-52  
Endereço: RODOVIA BR 414 KM 04, NR: S/N, CAIXA POSTAL 811, -, CEP: 75024-970  
Município: Anápolis - Goiás  
E-mail: laelandrade@hotmail.com

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

Qtde	Item	Valor R\$	Total R\$
1,00	001-TRATAMENTO DE RESÍDUOS DIVERSOS	63.200,00	63.200,00

Observação: VENCIMENTO: 05/12/2016 -EMPENHO Nº 2016NE801025 -PREGÃO: PE092016  
REFERENTE A TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS QUÍMICOS PERIGOSOS CLASSE I.  
REFERENTE A 8.000 KG POR R\$ 7,90 CADA KG.

Serviço / Item-Serviço  
07.09.00 - Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.

CNAE / Atividade Município

RETENÇÕES FEDERAIS		PIS 0,00	COFINS 0,00	INSS 0,00	IR 0,00	CSLL 0,00
Demonstrativo					Demonstrativo	
Valor dos Serviços	R\$		63.200,00		Valor dos Serviços	R\$ 63.200,00
(-) Desconto Incondicionado	R\$		0,00		(-) Desconto Incondicionado	R\$ 0,00
(-) Retenções Federais	R\$		0,00		(-) Valor da Nota	R\$ 63.200,00
(-) Outras Retenções	R\$		0,00		(-) Deduções	R\$ 0,00
(-) ISSQN Retido pelo Tomador	R\$		0,00		(-) Base de Cálculo	R\$ 63.200,00
(=) Valor Líquido	R\$		63.200,00		(-) Aliquota	R\$ 2,00
Serviço prestado em	Imposto Devido em			(X) Aliquota		R\$ 1.264,00
CEZARINA - GO	CEZARINA - GO			(=) Valor do Imposto (ISSQN)		
Valor dos Serviços	Descontos				Valor da Nota	
63.200,00	0,00				63.200,00	

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

Regime Normal.  
Recolhimento: ISS a recolher pelo PRESTADOR  
Essa nota não gera direito a crédito fiscal do ISSQN.  
NFSe instituída Decreto 091/2014 de 12/05/2014  
<https://app.centi.com.br/cezanna/portalcidadao/nfse>



388

**StanleyBlack&Decker**

Black & Decker do Brasil Ltda.  
Rod.BR 050 - Km 167 - Lote 05 Parte -  
Quadra 1  
Distrito Industrial II  
38064-750 - Uberaba - MG



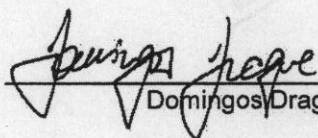
### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A **BLACK & DECKER DO BRASIL LTDA.**, inscrita no CNPJ n.º 53.296.273/0001-91, situada no endereço Rod BR-050 km167 Lt. 05 Parte Q1, Distrito Industrial II – Uberaba – MG – CEP: 38.064-750, representada por seus diretores, ao final assinados, com base no Art. 30 da Lei n.º 8.666 de 21/06/1993, atesta que a empresa **ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA.**, estabelecida na Rod. 545, km-1 Fazenda Boa Vista Zona Rural – Cezarina - GO, CEP: 76.195-000, inscrita no CNPJ sob n.º 07.958.062/0001-50, sob a responsabilidade técnica do Engenheiro Químico Paulo Ferreira Neto (CRQ n.º 12300293) nos presta serviço de Coleta, Transporte e Destinação Final de Resíduos de Tratamento e Destruição Térmica (Efluente de limpeza da caixa de óleo, EPIs contaminados com óleo, Lodo Estação Tratamento, Pano Cont. c/ Óleo e Graxa, Resíduos contaminados com Tintas e Solventes, Res. Varredura Fab. Óleo, Silica, produtos químicos vencidos, areia contaminada com óleo, pneus, varredura contaminada) de aproximadamente 4,00 toneladas/mês de resíduos industriais perigosos de Classe I (NBR 10.004), provenientes de nossa atividade industrial. Atualmente a prestação do serviço vem sendo realizada de acordo com o contrato **C\_14.09.001 – 2º Aditivo**.

Não tendo nada mais a declarar até a presente data, que desabone quanto à idoneidade da mesma.

Por ser verdade firmo o presente.

Uberaba, 03 de Maio de 2016.

  
Domingos Dragone





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA - XII REGIÃO  
DISTRITO FEDERAL - GOIÁS - TOCANTINS



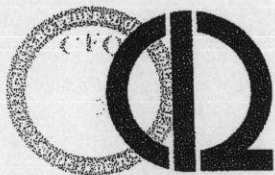
### ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Certificamos para os devidos fins que o profissional **PAULO FERREIRA NETO** - Engenheiro Químico - CRQ nº 12300293 é responsável técnico pela **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS PERIGOSOS CLASSE I (NBR 10.004) 4 TON/MÊS, EFLUENTES DE LIMPEZA DA CAIXA DE ÓLEO, EPI'S CONTAMINADOS COM ÓLEO E LODO ESTAÇÃO DE TRATAMENTO** elaborado a favor da empresa **BLACK & DECKER DO BRASIL LTDA - CNPJ: 53.296.273/0001-91** da cidade de Uberaba - MG, sendo que o mesmo encontra-se registrado neste CRQ-XII, às folhas 1822 do livro 004-PAP, sob o número 1886, datado de 11/04/2016.

Por ser verdade firmamos a presente declaração.  
Goiânia, 11 de abril de 2016.



*Luciana Mota de Lima Pascoal*  
Luciana Mota de Lima Pascoal.  
Coordenadora Administrativa do CRQ-XII





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Conselho Regional de Química - XII Região  
GOIÁS, DISTRITO FEDERAL E TOCANTINS



## CERTIDÃO

**CERTIFICAMOS** para fins dos incisos I e II e parágrafo único do artigo 30 da Lei 8.666/93 que a empresa/profissional abaixo identificado(a) possui registrado junto a este CRQ o Atestado de Capacidade Técnica, de responsabilidade exclusiva dos atestantes, integrantes do processo administrativo número 1111/14 que fazem parte da presente, e que prestou os serviços previstos e atinentes ao objeto social, na forma do que estabelece a Lei 2.800/56.

Razão Social: **ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA EPP**  
Endereço Industrial: Rod GO 545, Km 01  
Cidade: Cezarina - GO - CEP 74195-000  
CNPJ: 007.958.062/0001-50  
Registro no CRQ-XII número: 002974  
Responsável Técnico: **PAULO FERREIRA NETO**  
Registro no CRQ-XII: 12300293 - **ENGENHEIRO QUÍMICO**

### REGISTRO DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Razão Social: **BLACK & DECKER DO BRASIL LTDA**  
Data do atestado: 26/02/2016  
Serviços Executados: Coleta, transporte e destinação final de resíduos de tratamento e destruição térmica (efluente de limpeza da caixa de óleo, EPI's contaminados com óleo, lodo estação tratamento, plano Cont. c/ óleo e graxa, resíduos contaminados com tintas e solventes, Res. varredura fab. óleo sílica, produtos químicos vencidos, areia contaminada com óleo, pneus, varredura contaminada.  
RACT número 0028/2016 de 08/04/2016

Goiânia, 8 de abril de 2016.

Prof. Dr. WILSON BOTTER JÚNIOR  
Presidente do CRQ-XII

Processo 1111/14.

Validador...: 013311111400028201632016022655  
Autenticação: e7b4703ddeec98ee5c35e57c52719f22



Rua Amélia Artiaga Jardim, 528, Setor Marista - Fone (62) 3240-4600 / Fax (62) 3240-4609 - CEP 74.180-070 - Goiânia-GO  
Delegacia D.Federal - SCS 6 - Bl A No. 81 - Sala 517 - Ed. José Severo - Fone/Fax (61) 3225-3777 - CEP 70.326-900 - Brasília-DF  
Delegacia Tocantins - 104 Sul ACSE I Nº 102 - Avenida JK, Sala 11, 1º Andar - Fone (63) 3213-1106 - CEP 77.020-012 - Palmas-TO  
E-mail: crq12@crq12.org.br Site: www.crq12.gov.br

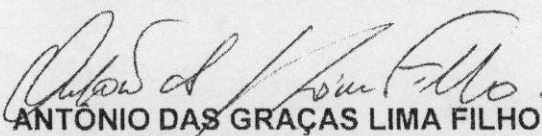


**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Atestamos para os devidos fins que a empresa ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 07.958.062/0001-50, sediada na Rod. 545, Km-1, Fazenda Boa Vista, Zona Rural, Cezarina-GO, CEP: 76.195-000, juntamente com o Responsável Técnico, Sr. Inácio Camargo da Silva Macedo, Eng. Ambiental e Eng. de Segurança do Trabalho, registrado no CREA sob n.º 15054/D-GO, executou satisfatoriamente, dentro do prazo de execução, sem que tenhamos nada que desabone sua conduta, os serviços de Varrição, Recolhimento com Disposição de Embalagens e Acondicionamentos apropriados, Incineração, Reciclagem, Separação, Identificação, Transporte, Descarga e Destinação Final de Resíduos Químicos, Agrotóxicos Vencidos Sólidos e Líquidos, Resíduos Contaminados Perigosos, Classe I, na Sede da Embrapa Meio-Norte em Teresina e na UEP/Parnaíba, no estado do Piauí, em cumprimento ao Empenho 2016NE800537, Pregão Eletrônico n.º 09/2016, conforme especificado abaixo:

Data da Execução (início/fim) e Valor	Descrição (material/serviço)	Características Técnicas (material, dimensões, range, escopo detalhado do serviço e etc.)
06/09/2016 – R\$ 32.813,42 (Trinta e dois mil e oitocentos e treze reais e quarenta e dois centavos). <u>Fornecimento de Bombonas:</u> 26 UND – 50 Litros – Resíduos Líquidos; 37 UND – 50 Litros – Resíduos Sólidos; 15 UND – 20 Litros + 18 UND – 05 Litros. 01 UND – 100 Litros.	Varrição, Recolhimento com Disposição de Embalagens e Acondicionamentos apropriados, Incineração, Reciclagem, Separação, Identificação, Transporte, Descarga e Destinação Final.	Resíduos Químicos e Laboratorial, Agrotóxicos Vencidos – Sólidos e Líquidos, Resíduos Contaminados Perigosos, Classe I. – 4.131kg.

Teresina, 02 de dezembro de 2016

  
**ANTÔNIO DAS GRAÇAS LIMA FILHO**  
Chefe-Adjunto de Administração em Exercício  
Embrapa Meio-Norte

**Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária**  
**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**  
Av. Duque de Caxias, 5.650, Bairro Buenos Aires  
CEP.: 64.008-780, Teresina-PI  
Telefone (86) 3198-0500 Fax (86) 3198-0530  
[www.embrapa.br/meio-norte](http://www.embrapa.br/meio-norte)



428

NOTA DE EMPENHO

PAGINA 1

EMISSAO : 26JUL16 NUMERO: 2016NE800537 ESPECIE: EMPENHO DE DESPESA  
 EMITENTE : 135009/13203 - EMBRAPA/CPAMN  
 CNPJ : 00348003/0133-60 FONE: (86) 3089-9100  
 ENDEREÇO : AV. DUQUE DE CAXIAS, 5650 BUENOS AIRES - TERESINA - PI  
 MUNICIPIO : 1219 - TERESINA UF: PI CEP: 64006-220

CREDOR : 07958062/0001-50 - ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA - EPP  
 ENDEREÇO : GO 545 KM 1 SN FAZ BOA VIS ZONA RURAL  
 MUNICIPIO : 9785 - CEZARINA UF: GO CEP: 76195-000  
 TAXA CAMBIO:

OBSERVACAO / FINALIDADE

P.A 16000900440. CUSTOS: 0103. EMPENHO REF A TRATAMENTO E DESCARTE DE RESÍDUOS  
 . PE 9/2016 PROC 135009.000007/2016 PROC ORIGEM: 2016PR00009

CLASS : 1 22202 20572204220Y60001 086328 01000000000 339039 135009

TIPO : ORDINARIO MODALIDADE DE LICITACAO: PREGAO  
 AMPARO: INCISO: PROCESSO: 000007/2016

UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: PI /

ORIGEM DO MATERIAL :

REFERENCIA DA DISPENSA:

NUM. ORIG.:

VALOR EMPENHO : 34.118,42

TRINTA E QUATRO MIL, CENTO E DEZOITO REAIS E QUARENTA E DOIS CENTAVOS\*\*\*\*\*

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 339039 SUBITEM: 75 -SERVICO DE INCINERACAO,DESTRUI  
 SEQ.: 1 QUANTIDADE:

444 VALOR UNITARIO:

VALOR DO SEQ. :

7,70

3.418,80

TRATAMENTO DE RESIDUOS

000024708

Serviço de recolhimento, carga, transporte, descarga, disposição e descarte final de Agrotóxicos Vencidos sólidos e líquidos, com rótulos prejudicados ou sem rótulos, das diversas classes (acaricidas, formicidas, inseticidas, herbicidas, estimulante foliar, fungicidas, agentes biológicos de controle, defensivos a base de semioquímicos, produtos domissanitários), incluindo suas embalagens (plástico, metal, sacos metalizados, misto ou de outro material flexível), além de embalagens secundárias (caixas de papelão, cartuchos de cartolina, fibrolatas e plásticos que embalam os produtos). A empresa ganhadora deverá fornecer toda embalagem necessária ao transporte dos mesmos, bem como certificado de descarte final de acordo com a legislação vigente.

SUBTOTAL :

3.418,80

10

43

NOTA DE EMPENHO

PAGINA:

EMISSAO : 26Jul16 NUMERO: 2016NE800537 PROCESSO: 000007/2016  
 EMITENTE : 135009/13203 - EMBRAPA/CPAMN  
 CREDOR : 07958062/0001-50 - ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA - EPP  
 ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO



SEQ.: 2 QUANTIDADE: 2.065 VALOR UNITARIO: 7,50  
 VALOR DO SEQ.: 15.487,50

TRATAMENTO DE RESIDUOS  
 000024708

Serviço de recolhimento, carga, transporte, descarga, disposição e descarte final de resíduos químicos com fornecimento de toda embalagem necessária ao transporte dos mesmos, bem como certificado de descarte final de acordo com legislação vigente. a) Resíduos laboratoriais gerados a partir de análises físicas, químicas e biológicas nos laboratórios da Embrapa Mandioca e Fruticultura, de ampla diversidade e periculosidade. b) Sais minerais, complexos vitamínicos, soluções glicosadas e aminoácidos, sólidos e líquidos de baixas toxicidades, Sulfas e antibióticos, Tuberculina, Antígeno para brucelose. c) Reagentes sólidos de uso laboratorial vencidos ou dentro da validade, com rótulos prejudicados ou sem rótulo, Inorgânicos inertes, Orgânicos inertes, Inflamáveis, Corrosivos inorgânicos, Corantes tóxicos e corrosivos, Substâncias que em contato com a água emitem gases inflamáveis (inor), Oxidantes inorgânicos, Tóxicos inorgânicos, Tóxicos orgânicos, Nocivos/irritantes orgânicos, Nocivos/irritantes orgânicos halogenado, Nocivos/irritantes inorgânicos, Orgânicos sujeitos a combustão

SUBTOTAL : 18.906,30

10

448

NOTA DE EMPENHO

PAGINA: 2

EMISSÃO : 26Jul16 NUMERO: 2016NE800537 PROCESSO: 000007/2016  
EMITENTE : 135009/13203 - EMBRAPA/CPAMN  
CREDOR : 07958062/0001-50 - ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA - EPP  
ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL OU SERVIÇO



ND: 339039 SUBITEM: 75 -SERVICO DE INCINERACAO, DESTRUI  
SEQ.: 3 QUANTIDADE: 1.796 VALOR UNITARIO:  
VALOR DO SEQ. :

8,47  
15.212,12

TRATAMENTO DE RESIDUOS  
000024708

Serviço de recolhimento, carga, transporte, descarga, disposição e descarte final de resíduos químicos com fornecimento de toda embalagem necessária ao transporte dos mesmos, bem como certificado de descarte final de acordo com legislação vigente. a) Resíduos laboratoriais gerados a partir de análises físicas, químicas e biológicas nos laboratórios da Embrapa Mandioca e Fruticultura, de ampla diversidade e periculosidade. b) Sais minerais, complexos vitamínicos, soluções glicosadas e aminoácidos, sólidos e líquidos de baixas toxidades, Sulfas e antibióticos, Tuberculina, Antígeno para brucelose. c) Reagentes sólidos de uso laboratorial vencidos ou dentro da validade, com rótulos prejudicados ou sem rótulo, Inorgânicos inertes, Orgânicos inertes, Inflamáveis, Corrosivos inorgânicos, Corantes tóxicos e corrosivos, Substâncias que em contato com a água emitem gases inflamáveis (inor), Oxidantes inorgânicos, Tóxicos inorgânicos, Tóxicos orgânicos, Nocivos/irritantes orgânicos, Nocivos/irritantes orgânicos halogenado, Nocivos/irritantes inorgânicos, Orgânicos sujeitos a combustão

TOTAL : 34.118,42

LUIZ FERNANDO C LEITE  
ORDENADOR

ANTONIO DAS GRAÇAS L FILH  
GESTOR FINANCEIRO SUBSTITUTO

Andréia Liguera Lima Brandão  
CPF. 881.524.301-10

10

45



ESTADO DE GOIÁS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEZARINA  
25.043.530/0001-48  
NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA- NFS-e

Número da Nota  
0000004795  
Data e Hora de Emissão  
06/09/2016 10:47:54  
Código de Verificação  
4d55



ecoblending

PRESTADOR DE SERVIÇOS

Razão Social: ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA - EPP  
Nome Fantasia: ECOBLENDING  
CNPJ: 07.958.062/0001-50 Inscrição Municipal: 731  
Endereço: RODOVIA GO-545 KM1 FAZ. BOA VISTA SENTIDO CEZARINA A FABR. DE CIMENTO, CEP: 76.195-000, ZONA R  
Município: CEZARINA - GO  
Telefone:

TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome/Razão Social: EMPRESA BRASILEIRA DE PESQ AGROPEC EMBRAPA  
CNPJ/CPF: 00.348.003/0133-60 Inscrição Estadual: 190002522  
Endereço: AVENIDA DUQUE DE CAXIAS - LADO PAR, NR: 5650, FINAL DA AV D CAXIAS, REAL COPAGRI, CEP:64006-220  
Município: Teresina - Piauí  
E-mail: diego.oliveira@embrapa.br

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

Qtde	Item	Valor R\$	Total R\$
1,00	001-TRATAMENTO DE RESÍDUOS DIVERSOS	32.813,42	32.813,42

Observação: VENCIMENTO: 06/10/2016 \*OCS Nº 106/2016 \*PROCESSO Nº: 135009.000007/2016 \*PEDIDO DE COMPRA: 2016000014  
\*PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2016  
\*NOTA DE EMPENHO: 2016NE800537  
REFERENTE A TRATAMENTO E DESCARTE DE RESÍDUOS.

Serviço / Item-Serviço  
07.09.00 - Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.

CNAE / Atividade Município

RETENÇÕES FEDERAIS		PIS 0,00	COFINS 0,00	INSS 0,00	IR 0,00	CSLL 0,00
Demonstrativo		Demonstrativo				
Valor dos Serviços		R\$	32.813,42			
(-) Desconto Incondicionado	R\$	0,00	Valor dos Serviços		R\$	32.813,42
(-) Retenções Federais	R\$	0,00	(-) Desconto Incondicionado		R\$	0,00
(-) Outras Retenções	R\$	0,00	(-) Valor da Nota		R\$	32.813,42
(-) ISSQN Retido pelo Tomador	R\$	0,00	(-) Deduções		R\$	0,00
(=) Valor Líquido	R\$	32.813,42	(-) Base de Cálculo		R\$	32.813,42
Serviço prestado em		Imposto Devido em		(X) Alíquota	R\$	2,00
CEZARINA		CEZARINA		(=) Valor do Imposto (ISSQN)	R\$	656,27
Valor dos Serviços		Descontos		Valor da Nota		
32.813,42		0,00		32.813,42		

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

Regime Normal.  
Recolhimento: ISS a recolher pelo PRESTADOR  
Essa nota não gera direito a crédito fiscal do ISSQN  
NFSe instituída Decreto 091/2014 de 12/05/2014  
<https://app.centi.com.br/cezarina/portalcidadao/nfse>



468



INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
RIO DE JANEIRO  
Campus Nilópolis

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – IFRJ  
Campus Nilópolis



## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

### DADOS DO ATESTADO

#### 1.1. Dados da Obra/Serviço

Empenho/Contrato **2016NE800102**

Local da Coleta: RUA LÚCIO TAVARES, NR: 1045, CENTRO, CEP:26530-060 – NILÓPOLIS/RJ

Local do Tratamento/Destinação: Rod. 545, km1 Fazenda Boa Vista Zona Rural – Cezarina - GO,  
CEP: 76.195-000

Período para Execução: 30 DIAS (25/04/2016 à 25/05/2016).

#### 1.2. Dados do Contratante

A) Razão Social INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO RIO  
DE JANEIRO

B) CNPJ 10.952.708/0004-49

C) Fone (21) 3236-1811

D) Signatário: Sérgio de Souza Henrique Júnior

CPF: 093.710.927-42

#### 1.3. Dados da Contratada

Razão Social ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA

CNPJ 07.958.062/0001-50

#### 1.4. Dados do Responsável Técnico

Nome Completo Inácio Camargo da Silva Macedo

Profissional RNP Engenheiro Ambiental e Engenheiro de Segurança do Trabalho

Registro no Crea n.º 15054/D-GO

#### 1.5. Descrição dos Serviços à Realizar

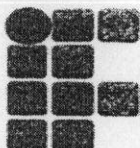
Serviços Coleta, Transporte, Tratamento, Destinação Final de Resíduos e Destruição Térmica

#### 1.6. Serviço Realizado:

- Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no quantitativo de 2.790 quilogramas.



478



INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
RIO DE JANEIRO  
Campus Nilópolis

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – IFRJ  
Campus Nilópolis



**Descrição das Atividades:** Serviços Coleta, Transporte, Manuseio, Classificação / Recipientes Específicos, Descaracterização, Tratamento, Armazenamento, Reciclagem, Análise de Efluentes, Destinação Final de Resíduos e Destruição Térmica (resíduos químicos dispostos em embalagens diversas, incluindo resíduos químicos sólidos e líquidos não identificados, vidro quebrado e reagentes vencidos) - resíduos industriais perigosos de Classe I NBR 10.004.

#### 1.7. Identificação do Signatário:

##### Representante do Contratante:

Nome Completo: Sérgio de Souza Henrique Júnior

Cargo/Função: Coordenador - CoSAAT

CPF 093.710.927-42

Sergio de Souza Henrique Jr.

Coordenador de Seg. e Adm. de  
Ambientes Tecnológicos - IFRJ CNIL  
Matrícula SIAPE 1570534

Assinatura:

Nilópolis/RJ, 28 de junho de 2016.

##### Profissional Habilitado:

Nome Completo: Inácio Camargo

Cargo/Função: Gerente Industrial

CPF 002.662.251-36

CARIMBO CNPJ

CNPJ: 07.958.062/0001-50  
Insc Est. 10411 929-2  
ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA.  
Rod. GO 545 km s/n Zona Rural  
Cep: 76.195-000 CEZARINA GO

Assinatura:

CARIMBO CNPJ E CARIMBO DE ASSINATURA

Inacio Camargo  
Gerente Industrial  
Ecoblending Ambiental LTDA



SERVICO PUBLICO FEDERAL  
SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

NOTA DE EMPENHO



EMISSAO : 20Abr16 NUMERO: 2016NE800102 ESPECIE: EMPENHO DE DESPESA  
EMITENTE : 158483/26433 - INST.FED.DO RJ/CAMPUS NILOPOLIS  
CNPJ : 10952708/0004-49 FONE: 021-2691-9816/021-2691-9827  
ENDERECO : RUA LUCIO TAVARES, 1045 BAIRRO CENTRO  
MUNICIPIO : 5863 - NILOPOLIS UF: RJ CEP: 26530-060  
CREDOR : 07958062/0001-50 - ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA - EPP  
ENDERECO : GO 545 KM 1 SN FAZ BOA VIS ZONA RURAL  
MUNICIPIO : 9785 - CEZARINA UF: GO CEP: 76195-000  
TAXA CAMBIO:  
OBSERVACAO / FINALIDADE  
SOLICITANTE: SERGIO DE SOUZA (COSAAT). MAT. 1570534  
END. DE REALIZACAO DO SERVICO: RUA LUCIO TAVARES, 1045, CENTRO, NILOPOLIS/RJ  
TEL/FAX DA EMPRESA: (62) 3251-2165. DOC: 061-5. PROC ORIGEM: 2016PR00004

CLASS : 1 26433 12363208020RL0033 108949 0112000000 339039 158483 L0000P0100N  
TIPO : ORDINARIO MODALIDADE DE LICITACAO: PREGAO  
AMPARO: INCISO: PROCESSO: 23272000759201582  
UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: RJ /  
ORIGEM DO MATERIAL :  
REFERENCIA DA DISPENSA: NUM. ORIG.:

VALOR EMPENHO : 31.025,00

TRINTA E UM MIL E VINTE E CINCO REAIS\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 339039 SUBITEM: 75 -SERVICO DE INCINERACAO,DESTRUI  
SEQ.: 1 QUANTIDADE: 2.500 VALOR UNITARIO: 12,41  
VALOR DO SEQ. : 31.025,00

TRATAMENTO DE RESIDUOS  
000024708

Contratacao para destinacao final de residuos quimicos

TOTAL : 31.025,00

*Wallace Vallory Nunes*  
WALLACE VALLORY NUNES  
ORDENADOR

*Alberto Carlos Cardoso*  
ALBERTO CARLOS CARDOSO  
GESTOR FINANCEIRO

*Paula. marinho @ ecoblending. com. Br*

49



ESTADO DE GOIÁS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEZARINA

25.043.530/0001-48

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA- NFS-e

Número da Nota

0000004329

Data e Hora de Emissão

27/05/2016 14:50:33

Código de Verificação

8c1f



ecoblending

PRESTADOR DE SERVIÇOS

Razão Social: ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA - EPP

Nome Fantasia: ECOBLENDING

CNPJ: 07.958.062/0001-50

Inscrição Municipal: 731

Endereço: RODOVIA GO-545 KM1 FAZ. BOA VISTA SENTIDO CEZARINA A FABR. DE CIMENTO, CEP: 76.195-000, ZONA RI

Município: CEZARINA - GO

Telefone:



TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome/Razão Social: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

CNPJ/CPF: 10.952.708/0004-49

Endereço: RUA LÚCIO TAVARES, NR: 1045, CENTRO, CEP:26530-060

Município: Nilópolis - Rio de Janeiro

E-mail: sergio.souza@ifrrj.edu.br

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

Qtde	Item	Valor R\$	Total R\$
1.00	TRATAMENTO DE RESÍDUOS DIVERSOS	31.025,00	31.025,00

Observação: PE04/2016 VENCIMENTO: 26/06/2016  
EMPENHO: 2016NE800102  
PROC.ADM.23272.000759/2015-82

Serviço / Item-Serviço

07.09.00 - Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.

CNAE / Atividade Municipio

RETENÇÕES FEDERAIS		PIS 0,00	COFINS 0,00	INSS 0,00	IR 0,00	CSLL 0,00
Demonstrativo					Demonstrativo	
Valor dos Serviços	R\$		31.025,00		Valor dos Serviços	R\$ 31.025,00
(-) Desconto Incondicionado	R\$		0,00		(-) Desconto Incondicionado	R\$ 0,00
(-) Retenções Federais	R\$		0,00		(-) Valor da Nota	R\$ 31.025,00
(-) Outras Retenções	R\$		0,00		(-) Deduções	R\$ 0,00
(-) ISSQN Retido pelo Tomador	R\$		0,00		(-) Base de Cálculo	R\$ 31.025,00
(-) Valor Líquido	R\$		31.025,00		(X) Alíquota	R\$ 2,00
Serviço prestado em		Imposto Devido em			(-) Valor do Imposto (ISSQN)	R\$ 620,50
CEZARINA		CEZARINA				
Valor dos Serviços		Descontos			Valor da Nota	
31.025,00		0,00			31.025,00	

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

Regime Normal.

Recolhimento: ISS a recolher pelo PRESTADOR

Essa nota não gera direito a crédito fiscal do ISSQN.

NFSe instituída Decreto 091/2014 de 12/05/2014

<https://app.centi.com.br/cezarina/portalcidadao/?nfse>



508

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO



Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram a UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE e a empresa **ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA**, nos termos da Dispensa de Licitação nº 071/2016, para o fim que especifica.

A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, situada no Campus Universitário, nesta cidade de Natal/RN, inscrita no CNPJ sob o nº 24.365.710/0001-83, neste ato representada pela Magnífica Reitora, Professora **ÂNGELA MARIA PAIVA CRUZ**, brasileira, casada, RG nº 187.914 SSP/RN, inscrita no C.P.F nº 074.596.964-04, a seguir denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA**, estabelecida na Rodovia GO-545, Km-1, s/n. zona rural, Fazenda Boa Vista, Cezarina/GO, CEP 76195-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.958.062/0001-50, representada neste ato pelo Senhor **SÉRGIO RORIZ DE OLIVEIRA**, Sócio/proprietário, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 3.126.626 DGPC/GO e do CPF nº 607.345.151-20, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato, nos termos da **Dispensa de Licitação nº 071/2016**, Processo Administrativo **23077.058530/2016-24**, em conformidade com as disposições estabelecidas na Lei nº 8.666/1993 (alterada pelas Leis nºs 8.883/1994 e 9.648/1998), Lei nº 10.192/2001, Dec. nº 2.271/1997, LC nº 123/2006 e IN nº 02/2008 – MPOG/SLTI, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 – Contratação de empresa especializada em serviços de remoção, transporte, tratamento e destinação final de resíduos químicos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, contemplando o fornecimento de recipientes.

1.2 – O objeto deverá ser prestado, conforme o caso, na Unidade de Armazenamento Temporário de Resíduos (UATR) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte localizada no Campus Universitário Central, Lagoa Nova, Natal-RN, em data e horário a serem acordados pelas partes.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

2.1 – Emitir Nota de Empenho a crédito da CONTRATADA no valor correspondente ao serviço respectivamente fornecido ou executado;

2.2 – Enviar por e-mail a Nota de Empenho digitalizada e emitida em favor do fornecedor ou, na indisponibilidade desta tecnologia, enviá-la por outros meios (fax, postal etc.);

2.3 – Permitir o acesso do pessoal da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE, para o fornecimento de material ou prestação de serviço, conforme o caso;

Sérgio Roriz  
Diretor Executivo  
ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA

519



### CLÁUSULA TREZE – DA COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS

13.1 – Fica a CONTRATADA obrigada a manter durante a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as suas condições de habilitação e qualificação, exigidas no presente processo de contratação, conforme o inciso XIII do art. 55 da Lei nº 8.666/1993.

### CLÁUSULA CATORZE – DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

14.1 – Caberá à CONTRATANTE providenciar às suas expensas a publicação resumida do presente contrato e seus aditamentos na imprensa oficial e no prazo legal.

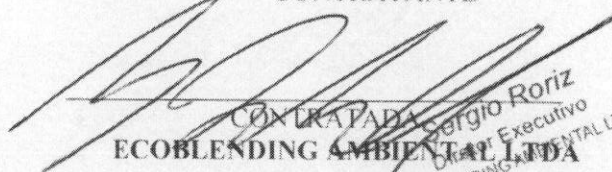
### CLÁUSULA QUINZE – DO FORO

15.1 – Fica eleito o foro da Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte, para dirimir dúvidas ou questões que não encontrem forma de resolução por acordo entre as partes, sendo esse foro irrenunciável pela CONTRATANTE, diante do que dispõe o Art. 109, inciso I, da Constituição Federal.

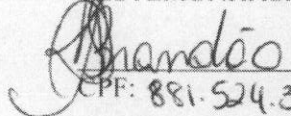
E, por estarem de pleno acordo, firmam as partes o presente instrumento de contrato, lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, que depois de lido e ratificado é assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Natal/RN, 04 de outubro de 2016.

CONTRATANTE

  
CONTRATADA: **Sergio Roriz**  
**ECOBLANDING AMBIENTAL LTDA**  
Diretor Executivo

TESTEMUNHAS:

  
CPF: 881.524.301-10 ID: 4196977 SPTC/60

CPF:

ID:

**CNPJ: 07 958.062/0001 50**  
**Insc Est 10411 929-2**  
**ECOBLANDING AMBIENTAL LTDA**  
Rod. GO 545 km s/n Zona Rural  
Cep. 76.195-000 CEZARINA GO

**Sergio Roriz**  
Diretor Executivo  
ECOBLANDING AMBIENTAL LTDA

52



**ANEXO I**

Descrição do serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Remoção, transporte, tratamento e destinação final de resíduos químicos de composição variada (exemplo: solventes orgânicos clorados e não clorados, sais de metais tóxicos – sólidos e em solução) oriundos de diferentes unidades e laboratórios da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e provenientes de atividades de ensino, pesquisa e extensão, acondicionados de maneiras variadas (recipientes de vidro âmbar de 1 litro, bombonas plásticas, etc), em sua maioria sem identificação de conteúdo.	Kg	20.000	4,05	81.000,00
Remoção, transporte, tratamento e destinação final de resíduos químicos compostos de solventes orgânicos clorados e não clorados, sais de metais tóxicos – sólidos e em solução.	Kg	10.000	4,05	40.500,00
Remoção, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos como estopas, flanelas, vidrarias e outros, contaminados com agentes perigosos, acondicionados em caixas de papelão, bombonas ou outros recipientes.	Kg	500	4,25	2.125,00
Remoção, transporte, tratamento e destinação final de lâmpadas fluorescentes tubulares e compactas.	Unidade	20.000	2,98	59.600,00
Remoção, transporte, tratamento e destinação final de lâmpadas quebradas.	Kg	100	8,00	800,00
<b>TOTAL</b>				<b>184.025,00</b>

Sergio Roriz  
Diretor Executivo  
ECOBLENDO AMBIENTAL LTDA

53

23/09/16 10:27 M06990G8

USUARIO : LUCIO

DATA EMISSAO : 19Set16

NUMERO : 2016NE804328

UG EMITENTE : 153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

'GESTAO EMITENTE : 15234 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

FAVORECIDO : 07958062/0001-50 - ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA - EPP

TAXA:

OBSERVACAO

PROT:110076{RE147/2016}#

110076 - RECOLHIMENTO DE RESÍDUOS QUÍMICOS PROC ORIGEM: 2016DI00071



EVENTO ESF PTRES FONTE ND UGR PI VALOR  
 401091 1 108339 0112000000 339039 M20RKG01ASN 184.025,00  
 TIPO: GLOBAL SISTEMA DE ORIGEM: SIASG  
 PASSIVO ANTERIOR: NAO CONTA PASSIVO :  
 MODALIDADE : DISPENSA DE LICITACAO AMPARO : LEI 8666 INCISO : 04  
 PROCESSO : 23077058530201624 PRECATORIO :  
 UF BENEFICIADA : RN MUNICIPIO BENEF. :  
 ORIGEM MATERIAL :  
 REFERENCIA : ART24/04 LEI 8666/93 NR.ORIG.TRANSF:  
 LANÇADO POR : 01083470442 - JOICE UG : 153103 19Set16 17:35  
 PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=ESPELHO PF5=IMPRIME PF12=RETORNA

23/09/16 10:27 M17161FB

USUARIO : LUCIO

PAGINA : 1

UNIDADE GESTORA : 153103 / 15234 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

NUMERO : 2016LI804482

EMPENHO : 2016NE804328

NATUREZA DESPESA: 339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA

SEQ	SUBITEM	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
001	78	20.000,00000	4,05	81.000,00
	COLETA DE LIXO - RESIDENCIAL / COMERCIAL / INDUSTRIAL			
002	78	10.000,00000	4,05	40.500,00
	COLETA DE LIXO - RESIDENCIAL / COMERCIAL / INDUSTRIAL			
003	78	500,00000	4,25	2.125,00
	COLETA DE LIXO - RESIDENCIAL / COMERCIAL / INDUSTRIAL			
004	78	20.000,00000	2,98	59.600,00
	COLETA DE LIXO - RESIDENCIAL / COMERCIAL / INDUSTRIAL			
005	78	100,00000	8,00	800,00
	COLETA DE LIXO - RESIDENCIAL / COMERCIAL / INDUSTRIAL			

VALOR TOTAL :

184.025,00

PF1=AJUDA PF2=DETALHA PF3=SAI PF12=RETORNA

54



ESTADO DE GOIÁS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEZARINA  
25.043.530/0001-48

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA- NFS-e

Número da Nota  
**0000004955**  
Data e Hora de Emissão  
**14/10/2016 16:53:24**  
Código de Verificação  
**4e58**



ecoblending

PRESTADOR DE SERVIÇOS

Razão Social: **ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA - EPP**

Nome Fantasia: **ECOBLENDING**

CNPJ: **07.958.062/0001-50**

Inscrição Municipal: **731**

Endereço: **RODOVIA GO-545 KM1 FAZ. BOA VISTA SENTIDO CEZARINA A FABR. DE CIMENTO, CEP: 76.195-000, ZONA RI**

Município: **CEZARINA - GO**

Telefone:



TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome/Razão Social: **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE**

CNPJ/CPF: **24.365.710/0001-83**

Endereço: **AV SENADOR SALGADO FILHO, NR: 3000, LAGOA NOVA, CEP:59078-970**

Município: **Natal - Rio Grande do Norte**

E-mail: **herbetehd@yahoo.com.br**

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

Qtde	Item	Valor R\$	Total R\$
1,00	001-TRATAMENTO DE RESÍDUOS DIVERSOS	40.500,00	40.500,00

Observação: VENCIMENTO: 23/11/2016 -ITEM 02 DO EMPENHO B  
REF. REMOÇÃO, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS QUÍMICOS COMPOSTOS DE SOLVENTES ORGÂNICOS CLORADOS  
E NÃO CLORADOS, SAIS DE METAIS TÓXICOS - SÓLIDOS E EM SOLUÇÃO.  
10.000 KG VALOR POR KG R\$ 4,05 = TOTAL R\$ 40.500,00

Serviço / Item-Serviço

07.09.00 - Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.

CNAE / Atividade Município

RETENÇÕES FEDERAIS	PIS 0,00	COFINS 0,00	INSS 0,00	IR 0,00	CSLL 0,00
<b>Demonstrativo</b>			<b>Demonstrativo</b>		
Valor dos Serviços	R\$	40.500,00	Valor dos Serviços	R\$	40.500,00
(-) Desconto Incondicionado	R\$	0,00	(-) Desconto Incondicionado	R\$	0,00
(-) Retenções Federais	R\$	0,00	(-) Valor da Nota	R\$	40.500,00
(-) Outras Retenções	R\$	0,00	(-) Deduções	R\$	0,00
(-) ISSQN Retido pelo Tomador	R\$	0,00	(-) Base de Cálculo	R\$	40.500,00
(=) Valor Líquido	R\$	40.500,00	(X) Aliquota	R\$	2,00
Serviço prestado em	Imposto Devido em		(=) Valor do Imposto (ISSQN)	R\$	810,00
<b>CEZARINA - GO</b>	<b>CEZARINA - GO</b>				
Valor dos Serviços	Descontos		Valor da Nota		
<b>40.500,00</b>	<b>0,00</b>		<b>40.500,00</b>		

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

Regime Normal.

Recolhimento: ISS a recolher pelo PRESTADOR

Essa nota não gera direito a crédito fiscal do ISSQN.

NFSe instituída Decreto 091/2014 de 12/05/2014

<https://app.centi.com.br/cezarina/portalcidadao/?nfse>



55



ESTADO DE GOIÁS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEZARINA

25.043.530/0001-48

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

Número da Nota

0000004956

Data e Hora de Emissão

14/10/2016 16:56:38

Código de Verificação

f008



ecoblending

PRESTADOR DE SERVIÇOS

Razão Social: ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA - EPP

Nome Fantasia: ECOBLENDING

CNPJ: 07.958.062/0001-50

Inscrição Municipal: 731

Endereço: RODOVIA GO-545 KM1 FAZ. BOA VISTA SENTIDO CEZARINA A FABR. DE CIMENTO, CEP: 76.195-000, ZONA RI

Município: CEZARINA - GO

Telefone:



TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome/Razão Social: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

CNPJ/CPF: 24.365.710/0001-83

Endereço: AV SENADOR SALGADO FILHO, NR: 3000, LAGOA NOVA, CEP:59078-970

Município: Natal - Rio Grande do Norte

E-mail: herbetehd@yahoo.com.br

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

Qtde	Item	Valor R\$	Total R\$
1,00	001-TRATAMENTO DE RESÍDUOS DIVERSOS	2.125,00	2.125,00

Observação: VENCIMENTO: 23/11/2016 REF. REMOÇÃO, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS COMO ESTOPAS, FLANELAS, VIDRARIAS E OUTROS, CONTAMINADOS COM AGENTES PERIGOSOS, ACONDICIONADOS EM CAIXAS DE PAPELÃO, BOMBONAS OU OUTROS RECIPIENTES. 500 KG VALOR POR KG R\$ 4,25

Serviço / Item-Serviço

07.09.00 - Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.

CNAE / Atividade Município

RETENÇÕES FEDERAIS	PIS 0,00	COFINS 0,00	INSS 0,00	IR 0,00	CSLL 0,00
Demonstrativo			Demonstrativo		
Valor dos Serviços	R\$	2.125,00	Valor dos Serviços	R\$	2.125,00
(-) Desconto Incondicionado	R\$	0,00	(-) Desconto Incondicionado	R\$	0,00
(-) Retenções Federais	R\$	0,00	(-) Valor da Nota	R\$	2.125,00
(-) Outras Retenções	R\$	0,00	(-) Deduções	R\$	0,00
(-) ISSQN Retido pelo Tomador	R\$	0,00	(-) Base de Cálculo	R\$	2.125,00
(=) Valor Líquido	R\$	2.125,00	(X) Alíquota	R\$	2,00
Serviço prestado em	Imposto Devido em		(=) Valor do Imposto (ISSQN)	R\$	42,50
CEZARINA - GO	CEZARINA - GO				
Valor dos Serviços	Descontos		Valor da Nota		
2.125,00	0,00		2.125,00		

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

Regime Normal.

Recolhimento: ISS a recolher pelo PRESTADOR

Essa nota não gera direito a crédito fiscal do ISSQN.

NFSe instituída Decreto 091/2014 de 12/05/2014

<https://app.centi.com.br/cezarina/portalcidadao/?nfse>



568



ESTADO DE GOIÁS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEZARINA  
25.043.530/0001-48

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA- NFS-e

Número da Nota  
0000004957

Data e Hora de Emissão  
14/10/2016 16:59:37

Código de Verificação  
ed40e4a8



ecoblending

PRESTADOR DE SERVIÇOS

Razão Social: ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA - EPP

Nome Fantasia: ECOBLENDING

CNPJ: 07.958.062/0001-50

Inscrição Municipal: 731

Endereço: RODOVIA GO-545 KM1 FAZ. BOA VISTA SENTIDO CEZARINA A FABR. DE CIMENTO, CEP: 76.195-000, ZONA RI

Município: CEZARINA - GO

Telefone:

TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome/Razão Social: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

CNPJ/CPF: 24.365.710/0001-83

Endereço: AV SENADOR SALGADO FILHO, NR: 3000, LAGOA NOVA, CEP: 59078-970

Município: Natal - Rio Grande do Norte

E-mail: herbetehd@yahoo.com.br

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

Qtde	Item	Valor R\$	Total R\$
1,00	001-TRATAMENTO DE RESÍDUOS DIVERSOS	800,00	800,00

Observação: VENCIMENTO: 23/11/2016 REF. REMOÇÃO, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE LÂMPADAS QUEBRADAS.  
100 KG VALOR POR KG R\$ 8,00 = TOTAL R\$ 800,00  
ITEM 05 DO EMPENHO  
CONTRATO 055/2016 \*NOTA DE EMPENHO Nº: 2016NE804328 \*NATUREZA DE DESPESA: 339039

Serviço / Item-Serviço

07.09.00 - Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.

CNAE / Atividade Município

RETENÇÕES FEDERAIS	PIS 0,00	COFINS 0,00	INSS 0,00	IR 0,00	CSLL 0,00
<b>Demonstrativo</b>			<b>Demonstrativo</b>		
Valor dos Serviços	R\$	800,00	Valor dos Serviços	R\$	800,00
(-) Desconto Incondicionado	R\$	0,00	(-) Desconto Incondicionado	R\$	0,00
(-) Retenções Federais	R\$	0,00	(-) Valor da Nota	R\$	800,00
(-) Outras Retenções	R\$	0,00	(-) Deduções	R\$	0,00
(-) ISSQN Retido pelo Tomador	R\$	0,00	(-) Base de Cálculo	R\$	800,00
(=) Valor Líquido	R\$	800,00	(X) Alíquota	R\$	2,00
Serviço prestado em	Imposto Devido em		(=) Valor do Imposto (ISSQN)	R\$	16,00
<b>CEZARINA - GO</b>	<b>CEZARINA - GO</b>				
Valor dos Serviços	Descontos		Valor da Nota		
<b>800,00</b>	<b>0,00</b>		<b>800,00</b>		

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

Regime Normal.

Recolhimento: ISS a recolher pelo PRESTADOR

Essa nota não gera direito a crédito fiscal do ISSQN.

NFSe instituída Decreto 091/2014 de 12/05/2014

<https://app.centi.com.br/cezarina/portalcidadao/?nfse>



578



ESTADO DE GOIÁS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEZARINA  
25.043.530/0001-48

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA- NFS-e

Número da Nota  
**0000004981**  
Data e Hora de Emissão  
**24/10/2016 17:12:30**  
Código de Verificação  
**4862**



ecoblending

PRESTADOR DE SERVIÇOS

Razão Social: **ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA - EPP**  
Nome Fantasia: **ECOBLENDING**  
CNPJ: **07.958.062/0001-50** Inscrição Municipal: **731**  
Endereço: **RODOVIA GO-545 KM1 FAZ. BOA VISTA SENTIDO CEZARINA A FABR. DE CIMENTO, CEP: 76.195-000, ZONA RI**  
Município: **CEZARINA - GO** Telefone:

TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome/Razão Social: **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE**  
CNPJ/CPF: **24.365.710/0001-83**  
Endereço: **AV SENADOR SALGADO FILHO, NR: 3000, LAGOA NOVA, CEP:59078-970**  
Município: **Natal - Rio Grande do Norte**  
E-mail: **herbetehd@yahoo.com.br**

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

Qtde	Item	Valor R\$	Total R\$
1,00	001-TRATAMENTO DE RESÍDUOS DIVERSOS	81.000,00	81.000,00

Observação: VENC:05/12/2016 \*PESO: 20.000 KG \*CONTRATO 055/2016 \*NOTA DE EMPENHO Nº:2016NE804328 \*NATUREZA DE DESPESA: 339039 REF. ITEM 01 - REMOÇÃO, TRANSP., TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RES. QUÍMICOS DE COMPOSIÇÃO VARIADA (EXEMPLO: SOLVENTES ORGÂNICOS CLORADOS E NÃO CLORADOS, SAIS DE METAIS TÓXICOS - SÓLIDOS E EM SOLUÇÃO) ORIUNDOS DE DIFERENTES UNID. E LABORATÓRI... DA UF DO RIO GRANDE DO NORTE E PROVENIENTES DE ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, ACONDICIONADOS DE MANEIRAS VARIADAS (RECIPIENTES DE VIDRO ÂMBAR DE 1 LITRO BOMBONAS PLÁSTICAS, ETC). EM SUA MAIORIA SEM IDENTIFICAÇÃO DE CONTEÚ

Serviço / Item-Serviço

07.09.00 - Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.

CNAE / Atividade Município

RETENÇÕES FEDERAIS		PIS 0,00	COFINS 0,00	INSS 0,00	IR 0,00	CSLL 0,00
Demonstrativo						
Valor dos Serviços		R\$	81.000,00			
(-) Desconto Incondicionado		R\$	0,00	Valor dos Serviços	R\$	81.000,00
(-) Retenções Federais		R\$	0,00	(-) Desconto Incondicionado	R\$	0,00
(-) Outras Retenções		R\$	0,00	(=) Valor da Nota	R\$	81.000,00
(-) ISSQN Retido pelo Tomador		R\$	0,00	(-) Deduções	R\$	0,00
(=) Valor Líquido		R\$	81.000,00	(=) Base de Cálculo	R\$	81.000,00
Serviço prestado em			Imposto Devido em	(X) Alíquota	R\$	2,00
CEZARINA - GO			CEZARINA - GO	(=) Valor do Imposto (ISSQN)	R\$	1.620,00
Valor dos Serviços			Descontos		Valor da Nota	
81.000,00			0,00		81.000,00	

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

Regime Normal.

Recolhimento: ISS a recolher pelo PRESTADOR

Essa nota não gera direito a crédito fiscal do ISSQN.

NFSe instituída Decreto 091/2014 de 12/05/2014

<https://app.centi.com.br/cezarina/portalcidadao/?nfse>



58



ESTADO DE GOIÁS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEZARINA  
25.043.530/0001-48

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA- NFS-e

Número da Nota  
**0000005169**  
Data e Hora de Emissão  
**05/12/2016 12:05:23**  
Código de Verificação  
**4f9e**



ecoblending

PRESTADOR DE SERVIÇOS

Razão Social: **ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA - EPP**  
Nome Fantasia: **ECOBLENDING**  
CNPJ: **07.958.062/0001-50** Inscrição Municipal: **731**  
Endereço: **RODOVIA GO-545 KM1 FAZ. BOA VISTA SENTIDO CEZARINA A FABR. DE CIMENTO, CEP: 76.195-000, ZONA R**  
Município: **CEZARINA - GO** Telefone:

TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome/Razão Social: **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE**  
CNPJ/CPF: **24.365.710/0001-83**  
Endereço: **AV SENADOR SALGADO FILHO, NR: 3000, LAGOA NOVA, CEP:59078-970**  
Município: **Natal - Rio Grande do Norte**  
E-mail: **herbetehd@yahoo.com.br**

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

Qtde	Item	Valor R\$	Total R\$
1,00	001-GERENCIAMENTO DE LÂMPADAS	59.600,00	59.600,00

Observação: VENCIMENTO: 16/01/2017 REFERENTE A REMOÇÃO, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE 20.000 UNIDADES DE LÂMPADAS FLUORESCENTES TUBULARES E COMPACTAS (ITEM 4 DO CONTRATO 055/2016).  
-NOTA DE EMPENHO Nº: 2016NE804328 -NATUREZA DE DESPESA: 339039

Serviço / Item-Serviço  
07.09.00 - Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.

CNAE / Atividade Município

RETENÇÕES FEDERAIS	PIS 0,00	COFINS 0,00	INSS 0,00	IR 0,00	CSLL 0,00
<b>Demonstrativo</b>			<b>Demonstrativo</b>		
Valor dos Serviços	R\$	59.600,00	Valor dos Serviços	R\$	59.600,00
(-) Desconto Incondicionado	R\$	0,00	(-) Desconto Incondicionado	R\$	0,00
(-) Retenções Federais	R\$	0,00	(=) Valor da Nota	R\$	59.600,00
(-) Outras Retenções	R\$	0,00	(-) Deduções	R\$	0,00
(-) ISSQN Retido pelo Tomador	R\$	0,00	(=) Base de Cálculo	R\$	59.600,00
(=) Valor Líquido	R\$	59.600,00	(X) Alíquota	R\$	2,00
Serviço prestado em	Imposto Devido em		(=) Valor do Imposto (ISSQN)	R\$	1.192,00
<b>CEZARINA - GO</b>	<b>CEZARINA - GO</b>				
Valor dos Serviços	Descontos		Valor da Nota		
<b>59.600,00</b>	<b>0,00</b>		<b>59.600,00</b>		

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

Regime Normal.  
Recolhimento: ISS a recolher pelo PRESTADOR  
Essa nota não gera direito a crédito fiscal do ISSQN.  
NFSe instituída Decreto 091/2014 de 12/05/2014  
<https://app.centi.com.br/cezarina/portalcidadao/?nfse>



55



RECURSO:  
ILMO. SR. PREGOEIRO.

AMBSERV TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF 07.067.001/0001-00, sediada a Rua Alexandre Zanchetta, 337 – Jardim Itália – São José Dos Pinhais/PR – CEP: 83.015-148, vem, com o devido respeito e acatamento, por intermédio de seu Representante Legal, DIEGO ROMERO, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 34.259.852-1, inscrito no CPF/MF sob nº 307.364.088-60, à presença de Vossa Excelência, com fulcro no art. 5º, inciso XXXIV da Constituição Federal de 1988 e na Lei Federal nº 8.666/93 e demais legislações aplicáveis, apresentar RECURSO ADMINISTRATIVO em desfavor da ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA - EPP .

O edital exigiu em seus termos item 8.5.5: "Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943."

Ocorre que, tal documento não foi apresentado pela empresa e não consta no SICAF apresentado.

Por ser o edital a lei que rege o certame, não há razão para declarar a empresa ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA - EPP habilitada já que ela não cumpriu os requisitos.

A própria lei 8.666/39 prevê que a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, senão vejamos:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Por todo o exposto, requer-se o provimento do presente recurso, com efeito para que seja:

1. Declarada, desde já, a ECOBLENDING como INABILITADA para prosseguir no pleito.
2. Consequentemente, que seja declarada habilitada para prosseguir no feito até os seus tramites finais a empresa AMBSERV TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA (CNPJ/MF 07.067.001/0001-00) e que haja a adjudicação do objeto licitatório em favor da mesma, com a consequente homologação e assinatura do contrato.

São José dos Pinhais-PR, 23/12/2016.

AMBSERV TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA  
CNPJ/MF 07.067.001/0001-00  
DIEGO ROMERO  
CPF/MF SOB Nº 307.364.088-60

EM BRANCO



## CONTRARRAZÕES AO RECURSO

A empresa ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA., estabelecida na Rodovia BR-545, Km-1, Zona Rural – Fazenda Boa Vista – CEP: 76.195-000 – Cezarina - Goiás, inscrita no CNPJ sob n.º 07.958.062/0001-50, vem por meio deste, apresentar Contrarrazões ao recurso interposto pela Ambserv Tratamento de Resíduos Ltda. CNPJ 07.067.001/0001-00, REQUERENDO, desde já, seja considerado inconsistente o recurso interposto, conforme será demonstrado em linhas vindouras:

### I – Da Alegação de “Inexistência” de Certidão Trabalhista

A alegação de “inexistência” de Certidão Negativa NÃO SE SUSTENTA, pelo simples fato da solicitação em edital está direcionada apenas para empresas não cadastradas no SICAF. Vejamos:

“8.3. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista, nas condições seguintes:

Vale dizer que o Edital assim estabelece:

“8.2. O Pregoeiro, então, consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme disposto nos arts. 4º, caput, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43, III, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

8.2.1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

8.2.2. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, conforme estatui o Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015.”



Utilizando os mesmos dizeres da recorrente, a própria lei 8.666/39 Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada, porquanto, o Ilustre Pregoeiro pode fazer a consulta no site <http://www.tst.jus.br/certidao> sobre a exigência do item 8.5 alegado, desnecessário, diante do suprimimento do item 8.2.1 e 8.2.2 pela Ecoblending neste ato.

## II – CONCLUSÃO

Pelo acima exposto, nos exatos termos do Edital, REQUER a improcedência do recurso interposto pela empresa Ambserv Tratamento de Resíduos Ltda. CNPJ 07.067.001/0001-00, por consequência MANTENDO a regularidade da ECOBLENDING como empresa vencedora.

SEGUE CND TRABALHISTA

Página 1 de 1

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 07.958.062/0001-50

Certidão nº: 122348897/2016

Expedição: 28/12/2016, às 13:02:59

Validade: 25/06/2017 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA (MATRIZ E FILIAIS), inscrito (a) no CNPJ sob o nº 07.958.062/0001-50, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.



No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

#### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Dúvidas e sugestões: [cndt@tst.jus.br](mailto:cndt@tst.jus.br)

CEZARINA-GO, 30 de Dezembro de 2016.

ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA CNPJ: 07.958.062/0001-50

Sérgio Roriz de Oliveira – Sócio/Proprietário

CPF: 607.345.151-20 RG: 3126626 – 2º via DGPC/GO

EM BRANCO



Senhor Prefeito Universitário,

Informamos a V.Sa. que a empresa AMBSERV TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA., CNPJ 07.067.001/0001-00, na pessoa de sua representante legal Sr. DIEGO ROMERO, encaminhou, tempestivamente, recurso eletrônico pelo sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), contra a decisão deste Pregoeiro, que habilitou a empresa ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA., CNPJ Nº 07.958.062/0001-50 no Pregão Eletrônico SRP CPL-PU Nº 018/2016 (PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23074.037137/2016-27).

Foram apreciados os termos do referido RECURSO, resultando no presente relatório, conforme transcrevemos a seguir.

O recurso está sendo, pois, repassado para sua decisão na condição de Autoridade Competente.

DECISÃO DO PREGOEIRO: NÃO PROCEDE.

#### **RESPOSTA AO RECURSO ADMINISTRATIVO**

**Referência:** PREGÃO SRP/UFPB/CPL-PU Nº 018/2016.

**Recorrente:** AMBSERV TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA., CNPJ 07.067.001/0001-00.

**Recorrida:** ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA., CNPJ 07.958.062/0001-50

#### **I – DO RELATÓRIO.**

A UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB no âmbito do PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23074.037137/2016-27 tornou público o Edital do PREGÃO SRP/UFPB/CPL-PU Nº 018/2016, tendo por objeto o “REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE REMOÇÃO, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS QUÍMICOS DA UFPB, CONTEMPLANDO O FORNECIMENTO DE RECIPIENTES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES EM EDITAL E ANEXOS”.



O Edital não foi impugnado.

Em 19 de Dezembro de 2016 reuniram-se o Pregoeiro oficial deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal PORTARIA/UFPB/PU nº 021/2016, de 10 de abril de 2016.

Aberta a sessão pública foram divulgadas as propostas recebidas, abrindo-se, em seguida, a fase de lances e classificação.

Diante da ordem de classificação dos licitantes, foram analisados e julgados os documentos relativos à habilitação, restando aceita e habilitada a licitante ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA., CNPJ 07.958.062/0001-50 (**ora Recorrida**).

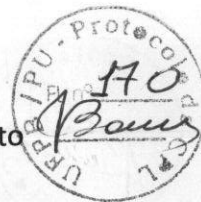
Aberta a fase de interposição de recursos a licitante AMBSERV TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA., CNPJ 07.067.001/0001-00 (**ora Recorrente**) apresentou intenção de recurso, seguida de razões de recurso, em que se insurge quanto a aceitação da proposta da licitante Recorrida arguindo vícios **ao item 8.5.5. do Edital**, na medida em que esta teria deixado de apresentar certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CNDT), essencial à sua habilitação.

Requer, por fim, que a Recorrida seja INABILITADA do Certame, e que a Recorrente “seja declarada habilitada para prosseguir no feito até os seus tramites finais e que haja a adjudicação do objeto licitatório em favor da mesma, com a consequente homologação e assinatura do contrato”.

O Recurso é tempestivo, passando-se à análise dos seus pressupostos de admissibilidade e mérito.

## II – DOS FATOS.

A proposta unitária da empresa Recorrida foi da ordem de R\$ 3,58 (Três Reais e Cinquenta e Oito Centavos). Já a proposta da Recorrente foi da ordem de R\$



4,79 (Quatro Reais e Setenta e Nove Centavos), valor esse que a classificou em quarto lugar, na ordem de classificação das propostas após a finalização dos lances.

Sob o ponto de vista de valor global anual da proposta, a diferença de valores ente Recorrente e Recorrida é da ordem de R\$ 82.280,00, donde se verifica inequívoca vantajosidade.

No decorrer da licitação, que é voltada a uma finalidade específica, qual seja a seleção da proposta mais vantajosa, o Pregoeiro poderá deparar-se com dificuldades para tomada de decisões em face de questões incidentais, como por exemplo, a garantia da regularidade fiscal e trabalhista, ou a qualificação econômica financeira e habilitação técnica de uma Licitante.

Neste caso, a análise não deve limitar-se ao aspecto meramente formal, da simples verificação do atendimento e validade dos requisitos fixados no instrumento convocatório.

Dentre as suas prerrogativas, havendo qualquer dúvida relativa a documentos de habilitação, o Pregoeiro pode consultar sítios oficiais emissores de certidões, para só então, com a questão totalmente aclarada e pacificada, poder decidir com tranquilidade e segurança sobre a habilitação de uma Licitante.

Nesse sentido, a Lei nº 8.666/93 consigna em seu artigo 43, § 3º o fundamento legal para a promoção de diligências nas licitações. Veja-se: "É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta".

Assim procedimento, este Pregoeiro constatou existir Certidão Negativa do CNDT, permitindo-lhe formalizar a aceitação da proposta da Licitante Recorrida e Vencedora do Certame.



## II – DA FUNDAMENTAÇÃO.

A Recorrente interpôs Recurso Administrativo em face da Decisão que classificou a empresa Recorrida, manifestando prévia intenção, aduzindo ofensa a normas e condições do edital, em especial ao **item 8.5.5**.

Os pedidos da Recorrente não merecem prosperar, uma vez que a proposta da Recorrida atende aos princípios administrativos, tendo ainda a premissa fundamental de ser a de maior vantajosidade para a Administração e ao atendimento à supremacia do interesse público, ao passo em que mero inconformismo sem respaldo legal não contribui para o interesse público.

No tocante ao Recurso apresentado pela Licitante inconformada, não houve violação aos Princípios da Administração, visto que todo o certame transcorreu dentro da máxima publicidade e legalidade, diante dos fatos já apresentados.

Dessa forma, não há o que se falar em revogar a habilitação da Recorrida.

## II – DO EXAME DO MÉRITO.

A Lei nº 10.520/2002 e os decretos regulamentares da modalidade pregão (Decretos nº 3.555/2000 e 5.450/2005) definem que **o Pregoeiro, ao analisar uma INTENÇÃO DE RECURSO, deverá se limitar ao pronunciamento quanto ao “acolhimento” ou não da intenção, ou seja, deve se restringir ao exame da existência dos pressupostos recursais (requisitos de admissibilidade)**.

Esses requisitos são: 1) Sucumbência (somente aquele interessado que não logrou êxito em sua pretensão de sagrar-se vitorioso no certame é que atende a esse pressuposto); 2) Tempestividade (deverá ocorrer no prazo previsto no ato convocatório); 3) Legitimidade (quando a parte que interpuser o recurso for a parte sucumbente); 4) Interesse (mesmo diante do acolhimento da pretensão do licitante, a decisão administrativa será absolutamente inútil, sem qualquer proveito prático); 5)



Motivação (exposição objetiva do conteúdo da irresignação do licitante em relação ao(s) ato(s) do Pregoeiro) e 6) **Regularidade formal** (o recurso deverá ser endereçado ao Pregoeiro, expondo, de forma inteligível, os fundamentos do pedido de reforma da decisão).

Segundo entendimento do TCU (Ac. 694/2014-Plenário, rel. Min. Valmir Campelo), o juízo de admissibilidade das intenções de recurso deve avaliar tão somente a presença dos pressupostos recursais (sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação), constituindo afronta à jurisprudência do TCU a denegação fundada em exame prévio de questão relacionada ao mérito do recurso.

Assim, em relação à intenção recursal, o Pregoeiro poderá: 1) aceitar a intenção, abrindo prazo para apresentação das razões recursais ou 2) rejeitar a intenção de recurso, devendo motivar a decisão negativa de admissibilidade.

No tocante ao recurso propriamente dito, o Pregoeiro poderá adotar as seguintes posturas: 1) conhecer do recurso (juízo positivo de admissibilidade) e, no mérito, acolhê-lo, pelo princípio de autotutela; 2) não conhecer do recurso (juízo negativo de admissibilidade), em razão da ausência de algum requisito de admissibilidade recursal; 3) conhecer do recurso (juízo positivo de admissibilidade) e manter a sua decisão, devendo prestar as devidas informações à autoridade competente para o efetivo julgamento do recurso.

Quando questionada a intenção de recorrer dos licitantes, caberá a manifestação afirmativa. A lei não exige forma especial para manifestação; basta que seja inequívoca. A norma exige, porém, o cumprimento de dois requisitos: o prazo imediato e a apresentação da motivação.

“Motivar a intenção de recorrer” é a indicação sucinta do ponto em que se funda a contrariedade do licitante e “apresentar as razões do recurso”: é a fundamentação, as razões que buscam convencer o pregoeiro em favor da motivação já apresentada.



O interesse em recorrer se traduz no binômio necessidade/utilidade, sendo necessário, quando não houver outro meio de provocar a modificação do ato recorrido, e útil, quando o recurso tiver o condão de proporcionar situação mais vantajosa do que aquela que está sendo questionada. Ainda que sucinta, a motivação deve revestir-se de conteúdo jurídico (Acórdão TCU nº 1.148/2014-Plenário), de modo que, o simples descontentamento do licitante não justifica o cabimento do recurso.

No momento do Juízo de Admissibilidade da intenção de recurso não cabe exame do mérito, visto que tal prerrogativa cabe ao superior, mas verificar se os motivos apresentados na intenção de recorrer possuem, em tese, um mínimo de plausibilidade para seu seguimento. Daí a sua aceitação.

O Pregoeiro possui competência para examinar os aspectos formais da Intenção do Recurso, não havendo guarida para este, analisá-la de forma antecipada e segundo suas próprias convicções, cerceando o direito subjetivo da licitante recorrente. O mérito da intenção somente será tratado na peça recursal.

A Recorrente, in casu, pleiteia que no processo licitatório “seja declarada habilitada para prosseguir no feito até os seus tramites finais e que haja a adjudicação do objeto licitatório em favor da mesma, com a consequente homologação e assinatura do contrato”.

Estamos diante da total ausência de interesse ou legitimidade processual, tornando-se impossível o prosseguimento da demanda vez que a tutela jurisdicional perseguida não surtirá tamanha efetividade como surtiria se não houvessem aqueles supostos defeitos apontados pela recorrente.

Para propor ou contestar ação, é necessário ter interesse e legitimidade. O interesse repousa no binômio utilidade-necessidade. À Recorrente incumbe-se o ônus de demonstrar que a interposição do recurso lhe é útil no sentido de poder ensejar situação mais vantajosa do que a advinda com a decisão recorrida, devendo, ainda, demonstrar que a interposição do recurso é a medida necessária para obter essa situação mais vantajosa.

Segundo José Carlos Barbosa Moreira (2003, p. 295), são necessários dois pressupostos para configurar o interesse recursal, a saber: a) necessidade (o recurso deverá ser o único meio para a obtenção do resultado pretendido pelo recorrente); b) utilidade (o recurso deve subtrair ou ao menos atenuar o gravame, trazendo, assim, um resultado prático mais vantajoso para o recorrente).



Em outras palavras, o interessado deve vislumbrar, na interposição do recurso, alguma utilidade que somente poderá ser obtida através da via recursal, fazendo-se necessário para tanto que a parte interessada em recorrer tenha sofrido algum prejuízo jurídico em decorrência do pronunciamento judicial a ser atacada ou tenha ficado insatisfeita com tal decisão.

Logo, tanto a legislação pertinente quanto as normas do Edital conduzem ao não conhecimento e o não provimento do Recurso Administrativo interposto.

### III – DA DECISÃO.

Isto posto, não conhecemos e negamos provimento ao Recurso Administrativo interposto pela licitante AMBSERV TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA., CNPJ 07.067.001/0001-00, referente ao **PREGÃO SRP/UFPB/CPL-PU Nº 018/2016**, com a manutenção dos termos expostos na decisão de desclassificação da Recorrente e classificação da Recorrida.

João Pessoa, 09 de Janeiro de 2016.

AUGUSTO CESAR TEMOTEO DE OLIVEIRA

**PREGOEIRO**

COPIA

ILUSTRÍSSIMO SENHOR FRANCISCO PEREIRA DA SILVA JUNIOR, PREFEITO UNIVERSITÁRIO,  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA.



Ref.: Recurso Administrativo em desfavor da ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA - EPP.

PREGÃO ELETRÔNICO SRP UFPB/CPL-PU Nº 018/2016.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23074.037137/2016-27.

OBJETO: O objeto da presente licitação é o registro de preços para eventual contratação de empresa especializada em serviços de remoção, transporte, tratamento e destinação final de resíduos químicos da Universidade Federal da Paraíba, contemplando o fornecimento de recipientes.

LAVIERI EMPREENDIMENTOS EIRELI., pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob CNPJ nº 07.575.881/0001-18, com sede na Avenida Cabo Branco, 4576, Cabo Branco, Estado da Paraíba – CEP. 58.045-010, neste ato, representado pelo Senhor Eduardo Lavieri, portador do CPF: 008.159.234-57, residente a Rua Rui Costa, 520 - Apt. 2002, Altiplano Cabo Branco, João Pessoa - PB, vem com a devida consideração, interpor RECURSO ADMINISTRATIVO, contra a decisão dessa digna Comissão Permanente de Licitação que inabilitou a Recorrente, demonstrando os motivos de seu inconformismo pelas razões a seguir articuladas:

#### I – DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO

O presente Recurso Administrativo é plenamente tempestivo, uma vez que a intimação da Decisão Administrativa ora atacada, se deu em 23/12/2016, conforme comprovante/informação de publicação anexo. Sendo o prazo legal para apresentação da presente medida recursal de 03 (três) dias úteis, são as razões ora formuladas plenamente tempestivas, uma vez que o termo final do prazo recursal na esfera administrativa apenas se dará em 28/12/2016, razão pela qual deve essa respeitável Comissão Permanente de Licitação conhecer e julgar a presente medida.

#### II – DOS FATOS SUBJACENTES



1. Com fundamento nas disposições contidas na Lei n.º 8.666/93 e demais Legislações Vigentes, a Universidade Federal da Paraíba - UFPB, visando a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços especializados de remoção, transporte, tratamento e destinação final de resíduos químicos da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, contemplando o fornecimento de recipientes, instaurou procedimento licitatório, sob a modalidade de Pregão Eletrônico SRP UFPB/CPL-PU Nº 018/2016.

2. No dia 23 de dezembro do corrente - data designada para o julgamento da documentação, a Comissão Permanente de Licitação, declarou a Empresa ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA., vencedora em razão de atender aos critérios legais que versam sobre a documentação necessária à habilitação, contudo, detectamos que a documentação da empresa supracitada, esta contida de vícios insanáveis, conforme será facilmente demonstrado, a seguir:

"8.5.5 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de CERTIDÃO NEGATIVA OU POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;" (grifo nosso)

"8.6.2 - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, nos moldes do inciso I do art. 31 da Lei nº 8.666/1993 c/c art. 1.078 do Código Civil, em consonância com o Acórdão 1999/2014 TCU-Plenário;"

"8.6.3 - Comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:"

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG = Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC = Ativo Circulante



Passivo Circulante

### III - DO DIREITO

Com a devida vênia, a decisão da ilustre Comissão é insustentável, senão, vejamos:

"A documentação - consoante ensina o saudoso Hely Lopes Meirelles - é o conjunto de comprovantes da capacidade jurídica, da regularidade fiscal, da capacidade técnica e da idoneidade financeira que se exige dos interessados para habilitarem-se na licitação". (Licitação e Contrato Administrativo, RT, 8ª ed. p. 119).

A empresa habilitada não possui todos estes atributos legais, conforme documentos apresentados.

No que se refere ao item 8.5.5, a empresa habilitada, não colacionou em seus documentos de habilitação, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, a qual atesta a inexistência de fatos impeditivos, junto a Justiça do Trabalho.

A ausência deste documento, faz prova inequívoca de que a empresa habilitada, encontra-se, impossibilitada em lograr êxito no processo licitatório.

A CNDT passou a constituir, nos termos da mesma Lei nº 12.440/11, mais um requisito de habilitação às licitações e contratações pelo poder público, na medida em que ao art. 27 da Lei Geral de Licitações, a Lei nº 8.666/93, foi acrescida, no inciso IV, a exigência de comprovação da regularidade trabalhista da pessoa física ou jurídica interessada em contratar com a Administração pública, passando o art. 29, V, da mesma lei geral a ter a seguinte redação:

Art. 29. A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o caso, consistirá em:

[...]

V - prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. (grifo nosso)

Resulta que a exigência de CNDT resguarda a Administração Pública para afastar de suas licitações e contratações as sociedades empresárias com histórico de inadimplência



trabalhista, além de precatá-la contra a probabilidade de responder subsidiariamente, caso tais sociedades venham a contratar com a Administração e faltem às obrigações trabalhistas com os seus empregados, utilizados nos serviços contratados pela Administração.

Em decorrência desse papel social, a exigência da CNDT não se deve limitar às contratações que envolvam a prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra. Deve ser exigida pela Administração pública em todas as suas contratações, precedidas ou não de licitação, independentemente de seu objeto e valor.

No que se refere ao item 8.6.2 - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, nos moldes do inciso I do art. 31 da Lei nº 8.666/1993 c/c art. 1.078 do Código Civil, em consonância com o Acórdão 1999/2014 TCU-Plenário; a empresa habilitada, apresenta inúmeras inconsistências, as quais passamos a relatar:

1) Balanço Patrimonial divergente, o qual apresenta, registrado no Sped Contábil o Patrimônio Líquido, no valor de R\$ 5.443.319,62 (Cinco milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, trezentos e dezenove reais e sessenta e dois centavos), e um Patrimônio Líquido no valor de R\$ 12.451.230,50 (Doze milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil, duzentos e trinta reais e cinquenta centavos) constante no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

Ausência de elementos essenciais ao Balanço Patrimonial, sendo estes:

- DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO PÚBLICO LÍQUIDO para o período de divulgação;
- NOTAS EXPLICATIVAS, compreendendo o resumo das políticas contábeis significativas e outras informações explanatórias.

Sendo a integralidade uma característica necessária para as demonstrações contábeis, e sendo as Notas explicativas um dos itens a ser contemplado nesse conjunto de demonstrações, observasse claramente que o documento apresentado na presente licitação pela empresa habilitada, esta em desacordo com as normas do Conselho Federal de

Contabilidade, uma vez que o Balanço Patrimonial apresentado não contem as Notas Explicativas, conforme exige a legislação, como segue:



RESOLUÇÃO CFC Nº. 1.255/09 - NBC TG 1000 – diz:

3.3 A entidade cujas demonstrações contábeis estiverem em conformidade com esta Norma deve fazer uma declaração explícita e sem reservas dessa conformidade nas NOTAS EXPLICATIVAS. As demonstrações contábeis não devem ser descritas como em conformidade com esta Norma a não ser que estejam em conformidade com todos os requerimentos desta Norma.

3.17 O conjunto completo de demonstrações contábeis da entidade deve incluir todas as seguintes demonstrações: (a) balanço patrimonial ao final do período; (b) demonstração do resultado do período de divulgação; (c) demonstração do resultado abrangente do período de divulgação. A demonstração do resultado abrangente pode ser apresentada em quadro demonstrativo próprio ou dentro das mutações do patrimônio líquido. A demonstração do resultado abrangente, quando apresentada separadamente, começa com o resultado do período e se completa com os itens dos outros resultados abrangentes; (d) demonstração das mutações do patrimônio líquido para o período de divulgação; (e) demonstração dos fluxos de caixa para o período de divulgação; (f) NOTAS EXPLICATIVAS, COMPREENDENDO O RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS 18 significativas e outras informações explanatórias. (grifo nosso)

Diante dos fatos narrados, fica clara e evidente, a necessidade da apresentação das "Notas Explicativas" em seu balanço patrimonial.

#### IV - DOS PEDIDOS

Isto posto, a recorrente aguarda serenamente que as razões ora invocadas sejam detidas e criteriosamente analisadas, e ao final, seja dado provimento:

1. Acatando o RECURSO ADMINISTRATIVO em desfavor da ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA - EPP, declarando a mesma INABILITADA.



2. Declarar a habilitação em favor da empresa LAVIERI EMPREENDIMENTOS EIRELI (CNPJ: 07.575.881/0001-18), procedendo desta forma, com as demais etapas legais do processo licitatório.

Sem mais para o momento,

Nesses Termos,

Pede Deferimento.

João Pessoa - PB, 27 de Dezembro de 2016.

Eduardo Lavieri

- Requerente -

## CONTRARRAZÕES AO RECURSO



A empresa ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA., estabelecida na Rodovia BR-545, Km-1, Zona Rural – Fazenda Boa Vista – CEP: 76.195-000 – Cezarina - Goiás, inscrita no CNPJ sob n.º 07.958.062/0001-50, vem por meio desta, apresentar Contrarrazões ao Recurso interposto pela Lavieri Empreendimentos Eireli, REQUERENDO, desde já, seja considerado inconsistente o recurso interposto, conforme será demonstrado em linhas vindouras:

### I – Da Alegação de “Inexistência” de Certidão Trabalhista

A alegação de “inexistência” de Certidão Negativa NÃO SE SUSTENTA, pelo simples fato da solicitação em edital está direcionada apenas para empresas não cadastradas no SICAF. Vejamos:

“8.3. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista, nas condições seguintes:

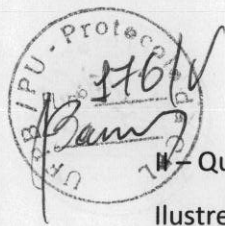
Vale dizer que o Edital assim estabelece:

“8.2. O Pregoeiro, então, consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme disposto nos arts. 4º, caput, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43, III, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

8.2.1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

8.2.2. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, conforme estatui o Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015.”

A lei 8.666/39 Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada, porquanto, o Ilustre Pregoeiro pode fazer a consulta no site <http://www.tst.jus.br/certidao> sobre a exigência do item 8.5 alegado, desnecessário, diante do suprimento do item 8.2.1 e 8.2.2 pela Ecoblending neste ato.



#### Qualificação Econômica Financeira

Ilustre Pregoeiro, a apresentação do Balanço foi para mera observação de regularidade e qualificação econômica financeira, pois da mesma forma que no item anterior, este documento não é exigido em edital às empresas cadastradas no SICAF.

“8.5.10. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF no nível da Qualificação econômico-financeira, conforme Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação:”

Analisando as exigências deste documento para empresas não cadastradas no SICAF, observou-se também o equívoco do recorrente quanto aos documentos de comprovação contábil, sendo estabelecido em edital a apresentação na forma da lei e não baseado em normativas e/ou resoluções.

“8.6.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, nos moldes do inciso I do art. 31 da Lei nº 8.666/1993 c/c art. 1.078 do Código Civil, em consonância com o Acórdão 1999/2014 TCU-Plenário.”

Assim, resta devidamente demonstrado o Balanço Patrimonial e Índices de Liquidez, como também a situação corrigida pela unidade cadastradora do SICAF, quando da atualização, sendo, portanto, válida a documentação apresentada.

### III – CONCLUSÃO

Pelo acima exposto, nos exatos termos do Edital, REQUER a improcedência do recurso interposto pela empresa Laviere Empreendimentos Eireli, por consequência MANTENDO a regularidade da ECOBLENDING como empresa vencedora.

#### SITUAÇÃO FORNECEDOR – SICAF

#### Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação apresentada para registro no SICAF e arquivada na UASG Cadastradora, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG

Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão



CNPJ / CPF: 07.958.062/0001-50 Validade do Cadastro: 15/03/2017

Razão Social / Nome: ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA - EPP

Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

Unidade Cadastradora: 158430 - INST.FED.DE EDC.,CIENC.E TEC.DE GO/C.GOIÂNIA

Domicílio Fiscal: 97853 - Cezarina GO

Atividade Econômica: 3822-0/00 - TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS PERIGOSOS

Endereço: GO-545 - ESTRADA QUE LIGA CEZARINA A AFB CIMPOR Km 1 - Cezarina - GO

Ocorrência: Nada Consta

Impedimento de Licitar: Nada Consta

Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta

Níveis validados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Validade: 01/01/2017

FGTS Validade: 10/01/2017

INSS Validade: 01/01/2017

Trabalhista Validade: 27/06/2017 <http://www.tst.jus.br/certidao>

IV – Regularidade Fiscal Estadual/Municipal:

Receita Estadual/Distrital Validade: 31/01/2017

Receita Municipal Validade: 15/01/2017

V – Qualificação Técnica

VI – Qualificação Econômico-Financeira – Validade: 31/05/2017

Índices Calculados: SG = 1,68; LG = 0,72; LC = 0,42

Patrimônio Líquido: R\$ 5.443.319,62

Esta declaração é uma simples consulta não tem efeito legal.

Legenda: documento(s) assinalado(s) com xxx está(ão) com prazo(s) vencido(s).

Emitido em: 02/01/2017 09:51 1 de 1

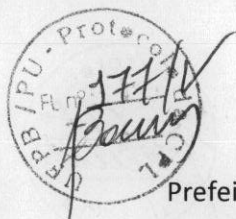
CPF: 607.345.151-20 Nome: SERGIO RORIZ DE OLIVEIRA

Ass:

CARTA DO CONTADOR:

Ao

Ilustríssimo



Prefeito Universitário, Comissão Permanente de Licitação, da Universidade Federal da Paraíba

Sr Francisco Pereira da Silva Júnior

Aos pontos levantados pela empresa Lavieri Empreendimentos Eirelli, no pregão eletrônico SRP UFPB/CPL-PU Nº 018/2016, processo administrativo Nº 23074.037137/2016-27, venho através deste prestar esclarecimentos sobre a parte das Demonstrações Contábeis da empresa Ecoblending Ambiental LTDA.

No que tange a divergência entre o balanço ao qual apresentamos através do SPED Contábil, ao qual é informado a Receita Federal, e ao que está no sistema do SICAF, não podemos precisar, pois não sabemos quem digitou o mesmo no SICAF, portanto fica claro que foi um equívoco de quem digitou no sistema SICAF.

O balanço da empresa Ecoblending Ambiental LTDA, atende integralmente as Normas Contábeis Brasileiras, com isso a empresa possui todas as demonstrações contábeis que são exigidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

No entanto entendemos que a habilitação é feita através da apresentação dos documentos solicitados no Edital, ficando excluída qualquer documentação que não seja exigida através do mesmo, portanto não devemos falar em documentação alheia ao Edital.

Goiânia, 30 de dezembro de 2016.

Fonseca & Associados Serviços Contábeis e Gestão Empresarial LTDA

Arthur André Fonseca

CRC/GO- 002134/O

30/12/2016 SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores

Consulta Solicitação Validação Registro Segurança Tabelas Publicações Sair

Validação Nível VI – Qualificação Econômica – Financeira

Fornecedor

CNPJ Razão Social

07.958.062/001-50 ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA – EPP

Situação Cadastral

Cadastrado

Nome Fantasia

ECOBLENDING

Exercício Financeiro

X Período Inicial x Período Final Validade do Balanço

01/2015 12/2015 05/2017



## Demonstrações – Contábil

### X Demonstração Contábil x Tipo de Balanço

12/2015 Balanço anual

#### Ativo

Circulante Não circ.: Realizável a LP Não circ.: Investimentos

2.965.166,79 2.807.594,80 0,00

Não circ.: Imobilizado Não circ.: Intangível x Total do Ativo

7.729.018,09 0,00 13.501.779,68

#### Passivo

Circulante Não Circulante x Total do Passivo

7.007.910,88 1.050.549,18 8.058.460,06

Patrimônio Líquido

Capital Social (R\$)

800.000,00

Patrimônio Líquido

5.443.319,62

Índices Calculados

Índice de Solvência Geral Liquidez Geral Liquidez Corrente

1,68 0,72 0,42

<https://3.com.comprasnet.gov.br/SICAFWeb/private/nivel6-economicoFinanceira/validarQualiEconomicoFinanceira.jsf>

30/12/2016 SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores

Certificação de Falência / Recuperação

Código de Controle da Certificação Data de Emissão Data de Validade

1798891308 07/04/2016 07/04/2017

Salvar Voltar

(x) Campo de preenchimento obrigatório.

Realizar nova pesquisa

Voltar para página inicial

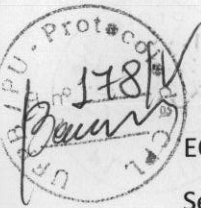
Brasília, 30 de Dezembro de 2016

Login: 711.034.901-25 – MARIA JOSE RODARTE – Usuário da UASG-

Produção

<https://3.com.comprasnet.gov.br/SICAFWeb/private/nivel6-economicoFinanceira/validarQualiEconomicoFinanceira.jsf>

CEZARINA-GO, 02 de janeiro de 2016.



ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA CNPJ: 07.958.062/0001-50

Sérgio Roriz de Oliveira – Sócio/Proprietário

CPF: 607.345.151-20 RG: 3126626 – 2º via DGPC/GO.

Senhor Prefeito Universitário,



Informamos a V.Sa. que a empresa LAVIERI EMPREENDIMENTOS EIRELI, CNPJ 07.575.881/0001-18, na pessoa de sua representante legal Sr. Eduardo Lavieri, encaminhou, tempestivamente, recurso eletrônico pelo sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), contra a decisão deste Pregoeiro, que habilitou a empresa ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA - EPP, CNPJ Nº 07.958.062/0001-50 no Pregão Eletrônico SRP CPL-PU Nº 018/2016 (PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23074.037137/2016-27).

Foram apreciados os termos do referido RECURSO, resultando no presente relatório, conforme transcrevemos a seguir.

O recurso está sendo, pois, repassado para sua decisão na condição de Autoridade Competente.

DECISÃO DO PREGOEIRO: NÃO PROCEDE.

#### **RESPOSTA AO RECURSO ADMINISTRATIVO**

**Referência: PREGÃO SRP/UFPB/CPL-PU Nº 018/2016.**

**Recorrente: LAVIERI EMPREENDIMENTOS EIRELI, CNPJ 07.575.881/0001-18**

**Recorrida: ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA - EPP, CNPJ 07.958.062/0001-50**

#### **I – DO RELATÓRIO.**

A UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB no âmbito do PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23074.037137/2016-27 tornou público o Edital do PREGÃO SRP/UFPB/CPL-PU Nº 018/2016, tendo por objeto o “REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE REMOÇÃO, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS QUÍMICOS DA UFPB, CONTEMPLANDO O FORNECIMENTO DE RECIPIENTES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES EM EDITAL E ANEXOS”.



O Edital não foi impugnado.

Em 19 de Dezembro de 2016 reuniram-se o Pregoeiro oficial deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal PORTARIA/UFPB/PU nº 021/2016, de 10 de abril de 2016.

Aberta a sessão pública foram divulgadas as propostas recebidas, abrindo-se, em seguida, a fase de lances e classificação.

Diante da ordem de classificação dos licitantes, foram analisados e julgados os documentos relativos à habilitação, restando aceita e habilitada a licitante ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA., CNPJ 07.958.062/0001-50 (**ora Recorrida**).

Aberta a fase de interposição de recursos a licitante LAVIERI EMPREENDIMENTOS EIRELI, CNPJ 07.575.881/0001-18 (**ora Recorrente**) apresentou intenção de recurso, seguida de razões de recurso, em que se insurge quanto a aceitação da proposta da licitante Recorrida arguindo vícios **aos itens 8.5.5., 8.6.2. e 8.6.3. do Edital**, na medida em que esta teria deixado de apresentar certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CNDT), e também ausência de elementos essenciais ao Balanço Patrimonial, sendo estes a DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO PÚBLICO LÍQUIDO e as NOTAS EXPLICATIVAS, no entendimento da Recorrente, essenciais à habilitação da Recorrida.

Requer, por fim, que a Recorrida seja INABILITADA do Certame, e que seja declarada habilitação em nome da Recorrente, “procedendo desta forma, com as demais etapas legais do processo licitatório”.

O Recurso é tempestivo, passando-se à análise dos seus pressupostos de admissibilidade e mérito.



## II – DOS FATOS.

A proposta unitária da empresa Recorrida foi da ordem de R\$ 3,58 (Três Reais e Cinquenta e Oito Centavos). Já a proposta da Recorrente foi da ordem de R\$ 4,18 (Quatro Reais e Dezoito Centavos), valor esse que a classificou em terceiro lugar, na ordem de classificação das propostas após a finalização dos lances.

Sob o ponto de vista de valor global anual da proposta, a diferença de valores ente Recorrente e Recorrida é da ordem de R\$ 40.800,00, donde se verifica inequívoca vantajosidade.

No decorrer da licitação, que é voltada a uma finalidade específica, qual seja a seleção da proposta mais vantajosa, o Pregoeiro poderá deparar-se com dificuldades para tomada de decisões em face de questões incidentais, como por exemplo, a garantia da regularidade fiscal e trabalhista, ou a qualificação econômica financeira e habilitação técnica de uma Licitante.

Neste caso, a análise não deve limitar-se ao aspecto meramente formal, da simples verificação do atendimento e validade dos requisitos fixados no instrumento convocatório.

Dentre as suas prerrogativas, havendo qualquer dúvida relativa a documentos de habilitação, o Pregoeiro pode consultar sítios oficiais emissores de certidões, para só então, com a questão totalmente aclarada e pacificada, poder decidir com tranquilidade e segurança sobre a habilitação de uma Licitante.

Nesse sentido, a Lei nº 8.666/93 consigna em seu artigo 43, § 3º o fundamento legal para a promoção de diligências nas licitações. Veja-se: “É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta”.



Assim procedimento, este Pregoeiro constatou existir Certidão Negativa do CNDT, permitindo-lhe formalizar a aceitação da proposta da Licitante Recorrida e Vencedora do Certame.

No tocante ao Balanço Patrimonial, a sua exigência serve para, como consta da cláusula 8.6.2. do Edital, comprovar “a boa situação financeira da empresa”, a partir de índices contábeis tais como Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), consoante com a cláusula 8.6.3. do Instrumento Convocatório e ainda para comprovar que o patrimônio líquido seja igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, consoante com a cláusula 8.6.5. do mesmo Instrumento.

Mesmo assim, a sua exigência não se aplica, pois está vinculada ao não cadastro da Licitante no SICAF.

### III – DA FUNDAMENTAÇÃO.

A Recorrente interpôs Recurso Administrativo em face da Decisão que classificou a empresa Recorrida, manifestando prévia intenção, aduzindo ofensa a normas e condições do Edital, em especial **aos itens 8.5.5., 8.6.2. e 8.6.3.**

Os pedidos da Recorrente não merecem prosperar, uma vez que a proposta da Recorrida atende aos princípios administrativos, tendo ainda a premissa fundamental de ser a de maior vantajosidade para a Administração e ao atendimento à supremacia do interesse público, ao passo em que mero inconformismo sem respaldo legal não contribui para o interesse público.

No tocante ao Recurso apresentado pela Licitante inconformada, não houve violação aos Princípios da Administração, visto que todo o certame transcorreu dentro da máxima publicidade e legalidade, diante dos fatos já apresentados.

Para citar o Jurista Hely Lopes Meirelles, em "Licitação e Contrato Administrativo", aprendemos que "é inadmissível que se prejudique um licitante por meras omissões ou irregularidades na documentação ou sua proposta (...) por um rigorismo formal e inconstitucional com o caráter competitivo da licitação".



Em suma, O que deve importar é se o ato, apesar de praticado em desconformidade com a regra prevista na lei ou no edital, teve o poder de atender ao que se pretendia quando fixada a exigência. Em caso positivo e inexistindo violação a princípios ou prejuízo a terceiros, não há falar em nulidade.

Carlos Pinto Coelho Motta, em seu livro "Gestão Fiscal e Resolutividade nas Licitações", explica de forma clara: "Reputa-se formal, e por conseguinte inessencial, a falha que não tem o condão de afetar a essência da proposta, a manifestação de vontade do proponente".

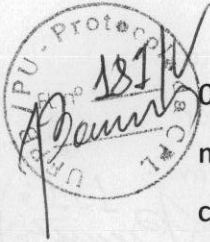
Continuando: "Quanto à documentação, a tendência doutrinária mais nítida é no sentido da aceitação do acervo documental daquele que evidencie o preenchimento das exigências legais, mesmo não tendo sido observada a norma estrita, delimitada no edital".

E conclui: "Em vista da finalidade ainda maior da licitação – que é a busca da proposta mais vantajosa, a de menor preço, em modalidade propositadamente despojada de maiores burocratismos. E, nesse passo, o princípio da razoabilidade e proporcionalidade se une ao uso da legalidade para autorizar a suspensão do defeito".

Dessa forma, não há o que se falar em revogar a habilitação da Recorrida.

#### IV – DA DECISÃO.

Isto posto, conhecemos e negamos provimento ao Recurso Administrativo interposto pela licitante LAVIERI EMPREENDIMENTOS EIRELI, CNPJ



07.575.881/0001-18, referente ao **PREGÃO SRP/UFPB/CPL-PU Nº 018/2016**, com a manutenção dos termos expostos na decisão de desclassificação da Recorrente e classificação da Recorrida.

João Pessoa, 09 de Janeiro de 2016.

**AUGUSTO CESAR TEMOTEO DE OLIVEIRA**

**PREGOEIRO**

ILUSTRÍSSIMO SENHOR FRANCISCO PEREIRA DA SILVA JUNIOR, PREFEITO UNIVERSITÁRIO, COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA.

Processo nº. 23074.037137/2016-27.

Pregão Eletrônico nº. SRP UFPB/CPL-PU Nº 018/2016.

STERICYCLE GESTÃO AMBIENTAL LTDA., já devidamente qualificada neste processo licitatório, por seu representante legal que esta subscreve, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, com fulcro no item 11 do edital, apresentar

#### RECURSO ADMINISTRATIVO, COM PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO

O qual requer seja recebido e provido por esta Sra. Pregoeira, para o fim de reconsiderar a r. decisão que consagrou a empresa ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA - EPP. como vencedora, ou, caso assim não entenda, encaminhar o recurso à Autoridade Competente, consoante autorizado pelo artigo 109, §4º. da Lei nº. 8.666/93, submetendo as razões recursais ao exame desta, a qual, nesse caso, deverá reformar a decisão atacada, pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas:

##### I – Da indevida recusa no recebimento de documentos e desclassificação da licitante Stericycle

Primeiramente, antes de adentrar no mérito recursal, vejamos com maior afincio o preconizado pelos princípios da vinculação ao instrumento convocatório, impessoalidade e moralidade, essenciais à compreensão do presente recurso.

A lei 8.666/93 demonstra em seu artigo 3º, quais são os princípios a serem seguidos em um procedimento licitatório, destacando-se entre eles a seleção da proposta mais vantajosa para a administração.

Tal princípio possui reflexos práticos dentro da atuação da administração pública quando esta elabora seus processos internos, para as licitações, estes se dividem nos postulados da eficiência e economicidade. Doutrinariamente, tais preceitos são entendidos da seguinte forma:


“ ... dever de eficiência é o que se impõe a todo o agente público de realizar suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento funcional. É o mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em ser desempenhada apenas com a legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros”. (Carlos Pinto Motta, 1998, p.35)

Esta descrição apresenta com exatidão como deve ser o comportamento funcional de quem é diretamente responsável pelos processos administrativos, comportamento este que deve sim se basear nos preceitos da legalidade, mas também levar em consideração a necessária adequação dos meios utilizados a finalidade que se prestam.

No caso em tela, percebe-se que, por conta da dificuldade de acesso ao sistema por conta da conexão de internet do local da licitante, houve atraso de alguns minutos no envio da documentação, sendo que, tal atraso inviabilizava não apenas o envio dos documentos, mas também de qualquer comunicação entre a licitante e a comissão.

Desse modo, tendo em vista que, assim que possível houve a apresentação dos documentos e da justificativa pelo atraso, não deveria essa comissão ter agido com tal rigor formal que, ao fim, fere até mesmo o teor do próprio edital, tendo em vista que restringiu absurdamente a ampliação da concorrência, conforme item 23.4:





23.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

Para que fique clara a argumentação que desejamos seguir, faz-se necessário também transcrever a esta peça o conteúdo do item 23.7 do termo, inclusive destacando os trechos que consideramos relevantes, iniciaremos pelo primeiro item:

23.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

Primeiramente, em relação ao que diz respeito ao conceito de exigências formais não essenciais, podemos nos escudar na interpretação que a doutrina interpreta sobre esse assunto:

“A constituição não admite exigências que superem o mínimo necessário para assegurar a obtenção pela administração de uma prestação de qualidade adequada. Nesse ponto, é imperioso destacar que a constituição autoriza apenas exigências que configurem um mínimo de segurança. Portanto, não se admitem exigências que vão além disso. Logo, a Administração não poderá respaldar seus atos com a invocação de que a exigência amplia sua segurança. É evidente que o máximo de segurança corresponderia ao máximo da restrição. Essa não é a solução autorizada pela Constituição”.

Veja que tal entendimento, advindo de um dos maiores doutrinadores do Direito Administrativo brasileiro, toma por base a interpretação da constituição para que assim se obtenha sua aplicação prática. No caso em questão fica claro que a declaração de que os requisitos de habilitação são respeitados pela licitante é mero requisito formal de participação, sendo relevante efetivamente o conteúdo do envelope mais do que a declaração sobre seu conteúdo.

Dessa forma, não pode a administração favorecer a forma do ato mais do que seu conteúdo, sob pena de criar obstáculos a que a licitação atinja seu objetivo maior, de obter a proposta mais vantajosa para a administração. Nesse sentido, já entendeu o Tribunal de Justiça deste estado que o descumprimento de itens editalícios de mera formalidade, quando supridos de outra forma, não podem servir de base para inabilitação dos licitantes, vejamos.

Illegitimidade passiva-Empresa vencedora de licitação-Desclassificação- Impetração em face do Superintendente de Água e Esgoto de Ourinhos-Informações prestadas pela autoridade que encampou o ato, revelando, assim, legitimidade passiva ad-causam - Licitação - Pregão - menor preço - Fornecimento de refeições - Empresa vencedora que foi desclassificada, ante a ausência de documentação autenticada, tal como prevista no edital - Apresentação de documentação em cópia simples acompanhada da original - Impugnante que não logrou demonstrar a ausência da original no momento da entrega das cópias - Excesso de formalismo, que não pode servir de entrave à habilitação de empresa que apresenta menores preços - Concessão da segurança - Recursos oficial e voluntário desprovidos. TJ-SP - Apelação : APL 994082178602 SP

Também neste ponto é interessante trazer o entendimento do Tribunal de Contas de São Paulo em decisão análoga, onde considerou-se de maior relevância o conteúdo do documento ao invés de sua forma, assim como ocorreu no caso em tela.

EMENTA: Prova de experiência anterior por meio de atestados que indiquem a prestação de serviços realizados atualmente – Inadmissível – Afronta aos termos do §5º, do artigo 30, da Lei nº 8.666/93 – Recomendação para reformar a exigência de comprovação técnico-operacional, na medida em que há excesso de formalismo na requisição de que os atestados sejam impressos com o timbre, dados

relativos da pessoa jurídica emitente, inclusive telefone e nome para contato – Utilização das recomendações exaradas pelo CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos – Possibilidade; (...)

TC-001711/989/13-7 – Tribunal de Contas do Estado de São Paulo



Em conclusão, fica claro que o atraso, justificado diga-se novamente, no envio dos documentos de habilitação, não poderia de nenhuma forma acarretar na desclassificação desta licitante, em prejuízo não apenas dela mas também da administração pública, que terá um aumento de preço no valor de R\$146.880,00 por ano, jogando por terra um dos princípios da licitação, que é a obtenção do melhor preço para a administração pública, de modo que faz-se imprescindível a aceitação da proposta da Stericycle e sua declaração como vencedora do certame, sob pena de total nulidade desta licitação.

II.3. – Da Ausência da Qualificação Técnica Necessária à Execução do Objeto Licitado por conta da empresa ECOBLENDING

Como pressuposto de qualificação técnica, exigiu o ato convocatório fosse apresentado atestado de capacidade técnica demonstrando a experiência anterior da licitante na prestação de serviços similares e compatíveis aos ora licitados:

8.7.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

Com efeito, referida requisição transpõe para o certame exigência formulada pelo artigo 30 da Lei nº. 8.666/93, o qual dispõe:

“Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

§ 1o A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, (...)."

Em que pese o instrumento convocatório se restrinja a exigir a comprovação de experiência anterior na prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos dos serviços de saúde, tal prescrição deve ser interpretada à luz do artigo 30 supratranscrito, o qual exige comprovação "pertinente e compatível em prazo e características com o objeto licitado", a extensão de tal exigência deve ser compreendida a partir da análise do próprio objeto licitado e demais disposições editalícias.

Isto se justifica, pois, conforme destaca Marçal Justen Filho, "a qualificação técnica a ser investigada é não apenas aquela teórica, mas também a efetiva, concreta, prática. É a titularidade de condições práticas e reais de execução do contrato. Em vez de exame apenas teórico, do exercício da atividade, as exigências voltam-se para a efetiva condição prática de desempenhar satisfatoriamente o objeto



licitado" (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. São Paulo: Renovar, 2006, p. 407).

Em suposto atendimento ao exigido, apresentou a empresa diversos atestados de capacidade técnica, os quais carecem de elemento essencial para que sejam reputados válidos e admitidos no certame, qual seja: seu registro na entidade profissional competente, no caso, o CREA.

De acordo com o §1º, do artigo 30 da Lei de Licitações, já transcrito anteriormente, em certame destinados à contratação de obras ou serviços, como no caso em apreço (serviços), a comprovação de aptidão ao fornecimento do objeto não se faz através atestados comuns, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado. Mas assim através dos referidos atestados, devidamente registrados na entidade profissional competente.

A justificativa para a exigência de tal registro perante a entidade profissional competente se identifica à exigência de que a licitante apresente comprovante de inscrição da própria pessoa jurídica perante aquela entidade (profissional competente), qual seja, assegurar que de fato a licitante presta os serviços licitados, o fazendo regularmente em observância às normas técnicas.

Em outras palavras, a requisição de que os atestados estejam registrados perante a entidade profissional tem por finalidade precípua não somente certificar a veracidade do quanto declarado no atestado, mas também atestá-la por entidade que ocupa o status de representante da categoria, efetivamente capaz de aferir questões alusivas à capacitação técnica.

Nesse sentido, verifica-se o posicionamento do Colendo Superior Tribunal de Justiça:

"(...) O artigo 30, inciso II, §1º. da Lei de Licitações, determina a comprovação de aptidão técnica, no caso de licitações pertinentes a obras e serviços, por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente certificados pela entidade profissional competente.

In casu, porém, a empresa recorrida foi excluída de processo licitatório, na fase de habilitação, por não ter registrado no CREA o atestado, fornecido por pessoa jurídica de direito privado, que comprovava a execução de estrutura metálica com vão livre superior a vinte metros, conforme determinava o Instrumento Editalício.

É certo que o edital pode estabelecer exigências que particularizem as diretrizes elencadas pela lei, para que seja realmente aferida a capacidade técnica e operacional das empresas candidatas à execução da obra ou serviço. Não se pode, todavia, admitir a faculdade de excluir disposições legais que têm por finalidade justamente a garantia das informações apresentadas pelas licitantes por órgão oficial.

A presunção de autenticidade de documento fornecido por empresa particular é meramente iuris tantum e cede em face de lei que determina a certificação por entidade profissional, com status de representante da categoria e, portanto, em condições de aferir questões alusivas à capacitação técnica"

"A Lei de Licitações determina que deverá ser comprovada a aptidão para o desempenho das atividades objeto da licitação (artigo 30, inciso II), por meio de 'atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente certificados pelas entidades profissionais competentes (...)' (artigo 30, §1º.)"

Significa dizer que a Lei nº. 8.666/93 reputa como essencial para aferição da qualificação técnica da licitante que o atestado de capacidade técnica que retrate sua experiência anterior, esteja devidamente registrado perante a entidade profissional competente, no caso, o CREA, acompanhando das respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica.

Por todo o exposto, demonstrado os atestados de capacidade técnica trazidos pela Recorrida ECOBLENDING carecem do registro perante que o CREA indispensável para sua validade e admissibilidade no bojo do certame, sendo indisputável não ter a Recorrida atendido ao disposto no item 8.7.1 do instrumento convocatório, sendo imperiosa seja declarada a inabilitação da empresa, haja vista não ter restado devidamente comprovada sua qualificação técnica à execução do objeto licitado.

### III – Do descumprimento ao item 8.5.5

Por fim, cabe informar que, por força da legislação, faz-se necessária regularidade perante a justiça do trabalho para contratar com qualquer órgão público, obrigação esta prevista no item 8.5.5 do edital, transcrito abaixo:

8.5.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

No entanto, deixou claramente de cumprir com tal determinação a concorrente ECOBLENDING, posto que nem no SICAF e nem nos demais documentos por ela apresentada consta tal certidão, sendo assim imprescindível sua inabilitação no certame.

### IV – Conclusão e requerimento

Por todo o exposto, restou robustamente comprovado a irregularidade da desclassificação da empresa Stericycle, além de não prosperar a classificação da empresa ECOBLENDING, uma vez a não ter demonstrado sua devida qualificação técnica à execução do objeto licitado, além de ter deixado de apresentar certidão necessária a sua habilitação

Caso seja mantida a r. decisão recorrida, o que se admite apenas por cautela, requer seja remetido o processo, instruído com a presente insurgência, à autoridade hierárquica superior, nos termos autorizados pelo artigo 109, §4º., da Lei n. 8.666/93, para que esta acolha e dê provimento, em todos os termos, ao presente recurso, reformando a decisão prolatada nos moldes solicitados.

Termos em que,

Pede deferimento.

João Pessoa, 28 de dezembro de 2016.

---

STERICYCLE GESTÃO AMBIENTAL LTDA.

EM ANEXO

## CONTRARRAZÕES AO RECURSO



A empresa ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA., estabelecida na Rodovia BR-545, Km-1, Zona Rural – Fazenda Boa Vista – CEP: 76.195-000 – Cezarina - Goiás, inscrita no CNPJ sob n.º 07.958.062/0001-50, vem por meio deste, apresentar Contrarrazões ao recurso interposto pela empresa Stericycle Gestão Ambiental LTDA., REQUERENDO, desde já, seja considerado inconsistente o recurso interposto, conforme será demonstrado em linhas vindouras:

### I – Desclassificação Devida

A alegação de recusa no recebimento de documentos e desclassificação da licitante que deixou de apresentar tempestivamente o solicitado.

Desde o início da disputa, o(a) pregoeiro(a) expos claramente as exigências edilícias para que se fosse cumprido fielmente quanto aos prazos estipulados no edital, apenas o descumprimento acarretaria em desclassificação.

“7.8. Na fase de Aceitação de Propostas, o Pregoeiro convocará o licitante melhor classificado para enviar a documentação digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo máximo de 02 (duas) horas, nos moldes da Instrução Normativa do SLTI/MPOG nº 01 de 26/03/2014, sob pena de não aceitação da proposta.

7.8.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, por meio do e-mail cplpu@prefeitura.ufpb, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro, a seu critério exclusivo. “

Assim como as motivações fundamentadas é de conhecimento geral de todos os envolvidos no certame, foram relacionadas todas as opções de comunicação existente no caso de quaisquer eventualidades, não cabendo assim, posteriores justificativas ou argumentos indevidos.

“6.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes. “

Além do mais, a empresa Stericycle apresenta em seu recurso intenção contraditória no favorecimento próprio e/ou a demonstração total de desentendimento ao princípio da isonomia, cuja atendimento e tratamento deve ser de igual modo com todos os envolvidos no certame, pois o que gera insegurança na contratação é, justamente, o não cumprimento das exigências básicas e um processo.

“O princípio da isonomia ou igualdade é representado pelo artigo 5º da Constituição Federal de 1988: ‘Todos são iguais perante a lei’. “

A aceitação do descumprimento as exigências básicas é o que gera pena de total nulidade e não a imputação adequada da legislação.



## II – Qualificação Técnica

Vale dizer que o Edital assim estabelece:

“8.7.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.7.2.1. Os atestados referir-se-ão a contratos já concluídos ou já decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior, apenas aceito mediante declaração da contratante.”

Assim, a habilitação é feita através da apresentação dos documentos solicitados no Edital, ficando excluída qualquer documentação que não seja exigida, mesmo que de posse de documentos, nos termos do Art. 30 da Lei 8.666/93 (“ART/CREA/CRQ” e “CAT/CREA/CRQ”), sendo claro que não há de se falar em documentação alheia ao Edital.

Vale ressaltar que no Termo de Referência (Anexo I), item 6 – Da execução dos Serviços, resta claro quanto o momento adequado da apresentação das devidas comprovações questionadas.

“6.5. Responsabilizar, perante o CREA ou CRQ, mediante anotação de ART, pelos serviços prestados, obrigando-se a corrigir quaisquer erros.”

Ou seja, não há motivo de inabilitação referente a um documento não apresentado no prazo fora do estabelecido em edital.

## III – Certidão Trabalhista

A alegação indevida referente a essa Certidão Negativa NÃO SE SUSTENTA, pelo simples fato da solicitação em edital está direcionada apenas para empresas não cadastradas no SICAF, conforme exposto:

“8.3. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista, nas condições seguintes:

E

8.5.10. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF no nível da Qualificação econômico-financeira, conforme Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação: ”

Vale ressaltar que no final destes é apresentado no edital dois pontos referente aos itens subsequentes

“8.4. Habilitação Jurídica e seus subitens; 8.5. Regularidade Fiscal e Trabalhista e seus subitens; e, 8.6.

Qualificação econômica-financeira", sendo exigido documentos das empresas cadastradas no SICAF a partir do item 8.7, onde diz:



"As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:"

A exigência do documento referenciado no recurso é subitem do item 8.5. Regularidade Fiscal e Trabalhista, o mesmo e, conforme exposto não estabelece nem vincula a apresentação deste caso o mesmo seja ou não exposto no SICAF.

"8.5.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;"

Mesmo que houvesse dúvidas sobre a regularidade Fiscal e Trabalhista perante a comissão de licitação, o referido pregoeiro e/ou sua equipe poderiam solicitar o documento pelo chat e ou consultar a existência de pendências e irregularidades no site <http://www.tst.jus.br/certidao>, sendo um procedimento extremamente fácil e de acesso público, através do número do CNPJ da empresa para essa consulta.

Especificado o conhecimento deste no próprio edital, apresentado abaixo:

"8.2. O Pregoeiro, então, consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme disposto nos arts. 4º, caput, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43, III, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

8.2.1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

8.2.2. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, conforme estatui o Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015."

A lei 8.666/39 Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.



IV – CONCLUSÃO

Pelo acima exposto, nos exatos termos do Edital, REQUER a improcedência do recurso interposto pela empresa Stericycle Gestão Ambiental LTDA., por consequência MANTENDO a regularidade da ECOBLENDING como empresa vencedora.

SEGUE ART/CRQ E CAT

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA – XII REGIÃO

DISTRITO FEDERAL – GOIÁS – TOCANTINS

#### ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Certificamos para os devidos fins que o profissional PAULO FERREIRA NETO – Engenheiro Químico – CRQ n.º 12300293 é responsável técnico pela PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS PERIGOSOS CLASSE I (NBR 10.004) 4 TON/MÊS, EFLUENTES DE LIMPEZA DA CAIXA DE ÓLEO, EPI'S CONTAMINADOS COM ÓLEO E LODO ESTAÇÃO DE TRATAMENTO elaborado a favor da empresa BLACK & DECKER DO BRASIL LTDA – CNPJ: 53.296.273/0001-91 da cidade de Uberaba – MG, sendo que o mesmo encontra-se registrado neste CRQ – XII, às folhas 1822 do livro 004-PAP, sob o número 1886, datado de 11/04/2016.

Por ser verdade firmamos a presente declaração.

Goiânia, 11 de abril de 2016.

Luciana Mota de Lima Pascoal.

Coordenadora Administrativa do CRQ-XII

Rua Amélia Artiaga, Jardim nº528 – St. Marista – CEP 74.180-070 – Goiânia-GO (62) 3240-4600 – fax (62) 3240-4605

Delegacia – SCS Qd. 6 Bl.A nº 81 SL 517 – Ed. J. Severo – CEP 70.326.900 – Brasília-DF – (61) 3225-3777

Delegacia – 104 Sul Acse I nº 102, Av JK, Sala 11, 1º Andar – CEP 77.020-012 – Palmas-TO – Ao lado da Agência do Correios – (63) 3213-1106

Crq12@crq12.org.br www.crq12.org.br



SEGUE CAT/CRQ

Atestado de Capacidade Técnica Página 1/1

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA – XII REGIÃO

DISTRITO FEDERAL – GOIÁS – TOCANTINS

#### CERTIDÃO

CERTIFICAMOS para fins dos incisos I e II e parágrafo único do artigo 30 da Lei 8.666/93 que a empresa/profissional abaixo identificado(a) possui registrado junta a esse CRQ o Atestado de Capacidade Técnica, de responsabilidade exclusiva dos atestantes, integrantes do processo administrativo número 1111/14 que fazem parte da presente, e que prestou os serviços previstos e atinentes ao objeto social, na forma em que estabelece a Lei 2.800/56.

Razão Social: ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA.

Endereço Industrial: Rod GO 545, KM 1

Cidade: Cezarina – GO – CEP 76.195-000

CNPJ 007.958.062/0001-50

Registro no CRQ-XII número: 002974

Responsável Técnico: PAULO FERREIRA NETO

Registro no CRQ-XII: 12300293 – ENGENHEIRO QUÍMICO

#### REGISTRO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Razão Social: BLACK & DECKER DO BRASIL LTDA

Data do Atestado: 11/04/2016

Serviços Executados: Coleta, transporte e destinação final de resíduos de tratamento e destruição térmica (efluentes de limpeza da caixa de óleo, EPI's contaminados com óleo, lodo estação tratamento, pano Cont. c/ óleo e graxa, resíduos contaminados com tintas e solventes, Res. Varredura fab. Óleo sílica, produtos químicos vencidos, areia contaminada com óleo, pneus, varredura contaminada.

RACT número 0028/2016 de 18/04/2016.

Goiânia, 18 de abril de 2016.

Prof. Dr. WILSON BOTTER JÚNIOR

Presidente do CRQ-XII



Processo 1111/14.

Validador.....: 013311111400028201632016022655

Autenticação.....: e7b4703ddeec9Bee5c35e57c52719f22

Rua Amélia Artiaga, Jardim nº528 – St. Marista – CEP 74.180-070 – Goiânia-GO (62) 3240-4600 – fax (62) 3240-4605

Delegacia – SCS Qd. 6 Bl.A nº 81 SL 517 – Ed. J. Severo – CEP 70.326.900 – Brasília-DF – (61) 3225-3777

Delegacia – 104 Sul Acse I nº 102, Av JK, Sala 11, 1º Andar – CEP 77.020-012 – Palmas-TO – Ao lado da Agência do Correios – (63) 3213-1106

Crq12@crq12.org.br www.crq12.org.br

<http://192.168.1.41/system/docse/act.php> 18/04/2016

SEGUE CND TRABALHISTA

Página 1 de 1

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 07.958.062/0001-50

Certidão nº: 122348897/2016

Expedição: 28/12/2016, às 13:02:59

Validade: 25/06/2017 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA

(MATRIZ E FILIAIS), inscrito (a) no CNPJ sob o nº

07.958.062/0001-50, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores

Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

#### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

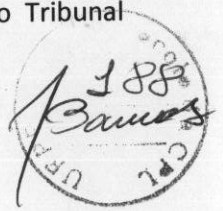
Dúvidas e sugestões: [cndt@tst.jus.br](mailto:cndt@tst.jus.br)

CEZARINA-GO, 02 de janeiro de 2017.

ECOBLENDING AMBIENTAL LTDACNPJ: 07.958.062/0001-50

Sérgio Roriz de Oliveira – Sócio/Proprietário

CPF: 607.345.151-20 RG: 3126626 – 2° via DGPC/GO.





A seguinte tabela contém condições e validade de sua autenticidade no portal do TCU.

Superior do TCU no site [www.tcu.gov.br](http://www.tcu.gov.br)

Cartão emitido eletronicamente

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

De acordo com o Decreto nº 7.093, de 2010, o TCU é responsável por garantir a integridade das informações e a segurança dos dados pessoais e financeiros dos cidadãos. Para isso, o TCU adotou medidas de segurança e controle de acesso às informações, incluindo a utilização de sistemas de autenticação e autorização de acesso. Dessa forma, o TCU garante a segurança e a integridade das informações e a proteção dos dados pessoais e financeiros dos cidadãos.

Ministério Público do TCU no Congresso do Conselho Povo

COPIA  
FEB 11 2011

Senhor Prefeito Universitário,



Informamos a V.Sa. que a empresa STERICYCLE GESTÃO AMBIENTAL LTDA., CNPJ 01.568.077/0001-25, na pessoa de sua representante legal Sr. José Humberto da Silva, encaminhou, tempestivamente, recurso eletrônico pelo sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), contra a decisão deste Pregoeiro, que habilitou a empresa ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA - EPP, CNPJ Nº 07.958.062/0001-50 no Pregão Eletrônico SRP CPL-PU Nº 018/2016 (PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23074.037137/2016-27).

Foram apreciados os termos do referido RECURSO, resultando no presente relatório, conforme transcrevemos a seguir.

O recurso está sendo, pois, repassado para sua decisão na condição de Autoridade Competente.

DECISÃO DO PREGOEIRO: NÃO PROCEDE.

#### **RESPOSTA AO RECURSO ADMINISTRATIVO**

**Referência:** PREGÃO SRP/UFPB/CPL-PU Nº 018/2016.

**Recorrente:** STERICYCLE GESTÃO AMBIENTAL LTDA., CNPJ 01.568.077/0001-25.

**Recorrida:** ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA - EPP, CNPJ 07.958.062/0001-50

#### **I – DO RELATÓRIO.**

A UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB no âmbito do PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23074.037137/2016-27 tornou público o Edital do PREGÃO SRP/UFPB/CPL-PU Nº 018/2016, tendo por objeto o “REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE REMOÇÃO, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS QUÍMICOS DA UFPB, CONTEMPLANDO O FORNECIMENTO DE RECIPIENTES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES EM EDITAL E ANEXOS”.



O Edital não foi impugnado.

Em 19 de Dezembro de 2016 reuniram-se o Pregoeiro oficial deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal PORTARIA/UFPB/PU nº 021/2016, de 10 de abril de 2016.

Aberta a sessão pública foram divulgadas as propostas recebidas, abrindo-se, em seguida, a fase de lances e classificação.

Diante da ordem de classificação dos licitantes, foram analisados e julgados os documentos relativos à habilitação, restando aceita e habilitada a licitante ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA., CNPJ 07.958.062/0001-50 (**ora Recorrida**).

Aberta a fase de interposição de recursos a licitante STERICYCLE GESTÃO AMBIENTAL LTDA, CNPJ 01.568.077/0001-25 (**ora Recorrente**) apresentou intenção de recurso, seguida de razões de recurso, em que se insurge tanto pela supostamente indevida recusa no recebimento de sua documentação e consequente desclassificação, quanto a aceitação da proposta da licitante Recorrida arguindo vícios **aos itens 8.5.5. e 8.7.1. do Edital**, na medida em que esta teria deixado de apresentar certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CNDT), essencial à sua habilitação e que também a Recorrida teria deixado de apresentar a Qualificação Técnica Necessária, no entendimento da Recorrente, essenciais à habilitação da Recorrida.

Colaciona excertos de doutrina e jurisprudência que entende sustentar suas pretensões, em longas citações e reproduções textuais.

Por fim, a Recorrente reforça a tese de que esta foi desclassificada irregularmente e que a classificação da Recorrida não merece prosperar.

O Recurso é tempestivo, passando-se à análise dos seus pressupostos de admissibilidade e mérito.

## II – DOS FATOS.



A proposta unitária da empresa Recorrente, após a fase de lances foi da ordem de R\$ 3,40 (Três Reais e Quarenta Centavos), valor este que a classificou em primeiro lugar, dando-lhe a primazia de apresentar a sua proposta por meio de envio de anexo no sistema Comprasnet.

Foi concedido o prazo de 2 (duas) horas para o envio do anexo, em conformidade com os itens 7.8 e 8.9 do Edital e em consonância com a Instrução Normativa do SLTI/MPOG nº 01 de 26/03/2014, sob pena de – findado o prazo para o envio, sem manifestação da Licitante – ter a sua proposta recusada.

O Edital ainda menciona nesses citados itens que, se encontrada alguma dificuldade para o encaminhamento do anexo, poder haver prorrogação justificada do prazo inicial concedido ou a faculdade de envio da proposta por e-mail.

Em seu item 5.4, o Edital registra que Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

No chat do pregão registram-se os avisos constantes do Pregoeiro para o fim do prazo. Entretanto, a Licitante Recorrente não deu atenção para as comunicações do chat, conforme se verifica a seguir:

Sistema	19/12/2016 11:13:00	Senhor fornecedor STERICYCLE GESTAO AMBIENTAL LTDA, CNPJ/CPF: 01.568.077/0001-25, solicito o envio do anexo referente ao item 1.
Pregoeiro	19/12/2016 11:14:24	Para STERICYCLE GESTAO AMBIENTAL LTDA - Prazo final para recebimento de seu anexo: <b>13:13:00h</b> , horário de Brasília.
Pregoeiro	19/12/2016 11:21:30	Para STERICYCLE GESTAO AMBIENTAL LTDA - Queremos lembrar que seu anexo deverá conter a Proposta e toda a documentação requerida em Edital, para fins de Habilitação.
Pregoeiro	19/12/2016 11:59:15	Para STERICYCLE GESTAO AMBIENTAL LTDA - Prazo transcorrido: Cerca de Uma Hora.
Pregoeiro	19/12/2016	Para STERICYCLE GESTAO AMBIENTAL LTDA - Tempo remanescente: Cerca



	12:46:25	de Meia-hora.
Pregoeiro	19/12/2016 12:52:29	Para STERICYCLE GESTAO AMBIENTAL LTDA - Por força da ORIENTAÇÃO NORMATIVA SEGES Nº 2, DE 06 DE JUNHO DE 2016, será aplicado o dispositivo do art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002 àquele Fornecedor que deixar de entregar a documentação falsa exigida para o certame ou não mantiver a proposta.
Pregoeiro	19/12/2016 13:10:21	Para STERICYCLE GESTAO AMBIENTAL LTDA - Tempo remanescente: Menos de 5 minutos.
01.568.077/0001-25	19/12/2016 13:14:59	Documentação sendo encaminhada
Sistema	19/12/2016 13:20:11	Senhor Pregoeiro, o fornecedor STERICYCLE GESTAO AMBIENTAL LTDA, CNPJ/CPF: 01.568.077/0001-25, enviou o anexo para o item 1.
Pregoeiro	19/12/2016 13:23:52	Para STERICYCLE GESTAO AMBIENTAL LTDA - Pedimos a V.Sa que atente para a cláusula 7.8 do Edital: "Na fase de Aceitação de Propostas, o Pregoeiro convocará o licitante melhor classificado para enviar a documentação digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no "chat" prazo máximo de 02 (duas) horas, nos moldes da Instrução Normativa do SLTI/MPOG nº 01 de 26/03/2014...
Pregoeiro	19/12/2016 13:24:20	Para STERICYCLE GESTAO AMBIENTAL LTDA - ...sob pena de não aceitação da proposta".
Pregoeiro	19/12/2016 13:26:15	Para STERICYCLE GESTAO AMBIENTAL LTDA - Para registro, seu tempo esgotou às 13h13min e não houve solicitação de prorrogação desse prazo por nenhum meio disponível, nos moldes do item 7.8.1 do Edital.
01.568.077/0001-25	19/12/2016 13:28:18	Sr pregoeiro, ocorreu queda de sistema de internet, no momento de retorno do sistema foi encaminhado toda documentação.
Pregoeiro	19/12/2016 13:31:26	Neste caso, recomendamos a leitura da cláusula 5.4 do Edital: "Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão".
Pregoeiro	19/12/2016 13:32:34	Para STERICYCLE GESTAO AMBIENTAL LTDA - Por essas razões, e em nome dos princípios que regem a Administração, não poderemos aceitar a sua proposta.

Além disso, houve comunicação prévia, conforme fragmentos do chat a seguir transcritos:

Pregoeiro	19/12/2016 10:34:39	Solicitamos aos Senhores Licitantes que encarem o processo licitatório com seriedade e atenção.
Pregoeiro	19/12/2016 10:34:59	Solicitamos aos Senhores Licitantes que acompanhem este Pregão até o seu desfecho, pois conforme determina a Condição "DO ENVIO DA PROPOSTA", CONSTANTE do Edital, o licitante que deixar de responder qualquer convocação/mensagem do Pregoeiro será responsável pelo ônus decorrente da perda de negócio e ficará sujeito a eventuais sanções.
Pregoeiro	19/12/2016 10:36:42	A documentação de habilitação e a proposta ajustada ao lance final devem ser inseridas no sistema COMPRASNET em um único arquivo. O prazo tanto para o envio da proposta ajustada ao lance final, quanto para o envio da documentação de habilitação será de 02 (duas) horas contadas a partir da convocação pelo Sistema Comprasnet.



Pregoeiro	19/12/2016 10:37:05	Caso não seja possível a inserção do arquivo, pedimos que seja informado via chat do Pregão ou por e-mail, para que procedamos a uma nova convocação, dentro do prazo remanescente.
Pregoeiro	19/12/2016 10:37:29	Caso persista a dificuldade na inserção do arquivo, alternativamente e DESDE QUE DENTRO DO PRAZO, a documentação poderá ser enviada para o e-mail da CPL-PU, já informado, e o fato comunicando ao Pregoeiro.

Com a recusa da proposta da Recorrente, a licitante ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA., CNPJ 07.958.062/0001-50, ora Recorrida, encaminhou a sua documentação, que foi aceita pelo Pregoeiro.

No decorrer da licitação, que é voltada a uma finalidade específica, qual seja a seleção da proposta mais vantajosa, o Pregoeiro poderá deparar-se com dificuldades para tomada de decisões em face de questões incidentais, como por exemplo, a garantia da regularidade fiscal e trabalhista, ou a qualificação econômica financeira e habilitação técnica de uma Licitante.

Neste caso, a análise não deve limitar-se ao aspecto meramente formal, da simples verificação do atendimento e validade dos requisitos fixados no instrumento convocatório.

Dentre as suas prerrogativas, havendo qualquer dúvida relativa a documentos de habilitação, o Pregoeiro pode consultar sítios oficiais emissores de certidões, para só então, com a questão totalmente aclarada e pacificada, poder decidir com tranquilidade e segurança sobre a habilitação de uma Licitante.

Nesse sentido, a Lei nº 8.666/93 consigna em seu artigo 43, § 3º o fundamento legal para a promoção de diligências nas licitações. Veja-se: "É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta".



Assim procedimento, este Pregoeiro constatou existir Certidão Negativa do CNDT, permitindo-lhe formalizar a aceitação da proposta da Licitante Recorrida e Vencedora do Certame.

Quanto a documentação para fins de Qualificação Técnica, a Recorrida ao encaminhar seus atestados, satisfaz aos requisitos do Edital.

## **II – DA FUNDAMENTAÇÃO.**

A Recorrente interpôs Recurso Administrativo em face da Decisão que classificou a empresa Recorrida, manifestando prévia intenção, aduzindo ofensa a normas e condições do edital, à recusa de sua proposta e, em especial, ao descumprimento dos itens **8.5.5. e 8.7.1. do Instrumento Convocatório.**

Os pedidos da Recorrente não merecem prosperar, uma vez que a proposta da Recorrida atende aos princípios administrativos, tendo ainda a premissa fundamental de ser a de maior vantajosidade para a Administração e ao atendimento à supremacia do interesse público, ao passo em que mero inconformismo sem respaldo legal não contribui para o interesse público.

No tocante ao Recurso apresentado pela Licitante inconformada, não houve violação aos Princípios da Administração, visto que todo o certame transcorreu dentro da máxima publicidade, impessoalidade e legalidade, diante dos fatos já apresentados.

Dessa forma, não há o que se falar em revogar a habilitação da Recorrida.

## **III – DA DECISÃO.**

Isto posto, conhecemos e negamos provimento ao Recurso Administrativo interposto pela licitante STERICYCLE GESTÃO AMBIENTAL LTDA., CNPJ 01.568.077/0001-25,

referente ao **PREGÃO SRP/UFPB/CPL-PU Nº 018/2016**, com a manutenção dos termos  
expostos na decisão de desclassificação da Recorrente e classificação da Recorrida.

João Pessoa, 09 de Janeiro de 2016.



**AUGUSTO CESAR TEMOTEO DE OLIVEIRA**

**PREGOEIRO**



Relatório ao PREGÃO SRP/UPB/CP-PU Nº 010/2016, com a manutenção dos termos  
previstos na decisão de desclassificação da licitante e classificação da licitante.

1000 Pessoa, 03 de Janeiro de 2016.

AVULSO CEAR TEMPO DE OBRIGATORIEDADE

PRELIMINAR

EM BRANCO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**

PREFEITURA UNIVERSITÁRIA  
Comissão Permanente de Licitação



**PROCESSO 23074.037137/2016-27**

**Assunto: PE/SRP/Nº 018/2016**

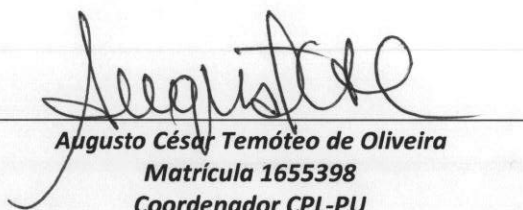
**DESPACHO**

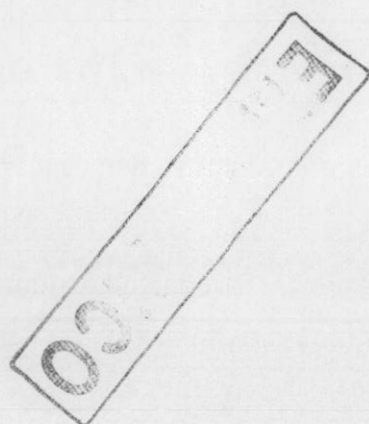
Senhor Prefeito Universitário:

Encaminhamos Processo em epígrafe para vistas de autos, objetivando a  
Decisão da Autoridade Competente e posteriores Adjudicação e Homologação.

Após o feito, solicitamos a sua pronta devolução, para prosseguirmos com  
as publicações.

João Pessoa – PB, 10 de Janeiro de 2017.

  
**Augusto César Temóteo de Oliveira**  
**Matricula 1655398**  
**Coordenador CPL-PU**





UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA  
GABINETE DO PREFEITO

FOLHA Nº 134  
GABINETE DO PREFEITO-UFPR

**Processo:** 23074.037137/2016-27

**INTERESSADO:** CLAUDIO RUY PORTELA DE VASCONCELOS

**ASSUNTO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE REMOÇÃO, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS QUÍMICOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA.

**DESPACHO – RECURSO 1**

Relacionado ao Recurso da empresa **07.575.881/0001-18 - LAVIERI EMPREENDIMENTOS EIRELI**, acolho o pronunciamento do Pregoeiro **AUGUSTO CESAR TEMOTEO DE OLIVEIRA**, manifestado no sistema do comprasnet, que conhece e nega provimento ao Recurso Administrativo interposto pela licitante acima qualificada, referente ao **PREGÃO SRP/UFPE/CPL-PU Nº 018/2016**, com a manutenção dos termos expostos na decisão de classificação da licitante Recorrida. Mantendo assim a decisão do Pregoeiro.

João Pessoa (PB), 23 de janeiro de 2017.

  
**JOÃO MARCELO ALVES MACÊDO**  
Prefeito Universitário  
Mat. 2569256



BRANCO

CABINETE DO PRESIDENTE DA  
REPÚBLICA



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA  
GABINETE DO PREFEITO

195  
GABINETE DO PREFEITO-UFPA

**Processo:** 23074.037137/2016-27

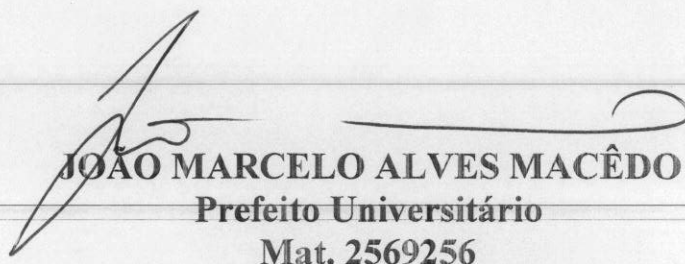
**INTERESSADO:** CLAUDIO RUY PORTELA DE VASCONCELOS

**ASSUNTO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE REMOÇÃO, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS QUÍMICOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA.

### DESPACHO – RECURSO 2

Relacionado ao Recurso da empresa **01.568.077/0001-25 - STERICYCLE GESTAO AMBIENTAL LTDA**, acolho o pronunciamento da Empresa, sendo assim contrário ao Pregoeiro **AUGUSTO CESAR TEMOTEO DE OLIVEIRA**, manifestado no sistema do comprasnet, que desconhece e nega provimento ao Recurso Administrativo interposto pela licitante acima qualificada, referente ao PREGÃO SRP/UFPB/CPL-PU Nº 018/2016, com a determinação de acolhimento do que fora exposto no recurso e decisão de procedimento de nova classificação da licitante Recorrente. Tal decisão respalda-se na necessidade de escolha da proposta mais vantajosa para Administração, o que refere-se a proposta da empresa **01.568.077/0001-25 - STERICYCLE GESTAO AMBIENTAL LTDA**, sendo esta a melhor classificada na etapa de oferta dos lances. Aliado o que o edital preceitua, aliado com o princípio da economicidade. REFORMANDO assim a decisão do Pregoeiro.

João Pessoa (PB), 23 de janeiro de 2017.

  
**JOÃO MARCELO ALVES MACÊDO**  
Prefeito Universitário  
Mat. 2569256



EM BRANCO

EXIBITE DO PREÇO PER  
ROCHA 12



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**

PREFEITURA UNIVERSITÁRIA  
GABINETE DO PREFEITO

FOLHA Nº 136

GABINETE DO PREFEITO-UFPA

**Processo:** 23074.037137/2016-27

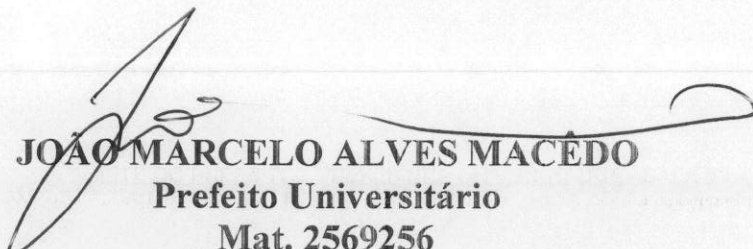
**INTERESSADO:** CLAUDIO RUY PORTELA DE VASCONCELOS

**ASSUNTO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE REMOÇÃO, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS QUÍMICOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA.

**DESPACHO – RECURSO 3**

Relacionado ao Recurso da empresa 07.067.001/0001-00 - AMBSERV TRATAMENTO DE RESIDUOS LTDA, acolho o pronunciamento do Pregoeiro AUGUSTO CESAR TEMOTEO DE OLIVEIRA, manifestado no sistema do comprasnet, que desconhece e nega provimento ao Recurso Administrativo interposto pela licitante acima qualificada, referente ao PREGÃO SRP/UFPB/CPL-PU Nº 018/2016, com a manutenção dos termos expostos na decisão de classificação da licitante Recorrida. Mantendo assim a decisão do Pregoeiro.

João Pessoa (PB), 23 de janeiro de 2017.

  
**JOÃO MARCELO ALVES MACÊDO**  
Prefeito Universitário  
Mat. 2569256



EM BRANCO

CABINETE DO PRESIDENTE  
FOUNDAÇÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

PREFEITURA UNIVERSITÁRIA  
GABINETE DO PREFEITO

FOLHA Nº 137

GABINETE DO PREFEITO-UFPA

**Processo:** 23074.037137/2016-27

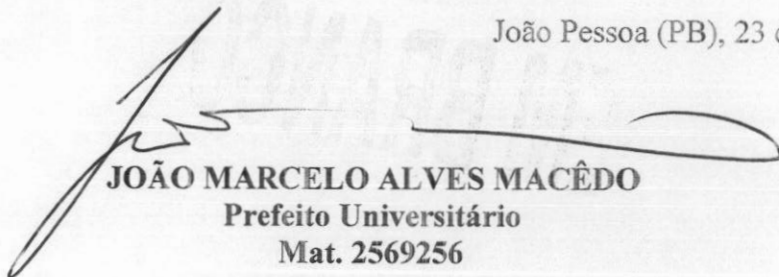
**INTERESSADO:** CLAUDIO RUY PORTELA DE VASCONCELOS

**ASSUNTO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE REMOÇÃO, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS QUÍMICOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA.

Ao Eng. Augusto C. T. de Oliveira  
Coordenador da CPL-PU

Encaminho processo com decisão para encaminhamentos necessários.

João Pessoa (PB), 23 de janeiro de 2017.



**JOÃO MARCELO ALVES MACÊDO**  
Prefeito Universitário  
Mat. 2569256



EM BRANCO

CABINETE DO PREFEITO

LOGO

10/10/10



**Universidade Federal da Paraíba  
Prefeitura Universitária  
Comissão Permanente de Licitação**



**UFPB/PU/CPL/MEMO Nº 007/2017**

**João Pessoa, 27 de Janeiro de 2017.**

**DA: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**ENG. AUGUSTO C. T. OLIVEIRA**

**AO: PREFEITO UNIVERSITÁRIO**

**JOÃO MARCELO ALVES MACEDO**

**Assunto: Processo nº 23074.037137/2016-27**

**Procedimento Licitatório – Pregão SRP Resíduos Químicos – Recurso.**

Senhor Prefeito,

Recebemos o Processo em epígrafe com o pronunciamento de V. Sa., quanto ao nosso indeferimento aos Recursos Administrativos apresentados por ocasião da operacionalização do citado Pregão.

Antes de darmos prosseguimento ao feito, permita-nos tecer alguns comentários quanto ao ordenamento jurídico-administrativo da questão, mesmo considerando que não somos da área do Direito.

Ao seu critério, V.Sa poderá encaminhar a questão à Assessoria Jurídica da Instituição, para dirimir aspectos eventualmente controversos que o caso possa produzir.





Da Responsabilidade quanto aos termos do Edital:

1.

1.1. A autoridade competente é a responsável pelo edital e deve assiná-lo. O pregoeiro e a equipe de apoio não são responsáveis pelo edital e, por via de consequência, não devem assiná-lo.

1.2. A autoridade competente não pode se afastar das cláusulas editalícias a que se encontra vinculada.

1.3.

Jurisprudência:

1.3.1. **Acórdão TCU nº 2.389/2006 – Plenário:** "O pregoeiro não pode ser responsabilizado por irregularidade em **edital de licitação**, já que sua elaboração não se insere no rol de competências que lhe foram legalmente atribuídas".

1.3.2. **Acórdão TCU nº 687/2007 – Plenário:** "... dentre as atribuições da comissão permanente de licitação não se encontra a definição do objeto. (...) Ora, se o ato de definição do objeto da licitação não foi praticado pela comissão, essa não pode ser responsabilizada sob tal fundamento, não ocorrendo, no caso, a subsunção do fato à norma".

**Decreto 5.450/2005, art. 11:** "Caberá ao pregoeiro, em especial: (...) II – receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração".

1.3.3. **Lei nº 8.666/1993, art. 40, §1º:** "A autoridade competente deverá assinar o edital, ato, que por si só, implica responsabilização deste pelas cláusulas nele incluídas, ainda que esta não o tenha redigido".

2.

Da Vinculação ao Instrumento Convocatório

2.1.

Cláusulas Editalícias (envio da proposta, com gritos nossos):



2.1.1. Cláusula 7.8.: Na fase de Aceitação de Propostas, o Pregoeiro convocará o licitante melhor classificado para enviar a documentação digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no "chat" prazo máximo de 02 (duas) horas, nos moldes da Instrução Normativa do SLTI/MPOG nº 01 de 26/03/2014, **sob pena de não aceitação da proposta.**

2.1.2. Cláusula 7.8.1.: O prazo estabelecido pelo Pregoeiro **poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, por meio do e-mail cplpu@prefeitura.ufpb, formulada antes de findo o prazo estabelecido**, e formalmente aceita pelo Pregoeiro, a seu critério exclusivo.

2.2. Da desconexão do sistema do Proponente (com grifos nossos):

2.2.1. Cláusula 5.4.: Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, **ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.**

2.3. Jurisprudência:

2.3.1. **Decreto nº 5.450 de 01 de Setembro de 2005**

Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

**Art. 25.** Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital.

**§ 2º** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF, inclusive **quando houver necessidade de envio de anexos, deverão**





ser apresentados inclusive via fax, no prazo definido no edital, após solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico.

### 3. Do Julgamento Objetivo

3.1. Define-se como o dever de se observar critérios objetivos definidos no ato convocatório para o julgamento das propostas e afasta a possibilidade de o julgador utilizar-se de fatores subjetivos ou de critérios não previstos no ato convocatório, mesmo que em benefício da própria Administração.

### 4. Dos fatos

4.1. Foram oportunizados diversos meios de encaminhamento da proposta, inclusive por e-mail.

4.2. A Proponente também poderia fazer uso do telefone para solicitar – se necessário –, prorrogação de prazo.

4.3. Apesar de todos os chamamentos registrados, a Proponente STERICYCLE GESTAO AMBIENTAL LTDA, permaneceu silente e inerte, manifestando-se somente depois de finalizado o prazo estabelecido, alegando interrupção do sistema de internet em seu ambiente de trabalho.

4.4. Tal manifestação se deu em primeiro momento, às 13:14:59h, horário de Brasília, e o anexo foi recebido pelo Sistema Comprasnet às 13:20:11h, horário de Brasília, quando o prazo concedido já havia se esgotado.

4.5. A Proponente poderia ter interpelado o Pregoeiro por telefone ou, ainda, sendo fornecedor local, até mesmo pessoalmente, se não houvesse condições de se manifestar pelo chat ou por e-mail.

4.6. Em um caso semelhante ocorrido no âmbito da CPL-PU, a empresa participante não se manteve calada, mas tentou, por vários meios, se manifestar, tendo inclusive parecido pessoalmente no ambiente da CPL-PU, depois de percorrer 185 quilômetros des-



de sua sede em Natal (RN) até a UFPB, não obtendo êxito por conta da greve ocorria à época.

4.7. Nesse citado caso, a dificuldade de encaminhamento da proposta, comprovada posteriormente, foi motivada pelo tamanho do arquivo que se tentava anexar, que excedia o limite aceito pelo sistema.

4.8. No pregão em epígrafe, não restou comprovada a “queda de sistema de internet” alegada pela participante.

4.9. É importante lembrar que o procedimento está sendo acompanhado por todos os interessados, que buscam da mesma forma, a sua oportunidade de apresentar suas propostas.

4.10. Deve-se levar em consideração os Princípios da Isonomia e da Impessoalidade, mais imperativo nesse caso ora argumentado.

## 5. Chat

5.1. No chat do pregão registram-se os avisos constantes do Pregoeiro para o fim do prazo. Entretanto, a Licitante Recorrente não lhes deu atenção, conforme se verifica a seguir (com grifos nossos):

Sistema	19/12/2016 11:13:00	Senhor fornecedor STERICYCLE GESTAO AMBIENTAL LTDA, CNPJ/CPF: 01.568.077/0001-25, solicito o envio do anexo referente ao ítem 1.
Pregoeiro	19/12/2016 11:14:24	Para STERICYCLE GESTAO AMBIENTAL LTDA - Prazo final para recebimento de seu anexo: <b>13:13:00h</b> , horário de Brasília.
Pregoeiro	19/12/2016 11:21:30	Para STERICYCLE GESTAO AMBIENTAL LTDA - Queremos lembrar que seu anexo deverá conter a Proposta e toda a documentação requerida em Edital, para fins de Habilitação.
Pregoeiro	19/12/2016 11:59:15	Para STERICYCLE GESTAO AMBIENTAL LTDA - Prazo transcorrido: <b>Cerca de Uma Hora.</b>
Pregoeiro	19/12/2016 12:46:25	Para STERICYCLE GESTAO AMBIENTAL LTDA - Tempo remanescente: <b>Cerca de Meia-hora.</b>
Pregoeiro	19/12/2016 12:52:29	Para STERICYCLE GESTAO AMBIENTAL LTDA - Por força da ORIENTAÇÃO NORMATIVA SEGES Nº 2, DE 06 DE JUNHO DE 2016, será aplicado o dispositivo do art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002 àquele Fornecedor que deixar de entregar a documentação falsa exigida para o certame ou não mantiver a proposta.





Pregoeiro	19/12/2016	13:10:21	Para STERICYCLE GESTAO AMBIENTAL LTDA - Tempo remanescente: Menos de 5 minutos.
	19/12/2016	13:14:59	Documentação sendo encaminhada
Sistema	19/12/2016	13:20:11	Senhor Pregoeiro, o fornecedor STERICYCLE GESTAO AMBIENTAL LTDA, CNPJ/CPF: 01.568.077/0001-25, enviou o anexo para o item 1.
Pregoeiro	19/12/2016	13:23:52	Para STERICYCLE GESTAO AMBIENTAL LTDA - Pedimos a V.Sa que atente para a cláusula 7.8 do Edital: "Na fase de Aceitação de Propostas, o Pregoeiro convocará o licitante melhor classificado para enviar a documentação digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no "chat" prazo máximo de 02 (duas) horas, nos moldes da Instrução Normativa do SLTI/MPDG nº 01 de 26/03/2014...
Pregoeiro	19/12/2016	13:24:20	Para STERICYCLE GESTAO AMBIENTAL LTDA - ...sob pena de não aceitar a proposta".
Pregoeiro	19/12/2016	13:26:15	Para STERICYCLE GESTAO AMBIENTAL LTDA - Para registro, seu tempo esgotou às 13h13min e não houve solicitação de prorrogação desse prazo por nenhum meio disponível, nos moldes do item 7.8.1 do Edital. Sr pregoeiro, ocorreu queda de sistema de internet, no momento de retorno do sistema foi encaminhado toda documentação.
25	19/12/2016	13:28:18	Neste caso, recomendamos a leitura da cláusula 5.4 do Edital: "Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão".
Pregoeiro	19/12/2016	13:31:26	Para STERICYCLE GESTAO AMBIENTAL LTDA - Por essas razões, e em nome dos princípios que regem a Administração, não poderemos aceitar a sua proposta.
Pregoeiro	19/12/2016	13:32:34	Para STERICYCLE GESTAO AMBIENTAL LTDA - Por essas razões, e em nome dos princípios que regem a Administração, não poderemos aceitar a sua proposta.
Pregoeiro	19/12/2016	10:34:39	Solicitamos aos Senhores Licitantes que encarem o processo licitatório com seriedade e atenção.
Pregoeiro	19/12/2016	10:34:59	Solicitamos aos Senhores Licitantes que acompanhem este Pregão até o seu desfecho, pois conforme determina a Condção "DO ENVIO DA PROPOSTA", CONSTANTE do Edital, o licitante que deixar de responder qualquer convocação/mensagem do Pregoeiro será responsável pelo ônus decorrente da perda de negócio e ficará sujeito a eventuais sanções.
Pregoeiro	19/12/2016	10:36:42	A documentação de habilitação e a proposta ajustada ao lance final devem ser inseridas no sistema COMPRASNET em um único arquivo. O prazo tanto para o envio da proposta ajustada ao lance final, quanto para o envio da documentação de habilitação será de 02 (duas) horas contadas a partir da convocação pelo Sistema Comprasnet.

conforme fragmentos do chat a seguir transcritos (com grifos nossos):

Além disso, houve comunicação prévia, logo no início da sessão do Pregão,



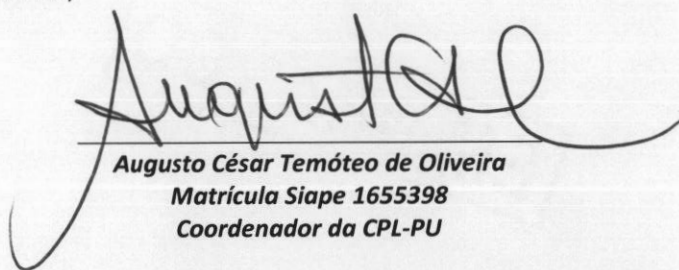
Pregoeiro	19/12/2016 10:37:05	Caso não seja possível a inserção do arquivo, pedimos que seja informado via chat do Pregão ou por e-mail, para que procedamos a uma nova convocação, <u>dentro do prazo remanescente</u> .
Pregoeiro	19/12/2016 10:37:29	Caso persista a dificuldade na inserção do arquivo, alternativamente e <b>DESDE QUE DENTRO DO PRAZO</b> , a documentação poderá ser enviada para o e-mail da CPL-PU, já informado, e o fato comunicando ao Pregoeiro.

Diante de tudo o que foi exposto, pedimos a V.Sa., que reconsidere a decisão proferida às fls. 195 dos autos.

À sua consideração.

Renovamos protestos de estima e respeito.

Atenciosamente,

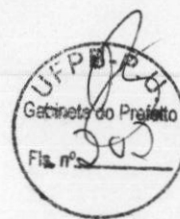
  
**Augusto César Temóteo de Oliveira**  
**Matrícula Siape 1655398**  
**Coordenador da CPL-PU**



EM BRANCO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA  
Gabinete do Prefeito



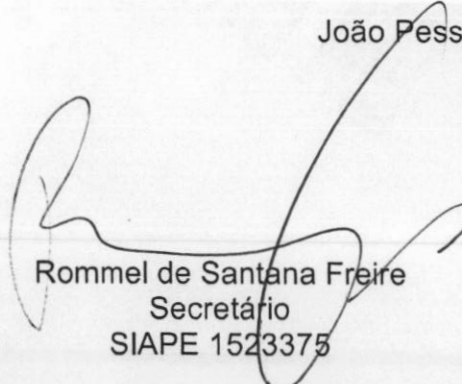
**Processo 23074.037137/2016-27**

À Procuradoria Jurídica

A pedido do Prefeito Universitário, solicitamos seus préstimos para dirimir dúvidas acerca da aceitação dos recursos imprestados pelas empresas interessadas, cujo despachos se encontram às fls. 194/197, bem como das análises feitas às fls. 198/201.

Atenciosamente,

João Pessoa, 27 de janeiro de 2017

  
Rommel de Santana Freire  
Secretário  
SIAPE 1523375



EM BRANDS



PROCESSO CADASTRADO  
NO SAPIENS



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
PROCURADORIA FEDERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

DISTRIBUIÇÃO PROCESSUAL

**1. DADOS DO PROCESSO:**

PROCESSO Nº: 23074.037137/2016-24  
ASSUNTO: \_\_\_\_\_  
AUTOR/RÉU: \_\_\_\_\_

**2. ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA DISTRIBUIÇÃO E ACOMPANHAMENTO:**

☒ Secretaria de Apoio Administrativo  
☐ Secretaria de Apoio ao Contencioso Judicial

**3. PRAZOS E OBSERVAÇÕES:**

Prazo: 15 dias

Digitalizar e juntar no SAPIENS os documentos de fls. \_\_\_\_\_

Tramitação prioritária (art. 69-A da lei 9.784/99):

☒ NÃO

☐ SIM – ESPECIFICAR MOTIVO:

Pedido de urgência:

☒ NÃO

☐ SIM – ESPECIFICAR MOTIVO:

Despacho do Chefe da PF-UFPA:

**4. ESTAGIÁRIO RESPONSÁVEL PELA ANÁLISE PRÉVIA DO PROCESSO:**

☐ Caio Eduardo de Miranda Cavalcanti  
☐ Juliene Alves Moreira  
☐ Maria Caroline Santiago Galiza

☐ Taciana Florentino de Lima  
☐ Wegna Ianni Souza Henriques

**5. PROCURADOR RESPONSÁVEL PELO PROCESSO:**

☐ Francisco das Chagas Gil Messias  
☒ Flávio Pereira Gomes

☐ Rosana Nóbrega de Freitas Dias  
☐ Carlos Octaviano de Medeiros Mangueira

João Pessoa, 30 / 09 / 2017.

CARLOS OCTAVIANO DE MEDEIROS MANGUEIRA  
PROCURADOR-CHEFE  
PROCURADORIA FEDERAL - UFPA

EM BRANCO

NO 24182  
1405220 022204





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
DEPARTAMENTO DE CONSULTORIA E ASSESSORAMENTO JURÍDICO  
PRÉDIO DA REITORIA, 2º ANDAR, CIDADE UNIVERSITÁRIA CAMPUS I, BAIRRO CASTELO BRANCO JOÃO  
PESSOA-PB. CEP: 58059-900



NOTA nº 0062/2017/PF-UFPB/PGF/AGU  
PROCESSO Nº 23074.037.137/2016-27  
INTERESSADA: PREFEITURA UNIVERSITÁRIA  
ASSUNTO: PREGÃO ELETRÔNICO SRP/PU nº 18/2016. RECURSO ADMINISTRATIVO

Senhor Prefeito Universitário,

1. Inicialmente, convém trazer à baila os seguintes dispositivos da Lei nº 8.666/93:

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

a) habilitação ou inabilitação do licitante;

b) julgamento das propostas;

(...)

**§2º. O recurso previsto nas alíneas "a" e "b" do inciso I deste artigo terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.**

(...)

**§4º. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.**

**§5º. Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.**

(...)

2. Nesse passo, a Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, traz a seguinte regulamentação:

Art. 50. Os atos administrativos deverão ser **motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos**, quando:

**I - neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses;**

**II - imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções;**

**III - decidam processos administrativos de concurso ou seleção pública;**

**IV - dispensem ou declarem a inexistência de processo licitatório;**

**V - decidam recursos administrativos;**

**VI - decorram de reexame de ofício;**

**VII - deixem de aplicar jurisprudência firmada sobre a questão ou discrepem de pareceres, laudos, propostas e relatórios oficiais;**

**VIII - importem anulação, revogação, suspensão ou convalidação de ato administrativo.**

**§1º. A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.**

**§2º. Na solução de vários assuntos da mesma natureza, pode ser utilizado meio mecânico que reproduza os fundamentos das decisões, desde que não prejudique direito ou garantia dos interessados.**

**§3º. A motivação das decisões de órgãos colegiados e comissões ou de decisões orais constará da respectiva ata ou de termo escrito.**

(...)

Art. 56. Das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito.

**§1º. O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de cinco dias, o encaminhará à autoridade superior.**

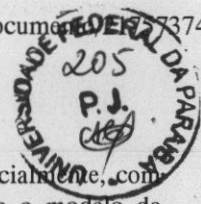
(...)

3. Pois bem. À luz desse arcabouço normativo, entendendo que a decisão administrativa de fls. 195 (DESPACHO – RECURSO 2), que julgou o recurso administrativo interposto pela licitante STERICYCLE GESTÃO AMBIENTAL LTDA, não está adequadamente motivada, com indicação dos fatos e fundamentos jurídicos que embasam o acolhimento do pedido recursal, conforme exige o art. 50 da Lei nº 9.784/99.

4. Dessa forma, conforme previsto no art. 109, §4º, da Lei nº 8.666/93, c/c, art. 56, §1º, da Lei nº 9.784/99, entendendo que compete à Autoridade Administrativa (Prefeito Universitário) apreciar e decidir sobre o pedido de reconsideração de fls. 198/201 deduzido nos presentes autos pelo Coordenador da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Universitária Augusto César Temóteo de Oliveira, matrícula SIAPE nº 16553398.

5. A Ordem de Serviço Conjunta nº 01/GR/PF-UFPB, de 21.11.2013, publicada no Boletim de Serviço/UFPB de 15.12.2013, que disciplina o funcionamento da consultoria e assessoramento jurídicos no âmbito da UFPB, traz a seguinte regulamentação:

Art. 5º. O encaminhamento de consulta jurídica também ocorrerá quando houver dúvida jurídica a ser dirimida formalmente pela Procuradoria Federal que se relacione com as competências institucionais da UFPB.



(...)

Art. 10. As consultas jurídicas de que trata o art. 5º devem ser encaminhadas à PF/UFPB, preferencialmente, com a formulação de quesitos que se relacionem com a situação concreta abordada nos autos administrativos, seguindo o modelo de formulário constante no Anexo I desta Ordem de Serviço Conjunta.

(...)

6. Os autos foram enviados à PF/UFPB por meio de despacho de mero encaminhamento (fls. 202), subscrito pelo servidor Rommel de Santana Freire, matrícula 1523375, sem formulação de questionamento jurídico específico e delimitado a ser enfrentado por esse órgão de assessoramento jurídico.

7. Cumpre ressaltar que é função do órgão consulente qualificar o questionamento jurídico apresentado, trazendo subsídios, posicionamentos dos setores técnicos etc., visando delimitar o cerne da questão a ser enfrentada pelo órgão de consultoria jurídica.

8. Importa frisar que não é papel do órgão de assessoramento jurídico tutelar ou chancelar os atos administrativos de gestão praticados pelos gestores da UFPB. Para que a PF/UFPB possa emitir manifestação, faz-se necessário que de fato exista dúvida jurídica qualificada e que o órgão consulente apresente o ponto controvertido e formule especificamente o(s) questionamento(s) a ser(em) dirimido(s), preferencialmente na forma disposta no art. 10 da Ordem de Serviço Conjunta nº 01/GR/PF-UFPB, de 21.11.2013, publicada no Boletim de Serviço/UFPB de 15.12.2013.

9. Assim sendo, recomento à Autoridade Administrativa (Prefeito Universitário) que:

a) aprecie e decida, de forma motivada e fundamentada, conforme preceitua o art. 50 da Lei nº 9.784/99, sobre o pedido de reconsideração interposto pelo Coordenador da CPL-PU de fls. 198/201;

b) havendo necessidade de formular questionamento específico à PF/UFPB, que se preste obséquio à regulamentação contida nos arts. 5º e 10 da Ordem de Serviço Conjunta nº 01/GR/PF-UFPB, de 21.11.2013, publicada no Boletim de Serviço/UFPB de 15.12.2013.

10. Por fim, registro que o processo administrativo nº 23074.037.137/2016-27 foi distribuído para esse signatário em 30.01.2017 e está sendo devolvido à Secretaria da PF/UFPB em 1º.02.2017.

11. Em obséquio à norma contida no art. 15 da Ordem de Serviço Conjunta nº 01/GR/PF-UFPB, de 21.11.2013, publicada no Boletim de Serviço/UFPB de 15.12.2013, encaminho os presentes autos ao Procurador-Chefe da PF/UFPB para ciência e aprovação.

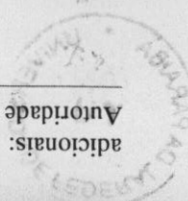
João Pessoa/PB, 1º de fevereiro de 2017.

FLÁVIO PEREIRA GOMES  
Procurador Federal  
OAB/PB nº 11.501/Mat. SIAPE nº 1.069.654

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 23074037137201627 e da chave de acesso ae47e4ec

Documento assinado eletronicamente por FLAVIO PEREIRA GOMES, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 21757374 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações

EM BRANCO





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA



# BOLETIM DE SERVIÇO

(Art. 1º, Inciso 11, da Lei 4.965, de maio de 1966) PORTARIA R/DP, Nº 519, DE 11/08/1972  
EDIÇÃO DE DEZEMBRO

ANO XLVIII

João Pessoa, 15 de Dezembro de 2013

## REITORIA PORTARIAS DA REITORA

PORTARIA R/GR/Nº1982/2013

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA  
PARAÍBA, no uso das atribuições,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Prorrogar por mais 60 dias o prazo de conclusão do Processo Administrativo Disciplinar nº 23074.036027/13-14 para apuração de responsabilidade e Ação Disciplinar, instaurado pela Portaria 1.745

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REITORIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA,  
em João Pessoa, Paraíba, 13 de dezembro de 2013.

MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ  
REITORA

MINUTA DE PORTARIA R/GR nº 1915, DE 25 DE  
NOVEMBRO DE 2013.

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA  
PARAÍBA, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 38, inciso VII, do Estatuto da UFPB, e tendo em vista que consta no processo nº 23074.046920/13-02;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Homologar o resultado final do Estágio Probatório dos servidores técnico-administrativos que foram redistribuídos para esta Instituição, conforme relação anexa, nos termos do artigo 12 da Resolução CONSUNI nº 10/2006.

**Art. 2º** - Esta Portaria entre em vigor na data da sua publicação.

REITORIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, em  
João Pessoa, 25 de novembro de 2013.

MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ  
REITORA



**A PROGEP** – Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, através da Divisão de Gestão de Desempenho, torna público o Resultado do Processo de Avaliação de Desempenho Estágio Probatório dos Técnico-Administrativos em Educação redistribuídos – 2010

SIAPÉ	Nome do Avaliado	Percentual	Situação
18053218	Danila de Araújo Barboza	9,3	Aprovada
18134650	Edino Farias dos Santos	8,9	Aprovado
18148588	Giovanna Nathália Oliveira de Souza	10,0	Aprovada
18126037	Lidiane Tavares Romano	9,3	Aprovada
17738497	Ram Anand Gajadhari	9,8	Aprovado
1760177	Flavio Rodrigo Araújo Fabres	8,3	Aprovado*

\* Processo nº 23074.009986/13-11

**ORDEM DE SERVIÇO CONJUNTA Nº 01/GR/PF-UFPB, de 21 de novembro de 2013.**

**A REITORIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB) e o PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À UFPB (PF-UFPB), no uso das atribuições conferidas na Portaria AGU nº 1.399, de 5 de outubro de 2009, publicada no DOU de 13/10/2009, e Portaria PGF nº 526, de 26 de agosto de 2013, publicada no DOU de 30/08/2013, tendo em vista a necessidade de disciplinar e operacionalizar o funcionamento da consultoria e assessoramento jurídicos no âmbito da UFPB, resolvem:**

**SEÇÃO I – DAS DEFINIÇÕES**

**Art. 1º.** Para os efeitos desta Ordem de Serviço Conjunta, consideram-se:

I – atividades de consultoria jurídica: aquelas prestadas quando formalmente solicitadas pelo órgão competente, nos termos da Seção IV deste ato normativo;

**Art. 2º.** As atividades de consultoria e assessoramento jurídicos prestadas à Universidade Federal da Paraíba serão exercidas com exclusividade;

I – pela Procuradoria Federal junto à UFPB (PF/UFPB);

**SUBSEÇÃO I – DO OBJETO**

**Art. 4º.** Serão objeto de análise jurídica prévia e conclusiva:

- I – minutas de editais de licitação, de chamamento público e instrumentos congêneres;
- II – minutas de contratos e de seus termos aditivos;
- III – atos de dispensa e inexigibilidade de licitação, inclusive quando se tratar das situações previstas nos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993;
- IV – minutas de convênios, instrumentos congêneres e de seus termos aditivos;
- V – minutas de termos de ajustamento de conduta, de termos de compromisso e instrumentos congêneres;
- VI – minutas de editais de concurso público ou de processo seletivo;
- VII – minutas de atos normativos que estabeleçam direitos e obrigações de forma genérica e abstrata;

VIII – processos administrativos referentes à aplicação de sanções administrativas.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não afasta a possibilidade de ser recomendada a análise jurídica prévia de outros documentos pela PF/UFPB.

**Art. 5º.** O encaminhamento de consulta jurídica também ocorrerá quando houver dúvida jurídica a ser dirimida formalmente pela Procuradoria Federal que se relacione com as competências institucionais da UFPB.

## SUBSEÇÃO II – DA FORMA DE ENCAMINHAMENTO

**Art. 6º.** As consultas jurídicas devem ser encaminhadas necessariamente pelo dirigente máximo de cada Órgão da Administração Superior da UFPB citado no art. 3º.

Parágrafo único. As consultas jurídicas devem ser encaminhadas diretamente à PF/UFPB, sendo desnecessário o encaminhamento do processo administrativo via Gabinete da Reitoria.

**Art. 7º.** Não serão admitidas consultas jurídicas formuladas por correio eletrônico (e-mail).

**Art. 8º.** As consultas jurídicas formuladas pelos Órgãos da Administração Superior da UFPB devem ser autuadas e identificadas pelo número do sistema informatizado de protocolo da UFPB, com o assunto, o nome do interessado e do órgão consulente, devendo o processo administrativo ter as suas folhas numeradas e rubricadas antes de sua remessa à PF/UFPB.

**Art. 9º.** Os processos administrativos encaminhados à PF/UFPB devem estar instruídos necessariamente, no mínimo, com:

I – nota técnica e/ou despacho, formal, expresso e digitado (não manuscrito) com fundamentação técnica e conclusiva do órgão consulente;

II – informação sobre os atos e diplomas legais aplicáveis ao caso;

III – menção às opiniões contrárias que evidenciam a dúvida jurídica suscitada, quando for o caso; e

IV – eventuais documentos que facilitem a compreensão e o exame da matéria.

§1º. Os processos administrativos encaminhados à PF/UFPB para análise de minutas de editais e atos normativos da UFPB deverão indicar todas as normas jurídicas que subsidiaram a sua elaboração.

§2º. As minutas de atos normativos da UFPB, submetidas à análise da PF/UFPB deverão conter, caso modifiquem norma anterior, as indicações dos dispositivos que sofreram alteração, com a respectiva nota explicativa de sua origem.

§3º. As alterações em minutas padrão de edital de licitação e de contratos deverão ser previamente submetidas à apreciação da PF/UFPB, com destaque das disposições que se pretende modificar, e instruídas com as respectivas justificativas.

**Art. 10.** As consultas jurídicas de que trata o art. 5º devem ser encaminhadas à PF/UFPB, preferencialmente, com formulação de

questitos que se relacionem com a situação concreta abordada nos autos administrativos, seguindo o modelo de formulário constante no Anexo I desta Ordem de Serviço Conjunta.

**Art. 11.** Os Órgãos da Administração Superior da UFPB citados no art. 3º, mediante despacho formal, expresso e digitado (não manuscrito), devidamente justificado e motivado, podem requerer que a manifestação jurídica da PF/UFPB seja emitida em regime de urgência ou prioridade.

Parágrafo único. Compete ao Procurador-Chefe da PF/UFPB decidir sobre os pedidos de urgência ou prioridade.

**Art. 12.** Os processos administrativos encaminhados à PF/UFPB com instrução parcial ou insuficiente serão devolvidos ao órgão consulente sem manifestação de mérito, a fim de que seja providenciada a correta instrução do processo, nos termos desta subseção.

## SUBSEÇÃO III – DA MANIFESTAÇÃO JURÍDICA

**Art. 13.** A consulta jurídica será respondida com manifestação exarada pela PF/UFPB, observando-se as modalidades e demais procedimentos previstos na Portaria AGU nº 1.399, de 5 de outubro de 2009, publicada no DOU de 13/10/2009, Seção 1, págs. 36/37, alterada pela Portaria AGU nº 316, de 12 de março de 2010, publicada no DOU de 15/03/2010, Seção 1, págs. 01/02.

§1º. Quando se tratar de consulta formulada nos termos do art. 4º desta Ordem de Serviço Conjunta, deverá ser exarada manifestação específica para cada processo submetido à apreciação.

§2º. Quando se tratar de consulta formulada nos termos do art. 5º desta Ordem de Serviço Conjunta, a manifestação deverá analisar de forma específica os quesitos submetidos à análise jurídica.

§3º. Na elaboração da manifestação jurídica, deverão ser observados os entendimentos firmados pelo Procurador-Geral Federal e pelo Advogado-Geral da União.

§4º. Deverá ser consignada expressamente na manifestação jurídica eventual análise em regime de urgência ou prioridade, solicitada pelos Órgãos da Administração Superior da UFPB citados no art. 3º.

**Art. 14.** A manifestação jurídica deverá ser emitida, em regra, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, salvo comprovada necessidade de maior prazo, a juízo do Procurador-Chefe da PF/UFPB.

Parágrafo único. No caso de regime de urgência ou prioridade, deferido pelo Procurador-Chefe da PF/UFPB, a manifestação jurídica deverá ser emitida no prazo máximo de 5 (cinco) dias, podendo ser prorrogado por igual período, de acordo com a complexidade da matéria versada nos autos administrativos, a juízo do Procurador-Chefe da PF/UFPB.

**Art. 15.** A eficácia da manifestação jurídica fica condicionada à sua aprovação pelo Procurador-Chefe da PF/UFPB, admitindo-se ato de delegação de competência na forma do Capítulo VI da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

III – de acompanhamento de servidores em reuniões internas ou externas;

IV – de acompanhamento de trabalhos desenvolvidos por grupos de servidores previamente constituídos.

**Art. 19.** O assessoramento jurídico aos órgãos indicados no art. 3º dar-se-á por meio de audiência que deverá ser agendada com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis.

§1º. As audiências serão marcadas pelo Gabinete do Procurador-Chefe e registradas na agenda da PF/UFPB.

§2º. Não será concedido assessoramento jurídico por telefone ou por correio eletrônico (e-mail).

**Art. 20.** As audiências a particulares somente serão concedidas nos termos do Decreto n.º 4.334, de 12 de agosto de 2002, mediante formulário constante no Anexo II desta norma, a ser protocolado no gabinete do Procurador-Chefe com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis.

**Art. 21.** Esta ordem de serviço conjunta entrará em vigor em 25 de novembro de 2013, devendo ser publicada no Boletim de Serviço da UFPB.

Margareth de Fátima Formiga  
Melo Diniz  
Reitora da UFPB

Carlos Octaviano de Medeiros  
Manguiera  
Procurador-Chefe da PF/UFPB

**Art. 16.** Os entendimentos firmados na manifestação jurídica poderão ser revistos pela PF/UFPB de ofício ou a pedido do órgão consultante;

I – nos mesmos autos administrativos em que proferida a manifestação jurídica;

II – em autos administrativos diversos, quando se tratar de questão similar submetida à nova análise jurídica.

§1º. Na solicitação de revisão de manifestação, deverá ser demonstrada a presença de elementos fáticos ou jurídicos relevantes que não tenham sido anteriormente apreciados.

§2º. A revisão de entendimento jurídico anteriormente firmado deverá ser feita expressa e motivadamente.

**Art. 17.** Não sendo acolhido o pedido de revisão de que trata o art. 16, a matéria poderá ser submetida ao Procurador-Geral Federal pela Reitora da UFPB, desde que observados os requisitos previstos no art. 1º da Portaria PGF nº 424, de 23 de julho de 2013.

Parágrafo único. Na análise da consulta de que trata este artigo o Procurador-Geral Federal poderá solicitar nova manifestação da PF/UFPB.

**Art. 18.** Os Órgãos da Administração Superior da UFPB citados no art. 3º desta Ordem de Serviço Conjunta poderão solicitar assessoramento jurídico quando se tratar, dentre outros:

I – de dúvidas jurídicas sem complexidade, que possam ser dirimidas sem necessidade de elaboração de manifestação jurídica própria, quando não aplicável o disposto na Seção IV deste ato normativo;

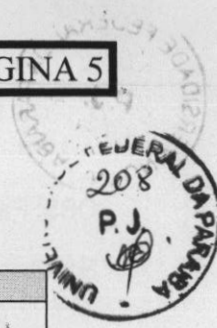
II – de fases iniciais de discussão interna sobre atos administrativos que venham a ser posteriormente encaminhados para apreciação na forma de consulta jurídica, quando necessária ou recomendável a participação prévia da PF/UFPB;

## ANEXO I

### FORMULÁRIO MODELO DE CONSULTA

Número do Processo:	
Assunto:	
Órgão assessorado:	
Relato dos fatos:	
Fundamentação:	
Questões de consulta:	

**ANEXO II**  
**PEDIDO DE AUDIÊNCIA**



<b>1 – Qualificação do Agente Público</b> (com quem se solicita a audiência)	
Nome:	
Cargo ou função Pública:	
Departamento:	DDD/Telefone:

<b>2 – Requerente da Audiência</b> (Particular que requer a audiência)			
Nome:			
RG nº:	Órgão Expedidor:	CPF nº	
Endereço:	Bairro:	Cidade:	UF:
CEP:	Telefone (Residência):	Celular:	Telefone (trabalho):
Profissão:	E-mail:		

<b>3 – Dados do Procurador</b> (caso o requerente se faça representar)			
Nome:			
RG nº	Órgão Expedidor:	CPF nº	
Endereço:	Bairro:	Cidade:	UF:
CEP:	Telefone (Residência):	Celular:	Telefone (trabalho):
Profissão:	E-mail:		

<b>4 – Dado(s) do(s) Acompanhante(s)</b>			
Nome:			
RG nº	Órgão Expedidor:	CPF nº	
Endereço:	Bairro:	Cidade:	UF:
CEP:	Telefone (Residência):	Celular:	Telefone (trabalho):
Profissão:	E-mail:		
Interesse do acompanhante no assunto:			

<b>5 – Agendamento Pretendido</b>	<b>6 – Agendamento Confirmado (PF/UFPB)</b>
Data: ____/____/____ Hora: _____	Data: ____/____/____ Hora: _____

<b>7 – Razões da Urgência:</b>

<b>8 – Assunto</b> (informar o nº do Processo e descrever, de forma sucinta, os assuntos que serão abordados)	
Processo(s) nº(s): _____	
Descrição:	
João Pessoa, ____/____/____	Carimbo e assinatura do Titular da Unidade (PF/UFPB):
Assinatura do Requerente:	



**OBS: Para publicação no Boletim de Serviço.**

Normas para publicação no Boletim de Serviço da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), o material deve ser entregue de 15 a 30 de cada mês; precisa ser enviado em arquivo aberto no formato Word e um memorando pedindo sua publicação por correio eletrônico para o e-mail: [editoração.edu.ufpb@gmail.com](mailto:editoração.edu.ufpb@gmail.com),  
Outras informações e esclarecimentos na Editora da UFPB, procurar Almir Correia (supervisor de editoração) ;  
e-mail: [editoração.edu.ufpb@gmail.com](mailto:editoração.edu.ufpb@gmail.com) ou pelo telefone (83) 3216-7341.

## **BOLETIM DE SERVIÇO Expediente**

### **UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**

**REITORA:**

MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ

**VICE-REITOR:**

EDUARDO RAMALHO RABENHORST

**PRÓ-REITORA DE ADMINISTRAÇÃO:**

ZELMA GLEBYA MACIEL QUIRINO

**PRÓGEF:**

FRANCISCO RAMALHO DE ALBUQUERQUE

### **EDITORIA UNIVERSITÁRIA**

**DIRETORA:**

IZABEL FRANÇA DE LIMA

**VICE-DIRETOR:**

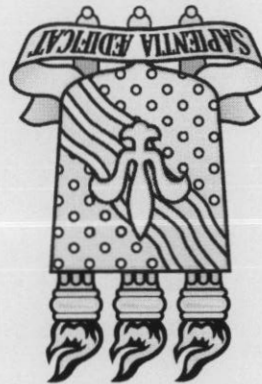
JOSÉ LUIZ DA SILVA

**SUPERVISOR DE EDITORAÇÃO:**

ALMIR CORREIA DE VASCONCELLOS JUNIOR

**SUPERVISOR DE PRODUÇÃO:**

JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS FILHO





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
DEPARTAMENTO DE CONSULTORIA E ASSESSORAMENTO JURÍDICO  
PRÉDIO DA REITORIA, 2º ANDAR, CIDADE UNIVERSITÁRIA CAMPUS I, BAIRRO CASTELO BRANCO  
JOÃO PESSOA-PB. CEP: 58059-900

**DESPACHO n. 00041/2017/DEPJUR/PFUFPPB/PGF/AGU**

**NUP: 23074.037137/2016-27**

**INTERESSADOS: UFPB - PREFEITURA UNIVERSITÁRIA**

**ASSUNTOS: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO**

Fundado na competência decorrente dos artigos 7º e 8º da PORTARIA/AGU/Nº 1.399, de 5 de outubro de 2009, aprovo a Nota n.º 00062/2016/PF-UFPB/PGF/AGU.

Com os cumprimentos de estilo, devolvam-se os autos à origem.

João Pessoa, 01 de fevereiro de 2017.

CARLOS OCTAVIANO DE MEDEIROS MANGUEIRA  
PROCURADOR FEDERAL  
PROCURADOR-CHEFE DA PF/UFPB

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 23074037137201627 e da chave de acesso ae47e4ec

Documento assinado eletronicamente por CARLOS OCTAVIANO DE MEDEIROS MANGUEIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 21821745 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): CARLOS OCTAVIANO DE MEDEIROS MANGUEIRA. Data e Hora: 01-02-2017 16:23. Número de Série: 1362945317460090364. Emissor: AC CAIXA PF v2.

EM BRANCO





UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
Prefeitura Universitária  
Gabinete do Prefeito



FOLHA DE DESPACHO  
PROCESSO 23074.037137/2016-27

João Pessoa, 08 de fevereiro de 2017

À: Comissão Permanente de Licitação CPL/PU  
Eng. Augusto C. T. Oliveira

Prezado,

Em análise ao presente processo referente ao Pregão SRP 18/2016, no qual deferi o recurso interposto pela empresa 01.568.077/0001-25 - STERICYCLE GESTAO AMBIENTAL LTDA fl(195). Passo a relatar:

1. O presente processo ocorreu sem intercorrências até fim do prazo para envio da proposta quando a empresa em tela foi desclassificada por extrapolar o prazo, conforme indicação do pregoeiro fls (189-192), mesmo após manifestação de estar enviando ter sido registrado no "chat" com apenas **um minuto e cinquenta e nove segundos** de prazo decorrido, ou seja, às 13:15:59h. E efetivo envio da proposta ter ocorrido com **sete minutos e onze segundos**. Cabendo aqui registrar, que a empresa em tela, foi sagrada vencedora da fase de lances, dessa forma evoco os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade conforme ensina Antonio José Calhau de Resende quando diz:

"A razoabilidade é um conceito jurídico indeterminado, elástico e variável no tempo e no espaço. Consiste em agir com bom senso, prudência, moderação, tomar atitudes adequadas e coerentes, levando-se em conta a relação de proporcionalidade entre os meios empregados e a finalidade a ser alcançada, bem como as circunstâncias que envolvem a prática do ato"





GOV. DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
 Nº 35

14

como as circunstâncias que envolvem a busca do bem,  
 entre os meios empregados e a finalidade a ser alcançada, bem  
 como, levando-se em conta a natureza da proibição, a  
 natureza da proibição, a natureza da proibição e co-  
 e a natureza da proibição e co- a natureza da proibição e co-  
 A natureza da proibição e co- a natureza da proibição e co-

**EM BRANCO**

forma em que a União José Carlos de Figueiredo, quando da  
 de 1964, dessa forma, a natureza da proibição e co- a natureza da proibição e co-  
 a natureza da proibição e co- a natureza da proibição e co-  
 a natureza da proibição e co- a natureza da proibição e co-  
 a natureza da proibição e co- a natureza da proibição e co-  
 a natureza da proibição e co- a natureza da proibição e co-  
 a natureza da proibição e co- a natureza da proibição e co-  
 a natureza da proibição e co- a natureza da proibição e co-

Presidência

interior da empresa 01.208.011.0001-22 - SIDERISOLTE GESTÃO AMBIENTAL LTDA (1987)

Em análise do presente processo referente ao Pedido SRP 1813018, no qual consta o seguinte:

Pedido

Eng. Augusto C. T. Oliveira

A Comissão Permanente de Licitação CPLL

PROCESSO 23014-0311313018-31

FOGHA DE DESPACHO

10 de Fevereiro de 2011



Gabinete do Prefeito  
 Prefeitura Universitária

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PERNAMBUCO



2. Corroborando o entendimento das motivações da reforma da decisão do ilustre pregoeiro, tem-se a Constituição Brasileira que em seu art. 37, caput, apresentou-nos princípios norteadores da administração pública:

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e **eficiência** e, também, ao seguinte". (Grifo nosso)

Para Além dos princípios elencados acima, o art. 3º da Lei 8.666/93, que versa sobre as licitações e contratos administrativos, apresenta-nos os princípios norteadores do processo licitatório. Ipsi Literis:

"Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e **dos que lhe são correlatos**". (Grifo nosso)

Marçal Justen Filho, no que se refere ao princípio da economicidade afirma "(...) não basta honestidade e boas intenções para validação de atos administrativos. A economicidade impõe adoção da solução mais conveniente e eficiente sob o ponto de vista da gestão dos recursos públicos". (Justen Filho, 1998, p.66).

3. De maneira conexa ajustam os eminentes ministros do TCU em seu Acórdão Nº 3675/2013 – TCU – Plenário





- TCU - Brasil

De insuflar coragem e eficiência aos funcionários públicos do TCU em seu trabalho.

Em 1998, o Sr.

concorda com a proposta de criação de uma comissão de controle e fiscalização dos recursos públicos, (incluindo a possibilidade de criação de uma comissão de controle e fiscalização dos recursos públicos) e a possibilidade de criação de uma comissão de controle e fiscalização dos recursos públicos.

EM BRANCO

concorda com a proposta de criação de uma comissão de controle e fiscalização dos recursos públicos, (incluindo a possibilidade de criação de uma comissão de controle e fiscalização dos recursos públicos) e a possibilidade de criação de uma comissão de controle e fiscalização dos recursos públicos.

concorda com a proposta de criação de uma comissão de controle e fiscalização dos recursos públicos, (incluindo a possibilidade de criação de uma comissão de controle e fiscalização dos recursos públicos) e a possibilidade de criação de uma comissão de controle e fiscalização dos recursos públicos.

concorda com a proposta de criação de uma comissão de controle e fiscalização dos recursos públicos, (incluindo a possibilidade de criação de uma comissão de controle e fiscalização dos recursos públicos) e a possibilidade de criação de uma comissão de controle e fiscalização dos recursos públicos.

concorda com a proposta de criação de uma comissão de controle e fiscalização dos recursos públicos, (incluindo a possibilidade de criação de uma comissão de controle e fiscalização dos recursos públicos) e a possibilidade de criação de uma comissão de controle e fiscalização dos recursos públicos.

concorda com a proposta de criação de uma comissão de controle e fiscalização dos recursos públicos, (incluindo a possibilidade de criação de uma comissão de controle e fiscalização dos recursos públicos) e a possibilidade de criação de uma comissão de controle e fiscalização dos recursos públicos.

concorda com a proposta de criação de uma comissão de controle e fiscalização dos recursos públicos, (incluindo a possibilidade de criação de uma comissão de controle e fiscalização dos recursos públicos) e a possibilidade de criação de uma comissão de controle e fiscalização dos recursos públicos.

concorda com a proposta de criação de uma comissão de controle e fiscalização dos recursos públicos, (incluindo a possibilidade de criação de uma comissão de controle e fiscalização dos recursos públicos) e a possibilidade de criação de uma comissão de controle e fiscalização dos recursos públicos.





Além disso, a jurisprudência do Tribunal é convergente no sentido de que **não é devida a desclassificação de empresas licitantes com base em parâmetros meramente literais do edital** e que a desclassificação de propostas com base nesses critérios **deve-se pautar pelos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade**. São exemplos os Acórdãos 2804/2013 – Segunda Câmara e Acórdão 2767/2011-Plenário, 351/2008-Plenário, 592/2009-Plenário.

Tal entendimento é reafirmado quando no ACÓRDÃO Nº 1168/2016 - TCU – Plenário, os excelentíssimos ministros apresentam:

f) os critérios editalícios devem ser examinados segundo sua utilidade e finalidade, sem apego excessivo a rigorismos que possam desviar os agentes públicos dos propósitos fundamentais do procedimento licitatório, afastando ofertas válidas e/ou participantes qualificados;

Uma vez que o Edital prevê:

7.8 Na fase de Aceitação de Propostas, o Pregoeiro convocará o licitante melhor classificado para enviar a documentação digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no "chat" prazo máximo de 02 (duas) horas, nos moldes da Instrução Normativa do SLTI/MPOG nº 01 de 26/03/2014, sob pena de não aceitação da proposta.

7.8.1 O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, por meio do e-mail [cplpu@prefeitura.ufpb](mailto:cplpu@prefeitura.ufpb), formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro, a seu critério exclusivo.

Verifica-se que o ilustre pregoeiro se deteve a um aspecto meramente formal da peça editalícia, que já previa, caso motivado, a prorrogação, não sendo esta prejudicial ao desenrolar do certame e o tempo decorrido foi de apenas 7:11 no total para o envio da proposta e de 1:59 minutos para a manifestação que estaria enviando.







No que se refere ao princípio da economicidade e da decisão pela proposta mais vantajosa para administração pública, previstas no edital, verifica-se que a proposta da empresa ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA é mais cara R\$ 0,18 (dezoito centavos) conforme figura abaixo, retirada do sistema Comprasnet, e isso representará caso seja adquirido o montante da ata, em um prejuízo para Administração de 12.240,00 (doze mil, duzentos e quarenta reais), mesmo o valor sendo inferior a estimativa inicial, mas a decisão do eminente pregoeiro implica na escolha da proposta menos vantajosa por seguir um critério do edital, mas que o próprio consignava a possibilidade de prorrogação e conforme nosso entendimento essa situação resulta num prejuízo, dessa forma pretendendo sanar esse vício, mantenho a decisão anterior.

Portal de Compras do Governo Federal  
**Comprasnet**  
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO

Serviços do Governo Sair

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO  
Brasília, 09 de Fevereiro de 2017

JOÃO MARCELO ALVES MACEDO

SIACG - Ambiente Produção

Fornecedor assinalado com (\*) teve sua proposta desclassificada para o item.  
Na coluna "Declaração", os fornecedores que estão assinalados com "SIM", declaram que estão cientes e concordam com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital.  
ME/EPP = Microempresa/Empresa de Pequeno Porte

Item	Qtde Estimada	Qtde Aceita	Valor Estimado (R\$)	Situação do Item	Recurso
1 - Coleta de Lixo - Residencial / Comercial / Industrial	68.000	68.000	7,2800	Realizar Adjudicação	SIM

Tratamento Diferenciado: -  
Aplicabilidade Decreto 7174: NÃO  
Aplicabilidade Margem de Preferência: NÃO

Fornecedor	Qtde Ofertada	Proposta (R\$)	Melhor Lance (R\$)	Data Melhor Lance	Negociado (R\$)	Situação da Proposta	Anexo	Declaração
01.568.077/0001-25 - STERICYCLE GESTAO AMBIENTAL LTDA	68.000	7,2700	3,4000	19/12/2016 11:00:00:637		Recusado	Consultar	SIM

Descrição detalhada do objeto ofertado: Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada em serviços de remoção, transporte e destinação final de resíduos químicos da Universidade Federal de Paraíba, contemplando o fornecimento.

Porte ME/EPP: NÃO Declaração ME/EPP/COOP: NÃO

Declaração de Inexistência de fato superveniente: SIM Declaração de Menor: SIM Declaração independente de proposta: SIM Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM Data Declaração: 19/12/2016

Motivo da Recusa: Pelo descumprimento da Cláusula 7.8 do Edital por parte do Fornecedor e pela vinculação restrita ao Instrumento Convocatório, recusamos a proposta.

07.958.062/0001-50 - ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA	68.000	7,2800	3,5800	19/12/2016 10:59:43:140		Aceito e Habilitado	Consultar	SIM
-------------------------------------------------	--------	--------	--------	-------------------------	--	---------------------	-----------	-----

Descrição detalhada do objeto ofertado: Remoção, transporte, tratamento e destinação final de resíduos químicos da UFPA, contendo plano e fornecimento de recipientes...

Porte ME/EPP: NÃO Declaração ME/EPP/COOP: NÃO

Desta forma encaminho a seguinte decisão:

A. Rejeito o pedido de reconsideração, mantendo a reforma da decisão do eminente pregoeiro e solicitando que seja reaberto o pregão visando o recebimento da proposta, após esse exame, caso seja aceita a proposta e a documentação, que promova a ratificação do resultado da etapa de lances e confirme a empresa 01.568.077/0001-25 - STERICYCLE GESTAO AMBIENTAL LTDA, vencedora;

B. Encaminho os autos para prosseguimento do certame licitatório.

Esta é a decisão.



PU/GP/ASSESORIA  
CAMPUS I - JOÃO PESSOA/PB - 3216-7614





COMBUSTOR - 1000 LITROS - 1970-1971  
Nº 00000000000000000000



Esta é a decisão:

B. Encerramento dos serviços de gerenciamento do sistema judicial

GESTÃO AMBIENTAL LTDA - sucessora:

empresa de gestão de resíduos e serviços de limpeza 01.208.033/0001-52 - STERIOXOTE  
exame caso pela gestão e biossistema e a documentação de biossistema e biossistema de re-  
e gerenciamento para gestão o biossistema e o gerenciamento de biossistema e biossistema

A. Faleiro o pedido de reconsideração, mantendo a decisão de encerramento de biossistema

Deixa para encerramento a seguinte decisão:

Formulário de encerramento de biossistema, com campos para: Nome, Endereço, Data, Assinatura, e uma seção para a decisão final.

EM BRANCO

a decisão final  
encerramento esse sistema tem um biossistema de gestão de resíduos e serviços de limpeza  
um sistema de gestão de resíduos e serviços de limpeza e biossistema de gestão de resíduos e serviços de limpeza  
mas a decisão de encerramento de biossistema e biossistema de gestão de resíduos e serviços de limpeza  
de 13.540.00 (doze mil, quinhentos e oitenta reais) mantendo o valor de 13.540.00  
combustor e isso representa caso pela gestão e biossistema de gestão de resíduos e serviços de limpeza  
AMBIENTAL LTDA e mais caso 13.018 (doze mil, quinhentos e oitenta reais) mantendo o valor de 13.018  
para gerenciamento de biossistema e biossistema de gestão de resíduos e serviços de limpeza  
no que se refere ao biossistema de gestão de resíduos e serviços de limpeza e biossistema de gestão de resíduos e serviços de limpeza





Atenciosamente,



JOÃO MARCELO ALVES MACÊDO  
Prefeito Universitário/UFPB  
ORDENADOR DE DESPESAS  
Mat. SIAPE: 2569256



EM BRAND



**Universidade Federal da Paraíba**  
**Prefeitura Universitária**  
**Comissão Permanente de Licitação**

UFPB/PU/CPL/MEMO Nº 024/2017

JOÃO PESSOA, 17 DE MARÇO DE 2017.

**DE: ENGº AUGUSTO CÉSAR TEMÓTEO DE OLIVEIRA**

**COORDENADOR DA CPL-PU**

**PARA: PROFª. DRª. MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ**

**MAGNÍFICA REITORA**

**Assunto: Processo nº 23074.037137/2016-27**

**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO – PE SRP Nº 018/2016.**

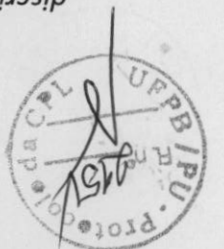
Magnífica Reitora,

Encaminho os autos do processo licitatório referente ao Pregão Eletrônico SRP CPL-PU Nº 018/2016 que trata do REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE REMOÇÃO, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS QUÍMICOS DA UFPB, CONTEMPLANDO O FORNECIMENTO DE RECIPIENTES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES EM EDITAL E EM TODOS OS SEUS ANEXOS, para que seja solicitado Parecer Conclusivo da Procuradoria Jurídica quanto ao conflito de julgamento de recurso entre Pregoeiro e Autoridade Competente.

Para subsidiar a Assessoria Jurídica junto a UFPB, citamos o ordenamento jurídico que norteou as decisões deste Pregoeiro na finalização do Certame, bem como o entendimento considerado na ocasião do indeferimento do recurso administrativo interposto pela licitante Stericycle (amplamente identificada nos autos), na forma como se segue [há grifos nossos]:

1. O princípio da vinculação ao instrumento convocatório segundo o entendimento de Marçal Justen Filho: *"O instrumento convocatório cristaliza a competência"*





disciplinária da Administração, **que se vincula a seus termos**. Conjugando a regra do art. 41 com aquela do art. 4º [da Lei nº 8.666/93], pode-se afirmar a estrita vinculação da Administração ao edital, seja quanto a regra de fundo quando àquelas de procedi-mento. Sob um certo ângulo, o edital é o fundamento de validade dos atos praticados no curso da licitação, na acepção de que desconformidade entre o edital e os atos ad-ministrativos praticados no curso da licitação se resolve pela invalidade destes últimos. **Ao descumprir normas constantes do edital, a Administração Pública frustra a pró-pria razão de ser da licitação**. Viola princípios norteadores da atividade administrativa, tais como a legalidade, a moralidade, a isonomia. O descumprimento a qualquer regra do edital deverá ser reprimido inclusive através dos instrumentos de controle interno da Administração Pública."

2. O Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça posicionam-se no seguinte sentido, respectivamente: "**A Administração, bem como os licitantes, es-tão vinculados aos termos do edital** [art. 37, XXI, da CB/88 e arts. 3º, 41 e 43, V, da Lei n. 8.666/93], sendo-lhe vedado ampliar o sentido de suas cláusulas de modo a exigir mais do que nelas previstos" (MS-Agr nº 24.555/DF, 1ª T., rel. Min. Eros Grau, j. em 21.02.2006, DJ de 31.03.2006).

3. Continuando: "Consoante dispõe o art. 41 da Lei 8.666/93, a Administra-ção encontra-se estritamente vinculada ao edital de licitação, não podendo descum-prir as normas e condições dele constantes. É o instrumento convocatório que dá a validade aos atos administrativos praticados no curso da licitação, de modo que o des-cumprimento às suas regras deverá ser reprimido". (MS nº. 13.005/DF, 1ª S., rel. Min. Denise Arruda, j. em 10.10.2007, DJe de 17.11.2008).

4. DO ENVIO DA PROPOSTA (ANEXO) APÓS O PRAZO LEGAL: Nunca é demais relembrar que o edital é o documento que fixa as condições em que se efetivará o cer-tame, sendo o ato por meio do qual a Administração torna público seu propósito de



licitar um objeto determinado, estabelecendo os requisitos exigidos dos proponentes e das propostas.

5. Dispõe o item 7.8 do edital: "Na fase de Aceitação de Propostas, o Pregoeiro convocará o licitante melhor classificado para enviar a documentação digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no "chat" prazo máximo de 02 (duas) horas, nos moldes da Instrução Normativa do SLTI/MPOG nº 01 de 26/03/2014, **sob pena de não aceitação da proposta**".

6. Já foi demonstrado nos autos, não há o se falar sobre o tempo excedido após o fim do prazo concedido, sejam sete ou setenta minutos, nem se há vantagem na proposta da licitante recorrente, uma vez que, em se tratando de Ata SRP, não há um valor definitivo a ser contratado, nos moldes do Art. 16 do Decreto Nº 7892/2013.

7. Veja a jurisprudência neste sentido (Caso em que se extrapolou o tempo concedido para envio de anexo):

7.1. ORIGEM : 5ª CÂMARA CÍVEL; FONTE : DJ 1522 de 10/04/2014; ACÓRDÃO : 03/04/2014; PROCESSO : 201393243738; RELATOR : DES. FRANCISCO VILDON JOSE VALENTE; EMENTA : AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. VINCULAÇÃO AO EDITAL. PRINCÍPIO DA ISONOMIA ENTRE OS LICITANTES. INOBSERVADO OS REQUISITOS PRESCRITOS NA LEI 8.666/93 E NO EDITAL DE LICITAÇÃO. SUSPENSÃO MANTIDA.

7.2. Sabe-se que no procedimento de licitação devem ser observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, igualdade, probidade administrativa e vinculação ao instrumento convocatório.

7.3. A vinculação ao edital significa que a Administração e os licitantes devem ficar adstritos aos termos do pedido, ou do permitido nesse instrumento inicial da licit





tação, quer quanto ao procedimento, quer quanto à documentação, às propostas, ao julgamento e ao contrato.

7.4. No caso, verifíco a possibilidade de ter ocorrido suposta irregularidade capaz de afetar a substância da proposta feita pela empresa vencedora do procedimento licitatório (destempo na apresentação de documento previsto no edital – certificado de registro cadastral), de modo a colocar em risco a isonomia entre os licitantes, bem como a satisfatória prestação de serviços à Administração Pública.

8. Caso em que se ofereceu prorrogação de prazo:  
8.1. ORIGEM : 4ª CÂMARA CÍVEL; FONTE : DJ 1159 de 04/10/2012; ACÓRDÃO : 20/09/2012; PROCESSO : 201292285141; RELATOR : DES. CARLOS ESCHER; EMENTA : AÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA.

8.2. Pedido de prorrogação de prazo fixado no edital. Princípio da vinculação ao edital. O edital é a lei interna da licitação, sendo inviolável prorrogar o prazo fixado para atender determinada empresa licitante, sob pena de ferir o princípio da vinculação ao edital. SEGURANÇA DENEGADA.

9. Outros:  
9.1. TJSC Inteiro Teor. Apelação Cível em Mandado de Segurança: MS 20130153978 SC 2013.0153978; Acórdão; Data de publicação: 01/07/2013; Apelação Cível em Mandado de Segurança de Ituporanga; Relator: Des. Subst. Francisco Oliveira Neto.

9.2. ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. EMPRESA INABILITADA POR APRESENTAR OS DOCUMENTOS MINUTOS APÓS O PRAZO FATAL. DEVER DE OBEDIÊNCIA AO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA IGUALDADE DE CONDIÇÕES A TODOS OS CONCORRENTES, INSCULPIDOS NO ART. 37, XXI, DA CARTA MAIOR. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO À HABILITAÇÃO NO CERTAME. SENTENÇA QUE INDEFERIU A PETIÇÃO INICIAL E EXTINGUIU O PROCESSO MANTIDA. APELO DESPROVIDO.



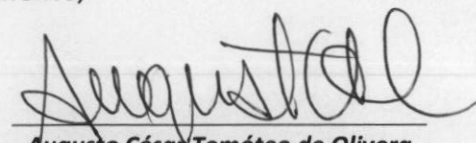
9.3. Havendo expressa disposição no edital acerca da obrigatoriedade de **entrega de documentos em horário e dia certos**, não há como incluir a empresa retardatária no certame, pois "o princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração a respeitar estritamente as regras que haja previamente estabelecido para disciplinar o certame, como, aliás, está consignado no art. 41 da Lei 8.666 (MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 28ª ed. São Paulo: Malheiros Editora, 2010, p. 542); não havendo que se falar, outrossim, na aplicabilidade do princípio da razoabilidade, até mesmo porque acolher o pleito inicial implicaria em aceitar uma exceção que daria vantagem exclusiva à impetrante, afrontando o princípio da isonomia, preceito primordial da licitação, previsto da CFRB, em seu art. 37, XXI.

9.4. Pelo exposto, requer a **DESCCLASSIFICAÇÃO** da Recorrida.

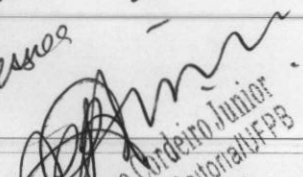
Sendo somente o que tínhamos a relatar, smj, é esse o nosso entendimento. À consideração superior.

Renovamos protestos de estima e respeito.

Atenciosamente,

  
Augusto César Temóteo de Olivera  
Matricula Siape 1655398  
Coordenador CPL-PU

*De orden, a procuradoria  
para providências  
João Pessoa 20/03/17*

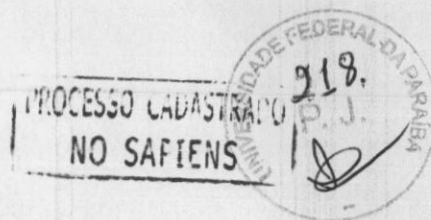
  
Raimundo Barroso Cardoso Junior  
Chefe de Gabinete da Reitoria UFPU  
Mat.: SIAPE: 6337407



EM BRANCO



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
PROCURADORIA FEDERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA



DISTRIBUIÇÃO PROCESSUAL

1. DADOS DO PROCESSO:

PROCESSO Nº: 23074.037137/2016-27  
ASSUNTO: \_\_\_\_\_  
AUTOR/RÉU: \_\_\_\_\_

2. ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA DISTRIBUIÇÃO E ACOMPANHAMENTO:

- ☒ Secretaria de Apoio Administrativo  
☐ Secretaria de Apoio ao Contencioso Judicial

3. PRAZOS E OBSERVAÇÕES:

Prazo: 15 dias

Digitalizar e juntar no SAPIENS os documentos de fls. \_\_\_\_\_

Tramitação prioritária (art. 69-A da lei 9.784/99):

☒ NÃO

☐ SIM – ESPECIFICAR MOTIVO:

Pedido de urgência:

☒ NÃO

☐ SIM – ESPECIFICAR MOTIVO:

Despacho do Chefe da PF-UFPB:

4. ESTAGIÁRIO RESPONSÁVEL PELA ANÁLISE PRÉVIA DO PROCESSO:

- ☐ Caio Eduardo de Miranda Cavalcanti  
☐ Juliene Alves Moreira  
☐ Ingrid Ribeiro

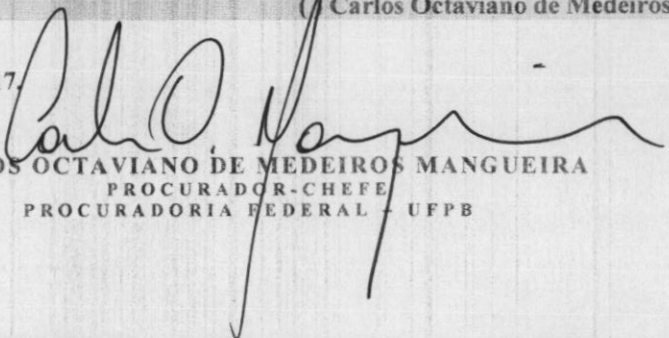
- ☐ Maria Caroline Santiago Galiza  
☐ Taciana Florentino de Lima  
☐ Wegna Ianni Souza Henriques

5. PROCURADOR RESPONSÁVEL PELO PROCESSO:

- ☐ Francisco das Chagas Gil Messias  
☒ Flávio Pereira Gomes

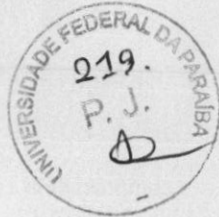
- ☐ Rosana Nóbrega de Freitas Dias  
☒ Carlos Octaviano de Medeiros Mangueira

João Pessoa, 20 / 03 / 2017.

  
CARLOS OCTAVIANO DE MEDEIROS MANGUEIRA  
PROCURADOR-CHEFE  
PROCURADORIA FEDERAL - UFPB

EM PRANCO

NO 2411212  
2411212 CM



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
DEPARTAMENTO DE CONSULTORIA E ASSESSORAMENTO JURÍDICO  
PRÉDIO DA REITORIA, 2º ANDAR, CIDADE UNIVERSITÁRIA CAMPUS I, BAIRRO CASTELO BRANCO JOÃO  
PESSOA-PB. CEP: 58059-900

NOTA Nº 0178/2017/PF-UFPB/PGF/AGU

PROCESSO Nº 23074.037.137/2016-27

INTERESSADA: CHEFIA DE GABINETE DA REITORIA

ASSUNTO: PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. RECURSO ADMINISTRATIVO.

Senhor Chefe de Gabinete da Reitoria/UFPB,

1. Conforme despacho administrativo manuscrito às fls. 217, exarado pelo Chefe de Gabinete da Reitoria Raimundo Barroso Cordeiro Júnior, o procedimento administrativo foi enviado à PF/UFPB "...para providências..."

2. A Ordem de Serviço Conjunta nº 01/GR/PF-UFPB, de 21.11.2013, publicada no Boletim de Serviço/UFPB de 15.12.2013, que disciplina a instrução processual das consultas jurídicas no âmbito da UFPB, reza que:

(...)

Art. 5º. O encaminhamento de consulta jurídica também ocorrerá quando houver dúvida jurídica a ser dirimida formalmente pela Procuradoria Federal que se relacione com as competências institucionais da UFPB.

(...)

Art. 10. As consultas jurídicas de que trata o art. 5º devem ser encaminhadas à PF/UFPB, preferencialmente, com formulação de quesitos que se relacionem com a situação concreta abordada nos autos administrativos, seguindo o modelo de formulário constante no Anexo I desta Ordem de Serviço Conjunta.

(...)

3. ~~Os autos foram enviados à PF/UFPB sem formulação de questionamento jurídico específico e delimitado a ser enfrentado por esse órgão de assessoramento jurídico.~~

4. Assim sendo, faz-se necessário que essa Chefia de Gabinete formule e apresente a dúvida jurídica a ser dirimida, desta feita com obséquio ao procedimento delineado nos arts. 5º e 10 do ato normativo retro citado.

5. Nesse sentido, é função do órgão consulente qualificar o questionamento jurídico apresentado, trazendo subsídios, posicionamentos dos setores técnicos etc., visando delimitar o cerne da questão a ser enfrentada pelo órgão de consultoria jurídica.

6. Importa frisar que não é papel do órgão de assessoramento jurídico tutelar ou chancelar os atos administrativos de gestão praticados pelos gestores da UFPB. Para que a PF/UFPB possa emitir manifestação, faz-se necessário que de fato exista dúvida jurídica qualificada e que o órgão consulente apresente o ponto controvertido e formule especificamente o(s) questionamento(s) a ser(em) dirimido(s), preferencialmente na forma disposta no art. 10 da Ordem de Serviço Conjunta nº

Documento assinado eletronicamente por FLAVIO PEREIRA GOMES, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 30716050 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FLAVIO PEREIRA GOMES, Data e Hora: 21-03-2017 16:27. Número de Série: 13209085. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 23074037137201627 e da chave de acesso ae47e4ec

FLAVIO PEREIRA GOMES

Procurador Federal

OAB/PB nº 11.501/Mat. SIAPE nº 1.069.654

João Pessoa/PB, 21 de março de 2017.



8. Considerando a ausência do Procurador-Chefe da PF/UFPB, em razão de viagem a serviço, no período compreendido entre os dias 21 a 24 de março de 2017, conforme disciplinado na Ordem de Serviço nº 01/2017/PF-UFPB/PGF/AGU, de 20.03.2017, no período de 21 a 24.03.2017 não incidirá a regra contida no art. 15 da Ordem de Serviço Conjunta nº 01/GR/PF-UFPB, de 21.11.2013, publicada no Boletim de Serviço/UFPB de 15.12.2013.

7. Por fim, registro que o processo administrativo nº 23074.037.137/2016-27 foi distribuído para esse signatário em 20.03.2017 e está sendo devolvido à Secretaria da PF/UFPB em 21.03.2017.

01/GR/PF-UFPB, de 21.11.2013, publicada no Boletim de Serviço/UFPB de 15.12.2013.



**Proc.: 23074.037137/2016-27**

**DESPACHO**

De ordem, à Procuradoria Federal na UFPB. Trata-se de conflito de entendimentos entre o Coordenador da CPL-PU e o Prefeito Universitário, acerca de recurso interposto no âmbito do Pregão Eletrônico SRP CPL-PU Nº. 018/2016, postos para avaliação da Magnífica Reitora. Desta feita, requer-se à Procuradoria Federal na UFPB, análise e parecer acerca de qual dos entendimentos jurídicos postos nos presentes autos deve prevalecer, não só do ponto de vista formal/hierárquico, mas especialmente sob o aspecto material, se o entendimento do Presidente da CPL-PU, que concluiu pela desclassificação da empresa, conforme razões apresentadas nas fls. 215-217, ou o entendimento do Prefeito Universitário, que concluiu pelo deferimento do recurso, reformando a decisão do pregoeiro, conforme razões de fls. 210-214.

João Pessoa (PB), 31 de março de 2017.

**Raimundo Barroso Cordeiro Junior**  
Chefe de Gabinete da Reitoria – UFPB  
Mat. Siape: 6337407

EM BRANCO



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E  
CONTRATOS  
EMITIDO EM 03/04/2017 12:11

**Processo nº. 23074.037137/2016-27**

**Assunto:** 995 - PEDIDOS, OFERECIMENTOS E INFORMAÇÕES DIVERSAS



## DESPACHO

De ordem, à Procuradoria Jurídica da UFPB, Prof. Dr. Carlos Octaviano de Medeiros Manguiera, para análise e parecer em relação à demanda da Chefia de Gabinete da Reitoria, conforme Pg. 220.

(Autenticado digitalmente em 03/04/2017 12:11)  
CESAR EMANOEL BARBOSA DE LIMA  
REITORIA - SECRETARIA GERAL DAS ASSESSORIAS (11.01.50)  
CHEFE

SIPAC | STI - Superintendência de Tecnologia da Informação - | Copyright © 2005-2017 - UFRN - sistemas-a.bbn.ufpb.br.sistemas-a

EM BRANCO



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
PROCURADORIA FEDERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA



PROCESSO CADASTRADO  
NO SAPIENS

DISTRIBUIÇÃO PROCESSUAL

1. DADOS DO PROCESSO:

PROCESSO Nº:

ASSUNTO:

AUTOR/RÉU:

037137/2016-27

2. ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA DISTRIBUIÇÃO E ACOMPANHAMENTO:

☒ Secretaria de Apoio Administrativo

☐ Secretaria de Apoio ao Contencioso Judicial

3. PRAZOS E OBSERVAÇÕES:

Prazo: 15 dias

Digitalizar e juntar no SAPIENS os documentos de fls. \_\_\_\_\_

Tramitação prioritária (art. 69-A da lei 9.784/99):

☒ NÃO

☐ SIM – ESPECIFICAR MOTIVO:

Pedido de urgência:

☒ NÃO

☐ SIM – ESPECIFICAR MOTIVO:

Despacho do Chefe da PF-UFPB:

4. ESTAGIÁRIO RESPONSÁVEL PELA ANÁLISE PRÉVIA DO PROCESSO:

☐ Caio Eduardo de Miranda Cavalcanti

☐ Juliene Alves Moreira

☐ Ingrid Ribeiro

☐ Maria Caroline Santiago Galiza

☐ Taciana Florentino de Lima

☐ Wegna Ianni Souza Henriques

5. PROCURADOR RESPONSÁVEL PELO PROCESSO:

☐ Francisco das Chagas Gil Messias

☒ Flávio Pereira Gomes

☐ Rosana Nóbrega de Freitas Dias

☐ Carlos Octaviano de Medeiros Mangueira

João Pessoa, 03/04/2017.

CARLOS OCTAVIANO DE MEDEIROS MANGUEIRA  
PROCURADOR-CHEFE  
PROCURADORIA FEDERAL - UFPB

EM BRANCO

EM BRANCO

NO 241152

241172 ON



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
DEPARTAMENTO DE CONSULTORIA E ASSESSORAMENTO JURÍDICO  
PRÉDIO DA REITORIA, 2º ANDAR, CIDADE UNIVERSITÁRIA CAMPUS I, BAIRRO CASTELO BRANCO JOÃO  
PESSOA-PB. CEP: 58059-900



NOTA Nº 0240/2017/PF-UFPB/PGF/AGU  
PROCESSO Nº 23074.037.137/2016-27  
INTERESSADO: GABINETE DA REITORIA  
ASSUNTO: PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. PREGÃO ELETRÔNICO. RECURSO HIERÁRQUICO.

Magnífica Reitora,

1. Em 19.12.2016 foi realizada a sessão para oferta de lances no bojo do Pregão Eletrônico SRP nº 18/2016, processo administrativo nº 23074.037.137/2016-27, visando registrar preços para eventual contratação de empresa especializada em serviços de remoção, transporte, tratamento e destinação final de resíduos químicos da UFPB, contemplando o fornecimento de recipientes, conforme especificações constantes do edital e anexos do certame.
2. O Pregoeiro declarou vencedora do certame a licitante ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA., CNPJ nº 07.958.062/0001-50, que ofertou o preço de R\$ 3,58 (três reais e cinquenta e oito centavos) por quilograma de resíduos químicos coletados.
3. Ocorre que a licitante que ofertou o menor preço foi STERICYCLE GESTÃO AMBIENTAL LTDA., CNPJ nº 01.568.077/0001-25, que ofertou o preço de R\$ 3,40 (três reais e quarenta centavos) por quilograma de resíduos químicos coletados.
4. A alegação do Pregoeiro para excluir a licitante que ofertou o menor preço do certame consiste no fato de a licitante não ter enviado a documentação referida no edital no prazo/tempo fixado pelo Pregoeiro.
5. De acordo com o COMPRASNET, a convocação para envio da documentação foi registrada no sistema às 11:13:00h do dia 19.12.2016. Nesse mesmo dia às 13:20:11h o Pregoeiro encerrou o prazo. E às 13:36:47h o Pregoeiro recusou o recebimento da proposta vencedora.
6. Por conseguinte, a licitante ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA., CNPJ nº 07.958.062/0001-50, foi declarada vencedora do certame.
7. A licitante STERICYCLE GESTÃO AMBIENTAL LTDA., CNPJ nº 01.568.077/0001-25, interpôs recurso administrativo que foi conhecido e provido pelo Gestor e Ordenador de Despesas da UASG 153066.
8. O Prefeito Universitário, por ocasião do julgamento do recurso administrativo, motivou/fundamentou sua decisão nos seguintes termos:

(...)

Verifica-se que o ilustre pregoeiro se deteve a um aspecto meramente formal da peça editalícia, que já previa, caso motivado, a prorrogação, não sendo esta prejudicial ao desenrolar do certame e o tempo decorrido foi de apenas 7:11 no total para o envio da proposta e de 1:59 minutos para a manifestação que estaria enviando.

§5º. Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a

§4º. Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

§3º. Os documentos e anexos exigidos, quando remetidos via fax, deverão ser apresentados em original ou por cópia autenticada, nos prazos estabelecidos no edital.

§2º. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF, inclusive quando houver necessidade de envio de anexos, deverão ser apresentados inclusive via fax, no prazo definido no edital, após solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico.

§1º. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, quando dos procedimentos licitatórios realizados por órgãos integrantes do SISG ou por órgãos ou entidades que aderirem ao SICAF.

Art. 25. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital.

13. Adiante, o art. 25 do Decreto nº 5.450, de 2005, prevê:

**Parágrafo único.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

Art. 5º. A licitação na modalidade de prego é condicionada aos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, bem como aos princípios correlatos da razoabilidade, competitividade e proporcionalidade.

12. O Decreto nº 5.450, de 2005, regulamenta o prego, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns. Nesse diploma consta:

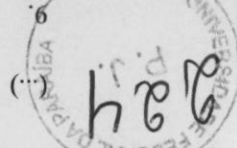
(...)

Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

11. O art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, traz a seguinte previsão:

10. Eis, em apertada síntese, o cerne da controvérsia instaurada entre o Pregoeiro e o Prefeito Universitário. Passo a opinar.

Já o Pregoeiro entende que, em obsequio ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório e ao princípio da isonomia, a licitante que deve ser declarada vencedora é ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA., CNPJ nº 07.958.062/0001-50.



No que se refere ao princípio da economicidade e da decisão pela proposta mais vantajosa para administração pública, prevista no edital, verifica-se que a proposta da empresa ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA é mais cara R\$ 0,18 (dezoito centavos) conforme figura abaixo, retirada do sistema Comprasnet, e isso representará caso seja adquirido o montante da ata, em um prejuízo para Administração de 12.240,00 (doze mil, duzentos e quarenta reais), mesmo o valor sendo inferior a estimativa inicial, mas a decisão do eminente pregoeiro implica na escolha da proposta menos vantajosa por seguir um critério do edital, mas que o próprio consignava a possibilidade de prorrogação e conforme nosso entendimento essa situação resulta num prejuízo, dessa forma prevendo sanar esse vício, mantenho a decisão anterior.

proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

§6º. No caso de contratação de serviços comuns em que a legislação ou o edital exija apresentação de planilha de composição de preços, esta deverá ser encaminhada de imediato por meio eletrônico, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor.

§7º. No pregão, na forma eletrônica, realizado para o sistema de registro de preços, quando a proposta do licitante vencedor não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, respeitada a ordem de classificação, poderão ser convocados tantos licitantes quantos forem necessários para alcançar o total estimado, observado o preço da proposta vencedora.

§8º. Os demais procedimentos referentes ao sistema de registro de preços ficam submetidos à norma específica que regulamenta o art. 15 da Lei no 8.666, de 1993.

§9º. Constatado o atendimento às exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor.

14. O item 7.8 do edital do certame está assim redigido:

(...)

7.8. Na fase de Aceitação de Propostas, o Pregoeiro convocará o licitante melhor classificado para enviar a documentação digital, por meio da funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no "chat" **prazo máximo de 02 (duas) horas**, nos moldes da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01 de 26/03/2014, sob pena de não aceitação da proposta.

7.8.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, por meio do e-mail cplpu@prefeitura.ufpb, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro, **a seu critério exclusivo**.

(...)

15. A Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 16.12.2011, estabelece procedimentos para a operacionalização do pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG, bem como os órgãos e entidades que firmaram Termo de Adesão para utilizar o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG.

16. O art. 3-A da Instrução Normativa nº 3/2011, incluído pela Instrução Normativa nº 1/2014, tem a seguinte previsão:

Art. 3º-A. O instrumento convocatório deverá estabelecer **o prazo mínimo de 2 (duas) horas**, a partir da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, para envio de documentos de habilitação complementares, por fax ou outros meios de transmissão eletrônica, conforme prevê o §2º do art. 25 do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005.

17. Perceba-se que o art. 3º-A da IN nº 3/2011 menciona a expressão **"prazo mínimo"** ao passo que o item 7.8 do edital do certame fala em **"prazo máximo"**.

18. Pois bem. Esse é o cenário para deslinde da questão.

19. Penso que a resolução do impasse **não** consiste em valorar qual princípio deve prevalecer no caso em exame: se o princípio da vinculação irrestrita ao instrumento convocatório, maximizando a aplicação do princípio da isonomia, ou, se, do contrário, deve prevalecer o critério de seleção da proposta mais vantajosa para a UFPB.

20. Ao contrário, a meu ver, o que se há de fazer é um juízo de ponderação, de harmonização, um diálogo de complementariedade entre essas fontes normativas, a fim de se obter a solução que mais seja justa e atenda eminentemente ao interesse público.

21. Nesse sentido, penso que assiste razão ao Prefeito Universitário.

22. Com efeito, o art. 5º, parágrafo único, do Decreto nº 5.450, de 2005, orienta que as normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

2125  
P. J.  
m

23. No presente caso, não vislumbro ofensa ao princípio da isonomia. Todos os licitantes participaram do certame em condições de igualdade. A disputa foi lícita. A meu sentir, não houve tratamento diferenciado em favor da licitante STERICYCLE GESTÃO AMBIENTAL LTDA., CNPJ nº 01.568.077/0001-25.

24. Diante do exposto, sem maiores delongas, a meu juízo, com arrimo nos princípios da razoabilidade, competitividade e proporcionalidade, expressamente previstos no art. 5º, *caput*, do Decreto nº 5.450, de 2005, opino no sentido de se manter a decisão administrativa exarada pelo Prefeito Universitário.

25. Por fim, registro que o processo administrativo nº 23074.037.137/2016-27 foi distribuído para esse signatário em 03.04.2017 e está sendo devolvido à Secretaria da PF/UFPPB em 06.04.2017.

26. Em obsequio à norma contida no art. 15 da Ordem de Serviço Conjunta nº 01/GR/PF-UFPPB, de 21.11.2013, publicada no Boletim de Serviço/UFPPB de 15.12.2013, encaminho os presentes autos ao Procurador-Chefe da PF/UFPPB para ciência e aprovação.

João Pessoa/PB, 06 de abril de 2017.

FLAVIO PEREIRA GOMES  
Procurador Federal

OAB/PB nº 11.501/Mat. SIAPE nº 1.069.654

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 23074037137201627 e da chave de acesso ae47e4ec

Documento assinado eletronicamente por FLAVIO PEREIRA GOMES, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 34944249 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FLAVIO PEREIRA GOMES. Data e Hora: 06-04-2017 16:27. Número de Série: 13209085. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBV4.





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
DEPARTAMENTO DE CONSULTORIA E ASSESSORAMENTO JURÍDICO  
PRÉDIO DA REITORIA, 2º ANDAR, CIDADE UNIVERSITÁRIA CAMPUS I, BAIRRO CASTELO  
BRANCO JOÃO PESSOA-PB. CEP: 58059-900



**DESPACHO n. 00181/2017/DEPJUR/PFUFPPB/PGF/AGU**

**NUP: 23074.037137/2016-27**

**INTERESSADOS: UFPB - PREFEITURA UNIVERSITÁRIA**

**ASSUNTOS: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO**

Fundado na competência decorrente dos artigos 7º e 8º da PORTARIA/AGU/Nº 1.399, de 5 de outubro de 2009, aprovo a Nota n.º 240/2017/PF-UFPB/PGF/AGU.

Com os cumprimentos de estilo, devolvam-se os autos à origem.

João Pessoa, 07 de abril de 2017.

CARLOS OCTAVIANO DE MEDEIROS MANGUEIRA  
PROCURADOR FEDERAL  
PROCURADOR-CHEFE DA PF/UFPB

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 23074037137201627 e da chave de acesso ae47e4ec

Documento assinado eletronicamente por CARLOS OCTAVIANO DE MEDEIROS MANGUEIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 35099040 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): CARLOS OCTAVIANO DE MEDEIROS MANGUEIRA. Data e Hora: 07-04-2017 09:23. Número de Série: 1362945317460090364. Emissor: AC CAIXA PF v2.

EM BRANCO

EM BRANCO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E**  
**CONTRATOS**

EMITIDO EM 11/04/2017 13:54



**Processo nº. 23074.037137/2016-27**

**Assunto:** 995 - PEDIDOS, OFERECIMENTOS E INFORMAÇÕES DIVERSAS

**DESPACHO**

De ordem, à Comissão Permanente de Licitação, Augusto César Tenório de Oliveira, para ciência, análise e providências a partir do despacho da Procuradoria Jurídica da UFPB.

(Autenticado digitalmente em 11/04/2017 13:54)  
CESAR EMANOEL BARBOSA DE LIMA  
REITORIA - SECRETARIA GERAL DAS ASSESSORIAS (11.01.50)  
*CHEFE*

SIPAC | STI - Superintendência de Tecnologia da Informação - | Copyright © 2005-2017 - UFRN - sistemas-  
b.bbn.ufpb.br.sistemas-b

EMI BRANCO

